

COLUMNAS DE FOGO

Obras de Ruy Barbosa
Publicadas pela EDITORA GUANABARA

Efola da Calumnia

Ruinas de um Governo

A Grande Guerra

Dictadura e Republica

O Divorcio e o Anarchismo

Fernando Nery — RUY BARBOSA (ensaio bio-bibliográfico)

RUY BARBOSA

COLUMNAS DE FOGO

PREFACIO E NOTAS DE
FERNANDO NERY



EDITORIA GUANABARA
WAISSMAN - KOOGAN Ltda.
RUA DOS OURIVES, 95 — RIO
1933

L O M B O 005435



308
B238

CATÁLOGO 005447

“A tribuna parlamentar teria sido, para a minha opposição, um apagador. A imprensa vulcanizou-a. Nos paizes onde o parlamento representa mal a nação, a penna do jornalista vale mais que a eloquencia do orador. E jornalista é que eu nasci, jornalista é que eu sou, de jornalista é que não me hão de demittir enquanto houver imprensa a imprensa fôr livre, e este resto de liberdade nos indicar que a patria respira”.

RUY BARBOSA, *Resposta a Cesar Zama.*

“Das minhas idéas fixas a que menos tem variado é esta: a do jornalismo. Por ella principiou muito cedo a minha vida. Para ella tem tendido muitas vezes insistentemente. E agora mesmo, na extinção precoce das minhas aspirações publicas, si alguma pudesse bruxolear ainda, seria a de abrir essa janela de minha alma, por onde me acostumei, durante tanto tempo, a conversar, todas as manhãs, para a rua, com os meus compatriotas, na mesma plenitude da franqueza com que se me dirigisse para dentro de mim mesmo”.

RUY BARBOSA, *Discurso no “Jornal do Commercio”.*

PREFACIO



Encerra este volume alguns artigos de Ruy Barbosa, publicados, em várias épocas, na imprensa do paiz.

O papel de Ruy na imprensa brasileira ainda está para ser escripto, e é assumpto que merece estudado por quem disponha de folego largo, pois estudal-o nessa vasta provincia de sua assombrosa actividade mental, equivale a recensear os nossos grandes estagios politicos desde 1868 até os primordios do actual estado amorpho, chaotico e anarchico, em que se debate o Brasil, nesta hora amarga para todos os povos — prenuncia de uma era nova na historia da Humanidade.

É tão desconforme o vulto de Ruy, multiplicou-se e dividiu-se em tantas espheras de actividade — cada uma das quaes bastaria para immortalizar um nome — que é quasi deslembado o jornalista, como quasi inteiramente esquecido o grande abolicionista.

A luz offuscante que delle se irradia tolda-nos a visão de outros cimos de sua actividade. O que, sobretudo, emerge desse incandescente fulgor solar é o politico, o orador, o jurisconsulto, o artista da palavra. Ficam-lhe occultos aos olhos da multidão outras perspectivas de não menos belleza, não menos efficiencia, não menos grandeza.

Desde os bancos academicos — no Ypiranga, no Radical Paulistano — entrou elle á scena do jornalismo, batendo-se pela abolição, pela instrucção, pela justiça, pela liberdade.

Na Bahia, de 1870 a 1879, no Diario da Bahia, cujo redactor-chefe foi aos 24 annos, continúa a campanha pela emancipação, defende o suffragio directo e bate-se de peito aberto por todas as causas liberaes.

No Rio, em 1883 e 1884, no Jornal do Commercio, disfarçando-se nos pseudonymos de Salisbury, Swift, Grey e Lincoln, defende e ampara os gabinetes liberaes de Lafayette e Souza Dantas

Em 1889, á frente do Diario de Noticias, todas as manhãs em dois, e, ás vezes, tres editoriaes, clama contra os abusos da administração, os desmandos da politica, a ineptia da corôa,

e prega a federação das provincias. O explosivo dos seus ultimos artigos precipitam a defragação de 15 de novembrc — disse-o Benjamin Constant.

No Jornal do Brasil, em 1893, entesta com Floriano oppondo-se ao dictador, criticando-lhe com desassombro os excessos e arbitrios, attrahindo o odio official, a que se veria depois condemnado “o homem que tomara sobre os seus hombros a iniciativa de dar aos seus concidadãos esse exemplo pratico de resistencia juridica ao poder”.

Do exilio, aonde se acolhera, para se pôr a salvo da sanha do dictador e seus amoucos, envia ao Jornal do Commercio, a serie monumental das suas “Cartas de Inglaterra”.

De 1898 a 1901, na Imprensa, mantem-se em luta accesa contra os actos do governo Campos Salles, hasteia o estandarte da revisão constitucional, defende os poprios adversarios quando victimas de violencias do arbitrio policial.

Em 1911 e 1912, no então resuscitado Diario de Noticias, exerce desassombadamente a critica aos desmandos da nova dictadura militar.

E ainda no Imparcial, no Correio da Manhã, na Tribuna, de quando em quando fulgura, com rebrilhos de aço e chispas de estrellas, a penna diamantina de Ruy.

São combates, já dissemos algures, que se contam por outras tantas victorias, porque a tinta em que essa penna se embebia era a da justiça, da liberdade, da razão, do direito, dos sãos principios, das idéas generosas.

“Não ha justiça sem imprensa, dizia elle. A publicidade é o principio que preserva a justiça de corromper-se. O jornalismo põe o homem em communicação viva com a nacionalidade pelos infimos órgãos de relação que a publicidade estabelece; e franqueia-lhe uma escola singular, de experiencia, trabalho, discrição e intrepidez. E’ por elle que o olhar da Nação mergulha nos tribunaes, é por elle que a justiça reanimadora illumina a Nação”.

E ainda, noutro passo: “Por ella (a imprensa) é que a Nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe; enxerga o que lhe malfazem; devassa o que lhe occultam, e tramam; colhe o que lhe sonegam, ou roubam; percebe onde lhe alvejam, ou nodôam; méde o que lhe cerceiam, ou destroem; vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que a ameaça”.

Que diria elle hoje de um paiz onde, desde ha muito, não ha imprensa, e o pensamento, a opinião, a liberdade, o direito, a justiça vivem enjaulados, açamados, asphyxiados, respirando a custo a atmospheria viciada da oppressão e do arbitrio?

Agora, é que lhe começamos a sentir a ausencia, e a justiça lhe vai chegando, pelo contraste dos tempos de hoje e os em que viveu lutando pelo direito de todos nós. Agora já lhe podem medir um pouco a altura os que lhe negaram em vida a faculdade constructiva.

Os que não assistimos á eversão do throno e á implantação do novo regimen, podemos agora avaliar bem a acção de Ruy no tumulto dos primeiros dias da Republica. Muda-se de regimen, depõe-se um rei, reorganiza-se toda a machina politica e administrativa do paiz, e não se deporta ninguem, com excepção, é claro, da familia imperial e de dois ou tres políticos; não se demitte nenhum funcionario; respeitam-se todos os direitos, sem olhar a quem pertencem; e quinze mezes depois o governo dictatorial entrega á Nação a carta de sua alforria.

E tudo isso é quasi exclusivamente obra de Ruy, — o architecto e constructor da Republica. Foi o unico cerebro que pensou e agiu, porque sabia o que queria e o como se fazia.

Não obrou por tentativas, avançando e recuando, sancionando e revogando. Sua energia, sua cabeça, sua phenomenal capacidade de trabalho, sua educação liberal, seu culto da Justiça, sustentam o Brasil novo. Era o para-raio da Republica, como lhe chamava Quintino Bocayuva.

E' que então já lhe vibravam no cerebro os preceitos messianicos do seu credo politico: "Creio na liberdade omnipotente, creadora das nações robustas; creio na lei, emanção della, o seu órgão capital, a primeira das suas necessidades; creio que, neste regimen, não ha poderes soberanos, e soberano é só o direito, interpretado pelos tribunes; creio que a Republica decae, porque se deixou estragar, confiando-se ás usurpações da força; creio que a Federação perecerá, si continuar a não acatar a justiça; creio na tribuna sem furias e na imprensa sem restricções, porque acredito no poder da razão e da verdade; creio na moderação e na tolerancia, no respeito e na disciplina, na impotencia fatal dos incompetentes e no valor insupprivel das capacidades. Rejeito as doutrinas de arbitrio. Abomino as dictaduras de todo genero, militares ou scientificas, coroadas ou populares. Detesto os estados de sitio, as suspensões de garantias, as razões de Estado, as leis de salvação publica. Odeio as combinações hypocritas do absolutismo dissimulado sob as fórmulas democraticas e republicanas. Opponho-me aos governos de ignorancia".

Cotegem-se os tempos, e meça-se a estatura do Gigante.

Rio, março de 1933.

FERNANDO NERY

fecham tantos e tamanhos, uns após outros, como golpes de um accinte infatigavel no mal, sobre este desaventurado paiz, suave é o refugio dessa consolação offerecida pelos fastos de uma época heroica aos que padecem e esperam contra a aridez e a corrupção de nossos dias.

Não deixemos prescrever esse formoso costume de nossos antepassados. Preservemol-o como um dos raros indícios perceptíveis hoje da juvenilidade de uma nação que as degenerescencias de uma senilidade apparente, fructo do estragado regimen administrativo que nos esmaga, extenuam e affligem. Symptoma de uma virilidade sopitada, mas robusta nas suas disposições latentes, essas ovações postumas da geração actual aos lidadores que cimentaram com o proprio sangue a inauguração de nossa existencia independente, demonstram pelo menos as intimas sympathias, as affinidades indestructíveis deste povo com a tempera varonil dos que, com elle e por elle, tiveram fé, combateram e triumpharam no direito.

Mas não consintamos tambem que entre as explosões dessa imponente commemoração, entre o tumulto e os risos desse desafoço festivo, buscado nas reminiscencias de uma data immortal, contra a mesquinhez e os dissabores desta idade, perca-se esquecida a lição enorme das calamidades que nos cercam, emmudeça a voz de nossa consciencia envergonhada nas horas calmas da meditação e do trabalho.

Um povo digno de dominar os seus destinos, de ser indisputadamente senhor de si mesmo, não delira, não se atordôa, não fecha os olhos á realidade severa da sua posição. Nas horas mais frementes do regosijo, quando a imaginação e o enthusiasmo dourarem das suas irradiações os feitos de nossos paes, ouçamos, cada um no seio de sua alma, o murmúrio do sangue delles em nós, e lembremo-nos de que o primeiro de nossos deveres filiaes, tanto quanto a maior de nossas obrigações patrioticas, é igualal-os na independencia, na tenacidade, no amor do torrão natal.

Entre os esplendores e as harmonias dessa innocente, querida e confortadora solennidade, recolhamo-nos um instante á obscuridade silenciosa de nosso senso intimo. Si a

voz delle tivesse, neste paiz, esse grande eco exterior, esse sopro creador e omnipotente, que em terras mais felizes se chama opinião, e rege o mundo livre, grande risco teria que correr o jubilo dos nossos lares, e das nossas ruas, de que o turvasse uma immensa tristeza; porque essa vibração collectiva das nossas consciencias seria asperamente exprobradora, e havia de lembrar-nos verdades cruelmente amargas.

Ellas nos recordaria que essa emancipação, cujo anniversario vamos celebrar, esterilizou-se e degenerou em fructos de oppressão e miseria.

Vossa fraqueza, diria, deixou conspurcar, annullar, explorar contra vós a herança de vossos ascendentes. As instituições que o patriotismo delles implantou neste solo como arvore sagrada, á cuja sombra se acolhessem successivamente as gerações de sua descendência, por culpa vossa fenecem incultas em mãos de especuladores de todas as classes, de todas as graduações, de toda a especie de commettimentos reprovados; e dellas já não ha mais do que ruinas, simulacros e reminiscencias, cada uma das quaes é uma increpação indelevel contra os successores descuidados e desamorosos de seus paes, que deixaram malbaratar-se o cabedal da grande familia commum. Ferida a liberdade nas suas partes vitaes, inválida, impotente, tudo havia de perder-se, como se perde sempre com ella, o vigor, a consideração, a fortuna. As opulencias inexauriveis de vossa natureza não podem já ensoberbecer-vos: humilham-vos. Cada uma de vossas irmãs, primogenita das formosas do Cruzeiro, é uma indigente entregue a uma tutella de prodigos, devorada de dividas, captiva de mil credores, coberta de farrapos que já não se disfarçam. Intellectual, moral e economicamente, tudo a olhos vistos decae. Vós mesma, gemma ridente do norte, briosa provincia que nunca recuastes da vanguarda entre os melhores na paz e na guerra, vêde: a vossa maternidade inexgotavel de talentos, de heroicidade e de civismo não vos salva da depressão, do arruinamento geral. O thermometro do vosso futuro baixa rapidamente.

O functionalismo voraz, a afilhadagem insaciavel, a multidão infinita dos impostos paira sobre vós, ceva-se da

vossa vida, apascenta-se na vossa pobreza crescente. Vossa propria capital, a perola ridente do norte, traz já impressa na fronte, sensível a todos, a sombra das afflicções publicas: seus edificios, seus institutos, o ar mesmo de sua população, tudo exprime fadiga, velhice, miseria, desmoronamento. Amae e relembrae as grandezas de vossos avós; mas o que elles foram por yós, não vos esqueça que deveis sel-o por vossos descendentes. A memoria inextinguível dos que vos crearam e legaram a patria emancipada não quer o culto de um estéril enthusiasmo. Enquanto elles vos herdaram desbravado e semeado o terreno para a liberdade constitucional, não o vades transmittir aos vossos filhos, aos netos de vossos paes, extenuado, empobrecido, aridificado pela servidão. A cautela do absolutismo é o vosso flagello, o vosso abatimento, a vossa morte inevitavel. Conquistae pacífica e legalmente, pois, o uso das instituições liberaes, reassumi a vossa soberania constitucional, ascendei ao governo de vós mesmos, e sereis felizes, moralizados, invenciveis; sereis dignos do céu que vos cobre, da natureza que vos circunda, da historia que vos precede.

Esta a linguagem da consciencia universal, a linguagem dos factos e do bom senso. Queremos que seja a nossa, desagrade embora.

Para uma festa, ainda assim cremos que não destoará. São flôres tambem. São as flôres agrestes, mas puras da verdade.

Vão melhor ás alegrias populares do que as galas mentidamente risonhas de um optimismo falso.

Quando das grinaldas patrioticas as outras houverem murchado, estas ficarão, porque a sua vida não é de um dia, como a dos jardins, é eterna como a liberdade, que ellas corôam.

Em torno deste emblema, sim, podem reunir-se dignamente os nossos concidadãos. Por ora é apenas uma imagem: póde ser uma realidade, quando elles sériamente o quizerem.

Diario da Bahia, 2 julho, 1877.

CABALA COROADA

Tambem em 1830, aos 30 de dezembro, partia para a capital de Minas d. Pedro I.

Um historiador nacional, registrando as causas, os intuitos e os effeitos dessa viagem, enuncia-se assim:

“Como na provincia de Minas, uma das mais populosas do imperio, *o descontentamento tinha-se augmentado ainda mais que no Rio de Janeiro*, pensou o Imperador reprimir com a sua presença o desenvolvimento das idéas *de federação, que alli tinha tomado grande corpo*, e resolveu visitar aquella provincia...

“O Imperador, dirigindo-se á provincia de Minas, esperava que revivesse o enthusiasmo, que alli tinha causado em 1822. Mas *os tempos haviam mudado, e, em todo o seu transito, teve muitas vezes de presenciar os effeitos do descredito, em que tinha cahido.*”

Si o sr. d. Pedro II agora, em vespervas da sua annunciada visita a Ouro-Preto, sorrisse destas recordações importunas, poderíamos dizer-lhe:

Quid rides? *Mutato nomine*, de te
Fabula narratur.

Um espirito fatalista, em vez de um sceptico qual Sua Majestade, não deixaria de considerar com attenção as coincidencias, que aproximam essas paginas parallelas na existencia do pae e na do filho.

O proselytismo da idéa federalista arrastava a Minas o primeiro imperador. O segundo vae a Minas precisamente quando a propaganda federalista se apossa, não só dessa provincia, como das suas grandes irmãs circunjacentes. O fundador da monarchia foi levado a realizar a sua viagem a

Minas oito annos depois da primeira. Oito annos depois da sua primeira viagem regressa ás montanhas mineiras o successor daquelle principe. Pedro I e Pedro II percorreram a primeira vez a terra da *Inconfidencia*, quando as tradições da realza parecia terem superposto alli uma crosta impermeavel ás tradições da revolução. Um e outro voltam ao mesmo sólo, quando no torrão irreconciliavel com o despotismo se espalha ao longe a effloréscencia das aspirações revolucionarias. Aquelle aforçurado como o naufrago após a ultima esperança, atravessava as serranias por sitios impervios, arriscando-se aos accidentes de uma estação torrencialmente pluviosa. Este, aconchegado no conforto de um comboio especial, vae aventurar os ultimos restos da sua saude destruida ás endemias reinantes em Ouro-Preto. O filho de d. João VI, ao seguir para aquellas regiões, procurava no escrutinio popular o criterio das sympathias da corôa, submettendo á prova eleitoral o nome do ministro extra-numerario e itinerante, que o monarcha inventára para o acompanhar. Agora, as eleições imminentes são o movel determinante e o objecto manifesto da aventura, em que se vae jogar a vida e a honra do Imperador. Os fructos daquelle tentamen foram de cinzas e amargura: o despota viu destroçada nas urnas a candidatura do ministro perambulante, designado *ad hoc*, para que a victoria do throno se revestisse de excepcional solennidade; e o violador afoito da carta ouviu pelas quebras e valles da provincia insubmissivel á tyrannia resoarem os dobres funebres por Badaró, o martyr liberal, em Pouso-Alegre, em Sant'Anna, em S. Gonçalo, em Campanha, em Baependy, em Barbacena, em Tejuco, em Tamanduá, em Villa do Principe, em S. João d'El-Rei.

"D. Pedro voltou de Minas *profundamente desgostoso*", narra outro historiographo brasileiro, seguindo os passos do primeiro imperador no seu retorno á côrte. "Em caminho para o Rio de Janeiro, apresentou-se a beijar-lhe a mão Manuel Antonio Galvão, que ia tomar posse da presidencia de Minas Geraes. D. Pedro I, que em elevada e justissima estima tinha aquelle distincto e honrado brasileiro, chamou-o a conversação confidencial, e nella recommendou-lhe grande

prudencia no seu governo presidencial de Minas, *prevenindo-o*, em segredo, *de que era possível que em breve tivesse de abdicar a corôa do imperio.*"

Tarde surgiam no animo do imperante as velleidades de reconciliação com o paiz. Desde 15 de março, quando Pedro I chegou, em 1831, a esta capital, os seus actos foram uma série de palinodias genuflexas á nação e á legalidade. Recuando ante a attitude vigorosa dos vinte e quatro membros do parlamento, na representação de 17 desse mez contra as garrafadas das noites de 13 e 14, que preludiaram a entrada triumphal do principe, e as manifestações tumultuosas, que a compuzeram, o Imperador exonerava, logo no dia 18, o seu ministro viajante, e, no dia 19, o visconde de Alcantara, o conde do Rio-Pardo e o marquez de Paranaguá, outros tres instrumentos passivos do imperialismo, validos da sua mais intima privança, depositarios das suas confidencias mais graves, executores das suas conspirações mais caras. No dia 25 comparecia inopinadamente, sem convite, no templo de S. Francisco de Paula, ao *Te-Deum* mandado celebrar pelos liberaes, como uma especie de protesto religioso contra as usurpações da monarchia, em commemoração do juramento da carta constitucional. Aos 3 de abril convocava *extraordinariamente* a assembléa geral, cuja sessão ordinaria encerrara em 1829. Aos 6, dava a lume uma proclamação, referendada por todo o ministerio, transbordando em meiguices como estas: "Brasileiros! uma só vontade nos una. *Para que tantas desconfianças*, que não podem trazer á patria senão desgraças? *Desconfiaes de mim?* Assentaes que poderei ser traidor áquella mesma patria que adoptei por minha? Ao Brasil?... Ah! brasileiros! soçegae: eu vos dou a Minha Imperial Palavra que sou constitucional de coração." E ainda em a noite dessa data, horas antes de perder a corôa, mandava chamar o senador Vergueiro, pelo intendente da policia, Lopes Gama, para organizar um ministerio "verdadeiramente brasileiro". Vãs foram todas essas humilhações. A abdicação forçada já lhe impedia por instantes. O alvorecer da madrugada proxima vinha allumiar o ultimo dia do primeiro reinado.

Eis o epilogo da segunda viagem de Pedro I a Minas Geraes.

Entre aquella e a de hoje apenas uma differença vemos: é que em 1830, o ministerio se transportava na bagagem do soberano, e em 1889 o Imperador vae trambolhar na bagagem do ministerio. Em ambas as épocas o pesadelo da côrte é a federação; em ambas o fim immediato da viagem é a victoria eleitoral do governo. Da primeira o resultado foi a revolução. Qual será o da segunda?

Sua Majestade tem hoje por si uma defesa sagrada: a sua enfermidade. Pouco cabedal della fazem os seus ministros. Ao mesmo passo, com effeito, que o affastam de São Christovão, para evitar o beri-beri, que se diz grassar por aquellas cercanias, conduzem-n'o a Ouro-Preto, onde reina presentemente essa molestia até sob a fórma galopante, a que succumbiu, em duas semanas, o inspector da thesouraria. Mas que se lhe dá de tal ao gabinete? Rei morto, rei posto. As suas allianças são como o futuro, o seu pacto com o terceiro reinado. Gastão de Orléans vale bem Pedro de Alcantara. O que importa, na occasião, ao governo, é passear pela provincia contaminada de revolução a sombra do Imperador sobrevivente á sua propria pessoa. O sr. visconde de Ouro-Preto quer entrar de pallio na eleição, levando elle mesmo comsigo, sob a sua capa nova de pontifice, a custodia com a reliquia inviolavel, e expondo-a á reverencia das urnas.

Minas ainda não esqueceu a ultima passagem imperial pelo seu territorio, vae por oito annos. Definhavam então a tal ponto as finanças provinciaes, que os professores primarios rebatiam o seu minguado salario com desconto da quarta parte. A derrama que seguiu as pégadas de Sua Majestade, favoreceu, como sóe acontecer, a subserviencia dos felizes, aggravando as necessidades á pobreza activa dos desvalidos. A cal, com que se branquearam á pressa os pardieiros da indigencia, em homenagem ao transito do real excursionista, dissimulava sacrificios, privações e tributos dolorosos, impostos ás classes desprotegidas pela pressão dos festeiros officiaes; mas entre os desfructadores, do encarne, onde se sacia sempre a matilha de todas as cobiças assanha-

das por esse malbarato do sangue dos contribuintes, que assignala as peregrinações de el-rei pelos seus Estados, não poucos especuladores aperceberam lautamente de viveres as suas hucharias, mobiliaram com apuro as suas casas, e recheiaram de boas notas as suas algibeiras, graças aos fornecimentos leoninos, ás compras de pechisbeque para o ephemero fausto do Imperador. Despenderam-se, ao que se suppõe, seiscentos a setecentos contos do erario, afóra os incalculaveis desembolsos da fortuna partiçular; e os ministros liberaes daquella quadra, consultando as suas lembranças e as suas impressões, poderão dar testemunho de que, apezar de todo o manná esparzido, nem o ministerio nem a corôa sentiram enrijecida a sua saude, ou melhorada a sua popularidade.

Tão generosa quão independente, tão humana quão intrepida, tão sã no coração quão estoica no character, Minas receberá de certo o Imperador com a complacencia e a piedade, a que têm direito os annos do ancião, e os soffrimentos do valetudinario. A decadencia physica e moral deste principe, cuja velhice é a velhice da monarchia, infunde esse respeito, que emana das ruínas, senão pela reminiscencia de um passado bemfazejo, ao menos pela lição de uma experiencia desgraçada. Federalistas e liberaes deixarão passar o sequito do augusto doente. Não amarrotarão as flôres, com que se ornarn as illusões desta agonia. Ellas têm na phisionomia festiva a tristeza dos condemnados alegres na inconsciencia do seu destino. Depois de viver pela corrupção, a realleza expira explorada por ella. Parece convertida em títere do systema, a que deveu a sua viciosa longevidade. Os racimos encomendados, com que vae deixar-se engriñaldar pelas mãos de seus ministros, são a corôa da sua immolação ás impurezas do regimen, que ella creou, e que a vae amortalhar.

Nos paizes onde impera francamente a monarchia, os ministros, que não devem essa imminencia senão á importancia de chefes de partido e aos seus vinculos directos com o povo, abstem-se de tumultuar a administração, subornando o eleitorado á custa das funcções publicas; mas não hesitam

em dirigir pessoalmente os clubs politicos, em participar com a presença e a palavra nas assembléas populares, em lutar como os cidadãos, com as simples armas de cidadãos, pela preponderancia dos seus candidatos. Aqui, onde a corôa é quem dá as presidencias de conselho, um ministro que levantasse a voz em comicios eleitoraes incorreria nos reparos fatidicos do throno, que aliás lhes dá carta branca para as derrubadas administrativas. A legitimidade desses contrasensos, a curialidade dessa inversão já passou entre nós em julgado. Mas o que nunca se imaginara, é que o proprio sceptro descesse até á pollução da cabala, é que a familia imperial se dispersasse em viagens de eleição, é que o Imperador embarcasse em pessoa nas alliciações dos seus conselheiros contra a sinceridade do escrutinio.

Quando o ministerio 6 de junho se batia pela emancipação dos escravos, Sua Majestade não consentia que se removesse um cabo de destacamento, sem azoinar de admoestações os ministros. Ao ministerio 7 de junho, porém, em odio á federação, se permite remover em longa peregrinação pelo norte o esposo da herdeira presumptiva, e estadeear em passeio eleitoral ao sul o proprio chefe do Estado.

E' a primeira vez que a galopinagem eleitoral põe na cabeça a corôa imperatoria.

Do sangue vertido na Bahia em arrhas á realeza, do fausto arrastado em Minas como feitiçaria contra a agitação republicana, do artificio dos auxilios á lavoura, armada-lha a essa classe, rótulo para encobrir a coadjuvação ás candidaturas officiaes, espera o gabinete plasmar á imagem dos seus interesses a camara de 1889, a que o walpolismo aulico dará depois a ultima demão, para vir consolidar, sob uma brunidura de liberalismo, a monarchia cortezã, rebuçada nas fórmulas da monarchia representativa.

Minas, a austera, a incorruptivel, a inspirada no genio indomito dos seus serros, a vestal das tradições de 1817 e 1831, verá passar com desdem o prestito da domesticidade imperial e com dó as muletas do imperialismo invalido, a cujo transporte melhor quadraria a liteira do que a locomo-

tiva. O appello á mendicidade dos arruinados, ou dos avidos, não lhe prostituirá o civismo.

A sombra do Tiradentes ha-de protegê-la contra as seducções do neto e da bisneta de d. João VI.

O sr. visconde de Ouro Preto prepara á realza a sua ultima decepção. O concerto palaciano celebrado sob as crendencias do congresso liberal, que encenou o prologo a esta revolução da corôa, vae ter a sua marcha ovante e os seus trophéos de papelão agaloado. Mas os factos mostrarão que s. ex. é o peor inimigo da monarchia.

A federação acorda 1831. A historia repete-se...

Diario de Noticias, 25 de junho, 1889.

Uma folha desta cidade, redigida aliás por um homem de illustração, de espirito e de vocação liberal, qualificava, ante-hontem de idealistas os que vêem nos acontecimentos comemorados na data de hoje algum princípio superior aos interesses puramente francezes. Tudô se explica, entretanto, si advertirmos em que esta apreciação vem em esteio á defesa da nossa policia, amuada contra as manifestações pacificas, que a mocidade generosa das escolas annuncia em honra da grande revolução. Não aproveita ao esclarecido publicista a attitude assumida pelos governos europeus ante a celebração internacional, em que o mundo inteiro, voluntaria ou involuntariamente, vae render homenagem á nação, cujos destinos singulares abalam toda a historia moderna. A abstenção das côrtes não exprime sinão os resentimentos ainda vivos das dynastias magoadas, a rivalidade e o sobresalto das monarchias feridas nos seus sentimentos de familia e na sua estabilidade pela commoção extraordinaria, que cem annos não bastaram para extinguir. O sentimento popular e a intelligencia nacional, em sua parte mais eminente, em cada um desses Estados, exprobram aos thronos esse contraste entre o paiz legal e a nação viva.

Não ha cabeça menos idealista que a de John Morley, um dos pensadores mais fortes, ao mesmo tempo que uma das pennas mais classicas da Inglaterra contemporanea, sciencia formada nos mais profundos estudos positivos, capacidade politica do character mais sério, que lhe assegura hoje, na opinião publica, a graduação de immediato a Gladstone, autor dos livros mais sabios da litteratura britannica acerca do seculo dezoito francez, sobre Rousseau, sobre Diderot e os encyclopedistas, sobre Turgot, as suas reformas e o seu tempo. Pois bem, criticando a posição tomada pelo

governo conservador de lord Salisbury ante o centenario da revolução franceza, John Morley dizia, precisamente ha um mez, num eloquente discurso pronunciado em Shoreditch:

“Não terá escapado á vossa attenção que o embaixador inglez foi chamado a sair de Paris, afim de se não cuidar que sympathizasse com a Revolução Franceza. Nunca se commetteu, a meu ver, estulticie mais enorme. Ha cem annos que, no dizer de um dos nossos poetas, “a França, na sua colera, ergueu o seu vulto gigantesco, e, com um juramento que estrugiu pela terra, pelos ares e pelo oceano, feriu com a planta o solo, e jurou ser livre”. E’ uma fortuna para a Europa que a França o fizesse. E agora o nosso governo imagina poder tratar por cima do hombro a revolução franceza! Pois bem: Napoleão Bonaparte não teve muitas phrases nobres (teve muitas ignobeis); mas quando lhe submetteram um tratado com uma clausula que reconhecia a república franceza, saíram-lhe da boca estas nobres palavras: “Riscae este artigo. Quem não enxerga a republica franceza é como quem não enxerga o sol”.

E assim é ainda hoje. Particularmente singular se tornou este procedimento de agora, quando Jorge III e Pitt, que eram, em seu tempo, *tories* soffrivelmente convencidos, nunca se lembraram de pensar que os acontecimentos de 1789 merecessem ser condemnados. Não será ignominioso que o nosso governo descesse a esse acto mesquinho, por complacencia, creio eu, com o principe de Bismarck? Si quizerem dar voga a essas represalias historicas, o imperador da Allemanha terá contra nós um *casus belli*: porque os nossos maiores decapitaram Carlos I”.

Si idealismo quer dizer cegueira á luz da realidade, aferro a idéas absolutas, que a experiencia não verifica, idealistas são, tanto quanto os fanaticos da Revolução Franceza, os que a depreciam por espirito de systema, ou pelo receio pueril de se mostrarem vulgares, reconhecendo uma verdade de consenso universal. Por toda a parte, na Europa coeva aos successos de 1789, a expugnação da Bastilha passou como “o symbolo da queda do antigo regimen”.

O embaixador inglez de então, relatando o facto ao seu governo, concluia: "Assim se consumou a maior revolução que a historia recorda, e, relativamente falando, a considerarmos a importancia dos resultados, bem pouco sangue custou". João de Muller, o historiador da Suissa, conselheiro intimo, a esse tempo, do eleitor de Moguncia, qualificava, sob a mesma impressão, que o duque de Dorset, esse triumpho liberal como "o mais belo dia jamais visto desde a queda do imperio romano". Na Allemanha, Merck chorava de alegria, vendo, "nesse drama realmente shakespeareano, a primeira pedra para a ventura da humanidade"; o publicista Schloezer extasiava-se em hymnos como este: "Uma das maiores nações da terra sacode resolutamente o jugo da tyrannia: no céu ha-de ter-se entoado o *Te-Deum!*"; Gentz escreve a apologia da constituinte; Kant exalta no successo prodigioso a victoria da razão; Humboldt e Campe partem para a França a respirarem o ambiente da liberdade, e assistirem aos funeraes do despotismo; a irmã de Varnhagen von Ense adorna-se com a faixa tricolor e o pae corre a Strasburgo, a prestar o juramento civico, e inscrever-se na guarda nacional; Klopstock canta: "Porque não hei-de ter cem vozes para festejar a liberdade franceza?"; Schubart consagra a sua *Chronica* á vulgarização das idéas revolucionarias, increpa os seus conterraneos da vangloria de serem "os melhores subditos do mundo"; Wieland e Herder não lhe escondem as suas sympathias; os pensadores, a burguezia, e nobreza culta, o publico litterario todo acclamam nesse acontecimento o descortinar-se do ideal europeu. Goethe mesmo, que via na revolução "uma tempestade monstruosa e confusa turvando o bello estio do pensamento moderno, como a Reforma lhe annuviara a primavera sob a Renascença", o proprio Goethe, nesse incomparavel poema de *Hermann e Dorothea*, confessava:

"Quem negaria que o seu coração se expandisse e palpittasse num pulsar mais puro, mais livre, ao despontar no céu o primeiro raio de sol novo, ao ouvir-se falar nos direitos

do homem, iguaes para todos, na liberdade, que enthusiasma, na igualdade, que a honra? Cada um então esperou viver da sua propria vida: dir-se-ia romperem-se os laços que encadeiavam tantas nações. E todos os povos, nesses dias agitados, volviam os olhos para essa cidade, que fôra por tanto tempo a capital do mundo, e merecia agora, mais do que nunca, esse titulo glorioso”.

E essa era a emoção contemporanea, em Berlim, onde se reanima o grupo dos “amigos do saber”, em S. Petersburgo, onde, segundo o testemunho do conde de Segur, “francezes, russos, dinamarquezes, allemães, inglezes, hollandezes se congratulavam nas ruas, abraçando-se como si os houvessem libertado de cadeias oppressoras”; em Londres, onde a *Sociedade da Revolução*, fundada em memoria dos successos, que varreram, em 1688, a dynastia dos Stuarts, votava, aos 4 de novembro de 1789, sob a presidencia de lord Stanhope, uma mensagem de parabens á Assembléa Nacional.

A Europa comprehendeu, pois, immediatamente que se tratava de uma renovação geral no continente, não de luctas peculiares á localidade, onde se produzia a explosão. O presagio confirmou-se plenamente; e ainda agora, a um seculo de distancia, a corrente moral, que baixou daquelle cimo, actua profundamente na consciencia dos povos, enfraquece a resistencia dos governos, e permeia a substancia das instituições eliminando-as, reorganizando-as, ou expandindo-as.

Lêde'o livro famoso de Summer Maine, uma das autoridades que mais elevada magistratura intellectual exerce nos dominios da historia juridica e da sociologia, o seu livro do *Governo Popular*, escripto contra a democracia e a revolução; e evereis que os esforços do grande pensador não se concentram sinão em combater a demasia com que vai preponderando, na evolução politica deste seculo, a ascendencia do espirito de 89. Elle penetrou no amago da insularidade ingleza, operando alli transformações incalculaveis; invadiu com a sua influencia os órgãos mais altos do governo representativo, de tal modo que á acção desse phenomeno *frances*

se deve naquelle paiz o termo da corrupção parlamentar; derramou no pensamento politico da Grã-Bretanha "um fermento profundo"; e imprimiu ao curso tardio das reformas britannicas um impulso accelerator; que ameaça transfigurar, em pouco tempo, a constituição do Reino Unido, numa democracia sem freio nem contrapesos.

Essa necessidade, que todas as nações coetaneas sentem, de reduzir as instituições a um typo racional, desviando-se rapidamente da tradição "é fruto da revolução franceza". O moderno espirito de innovação é obra do seu genio. "Até então", dizia ha tres annos, Scherer, que ninguem ousaria arguir de idealismo ou de preferencias pela democracia, da qual é um dos mais formidaveis controdictores, "os governos tinham sido *governos de facto*, diligenciando, sobretudo, subsistir e crescer, e só se submettendo ás modificações impostas pelos factos.

Os governos de hoje prezam-se de ser *governos de direito*; chama-se a razão a transformar o estado de coisas determinado pela historia, a entrar na vida politica em todas as suas particularidades.

Principio revolucionario como o que mais o fôr, mas principio admittido ao pensamento de um povo, exerce nelle imperio irresistivel, possuindo, ao mesmo tempo, immensa força de propaganda. *A base revolucionaria franceza trasladou-se para a Inglaterra, onde está em via de transformar a constituição historica do paiz; gráo a gráo apoderou-se da Europa inteira, e encerra em si a alma da historia politica deste seculo*".

As dynastias que têm allianças politicas, ou moraes, no antigo regimen, nunca se poderão affazer á imagem dessa reivindicação, que foi, nos seus primordios, o maior acto de justiça, em toda a historia, contra a organização secular e continental da tyrannia, porque o character peculiar dessa transformação foi ser incomparavelmente contagiosa; porque não ha exemplo tão insigne de cegueira dos principios na imminencia das revoluções, mais claramente annunciadadas, nem da lei scismica que termina fatalmente por essas commoções populares os despotismos inveterados.

Não admira, pois, que, quando a monarchia brasileira declina rapida para o occaso, amortalhada pelos seus erros, a casa imperial do Brasil não veja de boa mente desfilar as gerações novas perante a lição desta data.

O governo, que se constituiu para salvar o throno, enredando as consciencias na corrupção, deve lisonjeal-o nesta fraqueza da descrepidez.

Diario de Noticias, 14 de julho, 1889.

PLANO CONTRA A PATRIA (*)

Já ninguém se illude quanto aos designios da empreitada, a cuja execução estamos assistindo. Os actos successivos do ministerio da guerra e do ministerio da justiça, providencialmente reunidos na mesma mão, em relação ao exercito e á guarda nacional, não deixam duvida nenhuma sobre o projecto subterraneo, que o gabinete acaricia, e cujo desenlace se aproxima rapidamente. A cada canto, no seio de todas as classes, no circulo de todas as ordens de idéas e interesses, não ha quem não reconheça, quem não aponte, quem não discuta, a longa trama tortuosa, que se vai desdobrando para um fim evidente, e é mistér que a imprensa não abafe o éco do sentimento geral, da apprehensão geral, da geral antipathia com que os espiritos mais diversos nas conveniencias, nos principios, nas aspirações se ajustam na reprovação desse enredo e na previsão, mais ou menos clara, das suas consequencias funestas.

Uma prevenção malevola incha de machinações temerarias o animo do governo contra o exercito e a armada. Quanto mais a população se aproxima dessas classes, quanto mais com ellas sympathiza, quanto mais estreita affinidade se estabelece entre a vida civil e a vida militar, quanto mais a força armada se retempera nas fontes vivas da evolução nacional, tanto mais profunda se accentua, nas influencias que hoje dominam e absorvem a corôa, a desconfiança contra esse elemento de paz, de segurança, de liberdade. Emquanto, noutros paizes, a realza se compraz, se expande, e se revê no desenvolvimento dos exercitos de mar e terra,

(*) Este artigo foi, no animo de Benjamin Constant, o impulso decisivo para a revolução de 15 de novembro. Veja-se: Ruy Barbosa, *Discursos e Conferencias*, 1907, ps. 434.

buscando fazer delles um laço de união indissolúvel entre a monarchia e a nacionalidade, aqui, nestes ultimos tempos, á medida que a obscuridade eterna vai descendo sobre o espirito do imperador, uma suspeita maligna enverga contra o soldado brasileiro as disposições da camarilha atarefada em preparar a successão do conde d'Eu. Coube ao partido liberal a desgraça de achar-se, num periodo de gravidade suprema como este, sob a direcção de homens, cuja ambição se ufana de assentar o pedestal da sua gloria sobre o aviltamento dos seus concidadãos. Entregaram-no, pois, trahido, a essa obra nefasta em beneficio das más inspirações do terceiro reinado, cujo empreiteiro-mór comprehendeu a vantagem de encapar a orientação liberticida dos seus intuitos sob a responsabilidade de um partido ostensivamente consagrado ás reformas liberaes, persuadindo-se de que a bandeira destas, a sua popularidade, o seu engodo poderiam habilital-o a triumphar contra o paiz, consorciando habilmente a astucia com a força, mediante a eliminação obrepticia do exercito brasileiro.

Os documentos dessa conjuração ahi avultam na historia desses ultimos mezes, harmonicamente entretecidos numa urdidura cuja evidencia só não se patenteia aos idiotas. Por sobre a armada passa o vergalhão do ministro da marinha, açoitando-a, estalando-a, enlameando-a, atirando-a ao longe, desagregada, rôta, esparsa, na expectativa de annular-se-lhe o civismo, e arruinar-se-lhe a solidariedade, pela dispersão, pela sizania, pela instabilidade das posições. Com o exercito uma politica insidiosa e tenaz usa alternativamente a corrupção e a violencia, empenhadas no mesmo proposito com a mais obvia harmonia de collaboração. Um a um vão-se-lhe destacando os batalhões, para os pontos mais longinquos do imperio, enquanto uma contradança incessante transfere os commandantes dos corpos, buscando levar a todá a parte a confusão da incerteza, e desdar systematicamente os vinculos estabelecidos pela confraternidade militar entre superiores e inferiores, entre soldados e officiaes.

Ao mesmo passo, contra todos os compromissos do partido liberal, sem a menor explicação plausivel na situação

interior e exterior do paiz, organiza-se rapidamente, na côrte, a guarda nacional. Os banqueiros presenteados pelo ministerio, co-interessados na politica mercantil que o absorve, são chamados a commandar os nossos batalhões, atropeladamente recrutados, retribuindo ao governo em actividade na consummação desse seu empenho, os benesses, com que elle profusamente os mimoseia nas honras heraldicas, nos arranjos bancarios, nas empresas industriaes. Graças a essa permuta de serviços, o fardamento, o armamento, o municiamento completam-se com uma celeridade inaudita, que não se poderia exceder, si tivéssemos o inimigo devastando-nos a fronteira, e a salvação da nossa integridade territorial puzesse urgentemente em contribuição toda a energia do governo.

Este não põe rebuço nas suas preferencias pela instituição rediviva, alvo do ridiculo geral no dia da sua reaparição e da antipathia publica no rapido curso de seu desenvolvimento. Um official, que a 7 de setembro, levantara a espada, na rua do Ouvidor, contra as gargalhadas dos espectadores, teve dias depois numa condecoração o premio da façanha. Põe-se timbre em dar á nova milicia armas de excellencia superior ás da tropa de linha. Encommenda-se-lhe, ao que se diz, artilharia Krupp, á custa dos argentarios, que vieram converter a guarda nacional em um ramo armado dos bancos.

Acceleram-se-lhe violentamente os exercicios. Empregam-se os invalidos em brunir-lhe e asseiar-lhe o armamento. E, para que nada falte á pompa de seu triumpho, assegura-se que á mingua de praças adestradas nas suas fileiras, artilheiros de linha, carnavalescamente phantasiados em guardas nacionaes, figurarão solennemente, a 2 de dezembro, na parada das milicias do principe consorte.

Entretanto, o exercito ir-se-ia escoando, batalhão a batalhão, até desaparecer da capital do imperio o ultimo soldado, e ficar o Rio de Janeiro entregue ás forças do conde d'Eu: a policia, a guarda nacional, a guarda civica.

Para encobrir as intenções reaes da traça inenarravelmente maligna e grávida de perigos, que acabamos de bos-

quejar, dando-lhe visos de legitimidade, a velhacaria explorada consiste na mais perfida e calumniosa propaganda contra o bom nome do exercito e da esquadra, maculados pelas intrigas officiaes, cuja senha se cifra em descrever as nossas forças militares como um ninho de revolução e indisciplina. A falsidade é digna da causa, a que serve.

Em apoio dessa atoarda, propalada com insistencia, com jeito, com uniformidade systematica pelos actos do governo, pelas insinuações da sua imprensa, pelas confidencias apparentes de seus familiares, não ha, em toda a nossa historia, um facto, um vislumbre de prova indiciativa. Percorremos a chronica destes ultimos tres annos, desde a primeira emergencia da questão militar, desde que os seus symptomas iniciaes, denunciando os passos de ensaio na luta do governo contra o exercito e armada, coincidem com a molestia do imperador, e a imminencia da ascensão de sua filha ao throno. Onde em todo esse largo trato de tempo o menor toque de rebeldia no procedimento dos nossos bravos soldados, dos nossos gloriosos officiaes?

Começou este periodo na conservação conservadora, sob o ministerio Cotegepe, em consequencia de infracções palpaveis do direito militar, commettidas por elle. Na sua resistencia circumspecta, respeitosa, cordata contra o abuso, obedeceu o exercito a impulsos condemnaveis, desconhecendo a razão e impondo o capricho? Mas a nação inteira pronunciou-se por elle. Mas o partido liberal em peso levantou-se contra o governo, arguindo-o de tyrannia contra os brios da farda brasileira, exortando-a a não esmorecer no conflicto e fraternizando com ella nas confabulações particulares, na imprensa, no parlamento. Mas a representação nacional pelo seu unico órgão são e prestigioso, o senado, reprovou a attitude ministerial. Mas o actual presidente do conselho, o senador Affonso Celso, foi exactamente quem iniciou naquella camara, a moção onde se convidava o gabinete a recuar um caminho hostil á legalidade. Mas o gabinete mesmo reconheceu o seu erro, retratando-se d'elle, penitenciando-se publicamente da culpa e cedendo sem reservas ao exercito o que o exercito reclamava.

Teve a questão a sua segunda phase no ministerio 10 de março. Mas de onde proveio ella? Do infausto pensamento já então externado pela familia imperial, mediante factos materiaes e escandalosos, de crear uma guarda sua contra a nação, de entrincheirar-se na escoria das ruas contra o povo, de semear pelas sargetas da cidade os primeiros germens da guerra civil. E que fez o exercito? Onde soffreu por elle a ordem publica, a segurança da propriedade, a autoridade dos poderes constituidos? Qual foi o dia em que a imprensa o taxou de ameaçar a nação? Quando é que o jornalismo brasileiro deixou de estar ao seu lado, animando-o, applaudindo-o, coroando-o?

Com o ministerio Ouro-Preto sobrevem a terceira crise da questão formidavel. Mas porque? Exactamente porque o inaugurador da situação liberal timbra em pautar o seu governo pelo padrão dos abusos, que a sua parcialidade exprobrava, com toda a eloquencia da sua indignação, aos dois gabinetes conservadores. Mettendo no seu seio o barão de Ladario, esse ministerio nasceu com uma bomba no flanco. Esse nome era um programma contra a marinha. Contra o exercito o ministerio 7 de junho reviveu, desenvolveu e entretem a collisão por uma série de revoltas formaes contra a legalidade e a dignidade militar:

Pela prisão do tenente Carolino;

Pela denegação caprichosa do conselho de guerra;

Pela demissão do coronel Mallet a bem do serviço;

Pela exoneração insidiosa do general Miranda Reis;

Pela censura á officialidade da segunda brigada, a proposito da legitima expansão dos seus sentimentos em applauso de um mestre venerando; cuja palavra o ministro da guerra escutara em silencio acquiescente;

Pela ordem que remove para as fronteiras do imperio o tenente Carolino, roubando-lhe as garantias da defesa militar, e entregando a justiça, no exercito, ao arbitrio administrativo;

Pela segunda tenção transparente nessa reconstituição violenta da guarda nacional;

Pela missão implicitamente confiada a esta no seu armamento em condições superiores ao da força de linha;

Pela dispersão gradual dos batalhões.

E como tem resistido até hoje, o exercito a esses desmandos, a essas prevaricações, a essas crueldades? Simplesmente requerendo o cumprimento da lei, e deixando aos órgãos da opinião a discussão dos seus direitos. Não obstante, um systema de suspeita, de prevenção, de espionagem, se estabeleceu contra elle, como si fôsse uma Internacional armada, uma maçonaria carbonaria, uma arregimentação de desordeiros refolhados, de cuja presença fôsse necessario varrer as immedições do throno, para o entregar nos braços das hostes pretorianas, a cuja inconsciencia Cesar confia a herança do seu genro.

Infelizmente para o governo, a população o conhece, discerne claramente os interesses a que elle serve, os projectos que incuba, os instrumentos de que se utiliza.

O povo brasileiro sabe a que procedencias se vai buscar a nova guarda nacional, evocada com a intensidade de um imperio, e não perde, illudido pelo disfarce dos novos figurinos, a physionomia da desordem, da capangagem, do elemento anarchico, subversivel e irresponsavel, nomeado, nas eleições, pelos cabecilhas locaes. O povo brasileiro não esquece que essa policia, armada agora á Comblain, para poder medir as forças com a tropa de linha, representou sempre o espirito perturbador, a possibilidade malfazeja, a violencia impune nos annaes desta cidade, onde, nos dias de questões abolicionistas, foi preciso enjaulal-a, certa vez, num quartel, para evitar sanguinosas desforras contra os sentimentos liberaes da população fluminense. O povo brasileiro sabe, emfim, que o exercito não personifica senão as grandes tradições da patria, na paz e na guerra, e os que não confiam nelle é porque têm razões para desconfiar da nação.

Na sua transição para o terceiro reinado a monarchia orleanizada precisa de massas brutas, de forças passivas para arremessar contra o paiz, cortando-lhe a evolução na-

tural, e levantando, neste continente, uma potencia anteamericana, sob a influencia dos preconceitos incuraveis das velhas casas reinantes da Europa, expatriadas pela liberdade victoriosa e trazidas a estas plagas pela nossa má estrella, como agouzeiras aves de arribação. Mas o exercito que não se compõe de revolucionarios, tambem não consta de janízaros. Não é aulico, nem politico; não pertence á dynastia, nem ás facções. E' nacional e constitucional. E' o guarda das instituições contra a desordem e a tyrannia. E' a soberania da lei armada. E' o baluarte das nossas liberdades organicas contra as conspirações que as ameaçam. Forma em torno do direito popular a trincheira impenetravel do heroismo; e as opiniões, as propagandas, as reivindicações pacificas expandem-se legalmente á sombra da sua imparcialidade tutelar. Não ha de prestar á escravidão politica os hombros com que destruiu a escravidão civil. Aqui está porque as prevenções palacianas se voltam hoje contra o exercito, ao mesmo tempo que nelle se concentram as esperanças liberaes.

Com o instincto dessa missão nacional, com a consciencia desse papel patriotico, o exercito não pode, e certamente, não ha de subscrever a sua propria extincção, e, muito menos, o anniquilamento pela deshonra, pela calumnia, pela illegalidade, pela proscripção, essa morte moral a que parece quererem condemnal-o antes de dissolver-o.

Si o partido liberal, pois, não é um rótulo, um disfarce, uma mentira, considere na terrivel responsabilidade em que se vae emmaranhando com a sua submissão implicita ás combinações urdidas na politica inepta e calamitosa do Visconde de Ouro-Preto. Ao proprio gabinete, si ainda lhe restasse ouvido para ouvir o conselho, ou a supplica dos que não negociam com o bem publico, ao ministerio mesmo em nome de todos os deveres que ligam individuos e governos á patria e á humanidade, adjurariamos a fugir esse despeanhadeiro, renunciando ao intento de dispersão do exercito e entrega da capital á triplice guarda do paço.

Ha quasi sempre alguma coisa impalpavel e mysteriosa no seio dos acontecimentos que conspira contra as conspirações, mesmo quando essas veem de cima para baixo, e esse elemento do imprevisto bem poderia voltar-se contra os conspiradores de Sua Majestade.

Diario de Noticias, 9 de novembro, 1889.

BOAS VINDAS (1)

O eminente estadista (2), que felizmente acaba de regressar da Europa, e que não pôde furtar-se a certa responsabilidade indirecta na origem desta situação, tendo-a deixado cair das mãos, quando a corôa lh'a offerecia sem condições, capitulando ante a idéa que s. ex. representava, vem encontrar o paiz em circumstancias, que vão pôr sériamente á prova o patriotismo, a austeridade e a vocação politica do illustre senador. Acreditou o prestigioso chefe liberal que seria indifferente á sorte dos principios e ao caracter geral da administração o nome do primeiro organizador no periodo aberto pelo naufragio do gabinete 10 de março, uma vez que as prevenções imperiaes contra a reforma das reformas se rendiam á discricção, e os elementos de toda a ordem conspiravam em alhanar o caminho ao inaugurador da éra, cujos destinos se entregaram ao sr. visconde de Ouro-Preto.

Era uma illusão desinteressada e generosa, mas, ao nosso ver, politicamente deploravel, de que outros, meños experientes e capazes do que o sr. conselheiro Saraiva presentiram, annunciaram, desde o primeiro momento, os perigos e o mallogro. Agora vem s. ex. encontrar a confirmação mais completa das nossas previsões e dos presagios geraes do paiz. Espiritos inferiores e subalternos poderão deixar-se enfeitizar pelo fulvo reflexo deslumbrante dessa camada de ouro, que desce como um manto de magico dos hombros do nobre presidente do conselho. Animos fracos em tempera liberal enganar-se-hão talvez com o apparato de

(1) Note-se a coincidência deste titulo com a proclamação da Republica, na manhã em que era lido este artigo.

(2) Conselheiro José Antonio Saraiva.

reformas democraticas chocalhadas no elencho de milagres baratos, que vae estrepitar na falla do throno. Mas a perspicacia, a experiencia, as faculdades reflexivas do sr. Saraiva não se deixarão adormecer á tona das apparencias, travéz das quaes transluz uma realidade corrompida, antipathica á nação e funesta ao partido liberal. A distancia não terá consentido provavelmente a s. ex. embeber-se no sentimento de reprovação publica, que envolve o gabinete. Mas esse instincto adquirido, que forma nos homens de Estado uma capacidade especial, sensivel ao primeiro contacto dos factos, não requererá muitos dias, para apprehender a verdadeira impressão da actualidade, e saturar-se no desgosto popular, que a decompõe.

Antes de mais nada cabe ao nobre senador um dever de piedade paterna, que s. ex. por certo melhor do que nós comprehenderá: depor uma corôa de saudades no jazigo daquella instituição, a que s. ex. antepôz sempre todos os seus interesses de partidista. Da eleição directa, cuja honra o sr. Sáraiva punha timbre em zelar religiosamente, não resta hoje mais nada, além da memoria, ou imagem, mere-triciamente infamada. O pleito eleitoral de 31 de agosto reproduziu, na escala dos mais depravados tempos de outr'ora, a lazeira antiga do regimen extirpado pela lei de 9 de janeiro. Nunca a gestação de uma camara foi mais estritamente administrativa e policial, na accepção rigorosa deste qualificativo. Graças a esse regresso á prostituição primitiva, tornamos ao opprobrio das unanimidades parlamentares, cujo vicio organico condemna de nascença a situação liberal ao rachitismo e á dissolução prematura. A circumstancia de ser esse o acto de iniciação da politica liberal e a primeira prova, a que foi submettida a sinceridade dos seus compromissos, promoveu contra o partido, cuja solidariedade se suppõe emprenhada nesse desastre moral, um descredito, de que elle bem difficilmente se rehabilitará, e implantou nas almas uma desconfiança aparentemente invencivel contra a possibilidade da regeneração do governo representativo na orbita das instituições estabelecidas.

Genio politico de esphera muito curta, posto que de brilhantes talentos juridicos e parlamentares, o visconde de Ouro-Preto capacitou-se de que o melhor serviço, que podia prestar á monarchia, era alardear os recursos, que lhe assistem, para esmagar sob o peso do poder as dissidencias que a combatem; não advertindo em que, pelo contrario, dest'arte, por esse grosseiro processo de compressão, o que se conseguia era accrescentar mais um argumento formidavel á heterodoxia republicana, provando a incurabilidade da realza e a identidade essencial dos nossos partidos regulares sob a influencia perversiva da corôa. Faltando insignemente ás esperanças dos seus correligionarios mais esclarecidos, o presidente do conselho soube desempenhar, com uma rigidez digna de outra causa, o seu pacto com a familia imperial, devassado e estigmatizado logo ás primeiras manifestações da existencia do gabinete. A peste do republicanismo baniuse inexoravelmente da Cadeia Velha. O federalismo viu-se proscripto com rancor implacavel, como uma especie de transmigração insidiosa do flagello, cuja extincção o chanceller do conde d'Eu concertára com o imperante real; não escapando dos adeptos dessa bandeira, senão aquelles que tiveram a prudencia de não arvorar-a no combate.

Mas o federalismo e o republicanismo estão mais fortes, achando-se fóra do parlamento, e actuam muito mais poderosamente sobre a elaboração do sentimento popular, do que si se dirigissem ao paiz da tribuna da camara dos deputados, onde hão de penetrar, queiram ou não queiram, impondo-se á nação official, que a occupa, mediante a força da opinião, que o nosso Walpole suppõe ter corrompido com os fâmosos empréstimos eleitoraes.

O trafico de consciencias que estes desenvolveram, á custa da fortuna publica, immoralmente malbaratada em proveito dos interesses do gabinete, não acha termo de comparação entre nós. Todos os seus empreendimentos, com effeito, obedecem á mania do gigantesco. Assim fôsem elles concebidos para o bem da patria e a expansão franca das idéas liberaes. Applicada, porém, ao emprego da venalidade eleitoral, essa escala do enorme deu-nos o espectaculo

da mais monstruosa feira politica, explorada a beneficio das conveniencias de uma ambição descommedida e insaciavel. Mais que edificada já deve estar a classe agricola sobre a lealdade das benções, com que lhe acenava a seducção dos *auxilios á lavoura*; e, entre os mais simples dos que se deixaram enleiar nessa teia, não haverá hoje meia duzia, para continuarem a applaudir o miseravel engodo, offerecido á ingenuidade dos arruinados e dos espertos. Estes, conhecendo o nome ás coisas, não perderam o seu tempo. Mas aquelles, os necessitados, os honestos, os uteis aguardam, ainda agora, á porta dos bancos, á cata dos advogados politicos e dos banqueiros parlamentares, que os auxiliem com o *sésamo* irresistivel do seu ascendente sobre as burras favorecidas.

O resultado, em summa, é não haver, com effeito, discolos declarados na camara quatriennal; mas o throno desceu meio covado no atascadeiro, onde já vacillava, e a pressão revolucionaria accentuou-se com uma energia, que a menor crise poderia levar á explosão. Antes desta desillusão, realmente, o paiz voltava ainda os olhos para o partido liberal, cuja missão parecia talhada para abrir entre o imperio e a maré americana das republicas, que o cerca, o dique das grandes reformas. Mas cinco mezes bastaram, para consummar o maior dos desenganos. E, si o braço de um homem excepcional não levantar desta quéda esse partido immolado ao personalismo estreito do presidente do conselho, a corôa amanhã terá de ir pedir a salvação ao arrocho conservador, cuja interferencia determinará inevitavelmente a catastrophe decisiva, si essa não tiver rebentado sob o dominio liberal.

O ambiente de corrupção em que elle respira, não póde passar despercebido aos severos habitos administrativos do sr. Saraiva, cujo olfacto não é certamente o daquelles a quem essas impurezas só impressionam desagradavelmente, quando revestem as fórmulas da glutoneria alambazada, que assignalou entre nós um recente periodo ministerial. Essas gros-

seirias removem-se a vassoura, como o lixo que se atira ás carroças do asseio municipal, sem deixar vestigio no chão. A corrupção gravemente perniciosa é a que assume o caracter sub-agudo, chronico, impalpavel, poupando cuidadosamente a legalidade, mas sentindo-se em toda a parte por uma especie de impressão olfactiva, e insinuando-se penetrantemente por acção physiologica no organismo, onde vae determinar diatheses irremediaveis. Quando são do poder um governo dos que cultivam esse genero de corrupção, a herança de interesses illegitimos que elle semeou, tem deitado no sólo raizes reproductivas, que consummirão os mais estrenuos esforços e as mais heroicas intenções do seu successor, em longo, ingrato e muitas vezes improficuo trabalho de escalrachar.

Daqui a poucos dias Sua Majestade escandirá solennemente, no discurso da corôa, a groza das reformas do visconde de Ouro-Preto. O paiz já as conhece, e já as julgou.

Seria preciso que elle se compuzesse de cretinos, para admittir a genuinidade da reorganização do nosso direito eleitoral pelo demolidor da eleição directa. O povo que o viu rasgar com esse desassombro a conquista liberal de 1881, não pôde encarar sem desprezo a idéa de ampliação dessa conquista pelo inimigo que a inutilizou. Promettem-nos a generalização do voto. O paiz agradece-a, emquanto ella vier acompanhada e neutralizada pela restauração da guarda nacional.

O sr. Saraiva, a quem nunca ninguém recusou os foros de uma honra illibada, incapaz de trahir os seus deveres, não poderá certamente conformar-se com a tentativa, a que acabamos de alludir. S. ex. tem a sua probidade politica inscripta entre a daquelles que condemnavam a guarda nacional como uma instituição incompatibilizada, entre nós, com o governo do povo pelo povo.

S. ex. não ha de ter esquecido que o partido liberal estava compromettido a acabar com os ultimos restos dessa machina de violencia eleitoral. Vendo-a agora recompor-se peça a peça; vendo-a reerguer-se, de simples instrumento de

suborno á vaidade; a que estava quasi reduzida pela lei de 1873, ás condições de uma verdadeira organização militar; vendo-a levantar-se armada de ponto em branco, aforçuradamente, como si a invasão inimiga nos violasse as fronteiras; vendo-a, enfim, entrelaçar-se com o mercantilismo politico, associar-se a elle como os gemeos siamezes pela membrana do capitalismo bancario ao serviço dos amigos do presidente do conselho, o sr. Saraiva não poderá desconhecer que o mal, a cuja destruição se votara, pelos mais calorosos juramentos, o seu partido, acaba de renascer por obra intencional d'elle, ou dos que o desmoralizam, representando-o, em circumstancias de uma gravidade centuplicada. E não nos parece crível que s. ex. esteja disposto a subscrever essa deserção aggravada.

Hontem, ao desembarcar, havia de ter lido s. ex., numa folha da manhã, que a guarda nacional annuncia, para a noite de 1.º de março vindouro, um baile aos officiaes do exercito e da armada, baile de que já ha dias se fallava, e cuja procedencia official se conhece. Dessa noticia inferirá o illustre recémchegado, provavelmente, que o exercito e a guarda nacional se abraçam, sob a mão abençoadora do presidente do conselho, na mais intima confraternidade. Mas a verdade é que a evidencia ostentossissima da politica ministerial convenceu o exercito brasileiro de que a guarda nacional não foi reerguida, senão para o substituir, apóz a sua dispersão, friamente machinada e executada tenazmente pelo gabinete. A armada e o exercito já sentem impendente a si das mãos do governo um pensamento de suspeição, uma ameaça sinistra, já realizada em fulminantes medidas preventivas contra alguns batalhões, e planejada, sem rebuço, contra os restantes. Isso quando as nossas forças militares de mar e terra são, entre nós, num paiz em dissolução e numa sociedade sem pontos de resistencia, nem elementos conservadores, o grande palladio tradicional da paz, da constituição e da liberdade.

A politica do visconde de Ouro-Preto consiste em ter o Imperador prisioneiro do medo á republica. E' por ahi que

elle indispõe a corôa contra a federação; é por ali que o conjunto dos seus actos contra o exercito e a armada converge todo elle a caracterizar a monarchia como insulada no meio do paiz e ameaçada precisamente pelas classes, que, em toda a parte, são a base de estabilidade dos governos: contra a desordem, a exaggeração e a utopia. Si isso é que é servir aos interesses de conservação da dynastia, não atinamos o que faria o ministerio, si quizesse solapal-a, combalil-a, e sossobral-a na guerra civil.

Aos nossos olhos, o monarchismo do visconde de Ouro Preto assemelha-se ao escravismo do barão de Cotegipe como dois irmãos germanos. A differença apenas está em que o segundo se limitava a accelerar a ruína de uma causa perdida; e o primeiro perde uma causa, cuja salvação estava nas suas mãos, e ainda porventura estaria agora nas de algum estadista liberal, que devéras o seja, e concentre a vontade necessaria para reprimir este despenhamento.

Em que peze, pois, aos cegos e aos hypocritas, continuaremos a sustentar que, si o verdadeiro amigo é o aconselhador desinteressado e veraz, o amigo verdadeiro das instituições constitucionaes tem sido o *Diario de Noticias*, que nunca lhes mentiu, e já lhes deu as maiores provas de que não é capaz de exploral-as, como as estão explorando os seus conselheiros actuaes. O curioso é, porém, que o governo semeia a injustiça, a violencia, a illegalidade, a proscripção contra classes inteiras, os elementos, enfim, que ameaçam a constituição nas suas bases; e depois, ante as consequencias dos seus proprios actos, pretende responsabilizar por ellas os que as temeram, os que as prognosticaram, os que, exactamente por terem a intuição dellas, se affastaram do governo provocador e anarchista.

Mas a cegueira dos fadados á perdição é a mais incuravel das amauroses; e os doentes dessa enfermidade costumam suspeitar dos seus amigos mais puros, e inclinar-se aos seus inimigos mais perigosos.

A monarchia cabalista, a monarchia banqueira, a monarchia dos nababos de bolsa, a monarchia guarda-nacional,

a monarchia anti-federalista, a monarchia perseguidora das forças militares: eis a criação monstruosa e inexprimível do ministerio 7 de junho.

Seríamos temerarios em affirmar que essa invenção não póde ter o assenso do sr. senador Saraiva?

Diario de Noticias, (Sexta-feira), 15 de novembro de 1889.

A VIDA NA INGLATERRA

(Excerpto de uma carta)

Londres, 1894.

.....
Eis-me afinal, meu bom amigo, nesta terra entre todas grande e singular, onde me sinto tão humilde de ser brasileiro e tão soberbo de ser homem. Este é, a meu ver, com effeito, o paiz, dentre todos, onde a humanidade tem a sua maior glorificação, porque é aquelle onde a liberdade é mais perfeita, onde o direito é mais seguro, onde o individuo é mais independente e onde, por isso mesmo, o homem é mais feliz.

Verdade é que no esplendor radiante do seu disco se destaca a miseria, immensa macula solar.

Mas por esse contraste não são responsaveis as suas instituições. Elle desenvolve-se a despeito dellas, não sei si blasphemo dizendo como um mal necessario, como um derivativo incuravel da enfermidade humana, da nossa eterna insufficiencia, do nosso "peccado original", para me servir da formula religiosa, que tem o merito de ser a mais expressiva, senão a melhor, na designação desse mysterio, perennemente contraposto ás conquistas do nosso orgulho e ás maravilhas do nosso progresso.

E, afinal, os que tanto declamam contra os horrores da indigencia ingleza, — que inventaram até hoje, para remedio contra o formidavel soffrimento? — O socialismo, que systematiza o mal, repartindo a pobreza, como se repartiria o pão ou a fortuna; e o anarchismo, o nihilismo, que barbarizam o mundo contemporaneo, armando os despotas e appa-

relhando esse eclipse geral da liberdade, que ameaça a tarde do nosso seculo e a manhã do vindouro?

Quando esse melancolico phenomeno anoitecer o mundo, os paizes inglezes serão talvez a unica zona da civilização moderna onde os principios liberaes não se terão apagado.

E por ahi é que ha de alvorecer o dia futuro. Na obra da civilização occidental, não ha, talvez, mais que tres papéis supremos: o da Judéa, berço do monotheismo e o do Christo; o da Grecia, criadora das artes e da philosophia; o da Inglaterra, patria do governo representativo e mãe das nações livres. O sólo onde ella pisa reproduz-lhe espontaneamente as instituições. Os povos que saem das suas mãos, livres todos como ella, na America, na Australia, na Africa, são outros tantos renovadores da humanidade. Bemdita esta raça providencial! Releve, meu caro amigo, este accesso de contemplação especulativa.

Perverso seria quem nelle descobrisse a menor intenção allusiva, o mais leve pensamento de applicação. *Honni soit qui mal y pense.* São os ultimos sopros do ideal num espirito desilludido, onde morreu de todo a esperança. Neste seu amigo já não ha sinão um resto de philosophia.

O velho pratico da aldeia, esse despediu a clientela por uma vez, enterrou a sua misera sciencia, o seu ridiculo arsenal de cirurgia barata, as suas veleidades de curandeiro. Agora, si algum dia puder voltar ao theatro de suas antigas tolices, não será mais para montar a velha mula de medico. Irá explorar qualquer coisa, plantar batatas, e chorar num canto a amarga velhice, eterna mestre do egoismo, unica lição efficaz das coisas desta vida, si Deus, criando a amizade, não a encarregasse de disputar áquella árida influencia as almas infelizes.

Em geral os que veem á Inglaterra, com especialidade os nossos compatriotas, se limitam a frequentar-lhe as grandes capitães: Londres, Liverpool, Manchester, etc.

E saem daqui sem conhecer a Inglaterra, sem suspeital-a sequer.

E' necessario, para sentil-a um pouco, estar no campo

inglez, percorrel-o, habitar as villas ou as cidades de terceira ou quarta ordem.

Coube-me esta fortuna, vindo morar os primeiros mezes em Teddington, pleno districto rural, posto que a uma ou meia hora de Londres, conforme o trem, e com comboios para ali, e para toda a parte, incessantemente. Em torno de mim, mais ou menos proximo, em distancia e importancia a este, tenho um estendal de pequenas cidades, ou logarejos encantadores: Hanton, Wich, Stracoberry Aill, Kingston, Richemond, os immensos jardins de Kess Garden, onde se encontra em magnificos exemplares a flora do mundo inteiro, o parque florido de Hampton Court, superior como jardinagem, tirante os bronzes e os marmores, ás Tulherias. Em vinte minutos, no maximo, posso encontrar-me em qualquer desses pontos. E depois, banhando Teddington e todos elles, o Tamisa, rio maravilhoso, cujas margens desdobram aos olhos do espectador um quadro continuo de *cottages*, de castellos, de primores rusticos, de amostras, variadas ao infinito, da mais risonha cultura, e cujas aguas, em toda parte, coalham-se de botes, de faluas, de canôas elegantes, de pequenos vapores de recreio, de lanchas electricas, de casas fluctuantes (*boat houses*), literalmente cobertas de flôres como verdadeiros alegretes, ornadas e mobiliadas com todos os caprichos do conforto britannico, onde toda uma população se diverte ao ar livre, conservando entre a multidão, individualistas do *home*, os circulos de familia, o habito, as doçuras do *tête à tête*. Atravessei varios paizes, neste continente e no outro, mais ou menos bellos, mais ou menos adiantados.

Só na Inglaterra encontrei esta continuidade ininterrupta na cultura e no movimento, esta physionomia geral de satisfação e de progresso. Nem um só povoado em abandono, nem uma casa em ruinas, nem uma choupana esboçada. Aqui não se sente a decadencia em parte nenhuma; tudo se renova, medra e floresce. Deus deu, de mais a mais, a este povo, entre as suas qualidades fortes, um instincto incomparavel da natureza: o privilegio de amal-a intelligentemente, associando, em um grau admiravel, a mais delicada

sensibilidade, ás suas caricias com o gosto mais subtil na sciencia de aproveitar-lhe e realçar-lhe as bellezas.

Todo este paiz é uma alfombra de relvados, hortas, searas e jardins, sobre cujo xadrez se destaca um arvoredado poderoso e frondescente, como o genio da raça que o habita.

Infelizmente, meu amigo, mal me posso embeber neste meio tonificante, e gozar este espectaculo reparador, porque entre mim e elle se levanta, como uma nuvem de cinza, o meu estado moral, a minha entranhada hypocondria, a minha insanavel decepção. Não posso tirar os olhos da infinita injustiça, que se agita em tempestades furiosas de odio contra o meu nome, e pergunto a Deus que mal fiz eu ao menos conscientemente, aos meus compatriotas, para merecer, em trôco, esta agonia, menor ainda pelo que eu soffro, do que pelo que vejo soffrer os que me são caros. Meu espirito vive sob esta pressão, de modo que os dias sombrios ou nevoentos me acabrunham pela sua tristeza; os limpidos e azues, como o de hoje, pela sua alegria. Nuns me fere o contraste e a lembrança do céu da minha terra, noutros a correspondencia entre a natureza e a minha atmospha interior, a imagem pesada e taciturna do exilio. Em consequencia, esta viagem, que podia ser uma abertura de novos horizontes para a minha intelligencia e um reservatorio de novas forças para minha saude exhausta, está condemnada á esterilidade para o espirito e para o corpo, ambos os quaes se me quebrantam agora e me envelhecem mais rapidamente do que nunca.

Fôra dos hoteis, o custo da vida na Inglaterra é mais barato do que em França, e do que em quasi todos os paizes da Europa, excepto a Belgica, Suissa e Italia.

Em Teddington, onde ella sae mais cara do que em Londres, uma excellente casa, perfectamente mobiliada e guarneçada de tudo, com todos os requisitos do conforto inglez, custa £ 54 por trimestre, ou £ 18 por mez. Uma criada (*housemaid*) recebe 30 Sch. por mez e uma cozinheira 48. Como vê, ainda carregando com todas as desvantagens do nosso cambio actual, tudo é muito mais modico do que no Brasil. Habito, influencia do meio, ou sentimento do dever,

a gente do serviço distingue-se aqui por um espirito de exactidão e disciplina, que é preciso ter casa, para poder avaliar.

A regularidade perfeita e a precisão silenciosa da acção dos criados na sua tarefa quotidiana dão ao regime das casas a apparencia de um mecanismo de relojoaria. Cada coisa tem o seu lugar e a sua hora, predeterminadas e invariaveis como si uma machina automatica acudisse a cada necessidade com a sua satisfação immediata, sem que os donos da casa encontrem a menor occasião de exercer a sua autoridade. Especialmente para as senhoras isto é um encanto novo e inesperado, uma especie de revelação magica. Na casa, como na sociedade politica, não se sente quasi a necessidade de governo. A distribuição dos deveres (lei imposta ou convencional, escripta, ou não escripta) actua, por assim dizer, *da se*.

O phenomeno desta disciplina moral, generalizada a todas as classes, é, a meu ver, o aspecto mais notavel da civilização ingleza e o segredo do seu vigor.....

.....

A ORAÇÃO DO PARANYMPHO

O discurso proferido pelo paranymphe dos doutorandos (1) na ultima collação do grau e reproduzido hoje, com grande honra para nós, nas columnas desta folha, é um desses trabalhos, perante os quaes a admiração e o respeito pelas verdadeiras superioridades se devem abster de qualificativos, que, por deficiencia, ou excesso, mareiam sempre o valor das obras-primas.

Nessa especie de marasmo senil que se apoderou desta sociedade envelhecida no berço, a voz de um homem de sciencia, repassada no exemplo da sua vida, apostolando á geração nova, ameaçada pela precocidade na decadencia, a confiança na efficacia regenerativa do trabalho intellectual e no amor da verdade, é um desses successos, que aos menos contentes da sua época e da sua nacionalidade, faz assomar aos labios as palavras de Tacito: *Neque adeo sterile virtutum fuit soeculum, quin et bona exempla prodiderit.*

Aquella oração resoará longamente na faculdade. Em amplas encyclias na superficie dormente dos espiritos a queda da palavra bemfazeja, como a de um bólido no oceano, se propagará por muito tempo de circulo em circulo ao redor do centro ferido pelo corpo luminoso. Se, na imagem sagrada relembrada pelo orador, as pedras dos templos alluidos, clamarão, quando os sacerdotes calarem, os accentos do mestre, naquella sonora e forte expansão de sua alma, são como o aviso dos prophetas precedendo o echo das ruinas. Dir-se-ia termos chegado ao periodo extremo dos vaticinios inuteis. Mas, quando elles obedecem a essa inspiração im-

(1) Dr. Francisco de Castro, cuja oração se acha incluída no volume *Discursos*, Rio, 1902.

maculada, que só o culto das leis universaes pôde inspirar aos seus investigadores, e falam nessa lingua casta, em que os artistas vasam para a immortalidade as creações do seu talento, ha, na amarugem de tristeza que reçumam, traços desse prazer do ideal, que conforta os desalentados.

E' a segunda vez que o insigne professor deixa os vincos da sua eloquencia nessas regatias do governo republicano contra o ensino superior. A prodigalidade, mettida a economia depois de fallida, entendeu que o primeiro excesso, cujo escandalo devia desaparecer da lista do seu superfluo, era o luxo dessas instituições, que nas Allemanhas, nas Franças, nas Italias, em todas as nações carecentes de restaurar o organismo arruinado, tem sido sempre o primeiro objecto da attenção de pensadores e estadistas. No Brasil politico, no Brasil administrativo, no Brasil legal pereceu esse sentimento, ainda não morto, felizmente, no Brasil intellectual. Hoje mais do que nunca ha, entre nós, o mais profundo antagonismo entre esses dois mundos. Emquanto a nação pensante conserva ainda, na sua opacidade crescente, alguns resquicios da antiga impregnação moral, como os ultimos raios reflectidos nas trevas pela face de um solido, a que se subtraiu o contacto da luz, o Brasil official está literalmente reduzido á universidade do sophisma, á privilegiada falsificação de tudo, a um grande mecanismo destinado estritamente a fabricar o chefe do Estado e os suseranos provinciaes. Todos nós pouco mais somos que uns comediantes, movendo-se neste tablado, de que se sumiu quasi inteiramente a sinceridade, afugentada pelo desanimo, pela solidão, ou pelo terror. O ensino superior não pôde resistir a este meio: deve declinar, e fenecer.

Desses projectos legislativos, porém, que "todos os annos lhe preparam a desorganisação e a morte", não se carregue a culpa ao predominio legislativo. Do poder legislativo, nesta colonia dos nossos credores estrangeiros, pouco mais resta que a sombra. Mas a essa mesma devemos alguns beneficios inolvidaveis, como o de nos ter salvado, ha quatro annos, da dictadura e, ha dois mezes, da policia turca. Quanto ao mais, o que nos tem affligido, é antes a subser-

viencia do parlamento que essa tyrannia parlamentar, cuja extincção "o Aristoteles moderno" indigita como a missão capital das modernas democracias.

O philosopho, em homenagem a cujas doutrinas o sabio brasileiro quizera que este seculo se sobrenomeasse "o seculo de Spencer", transcendeu, em muitos pontos, na sua assombrosa synthese philosophica, a meta do seu tempo. Nas suas obras, como nas de Comte, os inimigos dessas organizações docentes, em cuja defesa teve a palavra do nosso orador tão vivo scintillar, encontrariam ás melhores armas, que ao obscurantismo politico poderia ministrar a autoridade do saber na sua altura mais culminante. Na *Estatica Social* ha um capitulo inteiro contra a ingerencia do poder na esphera da instrucção publica. "A nossa definição das funcções do Estado", escreve o autor, "assim como prohibe ao Estado ministrar a religião e a caridade, assim lhe veda ministrar o ensino".

Em nossa humillima condição deante de tal summidade, ousariamos dizer que nos parece mais adequada á nossa era a opinião de Stuart Mill, professando que, "em materia de ensino, a interferencia do governo é justificavel, por ser um desses casos, em que não ha no interesse e criterio do consummidor segurança bastante da excellencia do producto". A capacidade, tambem prodigiosa, de John Mill mede melhor, se nos não enganamos, a relatividade dos tempos, cujo sentimento parece enfraquecer-se nessas eminencias, onde se libra o pensamento synthetico de um Herbert Spencer, como nos cimos vertiginosos, que apanham os raios solares de outro horizonte, se enfraquece, com a immensidade da distancia, a visão das realidades inferiores. Ainda é cedo, na região dos factos, para estabelecer a equivalencia, que o extraordinario synthetizador estabelece, entre a religião do Estado e o ensino official, sustentando que os fundamentos contrarios á adopção da primeira militam com a mesma energia contra a admissão do segundo.

Triumphando as theorias do autor da *philosophia synthetica*, iriamos cair em cheio, dadas as condições actuaes do nosso paz, nesse millenio dos charlatães e ensalmeiros,

contra os quaes o dr. Francisco de Castro vibrou alguns dos mais penetrantes epigrammas da sua eloquencia, e teriamos de ver abolida essa missão da medicina publica, instrumento e conselho dos governos na defesa sanitaria dos povos, tão bem definida pelo orador no seu escorço magistral.

Aos olhos da abstracção inflexivel interpor-se o Estado ao curandeiro e o cliente, que o consulta, ao pharmaceutico e o freguez, que lhe reclama uma applicação clinica, é infringir os direitos do individuo, transgredir a lei moral. Vá o enfermo buscar a cura nas mãos de quem lhe pareça; exerça o facultativo licenciado por si mesmo a medicina entre os que o buscarem. O uso dessas profissões é meramente questão de liberdade commercial. Deve ser regulada pelos mesmos canones da offerta e procura. Se ao governo não póde caber a tutela sobre a hygiene moral das almas, tão pouco lhe póde tocar a inspecção da hygiene phisica nos Estados. Não se melhora a saude publica por actos do parlamento. Tributar o povo, afim de sanear as cidades, impôr condições de idoneidade ao exercicio de uma profissão, cujos erros topam a cada passo na morte, é violar a liberdade nos seus reclamos essenciaes.

Eis a escola spencerina, a mesma, neste assumpto, do positivismo, cuja filiação aliás nem Spencer, nem Mill, nem Huxley aceitam. Esse excepcional engenho de Comte, cujos erros encontraram formidaveis dissectores nos tres sabios inglezes, communicou ao animo dos seus alumnos, cujo peso a republica, no Brasil, ainda não cessou de sentir, figadal inimizado ao ensino official.

O mestre que, confessando não haver lido em idioma algum Vico, Herder, Hegel, ou Kant, qualifica, no mesmo volume, a Kant como o maior dos metaphysicos modernos, e espraia-se pela sua philosophia nos maiores encarecimentos, não deixou em tudo aos que o viessem a seguir o melhor exemplo de não se envolverem no que não tivessem estudado. Tão pouco acreditamos que lhes houvesse traçado o caminho natural á perlustração dos conhecimentos humanos, quando, expendendo a sua discriminação entre as sciencias abstractas e as concretas, aventurou a proposição singular

de que o estudo especial dos entes vivos se funda necessariamente no estudo geral das leis da vida. Mas, se a nossa conhecida incompetencia nesta seara nos tiver levado acaso a tomar por absurdo a verdade na apreciação deste juízo, já nos não poderiam oppôr a mesma declinatoria, ao affirmarmos que na intolerancia das religiões oppressivas não se encontra formula de ataque mais radical a esse livre exame, a essa liberdade da consciencia scientifica, preconizada pelo eloquente paranympo, que a do auctor da *Philosophia positiva* nestas palavras memoraveis: "Não ha liberdade de consciencia em astronomia, em physica, em chimica, na *propria philosophia*; neste sentido que toda gente acharia absurdo não crer de fé os principios estabelecidos nas sciencias pelos homens competentes".

Contra essa dictadura dos competentes, contra esse dogmatismo das autoridades consagradas nos deu o mais solenne exemplo o alumno predilecto de Torres Homem, na franqueza, com que, em um dos lanços mais notaveis do seu discurso, abre aos seus discipulos a consciencia de observador, confessando que, em materia de pyretologia indigena, tudo o que os mestres lhes herdaram "é um acervo de incongruencias, confusões, opiniões heteroclitas, ridiculas, ou erroneas".

Relevem ao curioso, sem pretensões á minima sabença num assumpto em que não passa de mirão, a liberdade, que toma, de exprimir o que sente, a proposito do trecho, onde o profundo investigador levanta publicamente a ponta de um véo, que, ha muito, o esperavamos ver rasgar. Está denunciada, afinal, por quem o podia fazer, essa preocupação do impaludismo, entre nós, como nariz de cêra para os estados morbidos mais diversos, "desde a scepticemia aguda, ou chronica, até á toxicose uremica, desde a lymphagite grave até á tísica latente, desde o choque operatorio até á pedra na bexiga". Está solennemente chamada a attenção dos nossos medicos para uma confusão, que terá custado, e poderá custar innumeradas vidas.

Vae por sete annos que tivemos uma grande impressão, ouvindo, pela primeira vez, decifrar, com a transpa-

rencia meridiana da sua palavra, pelo dr. Francisco de Castro o mysterio da frequencia dos *accessos perniciosos* entre nós. Era a proposito da morte inesperada, que tivera, nos primeiros mezes de 1889, um dos mais habéis estadistas do imperio. Adoecera cerca do meio-dia, e sobre a tarde, pelas sete horas, expirara, victima do accesso sinistro. Mas não era o ter expirado, como que por uma sideração, quasi fulmineamente. Era ter, como nos descreveu o seu assistente, o organismo inteiro, muito antes da morte, inutilizado por degenerações profundas, invadido por uma anarchia geral. Eram essas lesões anatomicas, operadas, em poucas horas, no corpo vivo, como pela saturação de um toxico violento, o que se nos gravou indelevelmente na memoria espantada. Quando, tres annos depois, numa das nossas palestras em uma cidade de aguas, reproduzimos ao illustre professor de propedeutica os commemorativos daquelle caso funesto, foi com assombro que vimos fulgurar em longo relampago aos nossos olhos a verdade, ouvindo immediatamente diagnosticar por elle, naquelles phenomenos tenebrosos do *accesso pernicioso*, um caso typico de uremia aguda.

Depois muitas outras existencias uteis e saudosissimas vimos arrebatadas pelo improvisado da mesma surpresa, baptizada com o mesmo nome, envolvida no mesmo quadro de symptomas devastadores. Todos aquelles organismos estavam mortos, antes de morrer. Se fosse possivel imaginal-os sobrevivendo, seria para sobreviverem á ruina dos seus órgãos essenciaes. Entretanto, numa especie, em que o autor destas linhas escapou de perder a mais cara das vidas que o acompanham, especie em que era indubitavel o accesso pernicioso, e o doente esteve a pino da morte, varrida a tempestade, não deixou a menor reminiscencia da sua passagem: estava em pé, estava são, estava illeso, no dia seguinte, o enfermo.

Agora a obra do illustre facultativo espera o seu complemento. As suas palavras impõem-lhe sério compromisso. Desvende inteiramente a fallacia do impalludismo. Rompa com os oraculos de Epidauro. Reduza o accesso pernicioso ás proporções do seu activo real. Desbrave deste

refugium peccatorum a clinica do Rio de Janeiro. Poupe-nos a nós, ás nossas familias, aos nossos conterraneos as consequencias irreparaveis desse equivoco inveterado. Abra essa época na literatura da nossa medicina.

Terá merecido egregiamente de sua patria, da sua profissão e daquelle Senhor das recompensas eternas, que o sabio professor não se envergonhou de confessar, entre a mocidade sceptica e a incredula velhice, com a uncção destas palavras: "Esta é a função clinica, a que se effectua á cabeceira dos doentes, no retiro dos seus affectos, sem outro juiz nem outra testemunha mais que Deus, sempre presente e vigilante na consciencia dos que se aproximam d'elle pela fé, invocam a sua misericórdia nos desfallecimentos da razão, sabem adoral-o, como manda o Evangelho, em espirito e verdade".

A Imprensa, 7 de fevereiro, 1899.

A MISSÃO NABUCO

Philosophava do pulpito um dia o padre Vieira: "Não ha maior delicto no mundo que o ser melhor. menos eu a quem amara das telhas abaixo, antes lhe desejara um grande delicto que um grande merecimento. Um grande delicto muitas vezes achou piedade: um grande merecimento nunca lhe faltou a inveja. Bem se vê hoje no mundo: os delictos com carta de seguro, os merecimentos homisiados". Mas a generalidade dos applausos com que foi acolhida a escolha do sr. Joaquim Nabuco para a nossa representação no arbitramento sobre a pendencia anglo-brasileira, ali está deixando ver, por uma excepção bemvinda, que nem sempre se verifica o pessimismo, ainda mal quasi sempre certo, do grande pregador.

Não era de nossa parte, que o acto do Governo podia ter duvida na approvação. Muito ha que aconselhamos á Republica a selecção das capacidades em todas as opiniões, e em todos os partidos. Por outro lado, em todos os tempos, o autor destas linhas tem sido um dos que mais admiração professam pelo merito do nomeado, cuja carreira ascendente acompanha desde os primeiros surtos. Lamentavamos a muralha, apparentemente insuperavel, que o separava do serviço do paiz, sob as instituições actuaes. Não podiamos, portanto, deixar de estimar a occasião patriotica que lhe estendeu afinal, por sobre o fôssco das prevenções ordinarias, a ponte de honra, considerada, com razão, pelo nosso eminente conterraneo, como "um presente da fortuna".

As qualidades organicas do sr. Joaquim Nabuco não lhe permittiam, por mais que quizesse, furtar-se á actividade politica. Sobre a compressão que lh'a vedava, ella irrompia a miudo, nos seus escriptos, em juizos, sentimentos, suggestões de actualidade que involuntariamente o punham em con-

tacto com os homens, as coisas e os factos correntes. Na *Vida* monumental de seu Pae e na encantadora *Historia* de sua Formação, transborda a exuberancia de uma personalidade, cujo poder de acção não lograva conter-se no refugio meditativo da religião e das letras, a que o idealismo do artista suppunha ter disciplinado as exigencias dos luctadores. Accedendo, logo, pelo que não ha sinão louval-o, ao convite do Governo, o patriota cedia, ao mesmo tempo, insensivelmente, a uma necessidade da sua tẽpera, a uma força interior da sua vocação e expansão inevitavel da sua individualidade, a um impulso do seu destino, que o não creou só para escrever com a sua penna a historia, sinão tambem para a elaborar com os seus actos.

Habituaado a proceder "como seu proprio chefe", não faz cabedal o dr. Joaquim Nabuco da sentença, em que o hão de julgar entre as intransigencias e os fanatismos de um e outro extremo. Com taes independencias não se accomoda a politica de partido. Bem fez, porém, o illustre Brasileiro em não proceder como homem deste ou daquelle bando militante, mas como amigo de sua patria, cuja existencia e honra, superiores a todos os regimens, não se ligam essencialmente á sorte de nenhum.

Nem sempre se pode servir á nossa terra, sem desservir aos nossos correligionarios. Nas conveniencias dos seus, desfechou consideravel golpe a attitudo isenta e livre do dr. Joaquim Nabuco, pondo acima de todos elles as do Brasil, as da sua nacionalidade, as da sua perpetuidade, as da sua integridade. Ainda que se não inspirasse, porém, sinão nos supremos interesses desta causa suprema, a collaboração de um monarchista de tamanha valia, nas responsabilidades da tarefa republicana, ha-de, necessariamente, actuar como um jacto de agua fria no fervor das esperanças imperialistas.

O commum dos espiritos não é capaz dessas discriminações delicadas. Para os membros da sua communhão politica, este nome, que o novo regimen acaba de incorporar ao escasso peculio das suas utilidades, era um desses cimos inaccessiveis, que hypnotisam a confiança dos ultimos confiantes. Que o zelo destes, pois, se sinta profundamente ma-

A MISSÃO DE NABUCO



goado no melindre de seu exclusivismo e o abalo da surpresa lhes invada o derradeiro presidio da sua fé, suscitando amargos resentimentos, mui natural será, muito humano. Nem faltará no acervo das queixas o concurso dos logicos da escola, em cuja balança, pesadas, no desenlace eventual da missão, as duas hypotheses, se dirá talvez que a victoria viria aproveitar unicamente á consolidação da Republica, ao passo que o revéz comprometteria a aspiração monarchista, compromettendo-lhe a popularidade na pessoa de um dos seus mais altos representantes.

Como essa commoção influirá no seio do monarchismo, si operando como reactivo, para o decantar dos elementos duvidosos, precipitar os principios jovens, e promover entre elles a homogeneidade, a cohesão, a solidez, si lavrando, pelo contrario, como dissolvente, para apressar a sua realização na massa republicana, só o tempo o dirá, pronunciando-se entre as conjecturas de hoje.

Seja, porém, como fôr, um incontestavel serviço, ao menos terá prestado, com este proceder, o dr. Joaquim Nabuco, á situação dos seus correligionarios politicos neste regimen. E esse beneficio é, simultaneamente, um beneficio ao paiz. A tolerancia, que até hoje tão difficilmente se lhes tem concedido, através de suspeitas e perseguições, deve-lhes estar assegurada agora na extensão da mais plena liberdade. No habil convite do governo republicano ao preclaro monarchista, na annuencia do monarchista ao convite republicano, está implicitamente sellado um pacto inviolavel de reconhecimento dos direitos constitucionaes da opinião politica, a cuja porta a republica foi bater em busca de um auxiliar para a solução das difficuldades nacionaes. E tanto maior vem a ser o alcance dessa alliança, a sua expressão, e sua inquebrantabilidade, quanto a inicitiva nasceu espontaneamente de um governo, cujo chefe, noutro theatro, se assignalou pela dureza de um politico de reacção desabrida contra a propaganda monarchista. A evolução do sr. Campos Salles é intelligente, é patriótica, e serve melhor aos sãos interesses da republica do que os mesquinhos recursos do intolerantismo official, cuja chronica de brutalidades e sangue tanto nos en-

vergonha. Esperemos que, de ora em diante, o paiz não continue dividido em bons e maus cidadãos, pela orthodoxia do poder, e que, sob uma constituição, cujas garantias nos permitem discutir a Deus, não se tire a Brasileiros a faculdade de questionar a republica. Esta não tem o direito de negar a liberdade de um partido do valor de um de cujos proceres se utilize em materia de tão alta gravidade.

Dest'arte se habituarão a servir em commum á nação as duas opiniões oppostas, combatendo-se no terreno dos interesses contingentes, e completando-se na esphera dos deveres superiores (1).

A Imprensa, 13 março, 1899.

(1) A este artigo respondeu Joaquim Nabuco, enviando a Ruy Barbosa a seguinte carta:

"Rio, 14 de março de 1899. — Meu caro Ruy — E'-me grato, depois de tanto tempo de separação, ter que lhe agradecer o seu artigo de hontem, repassado da velha camaradagem que nos liga desde a adolescencia, quando faziamos parte do mesmo bando liberal da Academia. Os seus elogios não são outra coisa sinão a munificencia do seu espirito, que pode fazer presentes destes sem despojar-se. Não aceitei o encargo que me era offerecido sem grave relutancia e constrangimento, nem sem ter procurado de diversos modos afastar de mim o calice. E' para mim, com effeito, um penoso sacrificio e um grave compromisso esse de embrenhar-me intellectualmente durante annos pelo Tacutú e Rupunani, sobretudo tendo que me separar de minha mãe, que breve completa a idade perfeita dos antigos, os 81 annos, e cuja velhice feliz é hoje o meu maior empenho: *consummatio tamen aetatis actae feliciter*. Não escuto, porém, tratando-se de minhas crenças politicas, o *obliviscere populum tuum et domum patris tui*, que retinha aos ouvidos de Newman ao deixar Oxford e a religião auglicana. A monarchia só poderia voltar com vantagem para o paiz si os monarchistas se mostrassem mais patriotas do que os republicanos. Eu, pelo menos, é em duelo de patriotismo que queria ver a causa nobre e justamente decidida. Creia-me muito sinceramente convencido do que pratiquei á custa do maior dos sacrificios, o de expôr-me ao juizo dos Phariseus e dos Publicanos, em vez de acabar já agora, no refugio meditativo da religião e das letras; mostro que, si morrer amanhã, não levo para o tumulto sómente um espirito monarchista e liberal, levo tambem o coração brasileiro. Ninguem dirá que a politica e a diplomacia brasileira pode ser hoje a mesma que era hontem, quando a Federação Ame-

ricana ainda se conformava ao conselho dos seus fundadores de não ter colonias nem querer alliados. Todas as altas posições e funcções politicas entre nós, seja do Governo, seja da opposição, seja da imprensa, tem, pois, d'ora em diante, que ser aceitas sob a impressão do terror sagrado proprio dos que elaboram os destinos nacionaes em uma época de crise e mutação. E' este o tempo para todas as imaginações suggestivas e creadoras se aproximarem, para todas as dedicações e sacrificios se produzirem si quizermos salvar a honra e os creditos da nossa geração, á qual veio a caber uma hora de taes responsabilidades. Eu repito o que dizia meu Pae em 1865: "Deus não permitta que a historia deplore a sorte de uma nação nova, cheia de recursos e de vida, mas infeliz por sua culpa." Ha um terreno superior ao das dissensões politicas em que espiritos de igual tolerancia, de igual elasterio, de igual patriotismo, podem e devem sempre collaborar uns com os outros, no interesse commum do paiz; esse terreno pertence a *leaders* de opinião, como Ruy Barbosa, alargar cada vez mais, e dar-lhe a força e a consistencia do granito. — Creia-me com todos os meus velhos sentimentos de confraternidade liberal, amizade e admiração. — Sempre seu, meu caro amigo, — *Joaquim Nabuco.*"

ENTRE VELHOS AMIGOS

Infelizmente, retardada de um dia pela circumstancia de haver sido communicada para fóra da capital pelo serviço da folha ao seu redactor-chefe, temos o prazer de dar hoje a lume, com as honras que se lhe devem, a carta, com que nos honrou o dr. Joaquim Nabuco.

Ainda bem que o seu nobre espirito fez justiça ao autor destas linhas em não descobrir em nosso editorial de trasant'hontem outros sentimentos além dos que lhe transluzem á superficie, sem malicias, reticencias, nem entrelinhas. Dirigindo-se, na sua resposta, ao antigo companheiro das suas primeiras lidas intellectuais, evocando as reminiscencias da confraternidade, que já então nos unia nas mesmas aspirações liberaes, na mesma vocação da imprensa, no mesmo amor das letras, com a diferença apenas entre nós, da sua superioridade indiscutivel, não lhe enganou o instincto do seu coração. E' ainda a mesma aspiração daquella época, a mesma cordialidade, o mesmo interesse pelo futuro de um nome, em cujos primeiros triumphos os seus condiscipulos já adivinhavam grandes horizontes de gloria, vastas perspectivas de luminosa celebridade.

Certo que não podiamos escolher acontecimento de consequencias tão consideraveis, quer para o seu protagonista, quer para a politica da actualidade, dar o nosso juizo em relação a um successo de faces tão complexas, com uma apreciação inteiriça na aquiescencia, ou na censura, no jubilo, ou nos receios. Tão pouco nos era possível saudar o advento de um homem como o dr. Joaquim Nabuco, do seu valor, da sua expressão, da sua força, a uma situação nova, e inesperada como esta, com um simples hymno de epithetos louvaminheiros, com uma glorificação de adjectivos.

No ponto de vista que a *Imprensa* tem occupado entre os seus illustres collegas, buscando prégar sempre aos republicanos a tolerancia, aos monarchistas a transacção, evitando constantemente os extremos, e incorrendo, por isso, tanta vez, na animadversão dos irreconciliaveis, tínhamos a inevitavel obrigação e a necessidade impreterivel de projectar sobre todos os aspectos desse facto a luz da reflexão desinteressada e imparcial.

Si elle fôsse nos arraiais do antigo regimen o signal de um movimento de aproximação para o novo, seria o caso de felicitarmo-nos, vendo realizar-se, enfim, a evolução advogada por nós, desde 1893, nas columnas do *Jornal do Brasil*, quando, em uma série de artigos editados por essa preocupação, escrevemos dali o nosso *manifesto aos conservadores*.

Si, pelo contrario, as fileiras monarchistas se retraissem, e recuassem diante “do ponto de honra”, onde não se deixam as convicções, indo servir á patria nos seus reclamos superiores, seria, entre os melhores amigos do paiz, occasião de grave tristeza pela esterilidade politica de sacrificio tamanho.

Em todo o caso ninguem estava em condições de avaliar melhor que o autor destas linhas, cujo espirito já viu diante de si esse cálice (1), mas sem a coragem de prová-lo, que Deus felizmente liberalizou ao nosso eminente amigo, reunindo-lhe o vigor d'alma á mais alta capacidade. E' uma circumstancia que, a bem da verdade historica, e em defesa contra a incansavel malignidade, somos obrigados, e com o maior constrangimento, a mencionar. Quando ao autor destas linhas offereceu a missão concernente á pendencia com a França, de cuja honra elle julgou dever declinar, o dr. Manoel Victorino, instando pela sua annuencia, declarou-lhe que essa missão, si o convidado a aceitasse, se entenderia tambem, depois, á questão de limites com a Guiana

(1) Em 1896 fôra Ruy convidado para advogado do Brasil na questão da Guyana Franceza.

Holandeza e com a Guyana Ingleza. A consciencia de sua fraqueza não lhe permittiu arrostar a immensidade dos perigos da tarefa.

Si em nossa linguagem, pois, divisar alguém traços, que não sejam de pura exaltação pelo acto patriótico do sr. Joaquim Nabuco, nada os terá inspirado, sinão o zelo por uma reputação, que é hoje uma das poucas fortunas de nossa vida politica, por uma força, em que, aos olhos dos seus condiscipulos, dos seus amigos, dos seus conterraneos, sempre se enxergou uma das reservas preciosas do nosso porvir.

Façamos votos á Providencia, para que ella o laureie vencedor.

A Imprensa, 16 março, 1899.

DANTON EM OURO-PRETO

Porque Danton? A que proposito aqui o homem da audacia? Que associação de idéas pode haver entre o martyrio dos inconfidentes e a truculencia dos terroristas? Da altura, de onde fala o nobre presidente da Republica, as palavras não chegam ao chão: propagam-se pelo ar, e caem nos espiritos, para germinar o bem, ou o mal. Eis porque nos não seria licito deixar sem nota o seu brinde do dia 24, na velha capital mineira, onde s. ex. disse: "Sim, senhores, vim ver a terra legendaria e santa da liberdade. Quando pela primeira vez visitei a capital da França, minha maior admiração foi pela estatua de Danton, como symbolo da audacia na revolução. Tambem hontem, quando galguei as pittorescas ladeiras de Villa-Rica, entre as acclamações do povo, lembrei-me dos inconfidentes mineiros. Brindo, pois, a Ouro-Preto, como berço da republica brasileira."

Perdõe-nos o illustre orador: as conclusões não se acham de boa avença com as premissas. O *pois* está a servir ali de colchête a sentimentos, que se repellem. Não se pode um homem lembrar dos inconfidentes mineiros com a mesma admiração com que se extasiava diante da estatua de Danton. Não ha sinão repugnancia e inconciliabilidade entre as tradições politicas da antiga Villa-Rica e os exemplos demagogicos de Paris. Não pode haver sinão antagonismo entre o berço de uma republica gerada sem crueldades republicanas, pelo modelo saxonio da submissão commum de todos os poderes á lei, e o laboratorio do regicidio, do setembrismo, da Convenção, da Communa.

Terra de reminiscencias liberaes é Minas, terra consagrada á liberdade. Mas, por isso mesmo, nunca sympathizou com os ditadores, com os Dantons. O heroe de sangue, preconizado, ao lado de Francia e tantas outras en-

carnações typicas da ferocidade, no igrejário positivista a que o chefe do Estado acaba de fazer esta mesura, na época em que se trama e propala a reabilitação judicial do attentado anarchico de 5 de novembro, é uma das expressões mais radicaes e sanguinosas da democracia illiberal, da democracia reactiva, da democracia anti-americana. Minas só teria aversão por essa figura classica da ditadura inchada e rhetorica, atroz e retumbante. Minas, si fôsse um pedaço da França, quando o parceiro de Marat e Robespierre a cobria de guilhotinas, seria para fechar as suas montanhas aos decretos dos proscriptores, e franquear aos perseguidos essa hospitalidade, de encontro á qual se tem ido inutilizar, sob a Republica, o desespero das perseguições.

A honra dos immolados pelo absolutismo colonial no Brasil, a honra da sua memoria christã, de abnegação e sofrimento, repelle esse parentesco arbitrario, exotico, espurio com a cerniceria dos idolos jacobinos. Nessas imagens caras aos patriotas brasileiros não ha sangue. Esses mortos não opprimiram, não espoliaram, não mataram. Na sua historia só se encontra um supplicio: o delles. Danton é o contraste deste sacrificio: é a politica do cadafalso servida pela eloquencia de um tribuno e cynismo de um demagogo.

As duas maiores obras do Terror foram o 2 de setembro e o tribunal revolucionario. No primeiro uma legião de galés e magarefes ebrios, assalariados para a matança, esvasiaram de milhares de innocentes as prisões de Paris, e, numa hecatombe incomparavel, alagaram do seu sangue as ruas da cidade. Pelo outro se organizou systematicamente o morticinio judicial dos cidadãos, sem lei, processo, nem defesa. Um foi a aluvião do exterminio civil pelo processo dos invasores orientaes nas regiões conquistadas. O outro, a methodização da chacina humana pela mais ignobil paródia da justiça. Dessas duas obras do assassinio politico em massa, o maior responsavel foi o typo, cuja evocação acabamos de ver numa solennidade semi-official como o *symbolo da audacia republicana*.

Não se pode conceber excentricidade mais inoportuna, dissonancia mais irritante que esse hymno á audacia sara-

pintada de sangue, em seguida á boa nova da tolerancia. No dia 21 se declarara, em Bello-Horizonte, a liberdade para as consciencias. No dia 24 se panegyryza, em Ouro-Preto, o gigante da inquisição revolucionaria. A impressão dessa incongruencia é amarga e desanimadora.

Pese melhor o honrado presidente da Republica as suas inconfidencias. Faça aos seus amigos e ao paiz esse serviço. S. ex. ama a audacia. Quer convencer-se e convencer-nos de que essa é a sua qualidade prima. Cuidado, porém, com a escolha dos modelos e o risco dos similes. Danton não symboliza a republica: symboliza a ditadura. Virtude haveria no seu arrojo, si elle o houvesse utilizado em proteger aos opprimidos. Mas nunca o empregou sinão para se enthronizar entre os oppressores. Si elle se servira da sua audacia, para se fazer o domador da demagogia, podia ter sido o Titão das reivindicações populares. Cor-tezão, porém, dos maus instinctos da plebe, a sua afoiteza não lhe prestou sinão para disputar a primazia aos mais crueis.

Vêde nalguns traços a escala, por onde esse homem sobe á popularidade e ao poder. Aos 20 de junho de 1792, quando lhe chega a noticia de que o motim deixara as Tu-lherias, sem ter degolado Luiz XVI, rompeu-lhe da boca esta exclamação: *Les imbéciles! ils ne savent donc pas que le crime a aussi son heure du berger!* Na manhã de 2 de setembro, o dia da carniça, ao lhe annunciarem que as prisões estavam ameaçadas e os presos espavoridos, elle, ministro da Justiça, responsavel pela vida indefesa dos accusados, brame com o gesto adequado á obscenidade da palavra: "*Je me f... bien des prisonniers! qu'ils deviennent ce qu'ils pourront.*" No dia seguinte inunda os departamentos de bandidos e corta-cabeças, revestidos das funções de commissarios do governo; e, quando, mais tarde, um deputado se lhe queixa dos crimes desses malfeitores, a resposta do seu protector é outra torpeza intraduzivel: "*Eh! f...! Croyez-vous qu'on vous enverra des demoiselles?*"

Semanas depois, na matança das prisões, M. de Ségur,

antigo embaixador da França na côrte da Prússia, com quem, na rua, Danton, uma vez, travara conversa, lhe dizia:

“— Não lhes posso atinar com o motivo, nem com o fim, e não comprehendo como vós, ministro da Justiça, não pudestes prevenir esses horrores, ou ao menos lhes atalhar o curso.”

— “Esqueceis, senhor,” redarguiu-lhe o *audaz*, “a quem estás falando; esqueceis que sahimos da enxurrada; que, com os vossos principios, bem cedo nella tornaríamos a chafurdar, e que *não podemos governar, sinão metendo medo.*”

Ahi está o segredo dessa audacia: intimidado, intimidar. Em março de 1793 o conselho geral da communa de Amiens communica á assembléa que acaba de receber de Danton, ministro da Justiça, uma circular, expedida pela commissão de vigilancia da Communa, exortando os departamentos a *trucidarem* todos os prisioneiros e todos os *trahidores*. Poucos dias depois um dos seus mais façanhosos discursos, onde sobressahia esta phrase: “Quem quer que se atrevesse a almejar a destruição da liberdade, affirmo que morreria pela minha mão”, arrasta a convenção a adoptar um decreto pondo *fóra da lei* os aristocratas e em movimento o tribunal revolucionario. No mez seguinte rasteja entre os aduladores do triumpho de Marat, qualificando essa data de sinistra ignominia como *um bello dia*. Por mais que augmente em presteza, no tribunal revolucionario, a machina homicida, era preciso estar sempre adiante da ferocidade dos assassinos, para não ser devorado por ella. Dahi aquelle medonho discurso de 4 de setembro de 1793, arguindo de morosidade a incansavel officina de sangue, e propondo a sua divisão em maior numero de secções, para lhe desenvolver cada vez mais a actividade.

Estas linhas definem o idolo dos violentos. Só elles podem amar esse perfil rubro de carnifice, em quem a submissão ás paixões da canalha, sem a desculpa do fanatismo de Robespierre, ou da loucura de Marat, subserviu ás monstruosidades inenarraveis da revolução, dissimulando-se numa audacia de apparato.

E que aproveitou ella á *republica*? A audacia do dantonismo gerou o Terror. O Terror gerou a anarchia. A anarchia gerou a ditadura. A ditadura gerou o imperio. O imperio gerou a invasão estrangeira. A invasão gerou a restauração. Eis o valor republicano do nome, cuja reminiscencia as acclamações do povo mineiro despertaram no animo do chefe do Estado.

O estadista foi trahido pelas suas recordações academicas. Feche s. ex. os Plutarcos da demagogia, escute a Historia, e verá como a sua *alma* de americano recua horrorizada do erro dessas admirações.

A Imprensa, 27 de março, 1899.

O FIM DOS AUDAZES

Sem o senso moral, que Danton não tinha, a audacia é a alavanca das grandes aventuras do mal. Mas esse instrumento das façanhas da immoralidade, ou da crueza, tem o seu ponto necessario de apoio na fortuna. Em lhes falseando ella, os Archimedes do crime politico esmorecem, capitulam e succumbem. Desde que a Convenção abdicou na commissão de salvação publica, o Mirabeau do Terror, vendo fugir-lhe das mãos o cutello da guilhotina, sente-se saciado, enjoado dos homens, *saoul des hommes*, vae espai-recer no campo o seu abatimento, e, quando torna, vê perdido o seu jogo. Némesis principiava a fital-o.

Começam a ferver em torno d'elle as suspeitas omnipotentes. A pretexto de vingal-o, a lingua farpada de Robespierre lhe instillara na ferida da calunnia o veneno mortal. "Danton! accusam-te de haver emigrado; propalam que estiveste na Suissa; que tua doença era ficticia, para encobrir ao povo a tua fuga; que tua ambição cogitava em seres regente sob Luiz XVIII; que tudo, em certa época, estava aparelhado, para te proclamar; que eras o chefe da conspiração; que os nossos verdadeiros inimigos não eram, nem Pitt, nem Coburgo, nem a Inglaterra, nem a Austria, nem a Prussia; que só tu o eras."

Nessa maledicencia "dos cafés", levada pelo arbitro da situação á tribuna dos Jacobinos, se invérte contra o pae do tribunal revolucionario a infamia do barbaro systema, em que elle afogara as suas victimas mais illustres. O ameaçado teve o presagio inconsciente, o vago aviso intimo, a impressão mysteriosa do seu destino. Já não frequenta o debate. Os trovões da sua voz reproduzem apenas os ecos das tempestades de outr'ora: *não se enfraqueça a mola revolucionaria, fulminem-se sem dó os conspiradores, fique o*

terror constantemente em ordem do dia. Mas agora já o monstro lhe vem no encalço, e elle principia a lhe sacrificar os seus amigos. Deixou de bater-se por elles. Abandona successivamente os seus melhores associados aos dentes da matilha: Philippeaux, Fabre d'Églantine, Camillo Desmoulins, ao mesmo passo que tece a apologia do hebertismo, dos seus inimigos, daquelles cuja estrella os ameaça, na pessoa de miseraveis como Ronsin e Rossignol, "dois generaes de taverna".

Começam então a lhe cahir solennemente dos labios as advertencias sentenciosas contra o perigo dos erros judi-
ciarios em detrimento dos vultos do regimen. "Mui perigoso e impolitico seria indigitar como suspeito *um homem, que houver prestado insignes serviços á revolução.*" E' o escudo dos seus presentimentos contra a imminencia do ataque, em que vae perecer. São as maximas da sabedoria succedendo aos dithyrambos da embriaguez. Vae findar o periodo do arrojo, e abrir-se o da precaução. *A audacia* começa a despedir-se. Quem fala agora é o homem da prudencia.

Era tempo. Danton cahira já na entrosagem do mecanismo fatal. Accusado um bello dia, com tres dos seus amigos, ha uma voz, na Convenção, que os quer arrancar ao tribunal revolucionario. Robespierre oppõe-se. Robespierre *não quer idolos.* Deante d'elle a tentativa salvadora se retracta. E' então que se ouve o relatorio de Saint-Just, onde o nome do pontifice do Terror se vê associado aos de Mirabeau, d'Orléans, Dumouriez, Brissot, numa vasta conjuração antirepublicana e restauradora. Não ha, naquella assembléa, um deputado que não esteja absolutamente certo *do contrario*, e todos, não obstante, um a um, entregaram ao algoz as vidas reclamadas. A perdição de Danton é votada *unanimemente.* Eis a Convenção, o congresso *da audacia* collectiva, que madame Rolland definiu "uma assembléa de cobardes, governada por salteadores".

Na *sala da liberdade* se instaura o plenario. Eram quatorze os réos. Devia-se augmentar o numero dos jurados. Reduziram-se a sete. São as praxes da justiça dos patriotas.

Para cumulo da expiação, um ardil odioso sobrepõe á falsidade a deshonra. No manolho de cabeças atirado aos provedores do cadafalso, vão de envolta com Danton meia duzia de concussionarios, accusados pelas suas delapidações; promiscuidade destinada a estabelecer a presumpção de que o pasto do verdugo nesse dia é, todo elle, uma cambulhada de velhacos. Não basta supprimir o rival: cumpre deshonral-o. Na *cadeira de ferro*, o logar de consideração, reservado aos chefes, o publico vê sentado Fabre d'Églantine, arguido de haver forgicado um decreto da Convenção, e só abaixo do falsario, entre Lacroix e Delaunay, dois tratantes provados, o leão do Terror. "O effeito do lance theatral é prodigioso. Após o primeiro momento de surpresa, os espectadores batem palmas."

O escrivão é Fabricius Paris, entusiasta e amigo do famoso terrorista, que, interrogado, responde: "Jorge Tiago Danton, 34 annos, nascido em Arcis-sur-Aube, departamento do Aube, deputado á Convenção. Minha moradia, dentro em pouco *no nada*, e, digam o que disserem, *meu nome no Pantheon da historia*." E' a audacia que fala, ou a fatuidade? "Ha dois dias, o tribunal conhece Danton", trôa elle numa dessas detonações da sua guela, que, transpondo as janellas do Paço da Justiça, reboam por sobre a multidão agglomerada nas ruas. "*Amanhã espera elle adormecer no seio da gloria*. Nunca implorou misericórdia, e hão de vel-o voar ao cadafalso com a serenidade habitual á calma da consciencia." Vaidade gigantesca agitando-se no vasio de uma consciencia deserta, ninguem te confundirá com o desdem dos heroes, ou a placidez dos justos em presença da morte. Tanges deante da eternidade o chocalho de teus proprios crimes. Mas illudes-te, cuidando captar o premio dos immortaes com a eloquencia em que embriagavas as hordas sanguisedentas.

Gaba-se elle de que nunca impetrara piedade. Mas toda a sua arenga, feita da ostentação dos seus direitos á benemerencia do terror, é um appello ao unico ponto sensitivo no coração dos algozes. "Faz gala dos seus delictos e villanias: tanto, pelo menos, quanto das suas luctas contra a realeza."

Ensoberbece-se de haver defendido Marat, de ter, sob a monarchia, proposto a lei de Valerio Publicola, que autorizava cada cidadão a matar um homem, e, no dia 10 de agosto, feito degolar o generoso Mandat. Tentara, em setembro de 1792, salvar Adriano Duport, que acabava de ser preso perto de Nemours. Como, porém, no tribunal lh'o imputem o crime, jura a sua innocencia dessa boa acção, afirmando que, pelo contrario, dera as ordens mais precisas para a captura de Duport. Sem provocação, como que para assoalhar a propria indignidade aos olhos de juizes indignos, recorda que, nesta mesma sala onde está falando, no dia em que Lebrun, seu collega de ministerio, foi submettido a julgamento, e se sentou na cadeira de ferro, elle, Danton, comparecendo como testemunha, *o desmascarou*. Faz subir ao patibulo o seu ex-companheiro de governo, e ainda invoca esta lembrança como um titulo perante os seus julgadores."

Neste mesmo logar, onde *a audacia* se esforça agora por propiciar o tribunal de matadores, exculpando-se das acções generosas, e sobrecarregando-se de deshumanidades lisonjeiras ao paladar dos carrascos, ha cinco mezes, quando os dantonistas levaram á guilhotina a Gironda por uma conspiração tão imaginaria quanto a inventada agora pelos robespierristas, para guilhotinarem Danton, um *dos vinte e um*, Duchastel, que respondera com o mais obstinado silencio ao despresivel simulacro de formas judiciaes, não se pôde conter a esta questão dos regicidas: "Não fostes vós, que, de carapuça de dormir, viestes votar contra a morte do tyranno?" Suppunham os assassinos de Luiz XVI induzir o réo, pelo amor da vida, a uma retractação. Mas Duchastel, imperturbado, lhe responde: "Como não tenho que corar de acção minha, declaro que fui eu." Esta, sim, que é audacia real, a maior das audacias: a do homem que não adula os crimes da atrocidade, e arrosta com a confissão da justiça a impiedade omnipotente. Destes exemplos é que precisa a mocidade. Com elles é que se formam cidadãos. Só elles merecem apontados á admiração dos estadistas.

Já houve quem comparasse o espectaculo da defesa de Danton ao do toiro, que, arrastado ao pé das aras, onde o

vão immolar, restruge os ares com o fragor dos seus mugidos. *Terrifieis mugitibus aera complent*. A fera indigna-se aqui de que as feras a não reconheçam. Os estampidos da sua colera são reclamos ao instinto da affinidade. O direito á absolvição está-se medindo pela enormidade no fanatismo. Ninguém se arrisca, senão envergonhando pela sua virtude a maldade reinante. As traições punidas são a benignidade, a independencia e a justiça. O mais deshumano, o mais truculento, o mais impudente no desprezo dos deveres moraes é o mais garantido. O que se disputa é o primado da perseguição. Nesse terreno é que Robespierre se queria assegurar o sceptro. Pretendente a elle, defende-se Danton, exhibindo a sua chronica de proscripto. Essa audacia do crime ensoberbecido é incenso da mais vil cortezania, aquella com que se ha de comprar a vida a uma magistratura de sicários.

Nestas ultimas scenas da liquidação do terrorismo, a presença de Deus parece visivel. O brissotismo, o hebertismo, o dantonismo, o robespierrismo, todas essas expressões successivas da *audacia* no poder e da pusillaniedade na queda, foram-se engolindo successivamente umas as outras, pelos mesmos processos urdidos contra os seus antagonistas. Quando um resto de equidade judiciaria contraria, de leve que seja, o automatismo da machina homicida, um decreto *unanime* da Convenção amolda o processo ás conveniencias da oportunidade. Unanimemente se decretou a accusação de Danton. Unanimemente, no curso da lide, por outro decreto, se conferiu ao presidente do tribunal o arbitrio de *pôr fóra dos debates*, cassando-lhe os direitos de defesa, os indiciados, que resistissem, ou offendessem a justiça. Em seguida, Fouquier-Tinville invoca o decreto de 29 de outubro, tambem approvedo unanimemente, o decreto da *rolha* judicial, em cujos termos, no fim de tres dias de debates, os jurados podem encerral-os, declarando-se habilitados a julgar. Consequencias do principio estabelecido por Danton, quando acoimava de remachão o tribunal revolucionario. O conselho da guilhotina defere á suggestão de Fouquier. E os dantonistas, que tinham *posto fóra do debate* os giron-

dinos, são *postos fóra do debate* pelos robespierristas. Memoravel lição aos audazes.

Na terceira audiencia, Danton atirara aos membros da comissão de segurança geral, que o encaravam de traz dos juizes, o epitheto de "cobardes assassinos". Eram até hontem os seus socios e instrumentos mais submissos. Dir-se-ia que o primeiro assassinio era o seu. Agora, quando elle vae, na carreta funebre, para a praça de sangue, o pintor David, o encenador do triumpho mortuario de Lepeletier e Marat, dantonista hontem, hoje robespierrista, sentado a uma sacada do *Café da Regencia*, esboça o perfil dos condemnados, que passam, trambolhando, para a ultima prova *dos audazes*. Mas, de repente, erguendo a vista do papel, estende o dedo para Danton e brada a peito cheio: "Lá vae o sclerado!" "Lacaio!", respondeu-lhe Danton.

Ahi está como se julgam elles que se conheciam.

No dia seguinte *todos* os jornaes affirmam que "o povo assistira com majestade e satisfação ao supplicio *dos conspiradores*". A cabeça de Danton cahira entre immensa atroada de *vivas á republica*.

Eis a obra *do estadista da revolução*, a obra *da audacia* premiando os audazes. Às mãos delles acabarão sempre as democracias fundadas pela audacia. A audacia é o espirito fatalista dos aventureiros, a quem uma partida tira no jogo o que outra lhes dera. Só o dever e a justiça podem fundar o governo do povo pelo povo.

A Imprensa, 28 março, 1899.

HEROES DO MEDO

Pavebant terrebantque — *aterravam por medo*; escrevia Tacito dos tiranos antigos. Roubando a liberdade aos seus semelhantes, a si mesmo se rouba o despota da sua tranquillidade. Só na primeira proeza foi talvez livre o seu atrevimento. Só nelle houve acaso intrepidez. Dahi em diante, a afoiteza vem a ser uma necessidade da propria conservação. E' mistér ser arrojado, para não cair, destemido na violencia dos golpes, para se tranquillizar. A illegitimidade da prepotencia obtida por um crime não se mantém sinão a poder de outros. Mas, como cada attentado, salvando um perigo, crea constantemente perigos maiores, quanto mais vão medrando as enormidades, mais se impõe a exigencia de aggravá-las. De modo que, sustentando-se justamente pelo que torna cada vez mais ameaçada a sua posição, os despotismos não fazem sinão communicar aos opprimidos o susto que os opprime. A audacia é para elles uma lei do medo.

Ao primeiro rompimento com a honra, ou a humanidade, a consciencia do irremediavel cava um abismo por traz do ambicioso. Dahi em diante é subir, alturas acima, pelas escarpas da insanía. A poucos toca a divina fortuna do arrependimento. O orgulho, a avidez, o espirito de dominação abrem diante do perdido os horizontes da impenitencia. Na esplanada, em baixo, estão as vulgaridades severas do dever. Além, montanha acima, entre as miragens da allucinação, as grandezas coroadas do triumpho. Galgar, galgar, de cimo em cimo, os espigões da soberbia. É lá que se firma a segurança, e se libra o poder sem limites. Todos os rebeldes ao freio moral fazem, inconscientemente, nas horas de vertigem, este raciocinio da loucura. Todos, desde Tiberio a Balmaceda. Visto desses pincaros da tentação, o proximo é

cada vez mais pequenino, cada vez mais ridiculos os escrupulos humanos. Essa illusão optica da habitualidade na culpa facilita dia a dia ao culpado a ascensão funesta. Vae alijando a carga dos preconceitos normaes. Sente-se leve. Dilata-se-lhe o folego. Diria, ás vezes, que se lhe vão alongando as pernas. Já não ha grutas, algares, despenhadeiros, que não vença de uma passada o imperterrito trepador, capaz de perlongar firmemente como somnambulo a orla de uma voragem. Por' outro lado, emquanto se vae perdendo pelas cristas dos precipicios façanhas arriba, entre as formas fantasticas do extrahumano, a refração do assombro o agiganta fantasticamente aos olhos da turba. A distancia do mal transfigurou-os: são agora espectros desmarcados. Eis como se estabelece a admiração pelos violentos, como a myopia ordinaria crea os heroes, como nasce o culto dos atrevidos.

No horrendo poema da demagogia em armas, a audacia, que ainda hoje arrebatava applausos, sempre foi isso. A historia da revolução franceza é o cantico mais grandioso da coragem na defesa da pátria e da coragem no martyrio. São inenarraveis ali as sublimidades do heroismo nos campos de batalha e no cadafalso. Mas o valor, mais precioso, mais raro, de resistir, pela verdade e pelo direito, ás multidões e ás assembléas, esse denodo, tão escasso ainda agora em França, parecia então quasi extincto. O mundo politico era a região da cobardia. No meio desse aviltamento geral, a audacia se facilitava aos temperamentos duros, scepticos, ou corrompidos. Nessa *virtude*, Robespierre é superior a Danton, Marat superior a Robespierre. Mais heroico, na medida da admiração pelas reacções, é reclamar de uma vez duzentas e cincoenta mil cabeças que envolver na hypocrisia de um tribunal, organizado exclusivamente para o extermínio, a função de submeter uma nacionalidade inteira á dizima patibular.

José Michaud disse: "Toda a Revolução pode conjugar-se assim: eu tenho medo, tu tens medo, elle tem medo; nós temos medo, vós tendes medo, elles têm medo." A França tinha medo á Convenção; a Convenção, ás commis-

sões de salvação publica e de segurança, á Communa, ao tribunal revolucionario; o tribunal, a Communa, ás commissões, aos cafés, aos clubs, ás galerias, aos patriotas, ás megeras da carniça revolucionaria; os chefes dos partidos a tudo isso. As provas abundam. Haja vista a resposta de Le Peletier de Saint-Fargeau, quando instado por Lanjuinais a não votar o supplicio de Luiz XVI: "Mas elles me matariam!" Haja vista a resposta de Danton ao conde de Ségur: "Nós não podemos governar, sinão mettendo medo." Haja vista a resposta de Sieyès a M. de Montlosier, que, apontando-lhe a Convenção, lhe perguntava: "Que pensais desta assembléa?" *Caverne: s'y jetter, y demeurer.*" Haja vista o aviltamento dos girondinos atravessando as salas do palacio legislativo até ás bancadas, a ler, com o sorriso nos labios, a prosa ignobil da folha de Hébert. Haja vista a unanimidade acquiescente da Convenção a todas as propostas dos dictadores da guilhotina: o incendio de Lyão, as atrocidades do processo revolucionario, o exterminio dos seus proprios membros.

Não basta?

Pois oiçam um convencional, o padre Grégoire: "De que se compunha essa maioria da Convenção, que decretava? De ferozes e sobretudo de *cobardes*. E, para lhes ter mão, que fazia a minoria?"

Oiçam um convencional, Levasseur: "O terror, que inspiravamos, *insinuava-se nos bancos da Montanha*, como nos palacios do bairro de S. Germano."

Oiçam o convencional Mercier: "*A arte de subjugar uma nação está na arte de apavorá-la*. Robespierre *terrificou a Convenção nacional*. Que de legisladores não poderão allegar, ante a posteridade, outra escusa sinão esta: *estavamos aterrados!* Erigiram os Romanos um templo ao Medo: *a nação franceza em massa deve-lhe um grande altar.*"

Oiçam o convencional Cochon de Lapparent: "*O medo, sim, senhor, o medo*. Tremia a gente, não por si só, sinão pelos seus, por seus amigos."

Oiçam o convencional Baudot: "Cuidam que tínhamos um systema. Mas é engano. *Nós obedecíamos fatalmente a esta necessidade: matar, para não morrermos.*"

Oiçam o convencional Thibaudeau: "Parecia então que, para evitar o carcere, ou o patibulo, *não havia outro meio, sinão prender, ou executar os outros.*"

Oiçam o truculento convencional Barrère: "*Só havia em nós o sentimento da nossa conservação. Só um desejo tínhamos: o de preservar a nossa existencia, que cada qual julgava ameaçada. Fazia uma pessoa guilhotinar o vizinho, por que este a não guilhotinasse.*"

Oiçam o convencional Merlin de Thionville, uma das summidades da revolução jacobina, falando á propria Convenção em março de 1793: "Si, concluidos os nossos trabalhos, apresentando-me um dia á barra da assembléa legislativa, se atrevessem a me dizer que me faltou o animo, eu exclamaria: Quem ousa accusar-me? *Quem é que não foi tão cobarde como eu?*"

Oiçam a Roland, ministro da Convenção: "*Não posso mencionar um homem. Em todos só se via a palidez do medo e o esmorecimento do desespero.*"

Oiçam, enfim, madame Roland, nos seus *Derradeiros pensamentos*: "Oh! Si tivessem tido a minha coragem esses entes pusillanimes... *Cobardes*, transigiram com o crime. Deviam cair por sua vez; mas succumbem no opprobrio, sem pezar de ninguem e sem outra perspectiva na posteridade que o seu *perfeito desprezo.*"

O peso desses depoimentos é irresistivel. Bem autorizado está por elles o juizo, que a respeito dessa época escrevia, o mez passado, o *Spectator*: "Houve, no Terror, um elemento mais deslustroso á França que o carnaval de morticínio, em que se engolfaram os membros da Montanha, dementados talvez pelos prolongados sorvos do que já se tem chamado absyntho intellectual: foi a pasmosa cobardia dos não embriagados. Si ha certeza acerca do Terror, é a de que só approvava uma diminuta minoria, a de que o exer-

cito o detestava, a de que as pessoas respeitaveis lhe tinham medo, a de que a propria multidão, que tres vezes removeu a guilhotina, intimamente o condemnava por impio e injusto. Mal um grupo exíguo da Convenção, por amor da propria vida, se animou a desafiar o Terror, foi-se elle para logo, e, apesar dos mais desesperados esforços, não se conseguiu restabelecer. Sobre lhe ser adversa a maioria silenciosa da Convenção, que votava constantemente as listas de proscriptos, a mesma força material estava inteiramente desse lado, e, logo que para ella se appellou, sacudiu os terroristas, obrigando-os a se occultarem como verdadeiras cevandijas humanas. Não se disparou um tiro, quando fecharam o Clube dos Jacobinos, e tangeram a bengaladas "as furias da guilhotina". Durante mezes e mezes, com effeito, a França, cujo povo, entretanto, rolava para a guerra nas fronteiras, vivera, no interior, paralsada nervosamente de susto, transida em presença de uns *gigantes de papelão*, que, ao primeiro symptoma de resistencia real, rebentaram por encanto, deixando após si uma tradição mais fatal á verdadeira liberdade que todos os reis e reaccionarios, cujo governo lhes succedeu."

Eis ahi um monte de verdades inestimaveis. O governo da demagogia não passa disso: o governo do medo. A audacia aggressiva dos terroristas foi a audacia do medo. As nações politicamente pusillanimes caem com a maior rapidez sob a tyrannia da pusillaniedade, tanto mais violenta e fanfarrona, quanto mais assustadiça. Inscrevam o que quizerem no pedestal da estatua de Danton as seitas á cata de idolos. O que a razão fria ali admira é a confissão e o desafio de Merlin, um dos heroes da sangueira jacobina: *Quem foi menos cobarde que eu?*

Esta a lição dos povos, que pretenderem ser livres: não se recearem "dos gigantes de papelão". Difficeis seriam as tyrannias, si as nações não se illudissem com a imanidade dos colossos de theatro. Por via de regra, os excessos dos dictadores não exprimem sinão o heroismo do medo. O pavor das revoluções faz as estupendas tropelias dos despotas.

O pavor dos despotas, a abjecta subserviência dos povos. Os primeiros tremem de um perigo real, filho dos seus crimes. Os segundos, de uma chimera, obra da propria fraqueza. Os Dantons não são possíveis sinão nos paizes onde as maiorias não têm consciencia de si mesmas.

A Imprensa, 30 março, 1899.

CHINAS AMERICANAS

Ha quatro annos, o autor destas linhas, interpretando, num dos seus trabalhos de exilio, a "lição do Extremo Oriente" (1), predizia, a proposito do naufragio da China a uma guinada do Japão, a proxima retalhação do colosso asiatico, e, apontando nesse destino o das nações inertes, inuteis, incapazes, ousava insinuar a nosso respeito certas associações de idéas, exprimir certos receios, entre-dizer certos prognosticos. Eram sobresaltos do patriotismo, amadurecido na escola melancolica da adversidade e do desterro. A politica recebeu-os, porém, como recebe tudo o em que ha intelligencia, previsão e sinceridade, apodando o autor com os costumados labéus de incivismo e traição, por se ter atrevido a presentir analogia de perigos entre a situação do caduco imperio-amarello e a grande republica sul-americana.

Mas, pouco mais de tres annos haviam passado, quando a Europa, sem se dar sequer á cerimonia de um accordo sobre a partilha, entra a mutilar aos pedaços o territorio chinês, irresistente como um cadáver entregue ás aves de presa, com tão contagiosa avidez por ella entre as nações civilizadas, que até a Austria, a Belgica e a Dinamarca reclamam a sua bicada nos despojos palpitantes de tão grossa caça. Ao mesmo passo, tão depressa vôam os acontecimentos neste fim de seculo, que, quasi com o surgir de uma formidavel ambição militar na extrema oriental da Asia, aluindo ao seu contacto o mais antigo e populoso dos imperios existentes, assoma no outro hemispherio, pulverizando com a mesma presteza de uma rajada os majestosos restos de um dos grandes imperios occidentaes, a grandeza de uma força

(1) Incluído depois no livro: Ruy Barbosa, *Cartas de Inglaterra*, Rio, 1896.

ainda mais tremenda, cujas aspirações, apenas entremostradas, já se diz ameaçarem um continente inteiro. E então para logo se põem de lado as meias palavras, as reservas, as opiniões timidas, as velhas considerações abstractas de direito internacional, para se falar despejadamente na absorção de toda a America por esse poder, enquanto a Europa christã divide entre os seus governos *as outras regiões da barbaria*, a saber, praticamente falando, as outras nações desarmadas.

Á linguagem allusiva e cautelosa de lord Salisbury, o diplomata europeu, succede a desabrida franqueza de Cecil Rhodes, "o Napoleão africano". Este não é homem de rodeios. Com os seus habitos de fundador de um imperio novo, annuncia quasi como verdadeira sideração o desaparecimento de todas as nacionalidades americanas na massa espantosa desse nucleo, a que se acabam de incorporar as Antilhas espanholas e as Philippinas. E, si alguem, como o *Spectator*, com a sua immensa autoridade, com o pêso extraordinario da sua sciencia, lhe oppõe embargos, ou duvidas, não é a credibilidade da transformação prenunciada, mas apenas á maneira prevista de se operar a grande revolução no equilibrio das nações, especialmente no mappa do continente americano. A ingestão das duas Americas no estomago de Washington não se effectuará, entende elle, por uma campanha e um Bonaparte *yankee*, mas pelo transborde alluvial da democracia anglo-americana, inundando toda esta face do globo, desde o Canadá até á Patagonia. A questão, pois, entre os retalhadores, já não está em saber si corremos, ou não, o risco de ser deglutidos, mas em determinar a rapidez, ou o processo da deglutição: si se fará de uma assentada, ou methodicamente, com pausa, hygiene e segurança do chilo.

O antigo desprezo europeu e particularmente americano pela America latina acaba de assumir a sua expressão mais humilhante. O nescio patriotismo dos insensatos, que, não ha muito, sonhavam abrigar o Brasil, nas suas dissidencias intestinas, á sombra dos canhões dos Estados Unidos, poderá ir começando a perceber, talvez, o ridiculo, a

que nos expõe a sua ingenuidade. No caldeirão aparelhado ao pantagruelismo da politica invasora, vae na mais confusa promiscuidade com indios e mestiços toda a descendencia portugueza e espanhola debaixo deste céu, e com as mais desafamadas, as mais fracas republicas deste continente, as melhores, ou as mais fortes, como o Mexico, a Argentina e o Chile.

Emquanto se não submergiu a tyrannia de Lopez, tinha o Paraguay, pelo seu regimen de sequestração, o nome de China americana. Hoje, essa consideração depreciativa se vae estendendo a toda parte não ingleza do hemispherio predestinado a constituir o imperio do *yankismo* rebellado contra a tradição politica dos fundadores da União. Os menos sanguineos nesses sentimentos, como o *Spectator*, não vacillam, todavia, em admittir que nestes cincoenta annos se haja cumprido inteiramente o horoscopo de Cecil Rhodes, e falam desassombradamente dos paizes *semi-desertos como o Brasil*, para onde não põe duvida em apontar a direcção da conquista americana. Essas regiões brasileiras, de inestimavel preço, cuja importancia, dizem elles, a Europa não avalia, custarão, quando muito, vinte annos para submetter, e cincoenta para povoar.

E emquanto de nós se pensa e fala assim por ahi além no mundo civilizado, o em que nos occupamos, é em lhe ministrar novos motivos ao seu desdem, á sua certeza do nosso proximo aniquilamento. Nossa politica é cada vez mais mesquinha e imprevidente. Só as questões de bairro nos movem e apaixonam. A luta pela posse dos governos locaes desune, empobrece, avilta e ensanguenta os Estados. Toda a seiva da nossa intelligencia e da nossa energia se esvae nos combates de personalidades; toda a actividade da nossa administração no meneio dos expedientes, toda a capacidade dos nossos estadistas na intriga, na astucia, na cabala, na vingança, na inveja, na condescendencia com o abuso, na salvação das apparencias, no deleixo do futuro. Dos problemas economicos ninguem cura seriamente. Dos moraes, seria risivel esperá-lo. Funccione cada vez mais franca a mentira eleitoral, para entregar o governo, em todos os graus da sua jerar-

chia, ás incapacidades mais notorias, é o que se quer. Na defesa do paiz, ninguem pensa. Si alguma vez, sob esse pretexto, se toca nas questões da guerra, é pelo modo que se sabe no caso dos arsenaes. O exercito nullifica-se. A marinha desaparece. Tudo vae, entretanto, como no melhor dos mundos, para o mundo official, emquanto pudermos fingir ignorar as questões internacionaes, que nos ameaçam, e que, das republicas de valor na America do Sul, só a nossa se acha desarmada.

Vem a ponto, portanto, o caso do *Spectator*. Dissera-nos o telegrapho que elle rebatia a predicção de Cecil Rhodes. A verdade, porém, é que, em ultima analyse, a reforça. Vamos pô-lo diante dos olhos dos nossos conterraneos com a mesma impressão de tristeza e amargor, com que o lêmos. Si factos como esse não despertarem o movimento nacional, a que alludia, ha pouco, o sr. Joaquim Nabuco, não imaginamos que especie de milagre seria capaz de levantá-lo.

A Imprensa, 18 abril, 1899.

A MENSAGEM

Politica externa: *A Esperança*

Na parte concernente ás relações exteriores, a politica do governo actual não apresenta, por emquanto, circumstancia notavel, a não querermos considerar tal a justa e habil nomeação dessa capacidade, cuja entrada ao serviço da republica deve ser, entre republicanos, motivo de festa (1). Noutro paiz não sairia do curso dos factos communs a escolha de uma summidade nacional para uma commissão tão elevada na honra como na difficuldade. No Brasil, porém, onde o criterio do mais tacanho partidismo domina, mediocriza e enxovalha cada vez mais, accentuadamente, a distribuição dos postos officiaes, uma designação dessas, fôsse qual fôsse a inspiração do seu movel, merece registrada com especial notoriedade.

Chateaubriand dizia de Napoleão: "*C'était un grand decouvreur d'hommes*". Não era difficil essa qualidade ao genio, "*qui battait le rappel des destins*", tendo a seus pés toda uma sociedade como a franceza, ao começar da sua re-florescencia, depois da colheita do Terror, cujos restos, convertidos pela avidez, em que tanto se illustraram sempre os demagogos, eram os primeiros a rastejar sob a libré dos cortezãos na fidalguia e na policia do tyranno. Em condições menos faceis estreou bem a mão o sr. Campos Salles no seu ensaio de preterir, em beneficio do merecimento, os nepotes do validismo republicano. Mas o apêlo a caracteres do valor e da independencia do sr. Joaquim Nabuco impõe sérios constrangimentos aos governos dominados pela pre-

(1) Vejam-se os artigos *A missão Nabuco* e *Entre velhos amigos*.

ocupação da sua força. Os actos de arbitrio, que enthusiasmam pelos despotas as nações degeneradas, alienam o concursos dessas naturezas de escol, generosas e enganadiças, mas indomitas na sua pureza. Ninguém se gabe de fazer a sua conquista. Ellas nunca se entregam de todo, sinão ás suas illusões, ou aos seus deveres.

Tal, entretanto, o ponto de oiro nesse tópico da mensagem côr de rosa. Neste matiz de crepuscular serenidade esbateu o optimismo de seu autor todos os nossos maus sonhos. Ao alvorear da manhã mais azulada assoma ali, numa dessas marinhas de De Martini, das do genero placido e ridente, a madrugada de 15 de novembro, ataviada com a presença de uma frota cosmopolita na bahia de Guanabara, para a inauguração da presidencia actual, cuja data "coincidia", feliz acaso do destino, "com a celebração do anniversario da Republica". Nós tambem, na *Lição das esquadras* (1), tinhamos buscado fazer desse panorama a nossa miniatura. Mas saiu triste, como se nos antolhava ser realmente, para nós, essa fortuita demonstração militar perante a nullidade naval de uma nação essencialmente maritima, condemnada á exhibição dos restos de uma esquadra inutil. Daquella scena, entretanto, foi de "desvanecimento" a impressão, que recebeu o governo, o mesmo "desvanecimento", que lhe incutiram depois as ovações de Bello-Horizonte e Ouro-Preto. Havemos de levar em conta, porém, ao estilo official as alcavalas da pragmatica. Rasguemos, pois, tambem, a nossa medida. Desvanecemos-nos tambem, e, desvanecidos, "registrando esse acto de apurada cortezia dos governos daquellas nações amigas", consignemos, por nossa parte, "os justos protestos da gratidão nacional", que nunca se desvanecerá.

Faltava o nosso juizo no assumpto, para se vir a saber que "o facto culminante da politica internacional", presentemente, é a idéa moscovita da paz e do desarmamento universal. Que lástima que, "por motivos óbvios, o governo bra-

(1) Artigo publicado em *A Imprensa*, aos 16 de novembro de 1898.

sileiro se abstenha de tomar parte na conferencia", onde as nações armadas e guerreiras vão discorrer sobre os horrores do armamento e da guerra! Essa idéa, "pelo seu caracter altamente humanitario e civilizador", deve extasiar os povos inermes e desprotegidos.

Do que com ella vae lucrar a civilização e a humanidade, porém, podemos ajuizar pelo quadro edificante, que, a esse respeito, nos offerece, entre todos, o proprio governo russo. A Russia é, na linguagem do *Times*, de todas as potencias europeas, a que mais facilmente se devia contentar com as amplas forças, de que já dispõe. Ella é praticamente inatacavel, nem ha nação alguma, que pudesse ganhar em acomettê-la. Nada ameaça, pelo oriente, ou pelo occidente, a sua immensidade territorial. Não necessita de vastos aprestos defensivos: apenas de forças regulares, para abrigar os seus pontos mais fracos de contiguidade com os vizinhos menos civilizados. Apesar, todavia, dessa posição unica entre as grandes potencias militares, é a Russia, presentemente, a que, a todas as outras, leva a dianteira, quer por terra, quer por mar, no desenvolvimento das despesas de guerra.

O *Eirenicon* do Tzar, o documento aureolado com o formoso nome de *rescripto da paz*, foi communicado aos representantes dos Estados estrangeiros pelo conde Muravieff, em 24 de agosto do anno passado. Pois bem: ainda em janeiro do corrente, cinco mezes após aquella data, o correspondente do *Times* naquella paiz, depois de percorrer durante oito semanas a Russia europeia, com o fim de verificar os esforços ali empregados por levar a effeito pratico a sublime idéa da paz internacional, ia encontrar em todo o imperio uma expansão de actividade bellica sem precedentes. Nem um soldado se retirara da fronteira meridional. Nos arsenaes navaes de S. Petersburgo, Sebastopol e Nikolaieff, era febril a actividade, annunciando-se officialmente que nesta primavera se lançariam ao mar uns poucos de navios de combate. Os ministros da guerra e da marinha tinham consumido seis semanas em visitas de inspecção a

todos os estabelecimentos militares de terra e mar, não perdendo ensejo de estimular o pessoal á maior acceleração no trabalho. E em todas as peripecias dessa longa excursão, nenhum delles proferiu jámais uma palavra de esperança no bom exito dos projectos pacificadores do seu soberano. O numero de homens alistados no exercito e na esquadra, em outubro e novembro, sobreexcedia aos de todos os annos anteriores. Para o extremo oriente seguiam, uns após outros, apressuradametne, reforços sobre reforços. Com a maior energia se adiantava o armamento de Porto-Arthur e Vladivóstk. A via-ferrea Central da Asia chegava a Kuhsk, 96 milhas do Herat e seis apenas do mais proximo posto no Afganistão. Cobria-se o Caucaso, com o maior açodamento, de novas ferro-vias, quasi todas simplesmente estrategicas, e, ao longo daquella serrania, por toda a fronteira russo-ottomana, se augmentavam consideravelmente as guarnições em todos os postos militares.

Tal o aspecto da nação, cujo monarcha acena ao mundo com a paz. Todo o seu sólo estremece em vibrações de guerra. Toda a sua atmosphêra é de salitre. Agora mesmo, o poder da sua casta marcial acaba de affirmr-se nessa demonstração tremenda, intimamente ligada aos designios de centralização do seu systema militar: a *russificação* da Finlândia, nivelada, sob a rasoira moscovita, á sorte da Polonia, do Caucaso e da Armenia. Quem definiu bem, pois, o futuro congresso de Haya, foi o conde Tolstoi. Dignou-se o autocrata perguntar a este seu subdito, entre as honrarias do acolhimento com que o recebia na capital, a sua opinião sobre o movimento que iniciara. Respondeu-lhe o autor de *Guerra e Paz*, o poema da alma russa, que o seu juízo estava na imprensa. E esse juízo resume-se nestas palavras de uma carta publica a um grupo de suecos eminentes: "A proxima conferencia internacional da paz não será, nem pôde ser mais que uma dessas instituições hypocritas, nas quaes, longe de existir devêras o proposito de fomentar a paz, e minorar os males do militarismo, reside, pelo contrario, o intento de occultar ao povo esses males, mediante a

sugestão de preservativos illusorios, que lhe desviem da vista os unicos meios de salvação capazes”.

Esse o sentimento geral, na Allemanha, na Inglaterra, em toda parte, de todos os democratas. A este respeito não eram as prevenções socialistas, era o senso commum que se enunciava nos receios manifestados ha pouco, em um banquete londrino, por um chefe germanico de verdadeira autoridade, o sr. Liebknecht. Não seria essa conferencia uma cilada ao espirito liberal de nosso tempo? Não nos poderia levar a outra Santa Alliança? Não resultaria na consolidação desse militarismo, contra o qual se suppõe dirigida?

Por outro lado, nos circulos militares, em Berlim, em Vienna, em Paris, a circular do conde Muravieff teve o mais reservado acolhimento, e em S. Petersburgo mesmo ninguem lhe augura sinão *un succès d'estime*, effeitos de sensação sem resultados praticos de especie alguma, quanto ás questões sobre que assenta a paz armada. Nos paizes menos militares a expansão militar cresce dia a dia, como nunca. O governo inglez declara, pela boca de mr. Goschen, não diminuir, por considerações de especie alguma, um canhão ou um marinheiro na sua esquadra. “Estamos tão preparados”, escreve o *Daily Chronicle*, “para qualquer eventualidade, que nos interesse, quanto o poderia desejar o mais exaltado *jingo*”. Por parte da Allemanha nem mesmo a linguagem dos seus deputados á conferencia vindoira deixa a menor duvida sobre o pensamento de simples condescendencia e urbanidade internacional na acquiescencia do imperador ao convite do Tzar.

O que está em ordem do dia para o mundo civilizado é a annexação e a conquista. Qual é, das nações europeas, das menos aggressivas, das menos armadas, a que cederia um palmo das suas acquisições, para aplacar os resentimentos, as suspeitas, ou as reivindicações das outras? Não falemos dos conflictos prestes a se reabrir sempre no mappa da Europa. Haveria nada, que a obrigasse a recuar do impulso, que a arrebatava para as absorpções coloniaes? Cederia a Inglaterra do Egypto, de Khartum, ou de Fashoda, por con-

descender com a França? Abriria mão a Russia de Porto-Arthur, ou Talien-wan, para agradar a opinião britannica? Restituiria a Allemanha Kiao-Chao á China, para lisonjear os Russos?

A medida em que todas as nações poderosas agigantam o seu poder naval está nos mostrando a desconfiança crescente e o crescer das contingencias de conflicto entre ellas. A Allemanha, sedenta de prestigio no oceano, apparelha-se, para rivalizar nelle com os Estados-Unidos, a Russia e a França. Aforçura-se a Russia na mesma carreira, para assegurar contra as rivaes a sua recente posição no Extremo-Oriente. A França, em cujo delirio militar resurde até o sonho napoleónico da invasão da Inglaterra, considera-se forçada pelo seu antagonismo com a sua vizinha a se fortificar no Mediterraneo e no Canal. Os Estados-Unidos, com um pé na bacia do Atlantico, outro na do Pacifico, descobrindo inopinadamente um horizonte de ambições infinitas, adoptam com a desmesurada energia das suas grandes resoluções a politica dos exercitos permanentes e das vastas esquadras.

Quaes poderão ser, pois, realmente, para a humanidade, as vantagens dessa iniciativa? Não muito maiores, provavelmente, do que as devidas á influencia de Nicolau II, representado pelo barão de Jomini, na conferencia de Bruxellas. Não seria, em verdade, de exíguo proveito para o genero humano a ampliação á guerra naval dos artigos da convenção de Genebra. Mas nesse resultado mais teria de que se envergonhar, do que de cantar hossannas o governo brasileiro, que se deixou ficar entre os governos barbaros, abstenendo-se de assigná-la, e que ainda na repressão da ultima revolta não se pejava de violar abertamente os principios christãos encarnados no sacerdocio da Cruz Vermelha.

Quanto ao mais, quanto á propagação da guerra e á sua omnipotencia com respeito aos destinos do mundo, a proxima conferencia de Haya, assim como não vem alterar em nada a situação das potencias entre si, em nada virá melhorar com relação a ellas a condição das nacionalidades

fracas. Os direitos destas continuarão a ser regulados pelos interesses daquellas, e os antagonismos das primeiras não se lograrão modificar sinão á custa da independencia das segundas.

A Imprensa, 15 maio, 1899.

A CONVENÇÃO FATAL

Muito ha que a Republica Argentina envida todos os esforços por consolidar na Europa em fundamentos indisputaveis a nossa reputação de insalubridade. Desde que o patriarcha do seu direito politico enunciou a grande verdade americana de que "*governar es poblar*", o espirito progressista dos seus homens de estado se imbuiu seriamente no empenho de resolver com energia o problema do povoamento nas margens do Prata, e a elle consagrou todos os artificios de uma propaganda infatigavel, em contraste absoluto com a nossa indiferença ou o nosso descaso neste assumpto. Quem percorrer as capitaes europeas, encontrará por toda a parte o rastro dessa actividade insinuativa, empregada em recommendar pelos mais habéis reclamos aos governos e ás classes migrantes dos paizes civilizados as seductoras condições da hospitalidade platina.

Não tem, porém, sómente esta face esse trabalho de intelligencia e perseverança, em que se afervora o patriotismo argentino. A ambição de attrahir para Buenos-Aires a corrente humana do outro continente receiaram sempre os nossos vizinhos encontrar obstaculo no Brasil. Entre elles e a Europa demorava o sonho destas regiões maravilhosas, este vasto littoral encantado, a belleza incomparavel destas aguas, destes portos, destas ilhas, a egualdade destas temperaturas, a doçura e o equilibrio deste céu, destes ares, desta zona privilegiada, sem cyclones, sem terremotos, sem pampeiros, sem extremos de frio ou calor. Era preciso toldar a amenidade deste paraíso, capaz de arrebatár imaginações, com uma nodoa de profundo negrume, pavorosa e visivel ao longe. A esse intuito nada calhava tão á justa como a febre amarella, antigo presente dos Estados-Unidos. Pouco importavam as taras sanitarias da Republica Argentina, o seu

typho, por exemplo, a sua diphteria, alli reinantes epidemicamente em certas sazões, todos os annos, e exoticas, de extrema raridade entre nós. Com a diphteria é o typho está familiarizado o europeu. Na praga do Mississipi, ao contrario, tudo era novo para o estrangeiro, cuja receptividade especial dessa molestia naturalmente a devia converter no espantallo da immigração. Estava achado, pois, no *vomito negro*, o libello diffamatorio contra o Brasil. Fixou-se nelle a região da febre amarella. Deu-se-lhe por capital o Rio de Janeiro.

Fôsse embora verdade que o typho icterode assolava por igual, e de muito mais tempo, o torrão americano mais largamente procurado pela colonização ultramarina, os Estados-Unidos; que os seus dominios se estendem por todo o sul desse paiz; que a propria Nova-York lhe não escapa; que até 1884 a grande republica do norte havia recebido oitenta e oito visitas do flagello, na ultima das quaes accommettera cento e vinte mil pessoas, sepultando vinte mil. Tudo isso desapparecia com a nossa negligencia em defender o nosso credito, e fazer no exterior ao menos a contrapropaganda, que a ignorancia europeia e a habilitade dos nossos rivaes nos impunham. De modo que, afinal, acabou quasi por cahir no dominio dos arestos o estigma que afugenta e afugentará de nossa terra o elemento civilizador.

Não fôra essa causa, a maior das que tem pesado contra o nosso progresso, e não se teria frustrado completamente a perspectiva definida por Bernardo Pereira de Vasconcellos, quando, em 1827, por um rapto de enthusiasmo que a época ainda permittia, na sua celebre carta aos eleitores mineiros, prognosticava que a nossa população “em breve se contaria pelas estrellas do firmamento e pelas areias do mar”. Já lá vão mais de setenta annos disso, e os nossos tres milhões daquelle tempo sobem hoje apenas a quinze. Para essa lentidão, esse receio das raças transoceanicas em demandar os nossos climas, nada tem contribuido tanto como a sinistra influencia do pesadelo amarello. O abandono da nossa propria fama no exterior, o desmazelo pelos mais serios interesses do nosso nome, o desprezo da hygiene nas

nossas grandes capitaes maritimas deixaram livre o campo, e entregaram o triumpho sem difficuldades aos nossos emulos na luta internacional pela vida. Emquanto a Argentina medrou constantemente em nomeada pela doçura, salubridade e excellencia do seu quinhão territorial no planeta, nós não cessámos de cahir, cada vez mais mal cotados no mappa das paragens habitaveis pelos ramos superiores da familia humana.

Sem oppormos, entretanto, resistencia a essa deslocação injusta, a essa eliminação calumniosa, nós ainda a não havíamos referendado. Verdade é que nessa desastrosa direcção já se dera um passo, sob o outro regimen, com a convenção sanitaria de 1887, esparrela em que cahiu o tino do barão de Cotegipe, e de cuja infelicidade se desabafava, attribuindo-a ao erro da sua confiança nos profissionaes, a quem deixara o encargo da tarefa. Mas esse acto, com o qual os nossos detractores de além-mar e de além-Prata fomentam até agora o desconceito hygienico desta terra, foi denunciado, como cumpria, e cessou, ha muito, de vigorar entre os dois paizes.

Agora, porém, acaba o governo brasileiro de satisfazer a antiga aspiração argentina, além da medida das suas esperanças, corcando a obra do nosso descredito com a confissão authentica e solenne da veracidade da propaganda infammatoria, que nos tem arruinado. Não significa outra coisa, realmente, a convenção sanitaria, cujo texto original a *Imprensa* estampou trasantehontem. Não se acredita, não se concebe, custa a imaginar que o poder publico, preposto á defesa material e moral de uma nação, lhe inflija o labéo, que deve acabar de enxovalhal-o, subscrevendo com o assenso dos representantes do paiz victimado a carta official do seu desabono. Mas é o que se fez, com o desassombro, a cegueira, a inconsciencia da mastreação e do velame de um barco sem piloto nem marujo, entregando-se aos ventos inimigos. Esse ajuste é absolutamente uma victoria argentina e, para o Brasil, o maior naufragio, que, nesta questão de vida e morte para o seu futuro, lhe podia succeder.

Graças a elle, com effeito, estará de ora em diante reconhecido *por nós mesmos* que a febre amarella é, durante seis mezes no anno, o estado ordinario do nosso littoral. Tal o pregão trombeteado logo no art. 1.º: "*Desde el 15 de noviembre de cada ano, hasta el 15 de mayo, los buques que traigan pasajeros de 1ª procedentes de Rio de Janeiro ó Santos, ó que hubieren hecho escalas en ellos, no podrán recibir pasajeros de tercera clase.*" De modo que, todos os annos, no semestre decorrente entre 15 de novembro e 15 de maio, a situação habitual desta costa, nos seus dois grandes emporios commerciaes, é a epidemia fatal ao europeu. Fica isto, esta falsidade, consagrada, para que della nunca mais nos possamos defender, por editaes, cuja calúnia o nosso governo mesmo subscreve, e manda affixar. Amanhã, portanto, quando esse papel detractivo circular pela Europa, vertido em todos os idiomas occidentaes, reproduzido nas folhas officiaes allemãs, espanholas, italianas em apoio das medidas mais repressivas contra a emigração para os portos brasileiros e levado pelos agentes de immigração argentininos ao seio das camadas populares onde elles tarrafêam, o rustico, o operario, o capitalista europeu terão deante dos olhos, num quadro assignado por nós, a antithese sanitaria entre o Rio de Janeiro e Buenos-Aires, o aviso dado por nós ao emigrante estrangeiro de que o contacto com este paiz é a presumpção da peste, senão a ameaça de morte.

Valha-nos Deus! Como se pode causar innocentemente á nossa patria mal tão irreparavel e tamanho?

Mas do art. 1.º ao 4.º os signatarios do leonino contracto ainda nos carregam no ferrete. No primeiro se prohibe aos grandes transatlanticos e aos vapores de passageiros em geral com escala pelo Brasil e pelo Rio da Prata o transporte de gente de terceira classe. No quarto se tolhe aos viajantes de primeira e segunda em passagem pelos nossos portos communicação com a terra. Eis os termos dest'outra disposição intoleravel: "*Se exigirá de las empresas de navegacion que no dejen comunicar con tierra los pasajeros, marineros ó tripulantes que hayan de continuar*

el viaje, imponendoles, en caso que sea necesario su desembarco, los certificados de salud y desinfeccion."

De ora avante, pois, os estrangeiros em caminho para o Rio da Prata, ou o Chile, nos grandes paquetes inglezes, francezes, italianos, ou nos demais, de linhas inferiores, empregados em trafico semelhante, já dessas procedencias, já espanhoes, allemães, portuguezes, já de outra qualquer nacionalidade, *não poderão*, salvo caso urgente e impreterivel, *desembarcar nesta cidade, ou em Santos*. Calcule-se o effeito moral deste regimen sobre o espirito desses viajantes, a sensação de piedade e medo com que, debruçados de vibordo, estenderão os olhos por estas praias interdictas, a idéa que comsigo levarão a outras terras, e de lá transmittirão, na correspondencia com os seus, do character perigoso e maligno destas inhospitas regiões brasileiras. Para os sitios de seu berço, para esses centros civilizados, onde contra nós vogam as fabulas mais grosseiras, para essa Europa já cheia de arrogancias e desprezos pela nossa inferioridade, escreverão, na primeira carta de bordo, despachada talvez ainda aqui pelo nosso correio, que das amuradas do navio contemplaram, semi-apavorados, as bellezas inenarraveis de um paiz onde a natureza sorri ao homem de um mar verde como os olhos das sereias, para o devorar, de um paiz lugubremmente assignalado entre todos os da terra, de um paiz onde não se salta, sem arriscar tudo na loteria da morte.

Saber-se-ha dest'arte, para o futuro, que isto aqui é um como paradeiro dos desesperados; que nestes logares não vem assentar os seus penates senão quem fizer mui pouco apreço da vida; que estas palmeiras, estes jardins, as graças desta bahia, a formosura ineffavel destes panoramas são armadilhas, atraz das quaes está o cemiterio na atmosphaera de Guiné. Para proteger o viajero contra as tentações desse feitiço immanente no ar, na luz, no colorido, ter-se-ha creado, em protecção desses suicidas involuntarios, o veto das companhias de navegação, especie nova de tutela contra este novo genero de interdictos. E quem terá levantado á beira destas ondas bondosas, junto a uma das cidades mais salubres do mundo, este padrão funerario, quem terá fin-

cado á nossa riba-mar esse ominoso cartaz? O governo brasileiro.

Mas qual é, d'entre os mais pesteados torrões do globo, o que já se submetteu, e de livre vontade sua, a este regimento? Procurem, no berço das grandes endemias, nos focos de irradiação das epidemias universaes, nas boccas do Ganges, no delta do Nilo, na foz do Danubio, no estuario do Mississipe, no golfo do Mexico, ás costas das Antilhas, do Senegal, do mar Vermelho, ou do Hindostão, uma sociedade organizada sob as formas européas, cujo governo se resignasse ao papel inepto, absurdo, aviltante de impor em lei permanente aos vehiculos de transporte maritimo a incommunicabilidade com a terra em nome da insalubridade habitual desta.

E para isso se celebrou uma convenção internacional. Mas *convenção* quer dizer egualdade, bilateralidade, reciprocidade. E que é o que alli se pactua, em proveito nosso, a troco desse damno? Fôsse o que fôsse, nada o poderia compensar. Fôsse o que fôsse, nada poderia justificar-o. Mas a verdade é que, nos artigos daquelle papel, não existe, em beneficio do Brasil, vantagem absolutamente nenhuma.

Ao que nos sôa, andam os desastrados autores dessa loucura a fazer praça della como de uma conquista preciosa, gabando-se de haverem posto fim á perseguição das quarrentenas, com que tamanho prejuizo, directa e indirectamente, nos tem infligido os nossos vizinhos meridionaes. Tal não ha, porém, tal não ha.

Leiam-se os arts. 2º, 3º, 5º, 6º, 7º, e ver-se-ha o que a tal respeito se reduz *o nosso lucro* no ajuste. No art. 2º se estipula que, nos paquetes destinados a gente de terceira classe, ninguem terá entrada sem prova official de não estar com febre, ou se apresentar "*suspeita de que possa tel-a em incubação*". No art. 3º se obrigam os viajantes de primeira classe, aqui embarcados, a se mostrar livres "*de molestias faceis de confundir com a febre amarella*", mediante exame dos medicos na convenção instituidos. São os arts. 5º e 6º que dão existencia a essas funcções, assegurando, na orga-

nização deste serviço, a preponderancia ao elemento argentino. A fiscalização alli creada se divide, com effeito, em dois ramos. O primeiro, todo argentino, tem exclusivamente por órgão um medico dessa nacionalidade, com o seu guarda, estabelecidos a bordo de cada vapor que conduzir passageiros. O outro bifurca-se em duas commissões, uma para o porto desta capital, outra para o de Santos, compostas cada qual de um facultativo argentino e um brasileiro, aos quaes incumbe a inspecção dos viajores, a expedição a estes dos certificados de saude e a verificação dos expedidos pelos medicos de terra.

Isto supposto, reza então o art. 7º que traduzimos á letra: "*Debaixo destas condições os navios, que chegarem, sem ter havido novidade, serão postos em livre pratica, mediante prévia desinfecção das bagagens e carga suspeita, no mesmo navio para os passageiros de 1ª, comtanto que hajam mediado seis dias pelo menos entre a hora de sahida do porto brasileiro e o momento de lhe dar livre pratica.*"

Ora, d'aqui resultam inquestionavelmente não menos de tres conclusões, cuja certeza desmente o annuncio da supressão das quarentenas. A primeira vem a ser que basta uma suspeita, uma palavra do medico argentino consignado a cada navio, declarando *haver nelle novidade* para se não verificarem as condições essenciaes á livre pratica, e se determinar a quarentena, admittida, nessa facilima eventualidade, pela convenção.

A segunda é que, ainda verificados todos os requisitos favoraveis ao vapor, não fica elle dispensado *senão de uma parte da quarentena*. Esta, por praxe antiga, de que o autor destas linhas tem experiencia pessoal, se reduzia a quatro dias em Buenos-Aires, e alli se purgava nos proprios paquetes, quando daqui sahiam com medico de saude argentino, e não tinham, durante a viagem, *novidade a bordo*. Logo, a concessão convencional, *na melhor das hypotheses*, se limita a baixar de quatro a dois dias o periodo da quarentena.

Mas, além dessas consequências, resalta outra, não menos importante: é que de 16 de maio a 14 de novembro ficaremos entregues, como d'antes, ao arbitrio argentino em materia de imposição desse vexame ás procedencias brasileiras. Nem se qualifique de imaginaria esta supposição, visto que temos exemplos desse rigor em Buenos-Aires após o mez de maio e muito antes de novembro. Em 1893, *verbi gratia*, com uma estação aliás excellente, já em setembro vigorava no Prata a quarentena.

Eis, em essencia, pois, o que *obtivemos* com a assombrosa convenção: durante a metade do anno a quarentena *ao bel prazer do governo de Buenos-Aires*; durante a outra metade, a quarentena *ao sabor dos medicos argentinos*; e, quando escaparmos ao talante de uns e do outro, a quarentena de dois em vez de quatro dias.

E a troco deste *ganho* é que o governo brasileiro acaba de nos proclamar oficialmente a séde da febre amarella, enterrando para sempre o nosso nome, e fulminando o nosso commercio, a nossa riqueza, a nossa civilização com um golpe fatal.

Mente, pois, essa alcunha de *convenção*, que lhe puzeram. *Confissão* será, falsa confissão de uma assacadilha hostile. Mas convenção, nunca. E' um acto *unilateral*, em que uma das partes dicta á outra o recibo de um baldão. E' uma lei do interesse argentino, promulgada em territorio brasileiro. E' um instrumento vergonhoso de abdicação e subalternidade, a que só se conceberia o nosso assentimento com o ferro na garganta, após uma guerra em que fôssemos vencidos e desarmados.

Ha extremos no mau uso do poder, em presença dos quaes a indignação transborda. Isto, não havendo motivo para se chamar um producto da traição, é o delirio da incapacidade. Veja o presidente da republica de que modo o sacrificam os homens, em quem s. ex. poz a sua confiança. Não podemos crer que aquelle papel façanhoso lhe passasse pelos olhos. Desminta, pois, os inimigos deste regimen. Mostre que elle é capaz de responsabilidade, ao menos para

os grandes delinquentes, ainda quando forem delinquentes grandes. Abafe, desta vez em sua alma a soberba do poderoso, e attenda, na voz que daqui lhe fala, aos deveres do patriota.

Esta convenção é um crime contra o Brasil: não pode subsistir!

A Imprensa, 3 novembro, 1899.

A CONVENÇÃO FATAL

Desinfecção preliminar

Conheceis o *dicholophus cristatus*? E' o habitante mais formidavel da Praça da Republica. Si tiverdes a rara fortuna de encontrá-lo mudo por aquelle gracioso labiryntho de moitas e relvados, póde ser que sympathizeis com o alado bipede, tranquilla e modesta creatura na vulgaridade das suas pennas e na doçura do seu olhar, quasi meigo. Mas Deus vos preserve de topá-lo na rispidez ordinaria do seu temperamento, quando fincado nas duas pernas côr de rosa, distende o pescoço, e, escancarando em tesoira o róstro encarnado, fere continuamente o ar de gritos metalicos, agudos, estridentes, como si uma bigorna diabolica lhe resoasse no gasnete. Não se lhe mexe o corpo na compostura da plumagem achitada; mas o empino da crista, o rubor do bico, o arremêso do colo, a furia crescente do guinchado traduzem a violencia de um desafio e o frenesim de uma luta. Com quem? Lá o sabe elle de si para si. Talvez com o transeunte, que passa descuidado. Talvez com o curioso, que se detem ao espectaculo da esganiçada pernalta, enquanto a desalmada, fitos os olhos, aberta a guela, alongada a garganta, despede, sem cessar, o alarido, cada vez mais vibrante, numa gana incoercivel de rebentar, ensurdecendo a redondeza.

Viandante, que estacas azoinado por essa tempestade num gargueiro de passaro brigão, saberás que tambem por estas paragens do jornalismo não se livra a gente dos maus encontros com a seriema do parque.

Quando estudarem a historia intima desse vertebrado, verão que a scisma das "aggressões pessoas" é que o converte de aggredido imaginario em aggressor habitual.

Deve padecer de telha semelhante o espirito que se julgou individualmente acometido num trabalho de analyse e demonstração como o nosso, onde nem uma só vez se dirige o tiro a pessoas. Considerando a impressão, que produziu o nosso escripto da *Convenção fatal*, ao ponto de ecoar até em corporações scientificas da maior autoridade, como a Academia de Medicina, é de suppô-lo ainda não esquecido pelos que o leram. Recorram, pois, á memoria os que não puderem recorrer ao papel, é verão que de nenhuma individualidade nos occupámos, que a nenhuma alludimos. Nem de ministros, directorias de saúde, ou directores geraes fizemos sequer menção. Não era possivel dar á apreciação de um facto administrativo moldes mais impessoais. Sujeito de tantos aspectos notaveis, qual a pessoa que agora se põe em scena tão furibundamente, medico, professor, hygienista, industrial, financeiro (1), não nos depararia poucas faces á critica maligna, em cujas paixões nos averba de inflammado, si quizessemos personalizar e aggreidir. Entretanto, nem de revés, nem de leve, nem de longe, deslizámos a um remoque, a uma insinuação, a uma indirecta. E, todavia, nos sae agora a terreiro uma especie de galispo enfezado, a cucuritar que o detraímos, que o offendemos, que o *insultamos virulentamente*, não lhe bastando grosseiria, ultraje, affronta, para se dar por desforrado.

Certo que a qualificação de um erro não deixa bem parado o seu autor. Mas, quando o crítico, o arguidor, o antagonista de um acto humano se limita a estudá-lo em si mesmo, e nas suas consequencias, abstendo-se de individualizar a sua responsabilidade em ninguem, ou discutir-lhe, pessoalmente, os responsaveis, é preciso estar de guerra aberta com a razão, para o taxar de invectivador e aggressivo. Que possibilidade, neste mundo, haveria mais de examinar reprovaveis medidas politicas, ou administrativas, si a qualificação do facto, erroneo, abusivo, ou criminoso, houvesse de recuar, traindo o interesse geral, ante a irritabili-

(1) Dr. Nuno de Andrade, então Director Geral da Saude Publica.

dade dos melindres individuaes? O procedimento da autoridade publica está forçosamente exposto ao contraste. Os que revestem uma função têm que dar conta do modo como a exercem. Entrando em actividade, merecerão de uns o louvor, de outros censura. E, si esta, não se occupando com *o homem* (na hypothese não tratamos sequer do empregado), disseca simplesmente *a acção*, ainda que lhe chame disparate, ainda que a caracterize como attentado, ainda que a acoime de monstruosidade, o funcionario, que vir nesse uso do direito do contribuinte, cuja algibeira o assalaria, uma *agressão pessoal*, não conhece o seu lugar, não sabe, numa sociedade democratica, os deveres dessa especie de prepostos para com os seus preponentes. Ou então soffre de idéa fixa. Ou então é um infractor consciente e impenitente, que, não se podendo desculpar, faz de aggravado, para arremeter.

Vehemente na apreciação das coisas, o nosso editorial de 3 não entende uma só vez, expressa ou allusivamente, com pessoas ou nomes. Claro está que, si a convenção sanitaria é fatal, nós não podíamos forrar os seus autores aos desgostos de uma paternidade infeliz. Mas esse laço de filiação era obra delles, não nossa. Antes, no que a elles respeita, evitámos quanto os pudesse offender, no character, na moralidade, na honra. E' inexacto, é uma das falsidades abundantes na defesa da convenção sanitaria como os furos do crivo numa peneira, que houvessemos dado a hypothese de *traição*. Longe disso, formalmente a excluimos, declarando que, para se chamar a esse convenio *um producto de traição*, não havia motivo. Lá está, por essas palavras. Estigmatizando a deliberação funesta, chegámos para com os responsaveis ao extremo da benevolencia num accusador, exonerando-os totalmente *da intenção malfazeja*. "Como se pode causar *innocentemente* á nossa patria mal tão irreparavel e tamanho?", disseramos nós. Não os increpavamos, portanto, sinão de haverem obrado mal, cuidando praticar o bem. Era, pois, simplesmente *de erro* que os taxavamos, ainda que de erro levado até á *incapacidade*. E por isso não dissemos que houvessem *atraído* ao presidente da Republica: dissemos que o tinham *sacrificado*.

Esta ultima expressão bastaria, para mostrar que nos não inspirava a malevolencia do opposicionista contra o governo, a quem punhamos fóra da responsabilidade, considerando-o transviado pela sua confiança em incompetentes, auxiliando-o com o exemplo congênere de igual dissabor, acontecido, pela mesma causa, a um dos maiores estadistas do imperio, e reputando-o capaz de emendar o despropósito alheio, de recusar aos empreiteiros da tarefa a empreitada mal feita. E', portanto, um recurso pequenino, uma vulgaridade indecente, um mexerico de comadres adulterar o nosso proceder com as côres de uma arrancada contra a actualidade. Esta diversão rasteira não estava na altura de um funcionario superior, muito menos de um homem de saber, que, si tivesse a certeza de achar-se á sombra victoriosa da sciencia, não desceria da serenidade desta á arena de gratuitos e imbeles desabafos, não preferiria revelar-se instruido medico de venenos a dar cópia de bom especialista em hygiene. Bem fraca idéa faz elle do chefe do Estado, para o ter por tão falto do mais ordinario discernimento.

Notado, como foi por nós, do vicio de *incapacidade*, o ajuste sanitario, quanto mais diáphana, quanto mais limpa de conflictos pessoaes a atmospherá, onde se ventilasse o assumpto, mais lucraria a causa do offendido, si confiasse nos meios, que possuia, de evidenciar a sua capacidade. Mas em nada se afanou tanto, pelo contrario, como em tol-dar o ambiente, desabrochando, numa quintupla verrina, todas as variedades da bilis e da manha, reunindo, num curso de malignidade, todos os manejos da cavilação e do enrêdo. Inculcou-se votado ao nosso odio, quando bem sabe que nenhum motivo aqui havia para tal sentimento contra elle, antes esta folha só poderia nutrir impressões benevolas por um dos nossos conterraneos mais apressurados em saudar, ha um anno, a sua aparição. Deu-nos por instrumento de não sabemos que *Egérias cochichantes e deslustrosas*, como si injustiça mais grave se pudesse fazer a um espirito em cuja vida inteira se estampa a independencia das suas opiniões, e si houvesse peor offensa a um character que a de o figurar autómato de amizades indignas. Andou por

paus e por pedras nessa cascalheira de maldades, nesse dédalo de sofisteria, multiplicando os meios diversorios, para detrair a quem não podia convencer, para infamar a quem não podia confundir.

Mas onde sobretudo se esmerou, se exauriu, e se excedeu, foi no intrigar. Escreveu, nos seus cinco artigos, o quincálogo da intriga. Intrigou de principio ao fim, á custa da verdade palmar, continuamente, perdulariamente, infantilmente, ridiculamente, desencadernadamente.

Já o tínhamos visto, ha mezes, ensaiar a mesma estratégia, quando prétendeu intrigar-nos com os medicos da sua alçada, accusando-nos de os haver appellidado hypócritas, porque de hypocrisia taxaramos a organização illusoria da hygiene federal. Nesse estôfo bordou não sabemos quantas obras-primas dessa rhetorica, em que damna só de suppôr encontrar rivaes.

Intriga-nos agora com a moral, annunciando termos professado "*a necessidade do ardil*", "*a obrigação de mentir*". Intriga-nos com a medicina, arguindo-nos de ter dito que "*no Rio de Janeiro não existe a febre amarella*". Intriga-nos com a demographia, affirmando que "*investimos contra as estatisticas*". Intriga-nos com os nossos vizinhos do Prata, dizendo que consideramos "*os argentinos uns calumniadores*". Intriga-nos com os membros do governo provisório, e, portanto, com o sr. Campos Salles, rebaixando-os a titeres do redactor-chefe d'*A Imprensa* (um apenas entre oito na junta revolucionaria) quanto ás medidas financeiras daquelle tempo, exactamente a parte da sua politica deliberada em commum com mais solennidade, e a unica em que a dictadura de 1889 declarou varias vezes, por actos e documentos especiaes, a sua solidariedade absoluta. Intriga-nos com a imprensa, denunciando-nos de exercer o "*jornalismo altisonante e apaixonado, demolidor e rancoroso*". Intriga-nos com a honra dos homens de letras, apontando-nos como dados "*ao vês de preterir o facto, para encarecer o merito da frase*". Intriga-nos com os medicos platinos, defendendo-os da pécha, que nos attribue, de *prevaricarem*, alimentando "*o deliberado proposito de inventar casos de*

febre amarella”. Intriga-nos com os habitantes desta cidade, representando o nosso editorial como “*uma gargalhada de sophista* sobre o infortunio deste povo, já tão infelicitado”. Intriga-nos com a propria especie humana, considerando-nos capazes de suppôr “que não exista, *no resto da humanidade*, um só character limpo, imparcial e veraz”. Mas especialmente nos indispõe e malquista com os homens de bem, assacando-nos “a improbidade de uma sonegação risivel, com os arrebiques de um patriotismo extemporaneo, improducente e odiento”, encambulhando-nos entre os que “admittem que só lucra quem illude, só aproveita quem fraudada”, incluindo-nos, emfim, entre “os arautos da occultação da verdade, os pregoeiros da rasteira e do enliço, os que entendem, que o patriotismo deve servir de capa á chatineria”.

E’ nesse terreno que assenta o debate. Como si para sair dali vivo, não fôsse mistér graduarmo-nos primeiro entre os cathedraicos da intriga. E’ neste estilo, pintalgado assim de todos os matizes da colera, da brutalidade e do pugilato, que nos convida a discutir algarismos, factos e coisas intellectuaes. Mette commiseração, ver como se crê tão profundamente na efficacia desses desvios da moralidade da palavra, para levar a persuasão a um governo, a um povo e a uma classe de profissionaes. O vôo do sabio desce a corvejar entre a carniça dos detractores mais desabusados. Cuida subir, quando mergulha. Esquece a cada momento, o rumo, o alvo, o problema em questão, para bater com a cabeça á porta das velhas calumnias, das antigas misérias, das batidas futilidades, exploraveis, aos olhos dos tolos, ou dos maus, contra um adversario respeitavel. Imagina-o susceptivel de outro sentimento, que não o desprezo, pelas babujeiras dos impotentes atassalhadores da sua reputação. A cada passo, a proposito da convenção sanitaria, vem o estribilho financeiro, tantas vezes esmagado pelo autor destas linhas. Cae-lhe em chapa o desdem sobre essas inanidades, e o seu distillador as enfrasca em vidros preciosos. Porque as finanças do director da *Imprensa* não prestaram, o convenio sanitario ha de ser excellente. Não se nota que, antes de justificado o convenio, o argumento

invertido é que seria verdadeiro. Primeiro mostre-se o hygienista competente na hygiene, para ensaiar depois a autoridade nos algarismos. E, afinal, como quer que fôsse, nesta controvérsia de hygiene a que propositio metter o financeiro?

Que diable allait il faire dans cette galère?

Mas não esqueçamos onde lhe culmina a superioridade, onde ella se mede com celebridades gigantescas, na existencia *pregressa* da humanidade. Não nos referimos a Hyppocrates, que não tinha descoberto a torsão da veia cava superior, mas a Thucydides, a Tito Livio, a Cesar, aos grandes historiadores classicos da antiguidade. Costumavam elles recompor os discursos *proferidos* pelos seus heróes. Este agora figura hypotheses e redige as orações que nós *proferiríamos*. “Si Buenos-Aires tivesse a febre amarella”, diz elle, “o redactor da *Imprensa* falaria assim”. E desfecha uma arenga, averbada á nossa conta. E, para lhe dar relêvo, estampa-a a tres quartos de columna. E, por tornar a illusão ainda mais cabal, inscreve o texto entre aspas. Tal qual si estivesse, com effeito, citando-nos, reproduzindo literalmente nossas palavras de um escripto nosso. Não se obra de outra maneira, a respeito das marcas de fábrica, nos casos de concorrência desleal. Variando os dizeres, procura-se ajeitar a semelhança imitativamente pela disposição graphica do impresso, de modo que o consumidor receba como genuíno o rótulo infiel.

Ora, após tudo isso, precisamente de onde se procede com esse desplante no uso de todos os artificios, para arrastar a discussão do plano logico ao plano pessoal, para a tumultuar, para a escurecer, para a confundir, para a descompor, é que nos vem, intimativa, a fixação “do unico meio honesto” (de lá mesmo é que sublinham), do unico meio honesto para o nosso revide.

O meio honesto, a seu juizo, são as estatisticas. Isso quando pelas estatisticas alí, de mais a mais, se passou como gato por brzas. Pois bem. Releve-se a presunção de nos

quererem traçar o roteiro á defesa da nossa these. Isso é pretenderem demais. Mas o meio officialmente carimbado com a nota de honesto ha de vir, com os outros, de honestidade não menos evidente e oportunidade ainda mais imperiosa. Virá a estatística almejada, e, de par com ella, as antecedencias da questão, a politica do assumpto, e a experiencia do caso, e o bom senso commum, e tudo quanto se junta em condemnar o pacto sanitario, um de cujos autores já caiu do seu posto, enquanto o outro disputa ainda ao naufragio a sua presa. Virá tudo, a seu tempo, sem fuga, nem gana, menos as excursões por materias extranhas ao debate e os projecteis apanhados no refugio das ruas.

A Imprensa, 10 novembro, 1899.

UMA "REPUTAÇÃO ESFARRAPADA"

As injúrias são as razões de quem não tem razão, podíamos nós responder, com o senso de Rousseau, á violencia da allusão ultrajosa, com que a hygiene official, na Academia de Medicina, calculou desforrar-se em nós da sua derrota. E, dada pelo silencio esta resposta, tínhamos o direito de passar, deixando ás costas avergadas do insultador o alforge de lama.

Mas ha outra fórma, ainda mais flagellante para o criminoso, no desprezo das almas rectas pelas acções más: e pregá-las ao quadro da sua propria deshonra e deixá-las expostas na solennidade do seu escandalo. Era menino o autor destas linhas, quando, em tempo de odios eleitoraes, abertas, certa manhã, as janellas de casa, viu-lhe encostado á parede, estendendo-se pelo sobrado acima até ás telhas, um symbolo de irrisão popular, ali posto por inimigos de seu pae. Momentos depois, o ludíbrio desaparecera, retirado por mãos amigas. Mas o estoico offendido, que já se tinha demorado complacentemente em mostrar ali á curiosidade da criança o valor das affrontas politicas, o fez restituir ao seu lugar de exhibição, até que, alta noite, de uma vez outros o sumiram. Quem de tão cedo embebeu nas primeiras reminiscencias da vida essa lição paterna, não póde temer o aparato das infamias, cujo valor é o unico artigo de fé dos perversos.

Tal a impressão que em nós se produziu, ao sabermos da scena theatralmente apparelhada ali, pelo genio de um mau actor, no meio de um debate scientifico, em glorificação do convenio de outubro. Na eloquencia das grosseirias pomposas, o galvanizador desse cadaver, referindo-se ao director da *Imprensa*, falou na "reputação esfarrapada" do financeiro do governo provisorio, pedindo, porém, logo após

ao tachygrapho, em presença do auditorio entre o qual acabava de esganiçar-se o insulto, que "*por patriotismo* o não tomasse".

Houve, graças a Deus, quem resistisse immediatamente a essa cobardia praticada em nome do mais heroico dos sentimentos humanos, requerendo ao presidente da assembléa, que as injurias se consignassem na acta, onde ficaram *ad perpetuam rei memoriam*. Mas aquelle ambito era estreito demais para tamanha bravura. Saia ella, pois, alcandorada no seu posto, á larga publicidade.

Bem sabia o homem do estilete que o proprietario da reputação atassalhada não estava presente. Sabia, ainda, que elle não tinha ali defensores. A manobra vinha a ser, portanto, a de todos os que perpetram façanhas escusas. Logica era a cumplicidade, que se queria dos circunstantes; normal, nos casos pudendos, o segredo, que se reclamava da estenographia. De extraordinario, de novo, no incidente, só o que se vira, foi essa modalidade inaudita da hypocrisia, autorizando com um appêllo ao amor da patria o sigillo, que impetrava, para o roubo da honra e a punhalada pelas costas. E' esconder o corpo de um delicto no sacrario do templo.

Quem se dêsse, porém, ao trabalho de escrever, na analyse desse facto, a psychologia da alma, que elle synthetiza, teria, talvez, de reconhecer que o instincto a não enganar de todo. Conta Victor Hugo nas suas *Coisas vistas*, um dialogo seu com Thiers (então o mais conspurcado e o mais poderoso homem da França), que nunca nos esqueceu. "Disse-me elle: — Eu sou, como vós, um vencido com ares de vencedor. Como vós, atravesso turbilhões de injurias. Cem jornaes, todas as manhãs, me arrastam na lama. Saibéis, porém, como procedo? Não os leio. — Respondi-lhe: — E' precisamente o que eu faço. Vosso habito é o meu. E accrescentei: *Ler diatribes é respirar as latrinas da propria reputação*. — Elle estendeu-me a mão, rindo".

Grande, assim, ou pequena, ao que parece, toda reputação neste mundo ha-de ter a sua cloaca. Quanto maior o nome, maior o affluxo de sedimentos ignobeis, que cuidam

polui-lo, e se afundam, borbotando, pelo esgoto. E' para ali que se dão ponto os detractores de todos os feitos e diplomas. Ali é que se refestelam esses sybaritas de aromas duvidosos. De sorte que foi, talvez, uma intuição do especialista a origem daquelle movimento empenhado em affastar da arenga scientifica, no texto impresso, o residuo da função animal. Tambem a hygiene é uma fórmula de patriotismo, como é uma fórmula de humanidade. No recinto dos estudos medicos o habito dos hospitaes e amphitheatros immuniza contra as infecções do olfacto; além de que, na atmosphaera embalsamada pelas elegancias de um orador de certa ordem não lhe trescalam as indiscreções da víscera inferior. Mas de portas a fóra, sem essas defesas da acclimação e da alfazema, a saude publica não queria brinqueado com as exhalacões íntimas do gabinete. E aqui está porque acertou, fazendo timbre de que a melhor parte da oração ficasse no que era: a boca tapada de um sumidoiro.

Depois de ter elevado este debate a toda a altura do decóro, da sinceridade e do estudo, sem desgarrarmos uma só vez do assumpto para insinuações contra a pessoa do culpado neste erro monstruoso, seu passado, as outras espheras da sua actividade, os outros aspectos do seu crédito, nosso dever está cumprido; e do enxovalho, com que o premeia aquelle de quem tinhamos direito á gratidão pelo serviço, diremos apenas aos patriotas de lavatorio que este galardão só o não têm, entre nós, na vida publica, os actos, com que a consciencia de um homem de bem não póde ficar satisfeita. Toda vez que a um libello argumentado virdes responder um serventuário da nação, abespinhado e desabrido, com excações infectas contra a honra do accusador, podeis estar certos de que assistis ao duello da calumnia com a probidade.

O empregado do sr. Campos Salles, que taxa o director da *Imprensa* de haver deixado em farrapos o seu nome de financeiro ás portas do governo, saberia, si quizesse perguntar ao patrão, cuja confiança de bronze o aguenta no seu desastre, quantas vezes, até aos ultimos momentos do gabinete de 15 de novembro, em conselho de ministros, o chefe

do Estado lhe exigiu a permanencia na administração do Thesouro. Saberá, si quizesse interrogar ainda ao seu augusto amo, como, ás vespervas da dissolução daquelle dictadura, os seus membrós, entre os quaes o presidente actual da Republica, reunidos todos em um dos gabinetes do palacio do congresso constituinte, declaravam ao ministro da Fazenda a necessidade absoluta de que não acompanhasse os collegas na sua retirada prevista e imminente. Saberá si ouviu os parentes mais íntimos e mais caros do fundador da Republica, o profundo sentimento, com que elle morreu, de ter estremecido um dia na confiança e na amizade do homem, cuja influencia bemfazeja sobre o seu animo frequentes vezes preservou do esphacelamento aquelle governo, onde, em muitas dessas crises mortaes, os seus companheiros, especialmente o chefe actual da nação, o acclamavam salvador e thaumaturgo. Saberá, si quizesse recordar circumstancias sabidas, que, na mais grave dessas contingencias, quando o governo provisorio teve de improvisar em tres semanas o seu projecto de Constituição, e necessitou, para isso, de apresentar ao dictador uma face compacta, foi o ministro da Fazenda o escolhido unanimemente para o órgão de todos na exposição e discussão, com o marechal Deodoro, do plano constitucional. Saberá, si tivesse a bôa fé de saber, e não o interesse de errar, que na dentuça dos que supõem ter dilacerado a reputação do financeiro do governo provisorio deve estar, igualmente em frangalhos, atravessada primeiro que a delle pelos caninos da matilha, a reputação dos seus oito collaboradores, entre outras a de Campos Salles, a de Bocayuva, a de Deodoro, a de Floriano, a de Benjamin Constant, cujas categoricas declarações collectivas de solidariedade com o aggreddido, seria um insulto a todos elles reputar mentirosas. Saberá, si tivesse o escrúpulo de raciocinar e a lealdade de concluir, que, sendo as finanças desse administrador um conjunto systematico de medidas, não o pode responsabilizar pelas consequencias da sua mutiladissima execução parcial o camartelo dos iconoclastas, cuja brutalidade converteu um plano de construcção num monte de destroços. Saberá, si tivesse a lisura de lembrar-se, em

vez da esperteza de esquecer, que, postos a sacco, pelos proprios successores desse ministro, os archivos do Thesouro, afim de esquadrinhar, nas entranhas da sua administração, factos equívocos em seu desabono, a calumnia, levada até aos tribunaes, ali sossobrou miseravelmente. Saberá, si o réu pudesse ter gosto em pensar na corda, que, quando a detracção, empinando-se, como agora, acima da alfurja dos anonymos, tem buscado sobredoirar a sua esqualidez ao prestígio de uma solennidade capaz de repercuti-la, nunca lhe faltaram no dorso as gilvazes desta correcção, cujos silvos se hão de sentir, enquanto a chronica destes tempos fôr viva nos relêvos do nosso idioma.

Ahi está como essa reputação saiu em trapos do governo provisório. Si um dia se escrever a historia das suas tempestades domesticas, dos boléus daquelle barco mal improvisado entre os mares que o espaldaram, a verdade attestar-á que ninguem, no bôjo daquelle perigo fluctuante, correu mais do que esse difamado para as soluções do bom senso, da moderação, da paz, da justiça, de liberdade, da honra, do regimen civil, da organização constitucional. Anno a anno, á medida que elle caminha para a terra consoladora, mãe das reparações póstumas, tem visto rarear o numero dos malsins. Muitos, innumeros dos odios antigos, das sentenças *ex-informata*, das theorias accusadoras lhe vieram cantar a palinódia á porta, desdizer-se dos apôdos, mostrar, arrependidos, o fundo das paixões de outrora, verter algumas gotas de bondade nos vestigios doloridos do veneno. De sorte que, escutando ainda, no rumor perenne da maldade, estas enchentes e vasantes da calumnia, a que Diogenes chamava *a bulha dos estultos*, muitas vezes lhe acontece ouvir no intimo d'alma o éco daquelle conversa, alguma coisa daquelle sentimento tranquillo, que um dos melhores homens da França, o limpido Julio Simon, estampava numa carta a Julio Favre: "Não sei si vos tem acontecido, como a mim, ser injuriado nas ruas; mas, quanto a injuriado nos jornaes, bem creio que o tereis sido. Forçoso é expiardes as riquezas. que tendes accumulado, e os prazeres, que tendes fruído. E, a despeito de tudo, meu amigo, nós amamos esta terra,

que vale mais do que o seu destino, e pensamos, afinal, que, sem nós, *este paiz estaria um pouco mais profundamente doente*".

Todos os homens publicos neste mundo, todos os que menearam o poder, todos, não esquecendo o puro Washington, um dos maiores e dos mais calumniados, atravessaram a zona lodosa e ardente da maledicencia, cujo circulo equinocial entre nós passa pelo ministerio da Fazenda, e cuja atmospheria, nos tempos do governo provisorio, deflagrava saturada numa licença de palavra, a que ainda não tinha descoberto nos pactos de silencio o moderador salutar. Aquella época foi o jubileu do patriotismo combatente. Aquella dictadura, a carniça da ferocidade republicana. Vieram depois as indulgencias, as rehabilitações, as idolatrias, as lendas. Só um nome continuou a desafiar os incisivos dos tolos e dos tôrpes. E tanto basta, para ser *uma reputação esfarrapada*.

Não seria a primeira vez que os farrapos abrigassem a altivez, o civismo e a honra. Ha nove annos que no linho desses farrapos encontram o bálsamo da sympathia e da defesa os feridos deste regimen. Ha nove annos que, através das suas roturas, um coração cuja fibra os terrores e os carinhos do poder nunca amolentaram, expõe a vida, pelos seus compromissos liberaes, ao punhal dos fanaticos e das dictaduras. Ha nove annos que á sombra desses trapos vêm acolher-se as causas justas, as aspirações livres, as reivindicações populares. Ha nove annos que nesses retalhos infamados tropeçam e se atizam, caminho do despenhadeiro, as rodas da loucura republicana.

Eis ahí porque essa reputação esfrangalhada enfurece e desconcerta os abusos officiaes e seus instrumentos. Nos pedaços desse nome abocanhado pela raiva dos crimes descobertos o publico se tem habituado a respeitar de dia em dia mais aquillo, que as confianças officiaes não dão, e os vilipendios officiaes não tiram: a integridade do desinteresse, da convicção e da fé, que não se acobarda, não se assalaria, não se desmente, que não merca, não adula, não foge, Quando, nos momentos graves, esses restos "de uma repu-

tação perdida", os farrapos da traspassada vestidura do lutador se entumecem ao sopro do seu peito, as mais altas assembléas da Republica lhe catam de em tórno silencio profundo. Os governos, a que elle momentaneamente serviu, sempre se julgaram honrados pelo seu apôio, sempre o celebraram com panegyricos triumphaes. E o estribilho do descredito financeiro não lhe reapparece, nalgum focinho sujo da mesa do orçamento, sinão quando o patriota volta ao seu posto de combate contra a força, contra a prevaricação, contra a incapacidade, contra o despotismo. pela lei, pela sciencia, pelo povo, pelo paiz sacrificados.

A Imprensa, 23 novembro, 1899.

QUINTINO BOCAIUVÁ

Por chegarmos com vinte e quatro horas de atraso, ainda assim não vimos tarde, para offerecer destas columnas á attenção dos nossos leitores a carta do ex-senador pelo Estado do Rio de Janeiro. Faltariamos a um dever, e fugiríamos a uma honra, si o não fizéssemos.

E' nesta linguagem que elle se separa dos seus constituintes:

"Aos srs. eleitores do Estado do Rio de Janeiro

"Tendo terminado o meu mandato de senador da Republica, julgo opportuno declarar desde já e de modo mais respeitoso:

"que não aspiro á honra da renovação do mandato;
"que não sou nem serei candidato á reeleição.

"Aos eleitores do Estado do Rio de Janeiro, que, por duas vezes, me honraram com os seus suffragios, dirijo agora os meus agradecimentos por essa generosa demonstração da sua confiança; cumprindo-me, apenas, lamentar si acaso, no desempenho do mandato, que me confiaram, não correspondi, como desejava, aos seus elevados e patrioticos intuitos.

"Obedecendo esta resolução ao propósito em que estou de afastar-me da vida publica, para attender, na esphera da minha vida privada, a deveres imperiosos; conscio, além disto, de que já não posso prestar serviços valiosos, julgo proceder com patriotismo deixando vago na representação do Estado do Rio de Janeiro e na politica geral da Republica, o posto que occupei, para que elle seja preenchido por quem possa, com mais acerto e mais felicidade, servir á

nossa patria, prestando á Republica os serviços que eu não pude prestar-lhe.

“Capital Federal, 22 de novembro de 1899. — Q. *Bocayuva*”.

Na physionomia deste documento, calmo, penetrante e solenne, como sempre foi a palavra nos labios do cidadão, que o firma, está a gente a sentir a impressão de uma tristeza irresistivelmente communicativa. Perde-se de vista o homem, que desaparece placidamente na profunda tranquillidade da vida interior, para se cahir numa dessas sensações de melancolia ambiente, em que o facto individual se vai esbatendo e dilatando até ao circulo do horizonte. Já não é o incidente o que se enxerga, e acaba por nos envolver. E' a cerração geral de uma éra de decadencia, que se rompe a um raio de luz crepuscular, deixando medir instantaneamente o fundo da sua esterilidade.

De resoluções como a em que se acaba de fixar o sr. Quintino Bocayuva, quando tomadas por um espirito como o delle, não ha, debaixo do céu, tribunal habilitado para julgar exactamente, sinão o da consciencia mesma, onde se assentaram. São condensações moraes de causas intimas, antigas, persistentes, em que a synthese do acto definitivo, lentamente desenvolvida por um trabalho semi-reflexivo, semi-inconsciente, amadurece um dia na intuição de uma necessidade, a que o animo honesto obedece como ao dever revelado e imperioso. Não se contesta que certos nomes tenham grandes responsabilidades para com a sua época. Mas esta não as deixa de ter tambem para com elles. E, quando a fraqueza do individuo se sente desarmada ante a fatalidade dos destinos do seu tempo, uma attracção invencível para a obscuridade, um enjôo mortal da lucta, um sentimento esmagador do nosso nada se apodera das indolentes mais nobres, dos caracteres mais fortes. Aquelle que da sua existencia consagrou á de seu paiz tão larga parte, e com tamanha dignidade, fez o que podia; e, si por fim, sem descrer do seu ideal, já se não sente capaz da antiga fé na harmonia entre elle e o presente, ninguem terá o di-

reito de lhe pedir contas pelo ultimo acto de sinceridade e energia que pratica, ausentando-se da scena.

O illustre homem de estado foi um dos que semearam de mais longe este regimen. Teve na sua prehistoria a missão de um dos seus mais esforçados precursores. Deu-lhe á semente o amanho de uma propaganda tenaz e brilhante. Na crise da sua germinação desempenhou um dos mais altos papeis entre os fundadores. Si alguma coisa então o diminuiu na influencia, em que ninguem lhe devia levar vantagem, foi o seu desinteresse, a sua modestia e a sua superioridade. Nenhum dos seus cooperadores, porém, dirá que elle decahisse jamais uma linha no seu respeito e na sua confiança. Quando lhe tocou a impopularidade, soube atravessal-a sem turvação de animo, nem azedume contra os homens, ou as coisas; e, experimentando o reverso dos applausos, não soffreu o da consideração, infinitamente mais preciosa para as almas de valor que a moeda barata dos fugaces enthusiasmos. Ninguem teve mais autoridade nas assembléas republicanas. Principe na imprensa, mestre da tribuna, chefe nos partidos, reunia em si todas as condições, para ter occupado, na administração do paiz, sob as fórmas actuaes, um dos primeiros logares.

Contudo, não passou da dignidade ornamental entre as instituições reinantes. De cada vez que ellas necessitavam de um symbolo, todos os olhos, na milicia das ambições, se voltavam para esse typo erecto e sereno. De cada vez que tinham de encarnar-se numa investidura activa, todos o evitavam. Hoje a politica se sente alliviada de uma concorrência formidavel, da importunidade de uma grande preterição. A soberania dos inferiores está mais a seu gosto. Cresce, no estado, com a mediocridade, a solidez. Parece que deste modo nos approximamos praticamente da verdadeira democracia. Não podendo imitar de outra sorte o nosso modelo ostensivo, acercamo-nos dos Estados-Unidos na tendencia da sua evolução a eliminar a idoneidade, e entregar o governo á industria dos politicantes. Pode-se calcular o resultado final dessa aberração normalizada, advertindo em que, na America do Norte, os mediocres exercem

o poder sob o freio da opinião publica, enquanto, no Brasil, o dominio da incapacidade coincide com a abdicação universal do paiz.

Não queremos ser temerarios; mas não cremos sel-o, imaginando que o sentir continuo de uma distancia tamanha, crescente e invencivel, entre as aspirações do seu civismo e a realidade das suas forças acabasse por gerar, no coração do patriota, um soffrimento de canceira doentia. Elle devia ter comprehendido, afinal, que não podia nada. A criação dos seus sonhos sahiu-lhe das mãos emancipada e intolerante do freio de compromissos obsoletos. Só cede ao mecanismo das influencias vulgares e desabusadas, que manipulam o governo, ou delle se propagam. Uma das bênçãos, pois, que o sr. Quintino Bocayuva mais deve agradecer á Providencia, é não o ter exercido. Dest'arte, passando pelo desgosto de não operar o bem, desfructa, ao menos, o consolo de não ter produzido o mal.

E' nesta quadra, uma ventura immensa, talvez a unica de que se poderão felicitar presentemente aquelles, que roçaram pelo poder, e não foram arrebatados á altura da sua vertigem.

A Imprensa, 25 novembro, 1889.

P O R N E I A

Como certos pontos de colorido característico á periphéria de um organismo em putrefacção, vemos assomar de quando em quando entre nós excentricidades de cynismo, fabulosas variantes de immoralidade, que surpresam momentaneamente a attenção do espectador, e já nem lhe fazem mozza á memoria, nos raros casos em que ainda a impressionam. Dessas insolencias de monturo em fermentação, cada vez mais caprichosas, tivemos, ha poucos dias, famosa amostra no caso da travessa da Relação, provavelmente já sepultado no esquecimento dos que o leram.

Enquanto no Supremo Tribunal Federal se disputava a liberdade da tribuna judiciaria, fugitiva ás rajadas do sul, em procura de guarida nos ultimos refugios da lei, contra os costumes selvagens da republica, ali mesmo tinhamos a compensação no espectáculo de uma liberdade respeitada. A' voz lenta e grave do magistrado, que procedia á leitura dos documentos do *habeas-corpus*, entre o silencio recolhido dos circunstantes, respondia, do lado oposto da rua, o alarido das zabaneiras do outro canto, reunidas em maxixe meridiano.

A Venus vaga habita quasi invariavelmente as orgias nocturnas. Ao prestigio da luz artificial é que a lasciva se banha no seu vinho, que as fantasias da sensualidade se constellam dos seus prazeres, e a Aphrodite mercenaria ressurge das espumas do *champagne*. Daquella vez, porém, a crápula se punha em trajos frasqueiros ao pino do sol, gelosias abertas de par em par, offerecendo ao grande conselho da justiça nacional o espectáculo do congresso entre as rascões em camisa e os rufiões em cuecas. Tambem a ironia das coisas sabe ser dissoluta, e as extravagancias do acaso têm a sua veia de libidinagem.

Não é de agora que a soberania da mais alta instituição federal tem por quotidiano panorama as desenvolturas de um lupanar. Por artes não se sabe de que destino obsceno, a colonia das traviatas, no Rio de Janeiro, tende a se apinhar á sombra da autoridade. As michelas aqui não se arreceiam das rázzias policiaes, como em Paris, onde ninguém imaginaria o Palacio da Justiça num bairro de marafonas. Graças á brandura da nossa indole, a regeneração das nossas Magdalenas começa á mesa das confeitarias e dos alcazares, entre as empadinhas e as maravilhas, elegantemente saboréadas em commum pelas hetairas e os delegados, quando o exemplo moralizador não desce de mais alto; do que ha tradições edificantes. Não admira, pois, que essa força centrípeta vá estreitando o agrupamento, e que a nossa estação central da ordem publica tenha a sua séde entre os mais celebres quarteirões de peccadoras. Pelos Sansões de tantas proezas assignaladas se deve sentir muito atrahida a vocação das Dalilas baratas. Mas o que ninguém esperaria, é que as janelas do mais alto tribunal do paiz olhem para o interior de um alcoice, é que o seu auditorio tenha uma vista aberta para a garnacha dos juizes, outra para o fraldelim das perdidas, é que não se veja inconveniente em permittir entre o sacrario da Constituição e a alfurja de um prostíbulo maior distancia que a de uma rua.

Todavia, assim era. A mangalaça defrontava, ha muito, com o tribunal, a mancebia com a justiça. Após um correr de *chopps* e bordéis, a repartição da segurança e da moral. Após outro quarteirão de baiucas e conventilhos, a côrte suprema. Com esta, porém, a aproximação ainda se fez mais caprichosa; porque na propria contiguidade sempre existe a separação de uma parede, e aquella divisoria de uma rua, devassando ao pretório os segredos do serralho, equivale, entre um e outro, quasi á promiscuidade do mesmo tecto. Isso parecia natural aos que, para sanear os maldares de Sete de Setembro e do Senhor dos Passos, quizeram promover, com desprezo das garantias judicarias, uma larga emigração de meretrizes, desviar linhas de bondes,

ou tributar com impostos incomportaveis os donos de predios habitados por gente da vida airada. Mas que uma tenda de horizontes fôsse acampar debaixo dos olhos do Supremo Tribunal isso não valia a pena de um esforço de hygiene. A incontinenencia existe. Não se pôde abolir a barregã. Não faltarão moralistas, para ver na funcção della o para-raio da familia, ou o vasadoiro essencial da sociedade. De modo que, afinal de contas, por acabar com hypocrisias, não era nenhum caso do outro mundo que a prostituta vizinhasse com o magistrado. Eis, na sua ossamenta, uma moral como outra qualquer: a moral espontânea dos factos do tempo.

Mas os factos são logicos e progressivos. Empossado aquelle retalho do mundo fescenino no dominio da esquina fronteira ao desembargo republicano, com o habito se devia acabar por estabelecer a familiaridade. Ora, a luxuria profissional vive de sensações violentas, quadros vivos, impudicicias ruidosas, e as odaliscas da augusta cercania por fim se haviam de revoltar contra a indifferença dos vizinhos, enfastiados pela diuturnidade das exposições. O dia era solenne: estava talhado para a sedição de saiotos. As rameiras deram o braço aos tunos, e, rosto a rosto com o tribunal aberto, rompeu a farandula de fraldas na desvergonhha das saturnaes de alta madrugada. A multidão atrahida pela audiencia não sabia como se dividisse entre o debate judiciario e o rufiar dos bordeleiros com as messalinas. De uma parte se desdobrava o julgamento nas suas fórmulas sagradas, da outra sarabandeava o bailado na sua torpitude salaz, ambos com os mesmos contempladores, os mesmos ouvintes; e da zaragalhada entre o mulherio das cortezãs e a troca dos fadistas bimbalhava a chalaça desbocada aos ouvidos de Themis. Um passo mais, e aos seus olhos se ostentará, dia claro e portas escancaradas, o mysterio venal das alcovas. Misto igual da sentina com o culto nunca se presenciara nos dias da prostituição classica, em plena *porneiã* grega, ou nos tempos em que o seio das matronas e a religião da familia se adereçavam com os symbolos da impureza.

Numa cidade onde o lupanar desafia os tribunaes e as Phrynéas de sargeta retoçam despidas á fimbria da toga, não sabemos quanto faltará, para que a moral dos homens inveje a dos cães. Si essa não é, e de certo está longe de ser, a da sociedade brasileira, enjoada da praça e recolhida ao lar, tempo afinal virá, em que já se não lave da confusão com os que a enxovalham.

Havia outrora sancções escriptas, que asseguravam o respeito das coisas santas, o decoro dos lugares publicos, o pudor, ao menos, dos recintos officiaes. Ignoramos si se aboliram. Parece que sim. Aboliram-se por obra da irresponsabilidade universal, unico direito destes tempos. Essa policia, que deixa a ralé venerea afrontar com a devassidão nua a mais alta magistratura do paiz, é a mesma cujos delegados rompem á baioneta mandados judiciaes. Sangue e fezes de bacchanal. Evohé!

A Imprensa, 12 dezembro, 1899.

A G O R A E U

A assembléa geral da S. Christovam fez o que devia, resistindo ás incitações da paixão ruim de um jornalista (1), que a queria converter em appendice do seu balcão, em Guignol do seu gabinete. Seria mistér faltar-lhe o criterio mais elementar, para que de outro modo procedesse. Conselhos, como os que ella teve a discrição de repellir, só lh'os poderia dar uma folha decahida absolutamente da sua antiga autoridade pelo espirito malfazejo, interesseiro e parcial que estes ultimos annos se lhe tem inoculado. Notorio é que, enquanto os outros periodicos fluminenses aguardavam os factos, um jornal houve, a quem se metteu nos cascos ser o mentor da companhia, obrigando-a a transformar a sessão annunciada numa barrela d'agua suja. Seria curioso analysar os truques do jogo, onde tinha por certa a carambola. Lá está o desequilibrado, seus toques, suas telhas, seus tiques, suas turras. Os accionistas comprehenderam-lhe a tramoia, e não lhe quizeram servir de tabella. Eram muitos gatos mortos para um só tiro, e nem todos tem prazer em representar esse papel nas mãos de um doido maligno. A sessão terminou, pois, como devia, para os creditos commerciaes da sociedade.

Mas eu, que lhe não estou, nem estive jamais preso por dependencias de especie nenhuma, é que não acceito a protecção do silencio, com que o seu bom senso arrolhou a mordacidade de Pasquino. Todos viram que, enquanto elle meneou a batuta nos ensaios da porcaria laboriosamente orchestrada em portuguez dos Estados Unidos, por entre as variantes varias da sua variação desvariada, o *leit-motiv*

(1) José Carlos Rodrigues, redactor e director do *Jornal do Commercio*.

do grande *maitre-chanteur* era a referencia insistente a dois “*mysteriosos advogados*”, cuja pelle arde, ha duas semanas, associada aos mysterios do desfalque, ameaçada de “revelações” envolvida em “advocacia illegitimã”, tismada com a pecha de “visar a sustentação do veto do prefeito contra uma linha rival”, sangrando, até, sob o estigma de “concussão e suborno”. Não ousou elle declinar-lhes o nome, porque faltaria ás leis da cobardia inutilmente, quando contava que aos sinapismos do seu estylo de esfolagato rebentariam de uma vez todas as conveniencias no tumulto da assembléa. Mas para logo de bocca em bocca, de orelha em orelha se atiraram á curiosidade estimulada os nomes dos advogados mal occultos no esconderijo de umas actas escandalosas. E um desses nomes era o meu, que entrou a rolar na vasa do grande charco, nas insinuações do grande órgão. A esta situação não me submetto. Não admitto o véo de reserva alguma. Meu nome não ha-de ficar chumbado, no mysterio, a imputações criminosas por antigos freguezes do código criminal. Se o nosso repatriado promotor da moral publica não poude “limpar” desta vez “as cocheiras da S. Christovam”, a minha reputação é que não ha-de ficar sob a ameaça da sua vassoira, muito feliz se puder varrer a propria testada.

Desta vez ainda não me ha-de pagar em lama nas botas a piedade, que uma vez me inspirou. A mesma sorte que os anteriores e os futuros ha-de ter este bote. Não os extranho. Apenas me admira que os empreiteiros dessas escaladas, depois de tantas provas, tenham a patetice de me julgar desprevenido contra os romances, mais ou menos vis, da calunnia relapsa. No mais só de agradecer é a diffamação, quando, estúpida e desastrada assim, vem trazer á casa de um homem publico o ensejo de mostrar como as paginas da sua vida particular estão promptas sempre a resplandecer ao sol em toda a nitidez da honra.

Tudo o que se vae ler, poderia ter-se passado em sua simplicidade, sem o menor vestigio escripto, de palavra a palavra, entre pessoas de boa fé. Mas, por fortuna minha, de tudo me ficaram os documentos ineluctaveis, que vão

fallar pela verdade, mal a mentira sae á estampa. Graças, pela minha honra, ao Deus, que tantas vezes me tem protegido a ella e á vida.

Não conhecia eu nem de vista o ex-presidente da S. Christovam, quando, em fins de 1898, um amigo meu, cujo nome poderia declinar, m'o apresentou, certa manhã, em minha casa, tendo-me requerido previamente uma conferencia especial e dilatada sobre o assumpto, a cujo respeito me queriam ouvir. Tratava-se do direito daquella associação ao seu novo contracto, e queria-se a minha opinião sobre si, nos termos da autorização dada pela intendencia, o prefeito lh'o podia recusar.

Dei acerca do ponto questionado o meu parecer por escripto, que me foi pago, e *que a directoria entregou á publicidade* no relatorio do anno.

No principio de 1899, porém, novas e reiteradas conferencias solicitava de mim o presidente da companhia, que me convidou, para a auxiliar com os meus conselhos juridicos no grave periodo por ella atravessado, dirigindo-a no discutir e formular a revisão do seu contracto.

O assumpto era meramente juridico. A autorização da intendencia fôra adoptada em 11 de outubro de 1898, isto é, *muito antes do meu primeiro contracto com a companhia.*

Nesse acto legislativo estavam fixadas as bases do accordo. Limitava-se, pois, o meu papel ao do advogado na sua banca, sem a menor communicacão com o governo municipal, nem a mais indirecta dependencia com a minha situação politica de senador.

Acquiesci, afinal, requestado, cercado, urgido pelas diligencias em que o interessado se empenhava, pondo em contribuição a interferencia de amigos meus, a que não cedi facilmente, entre outros motivos, porque já experimentara no tenaz presidente da companhia um desses clientes, cuja assiduidade não deixa respirar o advogado. E, cedendo, tive, d'ahi avante, que o escutar com a maior frequencia, em visitas repetidas, em diffusas consultas, em explanações constantes, vendo-me obrigado até, para acudir a reclamos seus, a descer expressamente de Friburgo, onde me reti-

nham, desde meiado de fevereiro, necessidades de minha familia e exigencias da minha saude.

Parece natural que dispendio tão largo de tempo, intelligencia e actividade profissional não ficassem irremunerados, tanto mais quanto a cliente não era qualquer miseravel, e o advogado não era nenhum ocioso, nem tinha ido offerecer serviços á opulenta companhia, antes della se vira com a maior insistencia procurado. Foi o que, ao cabo *de cerca de dois mezes* desse concurso do meu prestimo intellectual, reconheceu a directoria dessa associação, em cujas assembléas acaba de nascer agora a sexquipedal jurisprudencia, que capitula entre as verbas de um *desfalque* o valor, desembolsado pelos cofres de uma sociedade commercial na execução de um contracto de honorarios entre ella e o seu advogado.

Não se tendo immortalizado ainda com esse parto a sciencia humana, imaginou o presidente da companhia, com os seus directores e o seu conselho fiscal, que eu, com o dr. Ulysses Brandão, meu auxiliar naquelles trabalhos, não haviamos de estar gratuitamente ás ordens della por tempo indefinido; e comnosco assignou este contracto escripto, legal, solenne, autorizado pelos órgãos competentes da sociedade:

“Os abaixo assignados têm justo e contractado o seguinte:

“De um lado e como uma só parte contractante os advogados Ruy Barbosa e Ulysses Brandão se compromettem a patrocinar e defender *em qualquer instancia e juizo* os direitos e interesses da Companhia Ferro Carril de S. Christovam, e, de outro lado, esta companhia se obriga a pagar-lhes o honorario mensal de um conto de réis durante tres annos, a contar da data deste contracto, que será pago adiantada e englobadamente no primeiro mez de cada anno, praso este que poderá ser prorogado por mais tres annos, e desde já a quantia de vinte e cinco contos de réis pelos serviços prestados pelos ditos advogados até esta data, que será paga em prestações, de accordo com o presidente da Companhia.

“Declaramos que fica desde logo vencido o presente contracto em as tres annuidades e a quantia acima referidas no caso de não pagamento de qualquer dellas no praso determinado, no caso de accordo e desistencia mutuos e no caso de revogação do mandato sem culpa dos advogados, mesmo que estes não o tenham exercido judicialmente, por não querel-o a Companhia.

“Por ser esta a nossa mutua vontade, subscrevemos em duplicata, para um só fim, este instrumento, que valerá por publico na fórmula da lei.

“Rio de Janeiro, 22 de fevereiro, 1899.

Ulysses Brandão.

Ruy Barbosa.

R. H. Baptista.”

Assim, pelos longos, assíduos e delicados serviços juridicos já prestados á companhia, durante mezes, estipulava a directoria aos dois dvogados os honorarios de vinte e cinco contos de réis; e, — ou porque reconhecesse a insufficiencia da compensação por trabalho tão valioso, de tamanha responsabilidade e relacionado com tão consideraveis interesses, — ou porque, á semelhança do que se dá em quasi todas as companhias, suppuzesse conveniente á empreza ter advogados de patrido, — ou por um motivo e outro, ajustou com esses dois juristas o direito de consulta e o patrocínio judicial dos negocios da sociedade por tres annos, a um conto de réis mensaes. A primeira somma seria paga *por partes, á discrição do presidente.* A segunda realizarse-hia de doze em doze mezes. De modo que, no curso do triennio, pelos nossos cuidados profissionaes na elaboração do novo contracto, essencial ao futuro da empreza, e por quantos pleitos, questões, ou incidentes houvesse de atravessar a companhia nos tribunaes, teria desembolsado, ao todo, não mais de sessenta e um contos.

Entretanto, *antes que esse ajuste começasse a produzir os seus effeitos em beneficio meu, isto é, antes que eu recebesse da companhia um vintem, surdia, no conselho da*

intendencia, um projecto, retirando ao prefeito a autorização, conferida no anno anterior, para rever o contracto da S. Christovam. A passar esse projecto, era possível, *talvez*, que a prefeitura o vetasse. Si fôsse vetado, teria o senado que conhecer do assumpto.

Pois aquelle simples *talvez* bastou, para que eu *incontinenti* me separasse da companhia. Mal tive, pelas folhas, conhecimento do projecto, enderecei á directoria da S. Christovam a seguinte comunicação, que me fez o obsequio de entregar ao seu presidente, no dia immediato, o sr. Antonio Martins Marinhos:

“Friburgo, 2 de abril de 99.

“Illmo. sr. Presidente da Companhia de S. Christovam.

“Encarregado pela directoria dessa associação de aconselhal-a, como advogado, na redacção do contracto, a que ella tem direito em execução da lei municipal que o autoriza, vejo agora pelos jornaes ter passado no conselho da intendencia um projecto que cassa essa autorização.

“*Não se tractando já, portanto, da execução de uma lei, mas de materia sujeita ao arbitrio do prefeito e, por consequente, administrativa, além de arriscada a vir a depender, talvez, da interferencia do senado, venho demittir-me do encargo, que tinha acceitado; e exerci até hoje gratuitamente.*

“Sou, com particular consideração, de v. s. pat.º att.º e obr.º

Ruy Barbosa.”

De modo que, ao simples risco de que o assumpto pudesse, com a approvação do projecto, vir a assumir character administrativo, e á mera possibilidade, eventual e remota, de que os interesses da companhia transitassem pelo senado, immediatamente me desliguei das minhas relações de advogado com ella.

Nem a companhia tardou em me responder. Antes, apenas recebeu a minha exoneração, se apressou em me dirigir o officio, que se vae ler, confirmando a veracidade do

meu em todos os pontos, e agradecendo-me o desinteresse, com que lhe prestara os meus serviços profissionais, agora tão generosamente galardoados com o pelourinho.

Eis esse documento:

“Rio de Janeiro, 4 de abril de 1899.

“Illmo. exmo. sr. conselheiro Ruy Barbosa.

“Com profundo pesar tomou a directoria da Companhia de S. Christovam conhecimento da carta, que V. Ex. serviu-se de dirigir-lhe, de Friburgo, em data de 2 do corrente.

“Não póde, entretanto, deixar de curvar-se reverente á resolução de V. Ex., *attentos os ponderosos motivos que a determinaram e que nos expõe V. Ex.* Faltarão, de ora em diante, á directoria as luzes e os alevantados conselhos de V. Ex., TÃO GRACIOSAMENTE PRESTADOS.

“Anima-a, porém, a certeza de que, embora affastado della, continuará V. Ex. a amparar a Companhia de S. Christovam com a sua sympathia e o seu apoio; e o fará porque, recto como é, verificou V. Ex. por si, de perto, que a norma invariavel da Companhia de S. Christovam é proceder de modo a attender o mais possivel ao bem publico, sem, todavia, comprometter os justos direitos do capital e do trabalho, alliando o interesse geral ao particular, e timbrando em desempenhar conscienciosamente as funcções, que exerce, e são de tão vital importancia para a população de uma grande capital, qual é o Rio de Janeiro.

“Aproveita esta directoria o ensejo, para reiterar a V. Ex. os seus protestos da mais alta estima e consideração, e para *de novo agradecer a V. Ex. os serviços, que prestou á Companhia de S. Christovão, e pelos quaes recusou V. Ex. sempre receber qualquer remuneração.*

“De V.Ex.

Att.º am.º e cr.º obr.º

R. H. Baptista.”

Eis ahí tudo.

Nada ha que accrescentar a tão peremptorios documentos. Elles espelham do principio ao fim as minhas relações com a companhia. Elles authenticam o extremo escrupulo, com que as preservei da minima indelicadeza, não as mantendo, sinão emquanto podiam affrontar sem desaire a luz da publicidade e o mais exigente criterio do dever.

Em presença desses papeis categoricos, sua linguagem, *suas datas*, que valor póde ter, sinão o da sua monstruosidade, essa acta *de fevereiro*, *secreta*, a mim impenetravel, conhecida exclusivamente aos seus subscriptores, onde o presidente da companhia, signatario do officio *de abril*, o presidente da companhia, cujas relações commigo nunca transpuzeram os limites da cortezia e do respeito, como esse officio demonstra, me argúe de exigir um contracto, para lhe advogar os interesses na administração e no senado?

Note-se.

A acta mysteriosa é *de fevereiro*. E aos 2 *de abril* eu dissolvía o contracto, justamente para não exercer funcções de advogado no assumpto, *logo que nelle se divisou a eventualidade possivel de assumir feição administrativa, e depender do senado*.

Note-se.

E' *de fevereiro* a acta infamatoria. E aos 4 *de abril* seguinte o presidente da companhia, autor daquella declaração naquella acta, me agradece em nome da directoria, *o desinteresse e a gratuidade dos meus serviços*. Por elles, diz, *"eu recusara sempre qualquer remuneração"*.

Agora, por outro lado.

A primeira concessão á S. Christovam é de setembro ou outubro de 1898. Eu *nem indirectamente com ella me relacionara*.

Querem mais?

O primeiro veto contra a Villa Isabel se liquida no senado aos 2 de dezembro de 1898. E eu com a S. Christovam não tivera sinão as relações *de um parecer pedido e dado por escripto*.

Mais ainda?

Em abril de 1899 o novo projecto formulado no conselho municipal ameaça de risco na prefeitura e de volta ao senado o contracto da S. Christovam. E eu *immediatamente me demitto de seu patrono*.

Ainda mais?

Quando, aos 18 de junho de 1899, os interesses da Villa Isabel passam outra vez pelo senado, na discussão do segundo veto, se limita o meu papel á declaração pela tribuna do suffragio dado no anno anterior, que a coherencia me não permittia modificar.

Não basta?

Estabelece-se no senado, afinal, a crise decisiva para a S. Christovam, pende a sorte do seu contracto actual, naquella camara, aos 2 de outubro de 1899.

E como procedo eu, o seu *advogado*, o instrumento a ella captivo pelos vinculos do pacto rebuçado na acta de fevereiro?

Nem ao menos compareço á sessão.

Lá está a menção da minha ausencia a pag. 1756 do *Diario Official*, no dia subsequente.

Vejam que advogado da S. Christovam!

Duas vezes necessita ella delle: em abril, perante a prefeitura, e elle a abandona, demittindo-se; em outubro, no senado, e elle a desampara, não comparecendo.

E como serve elle a S. Christovam contra a Villa Isabel?

Em dezembro de 1898 ainda não tem relação com a S. Christovam, e da tribuna faz cahir a pretensão da Villa Isabel. Em junho de 1899 o inculcam apaniguado á S. Christovam, para hostilizar a Villa Isabel; e vota simplesmente contra ella, sem discutir.

Basta! Basta de ventilar esta torpeza. O publico não se compõe de cretinos e villões. A opinião não perde na imbecilidade e no habito do mal o senso da evidencia e o instincto da honestidade. Tenho dito demais, dizendo tanto, quando os documentos já diziam tudo.

Desta vez ainda, bem haja, pois, o escandalo, cuja provocação me habilita a pulverizar comprovadamente um alei-

ve perverso. Ha-de continuar a ser assim, como tem sido sempre, até hoje, enquanto Deus me não tirar, com o juízo e a vergonha, a tempera de meus paes e o amor de meus filhos.

Agora, através destas maldades várias, em que se urdiu a trama deste incidente, já percebem os accionistas da S. Christovam que o de que menos ou nada se cogitava, era dos seus interesses. Mas perde o tempo a mão conhecida e incuravel, que, de traz dos bastidores, anda a cozinhar esta immundicie, cuidando macular-me. Bem distinctas se lhe revelaram as unhas na local de alta pasquinagem, que, tantos dias antes, deu o rebate do mexerico, e não outras, com que depois o atçou, em mero damno da pobre companhia, arrastada á baixa pela ensenação da estralada. Contra os salteadores de reputações, como contra os da bolsa nas estradas de má fama, naturalmente se tem de andar armado noite e dia em defesa da honra, quando a da esquerda dos presidentes e a da primazia no jornalismo vão parar ás mãos do crime regenerado pela prescrição e pela fortuna. Mas fique certo o Proteu da simulação que não ha-de vencer a campanha contra mim a superioridade dos que não têm que perder. Contentem-se o provocador pertinaz de reinar sobre o mundo official e o mundo do dinheiro. Não se metta a querer escorraçar almas temperadas na lucta, cuja consciencia, não se tendo dobrado á corôa dos reis, não iria tremer aos pés da dos réos. Não creia que a esponja suja da lavagem do nome do aggressor valha a inutilizar o do aggreddido. Não continue a abusar da tolerancia do calcanhar alheio. Salvo si pretende extorquir á indignação do perseguido uma recompensa definitiva, que lhe não seria difficil, quando na mão d'obra de um perfil para a galeria dos immortaes o cabo do instrumento de um picador pôde substituir o escopro do artista.

Nova-Friburgo, 8 de fevereiro, 1900.

Ruy Barbosa.

A Imprensa, 9 fevereiro, 1900.

COMO QUIZEREM

Engana-se o sr. José Carlos Rodrigues: não ha de ficar atraz da anonymia do *Jornal*.

Muito ha que este perdeu a sua antiga impessoalidade. Hoje elle é, nem mais nem menos, o individuo, que o adquiriu, o possui, e o meneia. Não ha entre um e outro mais distincção que a da tartaruga para a sua concha.

Si a tartaruga pretende que lhe respeitem o casco, não ponha mandíbulas de cobra. Si o jornalista não quer que lhe violem o nome, não ataque ultrajosamente o daquelles que para com o seu usaram de commiserção e generosidade.

Marforio é um pedaço de pedra inanimada. Debaixo do cartaz viperino, que elle ostenta no torso, o vilipendiado tem o direito de ir buscar o nome do delator. Não admittem ficções os casos de dignidade pessoal.

A minha tem por assaltador agora o sr. José Carlos.

Ninguém me póde negar, pois, o direito de perguntar-lhe: quem é elle, para ser o juiz da minha honra; o direito de examinar-lhe as mãos, para ver si não vem dellas a lama da pedrada.

Não lhè valem subterfugios. Chama-me de “poderoso” a mim! num regimen onde represento apenas zero de zero: a sexagesima terceira parte alíquota de um senado, quantidade negativa na esphera do governo. Esse logar, não o pedi. Esse logar, já o rejeitei. Esse logar me acabrunha como um sacrificio, de dia em dia mais penoso. Que vale elle? Qual é o seu poderio? Poderio é o do homem que, saindo foragido uma vez da rua do Sacramento, mais tarde throneja oraculo do Thesouro, mordomo-mór dos presidentes, conselheiro intimo dos chefes de Estado, martello publico da improbidade.

Diz o sr. José Carlos que lhe quero mal, porque das columnas da sua folha um critico, um dia, me tratou com desfavor. Falta á verdade. Em matéria de intelligencia e letras não ha deslouro, de que eu me defenda. Não ha desgabo, de que eu não reconheça a justiça. Nunca me bati pelo meu valor mental. Nunca fiz delle o menor preço. Nunca me agastei de apreciações hostis nesse terreno. Disso bem sabem quantos de mim se tem aproximado. Amei sempre as letras sem pretensão, apenas como um prazer do espirito. Nunca tive tempo de ser artista, e ambicionar entre artistas a admiração. Da penna e da palavra nunca me servi sinão como de instrumento espontaneos do dever e da luta. No uso de uma, ou de outra, nunca tive aspiração de loiros. E, ainda ha pouco, os evitei, quando, até por adversarios meus, me era imposta a honra de ser, numa solennidade entre nós incomparavel, o órgão da imprensa brasileira perante a argentina. Não procedem assim de certo os candidatos á excellencia de escriptores e oradores. A critica, a que se allude, pois, não podia deixar de me ser indifferente. O que não posso encarar com indifferença, é o meu credito de honestidade, é o meu nome de homem publico, patrimonio de meus filhos. Esse representa cincoenta annos de existencia, quasi tanta quanta a do meu detractor, com a differença de me haver decorrido no paiz e quarto de seculo, que elle teve de passar no estrangeiro.

Não mente, quando observa a minha mudança de opinião a seu respeito. Dessa contingencia não está infelizmente livre ninguem neste mundo. Todos nós variamos, no julgar os nossos semelhantes. Todos os vemos variar na maneira de julgar-nos. Console-se o sr. José Carlos de não estar, por esse lado, fóra da condição humana. Releve á Republica e aos seus presidentes o não o terem dotado tambem com essa immunidad.

Já pensei do sr. José Carlos diversamente. E porque não? Os seus vinte e cinco annos de expatriação eram quasi tudo o que eu sabia do seu passado. Eu nunca o escavara. Fui sempre mau chronista da vida alheia. Conhecera o *Novo Mundo*, e por elle sympathizara com o nome

do editor. Perdi-o de vista depois. Vim a encontrá-lo após a revolução, quando me visitou. Disseram-me que o imperador o procurara na sua passagem por Nova-York. Tenho, por meu mal, um temperamento mais inclinado á misericórdia que á severidade. Acolhi-o benevolmente, sem mandar revolver os archivos do Thesouro, e convidei-o a servir-o em Londres num lugar, para que me parecia tálhal-o a sua longa estada na metropole ingleza e a especialidade ali dos seus trabalhos. Procedi mal? ou bem? Hoje não sei. Mas tenho segura a consciencia de que a intenção foi bôa, patriotica e pura.

Dirá o publico agora si aquelle homem, a quem dei a mão no fundo do seu anniquilamento, podia ter nunca mais o direito de atirar um labéo á minha honra. Pois bem: com os outros membros do governo provisorio, que me repelliu, naquelle tempo, essa nomeação rehabilitadora, oppondo-lhe um estigma, ante o qual o nomeado recuou, vive elle hoje no mais bajoujo derriço, ao passo que da minha benignidade não se lembra, sinão para me arguir de *mudado*. De modo que, no criterio deste senhor, a minha complacencia para com elle me constituia, ainda em cima, devedor seu, para lhe não responder com a energia da indignação ás injurias da sua campanha deslustrosa contra o meu nome.

Muito ha que ella se abriu. Quando elle falou hontem no debate sobre a lei Alfredo Pinto, foi a consciencia que involuntariamente lhe veio á garganta, mas para ser logo abafada por uma adulteração da verdade, acoimando-me como o provocador naquelle incidente, que balisa o começo das suas escaramuças. Pouco tinha a *Imprensa* de nascida, quando surdiu esse projecto, que não mirava a outro intuito, sinão armar o sr. Campos Salles para desenvolver legalmente no Rio de Janeiro a reacção, que fóra da lei desencadeara em S. Paulo. Que nessa tentativa liberticida a folha do sr. Carlos Rodrigues estivesse com o governo, era natural: depois do marechal Floriano ella comprehendeu a tollice de não viver na privança dos presidentes e dos ministros. O que eu lhe não podia tolerar, porém, era que me não respeitasse, attribuindo ao intuito de *proteger a joga-*

dores a minha coherencia de velho liberal. Repelli-o no dia immediato, como devia. Repelli-o, dizendo-lhe onde estava o grande jogo, onde as suas altas cumplicidades. Não me retrato uma syllaba do que escrevi. Diz que lhe vibrei insinuações calumniosas. Eu pinteí um quadro de costumes. Insinuador não é o artista, que os debuxa: é o espectador, que nelles se reconhece.

Mais tarde assomou a historia do emprestimo de 1889, pura invenção do sr. José Carlos, cuja fantasia malevola, *dez annos depois* do facto, me accusava de haver dado ao Thesouro um prejuizo de dezenas de milhares de contos, por ter consentido que o valor da operação se continuasse a realizar na mesma especie, em que o visconde de Ouro-Preto, seu autor, começara a embolsal-o. Cerebros ha, de onde a perversidade se desentranha assim, como a teia do ventre da caranguejeira.

Depois já não sei o que mais lhe lembrar. Mas ultimamente a frequencia das arrancadas se vai amiudando. Não ha dois mezes, todo o mundo viu a obra-prima da sua malignidade na analyse do primeiro volume da *Decada Republicana*. Naquellas paginas só enxergou o que me deprimia. Ensamblou-lhes todas as accusações a mim num só mosaico. Aggravou dest'arte, quanto pôde, a catadura do libello. E, como encontrasse nelle algumas palavras immedicadamente lisonjeiras á minha pessoa, não se conteve, que me não descarregasse os incisivos de urutú ensinado: o visconde de Ouro-Preto estava "sem duvida satisfeito com a posição *ultimamente* assumida pelo sr. Ruy Barbosa". Depois... (tudo lhe serve) deu as mãos ao *Financial News*, para me aspergir ainda com as indignidades, que outro dia tive de rebater. E afinal, deparada a questão da S. Christovam, entrou por ella com indecente alvoroço, instaurando a esse respeito uma exploração despresivel.

As *varias* do dia 28 davam o primeiro rufo de caixa. Ia apparecer o relatorio dos syndicantes. Na manhã subsequente já se communicava aos seus leitores a súmmula desse papel, que produzira no sr. José Carlos "*a impressão de um exemplo de moralidade*". Quem ha-de conhecer da

pedra, sinão o lapidario? Já então entravam em scena, de onde não haviam mais de sair, "os dois advogados, a quem a companhia pagara 50:000\$, *para proteger causas, que ella não tinha nem tem*". Com essa falsidade não pactuou a maioria da commissão, que acudiu para logo, declarando-se alheia ao acto do *Jornal*. Então, no dia 31, o sr. José Carlos retrae as garras, declarando *não querer prevenir a solução da syndicancia, que "cabia exclusivamente aos accionistas da Companhia"*, e "só indirectamente interessaria o publico". Ignorava a redacção, porém, que, naquella mesma data, pelas columnas ineditoriaes da folha, o membro dissidente da commissão se exonerava.

Isso era talvez gorar o ovo á serpente. Em consequencia, no dia 2, por uma evolução opposta á do dia 31, a musa das *varias* se espraia em cerca de quarenta linhas, avocando outra vez a si a superintendencia da commissão, e provando ao membro demissionario que lhe não era licito resignar. Tinha de ser aos 7 a assembléa da S. Christovam. Na vespera dispôz apparatusamente o *Jornal* o grande espectáculo do dia immediato, estampando, na parte commercial, antes do relatorio da commissão, o voto do membro em minoria. Até que, afinal, ao amanhecer da data almejada, meia columna de varias se empregou em assestar a bateria do escandalo com todas as suas perversidades. E foi ahi que o meu rehabilitando de 1890 me amarrou satisfeito ao poste do ultraje, com aquelles espasmos, aquelles arranques, aquellas sacudidas, que lhe caracterizam a historia.

Sae-lhe o trunfo ás avessas. A assembléa da S. Christovam oppõe-se ao escandalo. O desprezo da companhia responde solennemente á especulação. Não se desmascara o mysterio dos advogados. Não se profere o meu nome. Um culpado acceitaria a escapula. Eu a repillo. Espedago a capa do segredo. Affronto a luz com os documentos mais categoricos em punho. Contraponho á declaração do presidente da S. Christovam em fevereiro o seu depoimento em abril, a uma imputação segredada uma retracção formal. Demonstro materialmente que nunca recebi

um real da companhia, que com ella espontaneamente rompi o meu contracto. Era, para o meu accusador, a occasião de recuar perante a evidencia, e ter um movimento de nobreza.

Mas os cães voltam ao seu vomito. Bater nos peitos como um homem de bem illudido seria ignominia. Mais vale ser a impenitencia encarnada, a reincidencia em pessoa, a má fé com figura de magistrado. Tornou ao assumpto liquidado, mas para carregar a mão na calumnia. A calumnia não se rende. Accumulou palavras. Levantou, com um folego de forçado, esse maroiço de periodos insensatos. Do cascalho, a que a golpes de factos e documentos eu reduzira a construcção do seu odio, tomou um a um os fragmentos da mentira, e a recompo, mais vã e disforme ainda, como si esses documentos não existissem. Decididamente, no tribunal do individuo que praticou a justificação pela fuga, os justificados são unicamente os que correm.

Sinão, vejam como este Minos de opereta exerce a justiça implacavel.

Ha no seu aranzel de hoje uma prova? Um facto? Um depoimento novo?

Nada: tão sómente as allegações primitivas, que o bate-estaca da imprudencia continúa a cravar.

A estrutura da machina é a mesma, absolutamente com os mesmos elementos.

No cimo da pyramide, a sensitiva moral do sr. José Carlos. Abaixo d'elle, o syndicante repudiado pela commissão e pela assembléa.

Logo após, a vistoria dos peritos.

Em seguida, um repórter do *Jornal*.

Descendo, o contracto.

Por baixo, a escripturação da companhia.

Na base, a acta secreta.

Mas o respeitavel repórter, os innocentes peritos, o commissario formidavel e o immaculado José Carlos, tudo isso firma os pés no travamento da acta com o contracto e os livros. Tirem-lhe de baixo esse arcaboijo, e vae tudo ao chão.

Mas, na acta, o de que me argúe o presidente da companhia, é de exigir vantagens pecuniarias a troco da minha protecção.

Essa acta, que só agora se conhece, era secreta. Por ella me podiam increpar, sem que eu suspeitasse, de ter carregado com a torre da Candelaria, ou as arcas do Theouro. Si vingasse este systema de accusar, os miseraveis da escola de Henry teriam admiravelmente simplificada a sua missão social. Já não precisavam de falsificar. Bastava delatarem. E quanto mais mysteriosamente melhor.

Demos, porém, a força probatoria da assacadilha clandestina. Mas ella é de *fevereiro*, e, em *abril*, o seu proprio autor a desmente, a repudia, a nullifica no documento solennissimo, que liquidou as contas e pôz termo ás relações entre mim e a companhia.

E' um depoimento de *abril* opposto a um depoimento de *fevereiro*. E' a infamação do accusado pelas costas convertendo-se, na sua presença, em homenagem.

Quem mente?

A confissão honrosa, publicamente lavrada? Ou o vilipendio solapado?

Temos, porém, o contracto.

Mas o contracto é de 22 de *fevereiro*. E aos 2 de *abril* enderecei eu uma carta official á companhia, declarando-lhe peremptoriamente que lhe não continuava a prestar os meus serviços. E, dois dias depois, me respondia ella, annuindo formalmente ao objecto da minha missiva.

Não estava, pois, irremediavelmente consumado entre mim e ella o *distracto*.

Restará coisa alguma de uma convenção, quando um dos contrahentes declaradamente a rompe, e o outro com a mesma solennidade lhe annue ao rompimento?

Mas, diz o sr. José Carlos, os livros da companhia resam de quarenta e sete contos pagos a dois advogados, e um desses ereis vós.

Resam de tal os livros?

Mentiriam.

Mas não póde ser. Não se escripturam pagamentos commerciaes sem a sua comprovação.

Ha recibo meu, ou coisa que o valha? Havel-o-á de procurador, ou representante meu?

Não.

Logo, tal não póde constar da escripturação.

Nem consta.

O que lá se encontra, ao que me affirmam, é a averbação daquella somma como paga a *um só advogado*.

Desse advogado ali se declina o nome: é o dr. Ulysses Brandão.

E que tenho eu com isso? E' o dr. Ulysses Brandão órgão meu, meu agente, empregado, socio, ou tutelado meu? Não. Trabalha no meu escriptorio, mas numa situação absolutamente *sui juris*. Auxilia-me nas causas, a que o convido. Mas possui a sua individualidade propria, goza da sua economia independente. Muitas vezes tem sido, até, patrono de causas, *cujos interesses e principios eu publicamente combatia*.

Que me importam, logo, as relações entre o dr. Ulysses e a S. Christovam? Deu ella por dissolvido o contracto commigo. Mas quiz mantel-o com o meu collega. Estava inhibido elle de succeder-me? Assistia-me a mim o direito de lhe ter mão? E porque? Eu mesmo só por extrema sensibilidade em materias desta natureza deixava o patrocínio da S. Christovam. O facto de ter ella negocios perante o prefeito não me inhibia de ser o seu consultor, ou o seu patrono, *contanto que a não patrocinasse na prefeitura*. A possibilidade eventual de que a companhia viesse a ter uma pretensão no senado não me inhabilitava previamente; e, ainda verificada a hypothese, em rigor não me inhibia sinão de solicitar por ella naquella casa, e participar nas suas deliberações a esse respeito.

No meu escriptorio trabalha meia duzia de advogados. Tirante as questões, ou partidos, em que especialmente nos associamos, que ha de commum entre mim e os seus contractos, os seus interesses, os seus clientes? Esten-

dem-se a todos os que advogamos sob o mesmo tecto as minhas incompatibilidades, os meus impedimentos?

Pois, senhores, ahí está no que pára a farraparia moralizadora do meu conspurcador. Ahí têm o que não pode soffrer esse terror dos velhacos, esse justiceiro da honestidade nacional, esse architypo da honra entre os servidores do Estado.

Como o dr. Ulysses é advogado da S. Christovam, seu advogado sou eu. Como ao dr. Ulysses pagou honorarios essa companhia, fui eu que os recebi.

Justiça de José Carlos!

Lampeiro dessa farfalhada, ainda se atreve a me dizer que vá entender-me com o presidente da S. Christovam, que vá entender-me com o guarda-livros da companhia, que me vá entender com os peritos, que me vá entender com o syndicante dissidente, e não sei com que, e não sei com quem mais. Vá elle, que já foi, e nisso teve prazer. A obra não é sinão sua, não tem sinão a importancia, que os seus maus bofes lhe emprestaram. Porque o presidente da companhia se desmentiu a si mesmo, o membro discolo da commissão bebeu na acta desmentida, os livros não se referem ao meu nome, e os peritos se limitaram a reproduzir a averbação dos livros.

O que o dr. Ulysses Brandão, de quem estou longe, responderá ao triste diffamador, não sei. Não lhe será difficil applicar-lhe mais uma das punições, a que essa irrequieta creatura se acha habituada, mostrando que estava no seu direito, quando assumiu as funcções por mim renunciadas, que exercia dignamente a sua profissão, e que, para a exercer legitimamente, não precisava de que a companhia *tivesse causas em juizo*.

Eu devo-me considerar dispensado, ao menos, de re-darguir a bernardices. Tenho sido, sou e serei licitamente advogado em companhias e casas commerciaes, recebendo honorarios de partido, *sem que ellas disputem nos tribunaes questões nenhuma*. De algumas, que têm os seus advogados no fôro, sou méro consultor contractado. O advogado exercita com igual honorabilidade a sua profissão fóra dos

tribunaes com os pareceres, a direcção, os conselhos de jurisconsulto. Muitas vezes, nessas condições, passará annos e annos, sem ter uma consulta que dar, siquer, ao seu cliente a quem trará, entretanto, hypothecados os seus serviços, por um compromisso prévio e permanente.

Eis no que se resume esta nova façanha, pessoal, personalissima, do director do *Jornal*: falsidade intellectual contra o bom senso, falsidade moral contra a justiça, falsidade material contra os factos. Os homens acabam, como começam. As vidas terminam, como principiam. Enfermidades organicas pôdem incubar: não se curam.

Os annaes do fôro nos Estados-Unidos registram um caso, que agora me acode, a proposito das queixas do atassalhador contra a vehemencia da minha linguagem. O editor de um periodico intentara acção penal a tres cavalheiros, que, abocanhados naquella folha, tinham reagido, impondo ao malsim a mais severa correcção. Charles Phillips, patrono do queixoso, perorou em magnifica arenga, insistindo com grande talento na crueldade, com que fôra maltratado o seu cliente. O jury estava sob a emoção da eloquencia do orador. Mas Mr. Taunton, que pleiteava pelos réos, em duas palavras inutilizou de todo, nos animos, a impressão oratoria, dizendo familiarmente aos membros do conselho: "Senhores, a queixa do meu eloquente amigo, em pratos limpos, se reduz a consignar que o seu cliente recebeu uma boa vergastada; e a minha defesa, não menos simples, é que elle a merecera com usura."

Nova-Friburgo, 11 de fevereiro, 1900.

Ruy Barbosa.

A Imprensa, 13 fevereiro, 1900.

A SITUAÇÃO

As circumstancias pessoaes ao redactor-chefe da *Imprensa*, que o obrigam a se licenciar por algum tempo, não bastariam para nos justificar de um silencio, que o character deste momento politico não permite a uma folha liberal, especialmente a uma folha que tem, a esse respeito, as tradições desta.

Si os diplomas de virtude, que actualmente baixam das eminencias do poder, inspirassem alguma consideração nesta terra, bem poderia ser que não fizessemos questão da honra de um banquete, para nos sentir lisonjeados com a parte que nos toque na cortezia geral da ultima ordem do dia á imprensa discreta. Mas, quando o respeito da opinião publica desce, como tem descido recentemente nessas alturas, ao ponto de nivelar a estima das maiores magistraturas do Estado com o descredito dos validos da sua côrte, a imprensa não tem grandes razões de estar contente consigo, porque o mundo official esteja com ella satisfeita. Em taes condições preferimos não incorrer na taxa de cúmplices a nos condecorar com o elogio de circumspectos.

Em épocas de turvação social, já não faz pequeno serviço aos responsaveis pela ordem publica o jornalista que fecha a sua porta aos boatos, nos quaes, aliás, nem sempre tudo é escoria, e muita vez se envolvem de permeio com a mentira, segredos preciosos. Si elle não contraria os legitimos interesses da administração, expondo em bisbilhotices ociosas o sigillo de medidas salutaes adoptadas nos limites da lei, a bem da tranquillidade geral, para devassar os esconderijos do crime, estão observadas todas as reservas, que o criterio e a boa fé do officio lhe dictavam. D'ahi em diante nada mais se lhe poderia exigir que a moderação de linguagem no exame das questões de prudencia, oportunidade

e sensatez. Até ahi, entretanto, está no arbitrio de cada um a opção entre o silencio e a palavra. Mas, desde que a autoridade exorbite das raias legais, o jornalismo, emudecendo, usa de um direito, que não tem.

Não possuímos a incognita da situação. Mas a simultaneidade da repressão exercida sobre civis e militares, os actos de prevenção desenvolvidos na policia e nos quartéis, o refôrço de meios de segurança até em torno do chefe do Estado traduziam, evidentemente, da parte do governo, a noticia de um perigo transposto, ou o descortino de um perigo imminente. Em presença destes signaes era natural que se estabelecesse logo a subcorrente de inducções, que nas épocas de surdina jornalística substitue a publicidade abafada pelas altas pressões do ambiente moral. Do concurso desses elementos, reunidos ás inconfidencias e ás meias verdades, que o movimento da curiosidade publica vae recebendo, havia de resultar, necessariamente, a idéa de uma ameaça, talvez frustrada pela energia do governo, talvez sem embargo della persistente. E' assim que se perfilou, no horizonte, com a sua carranca de males, o fantasma de uma conspiração dupla, com um lado para o jacobinismo, outro para a monarchia.

Ora, no Brasil e sob a republica, a idéa de conspiração está profundamente desacreditada: porque o publico sabe que governos e partidos a têm explorado, quando lhes convem, para desencadear contra os seus adversarios a perseguição, ou a mashorca. Basta lembrar a conspiração de 1892, forjada nas secretarias da União, para lançar os fundamentos da dictadura, e a conspiração de 1897, gerada pelo coito espurio de um ministro com a demagogia, para assassinar, a pretexto de monarchismo, monarchistas e republicanos.

Não queremos dizer que a paz entre nós deva estar de todo em todo tranquillizada contra a hypothese de taes machinações, ou firmar uma presumpção absoluta contra a sinceridade dos governos que nellas acreditarem. Mas o que se não póde negar é que as anemias politicas são habitualmente achacadas a essas allucinações, e das republicas em

estado de miseria organica é tão real o que escrevia, em 1829, o ministro da França em Roma ao conde de Portalis, como a respeito das monarchias decadentes: "Infelizmente, mais que verdade é ter cahido o governo das duas Sicilias no infimo gráu do desprezo. O modo como a côrte vive nò meio dos seus guardas, sempre tremendo, acossada sempre dos espectros do medo, contribue cada vez mais, neste paiz, para aviltar a realeza. *Tomam, porém, como conspirações o que não é sinão o mal estar de todos, o producto do seculo,* a luta da antiga sociedade com a nova, o combate entre a decrepidez das velhas instituições e a energia das gerações nascentes, *a comparação, em summa, que cada um faz, entre o que existe e o que poderia existir*".

No caso que se vae passando, seriamos induzidos a suppor que pouco mais houve que um susto: porquanto, segundo um respeitavel órgão de publicidade, cujas relações pessoas com o presidente da Republica são as mais directas e notorias, o inquerito, cujos resultados ainda se não conhecem á hora em que escrevemos, demonstrou "*o pouco que de factos*" a realidade em si encerrava. As "*occorrencias são de somenos importancia*", assegura-nos esse depoimento de indisputavel origem official. Essa é, pois, a convicção a que as pesquisas, desenvolvidas com a maior severidade, levaram o governo. Para chegar a conclusões indubitaveis, o braço do presidente na justiça entrou directamente em acção, assumindo as funções policiaes, que o novo chefe acaba de ver concentradas nas mãos do ministro como com o outro succedera na grêve das carroças. Não póde haver, logo, duvida nenhuma sobre a genuinidade dos resultados, a que a investigação o conduziu. Os factos, contra os quaes se acaba de proceder, não tinham gravidade.

Da maior gravidade, porém, foram as providencias, a que o governo contra elles não trepidou em se abalançar, e em cujo emprego até agora persiste. Demos que se tratasse effectivamente de uma conjuração mais ou menos séria contra o governo. Que outro rumo teria seguido a actualidade? Provavelmente, declararia o estado de sitio, onde parecerem o seu paládio as nossas instituições republicanas. Mas

qual é a essencia desse instrumento precioso no arsenal dos nossos dictadores, fardados ou paisanos? Indubitavelmente, a suspensão da liberdade individual, com as garantias que a cobrem na pessoa, no domicilio, no sigillo dos archivos e correspondencias particulares.

Ora, todas essas garantias estão, de facto, notoriamente suspensas. Reina a prisão arbitraria. Invade-se o asylo do cidadão. O lar da familia não goza do seu respeito constitucional, nem de noite. A mão dos galfarros, sem a cerimonia do mandado judicial, revolve, nas casas particulares, gavetas, armarios e papeleiras. A ameaça da cadeia paira sobre nomes dos mais eminentes no paiz. Todos os que têm a desgraça de não commungar na religião republicana, são suspeitos. O enxame tôrpe dos secretas alastra a cidade. No encalço do patriotismo, da independencia e da honra se desatrella a matilha vil dos delatores estipendiados. Ninguem está seguro de que, despedindo-se pela manhã de seus filhos, não vá pernoitar no xadrez, ou não tenha de seguir da rua para a policia ao aceno de uma dessas creaturas ignobeis. Não será isso o estado de sitio em acção? O estado de sitio em realidade? O estado de sitio com as suas humilhações mais crueis e abjectas?

Pela nossa parte, dizemos e sustentamos que com esse grosseiro artificio se está substituindo o estado de sitio por uma invenção infinitamente mais grave. Com todos os predicos que o malquistam e infernam, o estado de sitio é, não obstante, uma instituição constitucional. E' uma expressão da lei. E a tyrannia da lei tem, ao menos, a vantagem de exprimir apenas a submissão a um principio geral e impessoal. Mas o despotismo do arbitrio, a suspensão das garantias constitucionaes, em pleno regimen constitucional, o estado de sitio fóra do estado de sitio, isso que ahí está, e de que nos não preservou a reunião de tres juristas na presidencia da republica, no ministerio da justiça e na chefia de policia, é o aviltamento do individuo, do regimen e da nação.

Não queremos servir-nos de uma phrase, que não esteja rigorosamente autorizada pela mais estricta orthodoxia juridica, e por isso damos a palavra a um dos mais egregios

constitucionalistas contemporaneos, para qualificar a natureza dos actos, com que as autoridades federaes entre nós assignalaram as suas ultimas correrias contra a liberdade individual. Quem vae falar é um professor de direito constitucional na Italia e um membro do conselho de Estado sob a corôa daquelle paiz. "Quando um funcionario publico entra numa casa, ou põe as mãos num cidadão não colhido em flagrante", diz Attilio Brunialti, no seu *Tratado de Direito Constitucional*, "*podemos defender-nos delle como do ultimo dos malfeitores*. Buscas arbitrarías, sequestros illegítimos, restricções infundadas são factos que dão razão á resistencia, a qual, si deve ser contida pela prudencia dentro em limites severos, não póde deixar ultrajar a liberdade pelo receio da pena, que o magistrado não terá jámais o direito de infligir, verificando que a lei não foi violada pelo cidadão, mas pelos excessos do funcionario encarregado de protegê-la."

Ahi têm a contingencia, a que essa politica irreflectida e detestavel reduz, por um lado, o cidadão, por outro os agentes da autoridade.

Si ella nada teme dos opprimidos, tema ao menos as consequencias desse factor brutal, que se desprende da oppressão, o exemplo da fôrça, cujo contagio, uma vez propagado, acaba fatalmente por se voltar contra os seus evocadores.

Não se engane o nobre presidente da Republica. Seja o homem da lei, si quer ter estabilidade, tranquillidade e honorabilidade. Si rasga hoje as garantias da liberdade, para simplificar a repressão dos crimes, fará destes o arbitro do futuro, convidando os impulsos da desordem a disputarem ao governo o ceptro da insurreição contra a lei. E' ella a que nos reveste da autoridade moral, a cujo poder impalpavel se inclinam as baionetas. Desencantar em presença destas esse elemento desarmado, que refreia as armas, será inscrever-se entre os seus protegidos, preludiando pela deshonra do poder civil á ruina das instituições constitucionaes. Já nas ameias do fanatismo politico se começa a acender a chamma rubra das épocas malditas. Não creia o chefe da

nação que a esses lampejos sinistros se funde alguma coisa mais que a ruína do governo popular. Com que conta s. ex., na sua fraqueza irritavel, para submeter depois as paixões, que a connivencia official soprará nesta sociedade profundamente abalada?

Si necessita do estado de sitio, tenha a coragem franca de proclamá-lo. Si não tem essa necessidade, como estamos certos de que não tem, evite a evasiva odiosa de empregá-lo, sem o declarar. E' o que as leis da probidade politica, a dignidade da sua magistratura, os interesses mais obvios da sua segurança e da nossa lhe estão impondo. Ou o governo tem por si exercito e marinha, como cremos que tem; e deve estar seguro, para se defender contra os inimigos da lei com as armas della. Ou não conta com esse apoio; e então, quebrando a linha juridica, apenas acelerará, aggravará, legitimará o triumpho do imprevisto. Como quer que seja, a lei é a fôrça das fôrças mesmo contra a fôrça por excellencia, a fôrça das armas, a unica região entre nós, no seio de um povo desilludido e macerado, onde podem soprar tempestades irresistiveis.

Si, porém, quer medir-se com ella na sua propria zona, oppondo á sombra de conspirações paisanas a dureza das medidas de excepção, entre a descoberto por ellas. Não nos asfixie nesta atmospherá de compressão inconfessada, com todas as agonias do terror e sem a sua responsabilidade. Veremos si deste modo a Republica ultima a sua educação no regimen, que acaba de nos soltar de novo aos calcanhares a rale da espionagem.

A Imprensa, 6 março, 1900.

PALAVRAS DE UM DESCRENTE

É notorio que, ha cerca de quatro mezes, o redactor-chefe desta folha deixou quasi inteiramente de escrever para ella. Ainda ha pouco a esse facto alludia, em expressões de hyperbolica generosidade, o nosso benevolo collega do *Friburguense*, em editorial que aqui se transcreveu. Ao começar, pouco mais ou menos, dessa interrupção na continuidade com que estava habituada a falar a primeira columna da *Imprensa*, avisámos o publico de que motivos imperiosos constrangiam a persistir nessas férias, tão penosas ao seu temperamento, o director deste jornal. Taes eram as circumstancias, quando, ao partir elle para Friburgo, onde se acha desde então, prevenimos os leitores de que o chefe desta casa estava temporariamente impedido e licenciado. "Tendo", escreviamos, "a conselho do seu illustre medico, o dr. Francisco de Castro, interrompido, ha algum tempo, o nosso chefe dr. Ruy Barbosa, os seus trabalhos na *Imprensa*, retira-se hoje com sua familia, para Nova-Friburgo, esperando voltar, com a costumada actividade, dentro em algum tempo, ao exercicio das suas funcções neste jornal."

Era aos 4 de fevereiro que assim nos exprimiamos. Daquella data a esta parte não se occupou com a *Imprensa* o autor destas linhas, sinão por acudir, num caso extremo, em defesa de sua honra malevolamente assaltada. Mas as duas explicações formaes daqui dadas aos nossos compatriotas, justificavam de modo cabal o seu silencio, através de todos os assumptos e questões supervenientes, com a impossibilidade physica do trabalho, que ainda a respeito dos mais graves deveres sempre foi escusa categorica. Cuidava o director desta folha que bem lhe podia assistir o triste direito, não recusado nem aos generaes em campanha, de adoecer; e, como estavam feitas as communicações do seu

impedimento em termos solennes, suppoz-se na condição da praça recolhida á enfermaria, que as mais severas leis militares dispensam de entrada em combate. A participação de molestia, mezes anteriores aos acontecimentos actuaes, manifestamente não tinha outro intuito que proporcionar ao enfermo o repouso, de que sentia necessidade, e que a medicina lhe prescrevia. Ninguem, portanto, d'ahi em diante lhe poderia, em boa fé, extranhar a mudez, levando-o á conta de tibieza moral, ou assentimento aos erros do governo. Nossa responsabilidade ficava assim resalvada, fôssem quaes elles fôssem, uma vez que da nossa abstenção a causa previamente declarada era um obstaculo de fôrça maior, annunciado com antecedencia de sobra, para se lhe não suspeitar da sinceridade.

De bem longe, pois, vinha a nossa attitude constrangidamente silenciosa ante a politica e a administração Campos Salles, quando o horizonte do seu governo entrou a alforrar com as primeiras nuvens do borraceiro que o anda inquietando. Fóra do Rio de Janeiro, como está o director da *Imprensa*, a sciencia dos actos, que iniciaram a repressão, chegou-lhe reduzida á magra dieta, em que a sobriedade dos noticiarios a mantinha. De violencias commettidas por autoridades militares contra militares e por autoridades paisanas contra paisanos não ha por esta época sinão motivo para encolher os hombros. Estamos embotados. A Republica é a hierarchia do validismo irresponsavel. Ha tres ou quatro dias, um dos delegados da capital, apanhando nas botas uma pouca d'agua, derramada de uma janella, barafustou pela casa a dentro, prendeu, no sobrado, uma senhora, e arrastou-a á primeira estação policial, como qualquer bebida encontrada na sargeta, ou qualquer marafona colhida em impudicia nas ruas. Com um fragmento destes a paleontologia futura bem poderia reconstituir a ossamenta deste regimen. Prisões arbitrarías, violações de domicilio individual, brutalidades dos agentes da fôrça, transgressões da lei e da Constituição em préjuizo da liberdade individual, são hoje a materia plastica dos nossos costumes. Na chronicidade desses habitos, como em todos os achaques

velhos, ha exacerbações, crises momentaneas, que recrudescem o flagello incuravel. Num meio tal, vistas as coisas á distancia, naturalmente imaginou a principio o autor destas linhas que se tratasse apenas de uma dessas aggravações periodicas da costumeira actual. Demais, o nosso collega do *Jornal do Brasil* denunciara, em artigo de fundo, os excessos perpetrados. Estava, pois, a causa em boas mãos.

Friburgo é, para o homem politico, a soledade. Naquelle recanto montesino, a quatro horas do Rio de Janeiro, a dictadura truculenta de 1894 não logrou fazer uma captura, si bem não fôsem raros os refugiados. Verdade seja que até ali chegou depois, na pessoa dos seus bravos, destacados para fazerem justiça popular no director da *Imprensa*, a resaca sanguinaria de 1897. Mas nem o horror inspirado á população do logar por esse episodio, que escapou de inaugurar naquellas serras o reinado politico do punhal, alterou a serenidade e a quietude daquelle remanso. Por lá não se sentem as atmosferas electrizadas, que, de quando em quando, envolvem e comprimem o Rio de Janeiro. Até lá não soprava, pois, o bochôrno destes dias abafadiços. De longe, o responsavel pela direcção desta folha não podia sentir o que aqui realmente se passava. Faltava-lhe o contacto, a impressão directa, a evidencia que lampeja no logar dos acontecimentos. Não se percebia, na esphera da imprensa fluminense, vibração nenhuma. O proprio órgão, onde as occurrencias eram juridicamente commentadas, esse mesmo não deixava transparecer a sensação de um sobresalto politico na sociedade, ou de um movimento politico no governo. Nada mais natural, logo, do que a ignorancia, em que nos primeiros dias se viu o redactor principal da *Imprensa*, do verdadeiro sentido e do alcance extraordinario dos successos.

Só no dia 4 se lhe esclareciam elles com uma carta daqui escripta na vespera, onde um dos nossos jornalistas, cuja independencia e fidedignidade conhecemos, o alertava nestes termos: "Não calcula V. o estado em que vivemos aqui, sob a pressão de um sitio *real*, embora na vigencia das garantias constitucionaes. Andamos todos vigiados por se-

cretas, muitos civis têm sido presos e postos incommunicaveis na brigada policial, sem alimento, nem cama. A intervenção de V. na *Imprensa* se faz indispensavel. Casas têm sido devassadas pela policia, abertas gavetas, lidas cartas particulares; toda uma série de arbitrariedades sem nome. Asseguro a V., *sob palavra*, a veracidade destas linhas. V. poderá vir em nosso auxilio, pondo aos olhos do publico estes escandalos inqualificaveis. Assigno esta carta com pseudonymo, porque me consta são violadas as correspondencias." A letra e o pseudonymo eram-nos conhecidos. Não nos podia ficar a menor incerteza quanto ao valor do testemunho.

Na mesma data recebia o director da *Imprensa* um dos seus mais velhos, mais caros e mais intimos amigos, companheiro de quasi toda a sua vida, que lhe ia de proposito representar o estado da opinião publica, a sua ansiedade, a pressão intoleravel das medidas officiaes. O mesmo trem que o conduzira, emfim, tinha levado a Friburgo um dos membros desta redacção, encarregado particularmente de ser, para com o chefe ausente, a narração viva da verdade, a chronica desses bastidores da grande comedia, onde o publico não entra, e donde, sem documentos do que vê, manietado pela inverosimilhança dos abusos, o jornalista, de ordinario, não póde trazer ao prélo sinão a synthese imperfeita das coisas e muitas vezes apenas uma leve suggestão da realidade.

Eis como se formou o conhecimento della no espirito do autor destas linhas. Inteirado, não houve na sua consciencia a mais ligeira hesitação. Sciente no dia 4, escreveu para logo o editorial "*A situação*", que, descendo no comboio de 5, teve aqui publicidade na manhã immediata.

Nem ninguem tinha neste mundo o direito de sonhar que, em presença de circumstancias taes, sentisse, resolvesse, ou obrasse de outra sorte o redactor-chefe da *Imprensa*. Corresponsavel, por mal de seus peccados, na constituição deste regimen, dez annos ha que outra coisa não faz sinão defendê-lo, e adquirir, por isso, o nome do seu peor inimigo, do seu sophista, do seu demolidor. Outra coisa não faz, ha

dez annos, sinão expor-se ás maiores ameaças e aos maiores perigos, lutando contra todas as illegalidades e todas as perseguições, sem olhar a quem o sacrificio iria aproveitar. E não será por isso que, senador, em 1892, renunciou, no seu segundo anno, o primeiro mandato? Não será por isso que, redactor do *Jornal do Brasil*, em 1893, se viu indigitado como um dos cabeças da revolta militar, que o surpreendeu, e onde não teve sinão a parte de martyr? Não será por isso que, em 1897, era mandado matar pelo jacobinismo como monarchista entre os collaboradores do fanatico de Canudos? Não será por isso que, em 1898, era vilipendiado pelos amigos do dr. Prudente de Moraes como jacobino? Não será por isso que o achincalharam então em Christo de farça, em Messias de borracheira? Não será por isso que, ainda agora, acaba de ser apresentado aos carnifices do republicanismo como um dos chefes monarchistas, entre o visconde de Ouro-Preto e o conselheiro Lafayette?

Carradas de razão teria elle, pois, já se vê, para não correr *pressuroso* ao encontro dessas tormentas, onde o menos que se arrisca é, talvez, a vida; porque, mais do que ella, vae o nome, abocanhado sempre, no delirio dos interesses offendidos, em trôco de cada um desses actos de fidelidade ás idéas e lealdade ao paiz. Mas que mais pressuroso podiamos ser do que fomos, escrevendo o editorial de 6, isto é, despejando entre as bravatas e tropelias do arremedilho de dictadura o nosso alforge de verdades irreverentes?

Isto supposto, quizeramos saber onde incorre em deficiencia a nossa presteza, e que mais querem do redactor-chefe da *Imprensa* os que para a sua assistencia appellam. Si se trata do remedio aos opprimidos na sua liberdade, já elles o tentaram. Do instrumento legal fizeram uso os seus patronos, os eleitos da sua confiança, e a prova mostrou como a mais crassa das evasivas inutiliza a mais santa das garantias. Um jogo odioso entre a policia e a magistratura zomba completamente do *habeas-corpus*. Muito ha que, nesta éra, a toga e o poder se entendem para as altas justicas da razão de estado. A esse respeito nada podia adiantar o director da *Imprensa* ao systema desenvolvido no patrocínio

dos detentos pelos seus advogados. A materia era das mais elementares. Não havia difficuldades que vencer, ou milagres, que operar. Fosseos nós o mais eminente dos legistas, a trama administrativa surtiria o mesmo effeito; porque o valor do causidico não suppre a debilidade dos tribunaes.

Ou teria o director da *Imprensa* faltado aos compromissos da sua coherencia, por não haver corrido, como de outras vezes, a requerer espontaneamente a excarceração dos perseguidos? Mas agora não se daria a mesma razão para a espontaneidade. Promovendo, em 1892, o *habeas-corpus* dos desterrados de abril, assumia elle uma iniciativa, que ninguem queria e ninguem sonhara sequer assumir: a de arrostar a autocracia da espada no seu primeiro salto da bainha. Ninguem, entre nós, disputa a honra de firmar exemplos taes. Por isso, elle a levantou do chão. Em 1893, nem o sr. Wandenkolk, com os officiaes que o seguiam, nem os cincoenta e dois presos do *Jupiter* tinham, ou podiam pensar em ter advogado, que ousasse ferir por elles, contra o dictador, na arena do mais alto tribunal da Republica, uma dupla batalha campal. Para ser batalha, não faltava ao conflicto nem o cheiro de sangue; porque a policia do tempo coalhou de secretas o recinto do pretorio, afim de rematar em carniça a assentada, si a decisão dos juizes favorecesse os pacientes. Dessa vez ainda, portanto, o director da *Imprensa* occupava um posto sem candidatos. O terceiro caso seu de advocacia espontanea foi o de 1898, quando impetrou a liberdade legal para os srs. Barbosa Lima, Alcindo Guanabara, João Cordeiro e seus coindiciados no movimento do anno precedente. Ahi cedia o director da *Imprensa* á força de uma necessidade, sustentando, a beneficio de antagonistas seus, o principio de cessação dos effeitos do sitio com o termo d'elle, para imprimir a essa verdade juridica a maior autoridade moral, demonstrando palpavelmente não a ter inventado em 1892, por interesse dos seus amigos. Nisso ninguem o podia substituir.

Em todos os mais casos, na questão dos treze generaes reformados em 1892, na da amnistia inversa em 1895, na

da aposentação violenta dos magistrados em 1896, na dos lentes da Escola Polytechnica em 1897, na do caso Thomaz Pompeu em 1899, desempenhou elle sempre incumbencias, com que o distinguira a eleição dos seus clientes.

Ora, na hypothese vertente, ninguem lhe batera á porta, em busca dos seus serviços, nem se tratava por enquanto de uma dessas situações, em que o terror, revestindo a armadura legal, afugenta o commum dos advogados. Era na imprensa que tinhamos de bradar pelo direito das opposições e pelas garantias do cidadão. Ahi já o fizemos, e continuaremos a fazê-lo, segundo a occasião nos inspirar, si na imprensa nos fôr dado continuar.

Aos demais vexames, em que o sr. Eptacio Pessoa (1) se mostra, nas mãos do sr. Campos Salles, tão idoneo instrumento das praxes dictatoriaes de 1893, — que poderíamos nós contrapor, além da indignação e o estigma, a que as não poupamos? Tambem a *Imprensa* andou, muitos dias, de secretas á ilharga. E de secretas a sicarios não ha, muitas vezes, maior distancia que da bengala apparente ao revólver embolsado.

Ora. si nós soubessemos de recurso aproveitavel contra essa instituição republicana, claro está que principiariamos por desaffrontar da cevandilha a nossa testada.

Estamos, talvez, começando a pagar á vigilancia do sr. Enéas Galvão (2), reforçado pelo sr. Joaquim Murtinho (3), as responsabilidades do triumvirato restaurador, em que fomos outro dia incluídos por alguém, muito incommodado agora pelos espiões do sr. Campos Salles. Si é isso, paciencia. A mais culpada então não é a policia. Toda a gente sabe que acoimar uma pessoa de monarchismo em dias de chamusco patriotico, é abrir-lhe o caixão de Gentil José de Castro. (4) Mas, si a policia da restauração financeira em mólho de

(1) Ministro da Justiça.

(2) Chefe de Policia.

(3) Ministro da Fazenda.

(4) Director dos jornaes monarchistas *Liberdade e Gazeta da Tarde*, assassinado pelos jacobinos em 8 de março de 1897.

Matto-Grosso não tem o juízo em dymnamização duzentas, com certeza não acreditou na caçada sinistra; e então não sabemos a que alvo atirar, despachando-nos á retaguarda os seus cavalheiros de pau e navalha.

Intimidar-nos é o que com certeza não logrará. Outros poderão correr do sr. Campos Salles: não aquelle, que lhe guardou a pasta de ministro da justiça, enquanto nos tardava de S. Paulo o companheiro, para correr connosco o risco, não pouco sério, dos primeiros dias da revolução.

Sempre foi nossa regra não medir as consequências das situações a que o dever nos adscrive. Por isso arrostámos a peito descoberto em 1891, em 1892, em 1893, o marechal de ferro. Por isso, de 1893 a 1895, tivemos de engolir dois annos de desterro. Por isso, em 1895, não trepidámos em atizar o braseiro ainda acceso dos odios florianistas, oppondo a guerra, que oppuzemos, á falsa amnistia imposta pelo sr. Prudente de Moraes ao Senado. Por isso, quando, em 1897, a devastação, o incendio e o assassinio politico perambularam, nas ruas da capital, á hedionda carniçaria de Canudos, cujo pretexto santificara o ferro dos matadores de março, iamos pouco depois, miraculosamente escapo á sanha delles, buscar a unica tribuna então aberta á palavra, a dos comícios populares na Bahia, livre, graças á sobranceiria civil do seu governo, para abrir, publicamente, o processo da mas-horca, a que as cumplicidades officiaes asseguraram impunidade. Por isso, depois do attentado, não vacillámos em apoiar o presidente providencialmente salvo do bacamarte. Por isso, em 1898, não duvidámos estar com a lei, contra esse mesmo presidente, ao lado do direito dos jacobinos, vencidos e impotentes. Nunca houve causa vencedora, que nos seduzisse, nem causa periclitante, de que fugissemos.

Desta como das outras vezes, pois, saberemos encarar a nossa tarefa, sem cobardia, nem tardeza. Si a imprensa fôr violada nos seus lares ou nos seus servidores, estaremos com elles, na solidariedade da defesa, da resistencia, ou do perigo, sem accepção de pessoas, sejam quaes forem os ameaçados ou os offendidos. Si a liberdade conculcada necessitar de um patrono judiciario, e não houver quem ambi-

cione a vantagem de se offerecer por ella aos rancores officiaes, nesta casa, emquanto estiver aberta, o encontrará, sem interesse nem medo.

Isso, porém, não porque o director desta folha se fie *das suas immuniades*, porque nellas se julgue abroquelado, ou porque de alguma coisa valham ellas, neste regimen e neste estado social, contra as venetas do poder, ou os accesos da anarchia.

Si dos seus privilegios parlamentares fizesse conta o chefe desta redacção para a sua segurança pessoal, si os tivesse por coiraça de sua vida, ou da sua liberdade, não os teria renunciado, como renunciou em 1892, resignando o mandato de senador no seu segundo anno, isto é, abrindo mão de quatro annos de immuniade, justamente quando acabava de entrar, pelos tribunaes, pela tribuna e pela imprensa, no mais acceso da campanha, que abrira contra o governo militar. Nada lhe annunciava a reeleição; porque então, como em 1897, não a solicitou; então, como em 1897, a politica da Bahia estava de accordo com a politica federal; então, como em 1897, a volta ao Senado lhe foi surpresa.

E quando é que, sob as instituições actuaes, a dignidade de representante da nação preservou a ninguem dos attentados liberticidas? Em 1892, quando as fortalezas e o degredo se encerraram sobre tantos membros do congresso? Em 1893 e 1894, quando, com applauso do congresso, deputados e senadores foram dormir nas enxovias? Em 1897, quando os srs. Barbosa Lima, Alcindo e João Cordeiro eram presos antes de declarado o estado de sitio? Em 1898, quando, cessante o sitio, continuavam no degredo? Militares, ou civis, portanto, os governos republicanos, entre nós, nunca respeitaram as garantias constitucionaes do mandato parlamentar, sinão emquanto não sentiram precisão de conculcá-las. Não ha, si nos não enganamos, muito tempo, que, sendo arbitrariamente preso um empregado no serviço da imprensa, foram grosseiramente desacatados e quasi tangidos da policia, entre os que reclamavam pelos direitos do detento, membros da Camara dos Deputados. Isso em tempos de paz. Imagine-se agora o valor dessa ficção constitucio-

nal em conflicto com os guarda-costas do poder nos dias torvos, quando o tonante de cásaca assopra, na cozinha politica, o raio das medidas de excepção.

Demais, que adianta a garantia da liberdade quando nos mingúa a da vida? E quem a julgará segura, pela ter embrulhada entre as folhas de um diploma legislativo, num regimen de preconização franca do patriotismo homicida? Senador já eramos em 1893, quando, por occasião do *habeas-corpus* Wandenkolk, a central dispensava excepcionalmente os serviços do delegado do districto, assumindo a policia do recinto do Supremo Tribunal, cheio de patriotas da verba secreta, com a incumbencia especial de ali “diminuirem um pouco o sangue ruim”, que um amigo do marechal Floriano se gaba de ter salvo, contendo, em nome d'elle, o punhal do patriota prestes a varar o abominavel republicano. Senador, já eramos depois, ainda nesse anno, quando, abrigada a nossa cabeça pela legação do Chile, um dos entusiastas da dictadura, homem de penna e bisturi, dizia a uma das celebridades europeas da medicina brasileira: “Andamos a procura do Ruy como de agulha em palheiro. Encontrando-o, o Floriano, antes de sabê-lo preso, sabe-lo-á eliminado.”

Senador, já eramos em 1894, quando um assassino de ultramar seguia daqui em missão expressa, para nos liquidar em Buenos-Aires, onde, aventado, por uma leviandade sua, o destino do sujeito, fomos, durante mezes, abrigado pela policia argentina com a presença de agentes de segurança até no interior de nossa casa. Senador, já eramos em 1898, e ainda trescalando as honras com que um mez antes fomos convidado, para representar internacionalmente o Brasil na questão das tres Guyanas, quando ao baque da derrota de Canudos, a nossa vida era recommendada, por um conluio de raizes altas e baixas, a uma commissão de dois matadores, especialmente deputados a Friburgo. Não tendo podido executá-la, porque o director da *Imprensa*, avisado no trem por dois fazendeiros, o dr. Joaquim Alipio e o sr. José de Queiroz, os reconheceu na plataforma da estação, onde o aguardavam, e porque a população do lugar,

advertida, lhe guardou a casa, regressaram, depois de ter caloteado o hotel, com passe gratuito, como agentes da autoridade. De feito, um delles era inspector ou quejanda coisa policial, servindo na estação fronteira ao palacio do presidente, no Cattete, estação a cujas sacadas por muitos mezes continuamos a vê-lo; porque, si nos não enganamos, a politica de então só lhe dispensou os serviços, depois que o director da *Imprensa*, votando o estado de sitio, entrou na categoria dos protegidos da administração.

Quem por essas passou, grande confiança realmente deve ter na maracha das imunidades parlamentares contra as maretas do governo e da rua.

Deus, não obstante, é nossa fé, nos ha-de forrar á deshonra de sacrificarmos ao medo perante a dictadura civil, não o tendo feito diante da dictadura militar. Vinte annos militámos sob o imperio, quasi constantemente como opposicionista, e nunca nos encontrámos com a perseguição. Outra coisa não tem sido, entretanto, para nós, vae por oito annos, a republica, que concorremos para fundar, ha dez. E' assim que um regimen novo cria bons servidores. O Senhor sabe o que faz. Elle, que tantas vezes nos tem preservado o coração da justiça do punhal, determinará, pelas fôrças, pelos recursos e pela confiança que nos der, até quando lhe apraz que continuemos a servir ao direito contra a selvajaria e a loucura. Nisso, si não pudermos obstar ao suicidio de um systema, cumprimos, ao menos, um resto de encargo, para com a patria, a civilização, a humanidade, o christianismo.

No povo, que se abandona, já não cremos. Mas ainda cremos no dever, e creremos sempre na justiça divina.

A Imprensa, 10 março, 1900.

UM HOMEM (*)

Um dia, sob o governo de Luiz Felipe, madrugara, cercado pela policia, o modesto aposento da *rue d'Enfer*, onde se abrigava a maior gloria viva da França. Chateaubriand desaconselhara energicamente á mãe de Henrique V a sua desastrosa aventura. Mas o seu nome, que enchia o legitimismo, resoou por entre os depoimentos no processo intentado, por este motivo, a Berryer, tão innocente como elle, como elle opposto ao desembarque da duqueza de Berry. A arte dos Fouchés e dos Vidocqs não perde taes occasiões de exercer a sagacidade. Colher na cama o grande solitario devia ser para os esbirros do *justo meio* um desses exquisitos requintes de prazer, cujo sabor extasia os gulosos do arbitrio. Acordado por um famulo, o velho liberal pergunta ao chefe da esquadra de malsins que o cumprimentava polidamente, pelo sol e pela ordem legal. O sol ainda não nascera.

(*) “Nova-Friburgo, 12 de março de 1900. — Exmo. Sr. Conselheiro Andrade Figueira — Ainda não tinha lido os jornaes desta manhã, quando escrevi o editorial, que *A Imprensa* amanhã publicará, a proposito da petição de *habeas-corpus* por V. Ex. dirigida ao Tribunal de Appellação. Só agora chega aqui a mala do dia. E o que, em presença da scena inaudita passada hontem na casa de V. Ex., senti, e estou a sentir, de indignação, horror e nojo, só no artigo de amanhã para depois terei occasião de exprimir, querendo Deus, porque estou doente, e por isso lhe escrevo por mão alheia: a de minha filha. — Mas, numa coisa sou obrigado a apressar-me, da primeira vez na minha vida que lhe escrevo: em procurar este meio pessoal de communicar-lhe a minha sympathia. — V. Ex. é advogado, jurisconsulto dos mais sabios: não carece de patrono. Mas, si, na sua causa, que é a da lei e da civilização da nossa terra, precisar de um auxiliar, de um servo, de uma coisa qualquer, que mereça a honra de estar a seu lado, dê-me as suas ordens. — Com a mais profunda veneração, de V. Ex., velho collega e admirador — *Ruy Barbosa*.”

Mas a lei estava satisfeita ao menos quanto ao mandado regular, que o agente exhibiu ao intimado. Esse residuo do caruncho juridico estava bem com os atavismos de um throno, que não sabia romper inteiramente com a liberdade, para merecer o elogio de Lafayette, quando o recommendou, no berço, aos parisienses como *a melhor das Republicas*.

Lida a intimação regular, é Chateaubriand quem narra, “dirigindo-me ao respeitavel chefe desses ladrões de homens e liberdades”, “Bem sabe o senhor”, lhe disse eu, “que não reconheço o seu governo, que protesto contra esta violencia; mas, como não sou o mais forte, e nenhum desejo tenho de nos arreparelarmos um com o outro, seguil-o-hei.” E’ á presença de um juiz, não á de um funcionario administrativo, que o detido comparece. Não obstante, ás perguntas do costume, nome, idade, residencia, não se lhe obtem uma palavra. “Recusei responder e assignar o que quer que fosse, não reconhecendo a autoridade politica de um governo, que não tinha por si nem o antigo direito hereditario, nem a eleição do povo, pois a França não fôra consultada, nem se reunira nenhum congresso nacional.”

Dessa attitude não houve meio de abalar aquella altivez. Em outras audiencias se lhe leram, “em voz benigna, as pequenas accusações, que, devidamente provadas, fariam cortar-lhe a cabeça.” “Declarei de novo”, conta o glorioso mestre da monarchia constitucional em França, “que, não reconhecendo a ordem politica existente, a nada responderia, nada assignaria, e que todas aquellas diligencias eram escusadas.” Com essa inflexibilidade perdia a tramontana a justiça d’el-rei. “Percebi”, continúa a voz de *Além Tumulo*, “que essa maneira de obrar enfuriava o santo homem. Quiz raciocinar commigo. Não houve meio de leval-o a compreender a differença existente entre a ordem *social* e a ordem *politica*. Eu me sujeitava, discorria eu, á primeira, por ser de direito natural: obediencia ás leis civis, militares e financeiras, ás leis de policia e ordem publica; mas não devia obediencia ao direito politico senão emquanto emanante da autoridade real consagrada pelos seculos, ou originario da soberania do povo. Tão bolonio, ou transviado não era eu,

para acreditar que se tivesse convocado o povo, que o houvessem consultado, e que a ordem politica estabelecida resultasse de uma decisão nacional. Si me instaurassem processo por furto, assassinio, incendio, ou por quaesquer outros crimes e delictos sociaes, eu responderia á justiça; mas, quando me moviam processo politico, nada tinha que responder a uma autoridade, a quem, faltando o poder legal, não assistia o jus de interrogar-me."

Eis como defende a sua consciencia um homem que sabe onde a tem. Nem essa mudez desafiadora, porém, nem o estigma de usurpação irrogado á coroa em face dos seus tribunaes os detiveram na confissão do erro commettido. Dias depois, o suspeito de conspiração volvia livre á casa, para escrever nas suas *Memorias*: "De todos os governos, que, ha 40 annos, se têm succedido em França, só o de Felipe me alojou no paradeiro dos bandidos. Só elle poz a mão na minha cabeça, respeitada até por um conquistador irritado. Napoleão ergueu o braço, e não feriu. E esta colera porque? Vou dizer-vos: porque me atrevo a protestar pelo direito contra o facto." A majestade moral, em que não ousara tocar o sceptro do senhor da Europa, não escapou ao guarda-chuva do duque de Orléans.

Nesse exemplo bem se poderia confortar o sr. Andrade Figueira, si um estoico necessitasse de conforto em exemplos humanos, si a sua alma não contivesse em si propria toda a força de si mesma. As duas culminancias da dignidade humana emparelham entre si nos dois casos. Si uma se banha no clarão aureolar do genio, bem pouco val o sol por estas alturas. A divina coroa das montanhas está na brancura da neve alpestre, na neve immaculada e inviolavel. Quando o nosso olhar se perde nos alcantis do character, as mais soberbas obras intellectuaes, os maiores portentos da arte se amesquinhão em presença dessas espontaneidades erectas e inaccessiveis do bem. Mais de um regimen tem atravessado o sr. Andrade Figueira: o do Imperio, que não pouco soffreu da sua severidade, e o da espada, que o teve entre os conspiradores contra a sua dictadura. Nenhum lhe

poz as mãos. Cabe-lhe agora a sorte de ser desrespeitado pelo da poltroneria policial.

Parece que dos contrastes precisa o proprio Deus, para ensinar nas suas grandes lições. Sem o governo actual não teríamos esta pagina da vida do sr. Andrade Figueira, o azafama dos anãos de Liliput em torno delle, a projecção immensa do seu vulto na admiração nacional, o assedio da rua Monte Alegre e essa petição de *habeas corpus*, que é a veronica de um heroe. Bravo! Quasi que valeriam a pena todas as miserias da actualidade como preço da magnificencia desta desforra.

Muito menos que Chateaubriand á realeza pede á Republica o nosso compatriota. Não exige que ella se regenere nas águas da soberania popular. Não lhe põe como condição de obediencia a mudança á fórma de governo. Não se nega a responder aos seus magistrados. Reclama apenas a observancia da legalidade nas suas fórmas elementares: a ordem escripta e regular da autoridade competente. "Fóra do terreno legal", diz, "não ha sacrificio, a que esteja disposto a se poupar. Não será facil á policia arrastal-o á sua presença, por meios illegaes, vivo, ou morto: vivo, porque pode mais sobre os seus destinos que os caprichos de qualquer autoridade; morto, porque á sua familia não seria disputado o direito de dar sepultura ao seu cadaver."

Ah! tu falas esta linguagem, homem de outra terra e de outra éra? Pois nós te ensinaremos. Doente estás. Qualquer medico te attestaria a enfermidade. Pensas, por isso, que a policia se rebaixará, como os juizes nos casos mais communs, comparecendo á tua casa, para te receber o depoimento, que nos não recusas? Pois agora o verás. Enfermo, ou são, te arrastaremos á rua do Lavradio. Provarás assim a igualdade republicana. Até lá não te mexerás. Trancaremos as tuas portas aos de dentro e aos de fóra. Si tens filhas no collegio, não lhes mandarás fato limpo. Si sentes fome, si tua familia pretende alimentar-se, pão não terás, porque eu não quero. Nem os teus criados sairão, nem entrarão os fornecedores de viveres. Um destacamento nume-

roso, com a sua reserva de secretas, assegurar-me-á a execução deste regimen, até que a minha força triumphhe.

E' da estreiteza desse sitio, posto pela resaca ao promontorio, que o grito alado da lei voa dos cimos da honra aos cimos da justiça, nesse appello soberbo, sublime á Côrte de Appellação. Não sabemos si os não encontrará desertos, ou si não chegará tarde. Mas o espectáculo epico ahi está, para os que sentem as grandezas moraes. E' o dessa apparição, que atravessa o presente como uma soberania desconhecida. Vem das eminencias do passado. Vae para as eminencias do futuro. Passa como uma sombra offendida, no **alto, sem roçar o chão**, pela zona intermedia: a baixa, o alagadiço, o marnel. Sabem que é? E' um homem, numa época de pygmeus e cobardés. E' a firmeza, a convicção, a independencia, numa crise de apostasia e servilismo.

Fica-lhe, pois, como um brasão o nome de *obstinado*. Devia ser assim. De obstinação deve ter o nome a consciencia e a honestidade, a inteireza e o vigor, o patriotismo e o senso juridico, a constancia e a dignidade, numa quadra de organismos de gelatina e pós de sapatos.

Bem hajas tu, Milton, que escreveste para estas occasiões, raras na vida dos povos perdidos, aquelle soliloquio, ou aquella prece da solidariedade entre os fortes. Si "Deus verteu jámais no seio de alguém o amor estavel da belleza moral, no meu seio o verteu. Onde quer que se me depare um homem superior á estima do vulgo, afoitando-se a aspirar, pelos seus sentimentos, pela sua linguagem, pelos seus actos, ao que a alta sabedoria das idades nos ensina de mais excellente, a esse homem me associo eu por uma especie de adherencia inevitavel. Poder não ha, no céu, ou na terra, que me possa tolher de contemplar com reverencia e ternura aquella prece da solidariedade entre os fortes. "Si Deus vertede."

A Imprensa, 13 março, 1900.

CONSPIRAÇÃO DAS CONSCIÊNCIAS

Não, nunca! em toda a extensão do ensaio republicano entre nós, nunca se submergiu tão completamente a honra deste regimen.

Aliás, não lhe escasseiam na chronica fastos lastimosos e pudendos. Atravessámos, em 1894, a dictadura plena: o governo da espionagem, do carcere e do fuzil, com o lar domestico entregue ás buscas policiaes, o erario ao saque dos cortesãos, o credito publico ás emissões clandestinas, a vida humana ao espingardeamento, a educação de nossos filhos ao spectaculo de todos os crimes, ao commercio de todas as corrupções. No começo, foi para vencer. Em seguida, para exterminar os vencidos. De 13 de março a 30 de julho as ilhas da nossa bahia presencaram a execução de centenas e centenas de homens, marinheiros da nossa esquadra, que os chora, confiados pelos seus capitães, na hora da rendição, á santidade das leis da guerra e immolados pela victoria truculenta ao appetite dos seus instinctos. Durante esse periodo luctuoso o paiz inteiro, assombrado, assistira a tragedias como as do Paraná, onde o caminho de ferro conduzia aos espigões das serranias as victimas do rancor homicida, para as sepultar nos despenhadeiros, fuzilando-as na queda. Tivemos, em março de 1897, a demagogia acompadrada com a autoridade, no Rio de Janeiro, destruindo prelos, armando queimadoiros nas praças, organizando a morte, executando as suas sentenças capitaes á cara do governo, na sua capital. Viu-se, pouco mais tarde, nos sertões da Bahia, sobre os restos do fanatismo anniquilado, a liquidação pela degola, pelo petroleo, pela trucidção de mulheres e crianças. Nos sertões de S. Paulo a lei de Lynch, alistada ao serviço dos partidos, consummou impunemente, com a notoria protecção dos interesses dominantes, uma das mais horrendas scenas

de sangue registradas nos annaes da nossa ferocidade. Nem as mais altas situações do poder e da fôrça evitaram a sina tenebrosa destes annos de retrocesso: um ministro da guerra, marechal do exercito, cae assassinado numa praça de guerra, defendendo contra o ferro de um assassino politico o peito do chefe da nação.

Juntem, porém, condensem, expremam todos esses excidios, todas essas cruezas, essas ignominias todas: a essencia da mistura ensanguentada e purulenta não conterà, em germens de maldade e baixeza, insanias e barbaria, um producto comparavel ao caso inominavel da rua Monte-Alegre. A tyrannia de 1893 a 1894 era a expressão das tendencias nativas á lei marcial nas republicas americanas, oscillantes sempre entre Rosas, Balmaceda e Porfirio Diaz. A mas-horca de 1897 representava a expansão da canalha, utilizada pelos costumes de uma parcialidade que a guerra civil cevara nos prazeres da fôrça. O morticínio de Canudos foi a embriaguez de um triumpho militar sem freios divinos, ou humanos. Araraquara, o selvagismo da policia renascente das senzalas, amparada nos interesses de facção. No *attentado*, emfim, um governo fraco e titubeante expiava a sua condescendencia com as ramificações civis e militares da reacção sanguinaria que cruentava a metropole, e ameaçava a Bahia. Em todos esses lances eternamente sinistros, os partidos bebem sangue, e chafurdam em torpezas, com a autoridade publica encambulhada ás suas orgias. Mas ainda está não fôra buscar nos peiores antros da demencia e da bruteza idéas e instrumentos, para atacar a sociedade no culto dos seus sentimentos mais sagrados, na substancia das suas instituições fundamentaes.

Sinão, vêde esta scena. E' um ancião em sua casa. Elle, septuagenario, enfermo. Ella, sagrada pelas garantias constitucionaes. Estas não a protegem. No lar invadido pelos aguazis o ancião, coberto pelas suas cãs, envolvido no seu nome venerando, rodeado da familia em agonia, recusa-se, apoiado em todas as leis do paiz, a cumprir uma ordem grosseiramente arbitraria. *Arrastem este homem!* ruge en-

tão o chefe da malta. Melhor diria: *Tanjam-me este cão!* O que se seguiu seria o mesmo. A esposa, um filho, um amigo interpõem-se. A santa matrona abraça o velho companheiro de seus dias. Mas já os paus se levantavam. Descem os murros e estadulhos sobre os tres amparadores da victima, naquelle momento verdadeiramente augusta. Não se forra a senhora aos ultrajes e bordoadas da récuá official. Atorreada com um sôco á nuca pelo punho de um dos bandidos legaes, arrebatam-lhe dos braços o marido, que desce de rastos escada abaixo, e vae ter a cabeça despedaçada de encontro o batente ferreo do portão, quando a filha, respeitavel consorte de um militar, de um mestre da mocidade militar, chega a ponto de preservar com as mãos a fronte do pae. Martyrio que recorda o de Christo nas escadas de Pilatos. As punhadas de um soldado ao seio da heroína não suplantam o amor filial, que lhe dá fôrças, para conquistar aos esbirros um lugar no carro, onde, sem chapéu, em desalinho, rôto, enlameado das quedas e das mãos sórdidas da vilanagem, atravessa as ruas o varão insubmisso na majestade de um apostolo entre selvagens, emquanto os mais, o amigo colhido nas malhas do cêrco, um filho maior do illustre brasileiro, outro, criança ainda, sorvendo ali o amor da república, estilado assim ás gerações novas, depois de empurrados a trambolhões pelos degraus de pedra, palmilham a pé, envolvidos no destacamento, ladeiras e ruas, até á Central. E ali ainda encontra um magistrado (1), da linhagem dos juizes de Jesus, que, deante desse espectáculo, sanciona o escandalo com o escarneo, interrogando o suppliciado, apresentando-lhe autos para subscrever, offerecendo-lhe de jantar, e confessando na sua victima o seu primeiro bemfeitor.

Misericórdia, Senhor, que nos abandonaste! Nada nos ficou da tua lei, nem da tua imagem. Perdemos todos os sentimentos humanos, desde o patriotismo até á piedade, desde o respeito do proximo até ao de nós mesmos, desde a

(1) Dr. Enéas Galvão, depois ministro do Supremo Tribunal Federal, então chefe de policia.

consciencia até á vergonha. Todas as noções da ordem, da solidariedade, do christianismo se apagaram. Labutamos na cratera de um inferno. Os depositarios da autoridade empunharam o facho e a picareta. Aos seus repetidos golpes foram desmoronando todas as tradições, todos os prestigios, todas as inviolabilidades sociaes, os verdadeiros esteios e contrafortes de todos os regimens que não confiam no papel das constituições. Entre as ruinas, sobre as quaes o céu ennoita, havia apenas um refugio para os espiritos, um presidio da civilização, o derradeiro appello do futuro. Era o respeito da mulher, a santidade do pae entre seus filhos, a veneração da familia.

Acabou-se. Acabou-se ao contacto destes dias, infinitamente mais negros que o sitio e a dictadura. Na capital da Republica, tendo por moldura e relevo o mais estrondoso apparatus administrativo, testemunhou a nação inteira a violação de todas as nossas casas, o supplicio affrontoso de todas as nossas mulheres, de todas as nossas mães, de todas as nossas filhas. Certo que não ha de sentir assim o presidente da Republica, chefe de familia tambem, pae e esposo. Mas nós daqui asseguramos ao sr. Campos Salles, asseguramos-lhe com a penna molhada em lagrimas, que todos os homens de bem, ante-hontem, se sentiram padecer com o dr. Andrade Figueira, e viram, no seio de suas filhas, na cabeça de suas esposas, as pisaduras e os vergões dos ultrajes, das sevicias infames infligidas pelos serviçaes do chefe de Policia, do ministro da Justiça e do presidente da Republica áquellas duas mulheres heroicas, santificadas hoje com um altar em todas as casas brasileiras. A multidão desencadeada nos dias funestos de delirio popular ainda encontraria nesta terra um dique: a porta do asylo do cidadão e a honra dos nossos lares. O governo acaba de quebrá-lo.

E ainda falam em conspiração? Ha necessidade, acaso, de conspirar contra isso? Essa gente está cega. Ella é que inaugurou a conspiração em todas as consciencias. E dessa ninguem se livra. Não são os homens, os interesses, os partidos, que conspiram. São os corações que se conspiram.

Quizeram fundar o terror: conquistaram o horror. Presentemente, onde houver, entre nós, um homem com a sua companheira, um pae no meio de seus filhos, estará pactuada a conspiração da prece com o céu. Vós não crêdes. Mas Deus ha de ensinar-vos a cair de joelhos no seu dia.

A Imprensa, 14 março, 1900.

UM CASO DE MORAL

Bem sabemos que discutir ante a politica brasileira problemas de moral equivale a implorar, em nome da humanidade, o carro de Jangernat, quando o idolo oriental passa, esmagando sob as rodas as victimas, que lhe atira a estupidez do fnatismo. Mas as mais abafadas atmospheras de conspiração nunca extinguiram a lampada da philosophia na cabeça dos moralistas. Seneca philosophou, nos dias de Nero. Pois então philosophemos sem ser Seneca e sem ter a Nero pela frente.

Perlustrando esse inquerito, com o privilegio de cuja leitura a policia mimoseou as folhas bem vistas na Central, e cujo conhecimento só á benevolencia dos collegas devemos nós outros os malquistos com o corregedor d'el-rei-presidente, nada nos impressionou mais do que a felicidade singular, que vae dar ao sr. ministro da Justiça a gloria de ter inventado alguma coisa, já que a fortuna de outros lhe roubou a invenção da palavra. Das outras vezes, em toda a parte, em todos os tempos, as conspirações se devassam pela infidelidade ou pela fraqueza dos que desertam a sua causa. Neste caso, porém, homens que a não fogem, que continuam a preconizá-la, que bizarreiam de resolvidos a recommear amanhã, são os que abrem á policia, de par em par, o intimo do segredo.

Militares, que prefeririam mil mortes a uma deslealdade, e, habituados a baratear a vida á boca dos canhões, gostosamente a dariam pela victoria do plano, onde tinham a esperanza do seu ideal, abriram a boca sem a minima reserva, e deixaram cair a flux a historia das culpas suas e alheias com a singeleza de quem, depois do triumpho, recompuzesse entre amigos a chronica da machinação victoriosa, ou, mallogrado o golpe, se divertisse com elles em en-

numerar já os perigos transpostos, já os mysterios discretamente guardados. Penitentes aos pés do confessor, não seriam tão ingenuos na chronica dos seus erros; porque ahi é provavel que á ennumeração dos proprios se houvesse de limitar a *mea culpa*. Tudo porque? A explicação por elles mesmos está dada. Porque o interrogador lhes appellou para a lealdade e a honra.

Ora, devéras, nunca se nos deparou na vida coisa mais digna de admiração e estudo. Si, com effeito, o inquiridor não zombava da honra e da lealdade, e os que a elle se renderam não caíram num laço armado pela astucia ao brio, duas revoluções terá operado em beneficio da estabilidade dos governos o nosso ministro da Justiça. Terá, primeiramente, acabado com as conspirações militares; não se podendo suppor nem que militares faltem á honra, nem que conspirarem, préviamente certos de que ella no outro dia os obrigará a se entregarem ao governo, industriado no uso do especifico irresistivel aos conspiradores honestos. Terá, em segundo lugar, abolido virtualmente as conspirações civis, incompatibilizando com ellas os homens de bem, que de certo prefeririam não conspirar, a incorrer, conspirando, no risco imminente de se verem entalados entre a inconfidencia e a improbidade. Entregue, assim, pela honra á policia o instrumento de abrir o latibulo das conspirações, estaria praticamente firmada a equivalencia entre ellas e os crimes infamantes. Só canalhas, doravante, conspirariam. O antigo direito de revolução já não alliciaria as suas forças, sinão nas mesmas regiões onde habita o furto, o estellionato e o roubo.

E toda essa mudança na face do universo politico se teria consummado apenas com o modesto invento dessa chave de consciencias, que aqui se acaba de experimentar. Aliás, não admira que, em tamanha preamar da honra, nos vejamos colhidos por ella de subito com achados e maravilhas imprevistas.

Mas ponhamos a coisa em raciocinio. Ninguém póde sentir-se forçado a entregar em nome da honra aquillo que, em nome da honra, se comprometteu a guardar. Logo, si,

descobrimdo-se e descobrimdo os seus comparsas, si, revelando a conspiração, os accusados obedeceram á honra, é que com ella não estavam, quando conspiraram. Porque, si conspirando, estavam com a honra, a logica nos obriga a concluir que da honra se apartaram, desvendando a conspiração. Não se póde estar com a honra (porque a honra é unifronte) nos dois casos: celebrando um pacto e violando-o ao depois. Aliás, si é no conspirar que um homem está menos perto da lealdade, os que della deslisaram, conspirando, já não poderiam ter, a esse respeito, a sensibilidade virginal dos immaculados.

Nisto se resume, pois, toda a questão: falta á honra, civil ou militar, o cidadão, que se conjura? Claro está que não iremos ventilar, nos estreitos limites desta columna e entre as paixões deste momento, juridica ou politicamente, a questão da legitimidade das conspirações. A *necessidade* sempre se incumbiu de resolvê-la. Entre os povos livres, as conspirações são tão impossiveis, quão inuteis. Entre os outros, a liberdade ora se conquista pelos grandes maremotos do oceano popular, ora pelo trabalho subterraneo dos precursores, dos Mazzinis, dos Garibaldis, ás vezes até de mãos secretamente dadas com os Cavours e os Victor Emmanuéis. O autor destas linhas não conspirou sinão uma vez, em toda a sua vida: Conspirou por quatro dias, em novembro de 1889. E não se felicita da experiencia. Nunca mais conspirará, seja para o que fôr. Falará, e escreverá, emquanto puder. Depois descansará na consciencia de ter dado á sua patria o mais que podia. Não sympathiza, pois, absolutamente, com as conspirações. E dada a proverbial discreção dos nossos costumes, difficilmente as tomaria a serio. Mas, nem por isso vê nessas temeridades, ou nesses erros, quando os inspirar o sopro de uma aspiração generosa, o menor deslize do civismo e da honradez. Todos os grandes ensaios da liberdade no Brasil tiveram a collaboração das conspirações, ou dellas nasceram. Conspirou o Rio de Janeiro em 1831. Conspirou o Rio Grande do Sul em 1835. Conspirou a Bahia em 1837. Conspiraram S. Paulo e Minas em 1842. Conspirou Pernambuco em 1848. Por obra de uma conspi-

ração caiu o primeiro imperador. Outra conspiração destronou o segundo. Em ambas ellas predominou o elemento militar, fautor quasi exclusivo da Republica actual.

Não concebemos, portanto, que um secretario do conspirador Campos Salles possa exigir, em nome *da honra*, a inconfidencia aos conspiradores de hoje. Em nome *da lei*, sim senhor: estava no seu direito, e era seu dever. Mas, em nome *da honra*, não comprehendemos. Escorregou da honra o sr. Campos Salles quando conspirava em 1889? Falsearam á honra todos esses nomes purissimos, que a nossa historia registra entre os conspiradores dos dois reinados? Desmereceram da honra os militares, que nesses movimentos se assignalaram? Decairam da honra os soldados e marinheiros de 15 de novembro e 6 de setembro? Extraviou-se da honra o general Mallet, indigitado conspirador contra o governo de 1893? Desgarrou da honra o almirante Wandenkolk, embarcando-se na aventura do *Jupiter*? Foram revéis á honra Benjamin Constant e Deodoro?

Pelo contrario, todos esses paisanos, todos esses soldados estavam persuadidos firmemente de que era a honra o que os impellia á sedição. Rompiam com a ordem constituida, por amor justamente da honra, que, bem ou mal, punham acima della. Outro não foi por certo o sentir dos que agora se confessam conspiradores. Logo, á luz dos precedentes que os animaram, dos moveis que os impelliram, dos sentimentos que os resolveram, o que entre esses homens se tinha estipulado, no mysterio dos seus encontros, era, precisamente, para elles, uma convenção de honra. Por homens de bem se reputavam; e, como taes, não confiaram uns nos outros, sinão porque se julgavam preservados, pela lealdade commum a todos os socios, de uma indiscrição fatal. E vae sinão quando o mesmo vinculo que os ligara, os desliga; a lealdade que lhes sellara a boca, a dessella; a honra, sobre a qual tinham jurado silencio, lhes impõe a indiscrição. E' inaudito.

Figuremos um caso pessoal ao autor destas linhas e ao dr. Campos Salles. Supponhamos que, em 1889, no dia 11 de novembro, quando o redactor do *Diario de Noticias*, con-

vidado por Benjamin Constant para uma conferencia, cujo objecto ignorava, com o general Deodoro, compareceu de noite á sua casa, no Campo de Sant'Anna, e encontrou ali, onde se lhe descobria a conspiração a rebentar, além daquelles dois militares, o general Solon, o sr. F. Glycerio, Aristides Lobo e outros, a policia, entrando de improviso, os detivesse a todos em flagrante de machinação criminosa contra a existencia da monarchia. Abria-se o inquerito policial. Interrogavam-se os indiciados. Demos caso que, nessa phase do processo, o conselheiro Candido de Oliveira, ministro da Justiça, ou o dr. Basson, chefe de policia, invocasse a honra dos accusados, exhortando-os a confessarem. Podiam elles confessar? Tinham elles o direito de confessar? Deviam elles attestar a existencia de uma conjuração, informar ao governo que ella se estendia a várias provincias, entre as quaes a de S. Paulo, consignar que, em S. Paulo, entre outros cidadãos, envolvia o dr. Campos Salles? E, si o sr. Campos Salles, tendo já chegado aqui, houvesse caído connosco na tarrafa do visconde de Ouro-Preto, procederia assim com os seus associados ausentes? Evidentemente, si o fizesse, si o fizessemos, sobre nós, sobre o dr. Campos Salles recairiam as maldições republicanas, e para sempre na categoria dos Joaquins Silverios ficariam inscriptos os nossos nomes.

Pois, *mutato nomine, de te fabula narratur*.

Toda a vez que um homem está na posse de um segredo, confiado á sua custodia, sob a fé de um compromisso, em cuja transgressão periclitaria a vida, a liberdade, a reputação, ou a fortuna de outros, a observancia do sigillo, que o reveste, é o primeiro dever da sua honra. Convidá-lo, sob a invocação da honra, a descumprir o dever, a que a honra o chumbou, é pôr a honra em conflicto com a honra, e engendrar duas honras, para burlar com a segunda a primeira, com a mais nova a mais antiga.

Foi, portanto, com um sophisma que o sr. ministro da Justiça abriu a consciencia aos officiaes, que se julgaram coagidos pelo brado da lealdade e da honra a entregar os seus cumplices, ou confessar a conspiração. Depois, ha uma

lei de moralidade para o interrogador, a qual inquina de illegitima toda coacção, material ou moral, exercida sobre o espirito de um accusado, para lhe extorquir a confissão da culpa. Desde Voltaire e Beccaria se sabe que a tortura é impia e scelerada. E, á medida que o sentimento juridico se foi elevando no seu nivel, se foi depurando na sua essencia, a cultura do direito entrou a reconhecer que, sem empregar o menor mal physico, se poderia actuar sobre o espirito do réu, presumidamente sempre innocente, com uma pressão tão maligna, tão irresistivel, tão odiosa, como a dos tratos da roda, ou da polé. Nem menos condemnavel do que o constrangimento é o ardil, nessa função da autoridade. Por isso, na Inglaterra, em cuja constituição se inspiraram as garantias judiciais da nossa, não se concebe o magistrado sinão como o protector da innocencia, encarnada, por uma presumpção necessaria, na pessoa do accusado. Contra este o mais severo inimigo dos crimes não se arriscaria ali a tentar a mais leve captação, qualquer coisa que tivesse laivo de artificio. Até nos tribunaes de policia o investigador, quando procede ao interrogatorio, começa por advertir o respondente de que meça as suas palavras, de que não impossibilite a sua defesa, de que nada o obriga a confessar, nada a auxiliar a accusação, nada a alliviá-la da prova, onus exclusivo della. Isso ainda nas especies mais graves, nos delictos mais atrozes, em processos de crimes estupendos, qual o de John Conway, justicado como assassino e mutilador gratuito de uma pobre criança.

Disso bem sabe o nobre sr. Epitacio Pessoa, doutor, professor de direito, ministro da Justiça. E, comtudo, não lhe remordeu a consciencia de, em nome de um nobre sentimento, induzir capciosamente alguns moços valentes e briosos a offendê-lo. O calculo era bem feito. Devia acertar. Contou-se com a inexperiencia, com a imprevisão, com a surpresa, com a altivez, com a sensibilidade militar. Presumiu-se que ao contacto de um appello á dignidade profissional almas explosivas desfechariam espontaneamente, como uma arma ao estalar do fulminato. Foi bem escorvado o gatilho. O tiro não falhou. Resta saber a quem feriu.

Mas, como quer que seja, esperemos que o publico, entre nós, não assimile esta aberração característica de um desgraçado paroxismo social; que continue a entender a honra á antiga, a crer na inviolabilidade dos sigillos, na santidade dos depositos, no culto da fé empenhada, na religião da palavra. Não, não conspire o militar nunca, jámais. Não deve, não pode conspirar. O seu papel, inteiriço de legalidade e disciplina, consiste em obedecer aos superiores, seguir o governo regular, manter as instituições constitucionaes, ser o instrumento legal, sem mescla de politica ou partido. Uma conspiração debaixo da farda é o antagonismo vivo da profissão com o homem. Mas, si, por desvio lamentavel, peccou contra o dever de officio, não peque contra o de consciencia. O segundo erro duplica, não neutraliza o outro. Si, voluntariamente, se constituiu depositario de um segredo funesto a outrem, sepulte-o com a sua vida. O official, que duella, na Allemanha, está fóra da lei, mas dentro da honra. O christão, que dissimula com a policia, por salvar o perseguido, que asylou, encobre a verdade com os labios, para não faltar á piedade. O martyr, que confessa a Deus perante os altares da idolatria, caminha para o seu sacrificio. Mas não apparelha o dos irmãos.

A Imprensa, 16 março, 1900.

MAIS TOLERANCIA!

Não foi justo nem generoso, hontem, o nosso illustrado collega d'*O Paiz* no editorial em que commentava as homenagens prestadas ao sr. Andrade Figueira e sublinhava entre ellas os cumprimentos do sr. dr. Coelho Rodrigues (1), moeda representativa de uma amizade que vem de longe e se radica ás recordações mais intimas e carinhosas da mocidade.

Não falaremos, é claro, da forma literaria, terna e buirilada, do artigo, torrão de assucar destinado a disfarçar o travo do alcaloide, pois todos conhecemos e admiramos as qualidades de estilo e a maleabilidade do talento do nosso antagonista.

Cumpre, porém, em respeito á verdade e á justiça, não deixar passar sem reparo affirmações menos exactas, insinuações soffrivelmente perfidas e os fios subteis de uma teia insipiente, onde cairia o Prefeito, si o posto que actualmente exerce não fôsse para um homem de lei, de character e de fortuna, uma destas realezas que andam a suspirar pela abdicação.

Entre os concidadãos que compõem esta patria brasileira, si uns commungam nos ideaes republicanos, outros ha, e em numero não pequeno, a quem ainda as crenças do passado seduzem. Em ambos os partidos ha homens de valor, convicções fortes, energias preciosas, intelligencias e caracteres de escolha. Ambos contam admiradores, proselytos e fanaticos. A base do tratamento entre os dois agrupamentos deve, pois, cimentar-se na consideração mutua, de modo a que vencedores e vencidos, finda a luta, possam apertar-se

(1) Prefeito do Districto Federal.

as mãos, enterrar os mortos e cuidar dos vivos. Tudo quanto não seja isto, não é sério nem digno de lidadores que se prezam.

Bem sabe *O Paiz*, porque a historia largamente o ensina, que não ha temeridade maior que a de julgar revolucionarios e conspiradores pelo criterio exclusivo do *successo*. Craveira mais fallivel não existe na apreciação destes abalos violentos. Arrastados na lama, os vencidos de hoje resurgem amanhã para a apothese, e pela rampa contraria, pedregosa e agreste, descem contrictos, humilhados, e até apedrejados e cuspidos, os famosos triumphadores da vespera. E' que aos allucinados do poder falta quasi sempre a toada funesta, mas salutar, do escravo romano junto ao carro do que os padres conscriptos tinham julgado digno da maior das recompensas civicas.

Conspiração não houve. Assim o dissemos e continuamos a sustentar; mas, conspiradores ou não, os indigitados como taes pelo poder não merecem a adjectivação carregada do iracundo collega. Basta ler os nomes dos sacrificados á nevrose da fôrça, para logo se convencer a opinião publica, independente e sensata, que não é o caso de *meia duzia de aventureiros, sequiosos de dinheiro para pagar, não ás tropas, mas aos alfaiates e aos armazens*.

E si dos collocados em plano modesto passarmos ao dr. Andrade Figueira, torna-se clamorosa a acrimonia do contemporaneo. Monarchista ou republicano, persona grata ou não, esse brasileiro, carregado de serviços, é e será sempre um vulto respeitavel ao abrigo das tentativas demolidoras, apaixonadas e injustas. Esse direito á *exhibição camara-desca de endeusadores*, elle, o *conspirador de opera bufa*, o adquiriu á custa de um longo passado de trabalho e de honradez, e desse direito não ha violencia, arbitrariedade ou solerçia que possa privá-lo. Nem outro galardão cabe á velhice além deste preito affectivo e espontaneo das consciencias.

Espirito desprevenido e sagaz, habituado a ler nas entrelinhas, logo, porém, vislumbra no editorial do nosso collega, os verdadeiros intuitos que o inspiraram. Quiz-se evi-

dentemente comprometter o sr. dr. Coelho Rodrigues com o governo da Republica, só porque s. ex., tão fiel á lei da amizade quanto á Constituição republicana, não entendeu a primeira revogada pela segunda e ousou cumprimentar um velho camarada por vê-lo restituído ao lar que tanto ennobrece.

Não comprehendemos, por mais que sobre o caso reflectamos, a incompatibilidade tão acerbamente frisada pelo *Paiz*. A coexistencia dos affectos de ordem privada com a intransigencia em materia de principios é uma das characteristics da vida contemporanea, feita de humanidade e tolerancia, mórmente num regimen novo, que, para subsistir, carece de cercar-se de sympathias.

Administrador do Districto Federal, havendo o seu cargo de um poder sujeito a sancção, collocado em condições de independencia adstrictas ao alto cargo que exerce e ás modalidades do seu proprio character, extremamente altivo e intelligente, homem de lei, pouco propenso a zumbaias e censuras, affeito a deliberar por si mesmo, solicitado, re-solicitado, para aceitar a Prefeitura, o dr. Coelho Rodrigues de certo repelliria tal mercê si esta envolvesse a destruição das fibras mais intimas da sua vida moral.

A Imprensa, 2 abril, 1900.

CONTINUANDO (1)

Quando, ha tres mezes, cessava de publicar-se esta folha, não quizeram vozes generosas que se fechasse sobre nós o esquecimento sem algumas palavras de comemoração e saudade. De quasi todos os jornaes fluminenses, alguns em profundo antagonismo de idéas connosco, tivemos a honra de receber phrases benevolas e affectuosas de pesar, votos insuspeitos e sinceros pelo nosso regresso á communhão da imprensa. Não podiamos obter mais desinteressado testemunho da nossa fidelidade aos deveres que ella impõe, nem ver coroados de melhor premio os nossos escassos serviços ao paiz. Por bem compensados nos davamos de tudo, num momento em que nos não passava pela mente a volta a este posto, vendo reconhecer, por esse consenso quasi unanime dos nossos órgãos de publicidade, que não a tinhamos desdoirado com uma collaboração perniciosa, nem sobrecarregado com um papel inutil. Ainda bem que a espiritos desse valor não parecia inconveniente á dignidade do jornalismo, nem damninha aos interesses da patria, a presença da censura politica numa época de officialismo tranquillo e folgado.

Bem sabemos que a esse tributo de benevolencia para connosco nem todos se associaram. Estavam no seu indubitavel direito os divergentes. Cada qual, neste bazar da curiosidade publica, serve com a sagacidade do instincto profissional aos appetites da clientela; e muita gente, capaz de fazer circulo na rua, para ver cair um cavallo de tílbury, não estaria para se occupar um momento com a noticia da extincção de um jornal. Muito ha que dessas altas preferencias da moda intellectual nos dava a fórmula requintada

(1) Após interrupção de quatro mezes, voltava *A Imprensa* a circular.

o celebre Villemessant, quando escreveu: "Um cão pisado no *boulevard* tem mais importancia do que a agonia de um grande homem em Nova-York". Para com os mortos e os ausentes, entretanto, o silencio já é obra de caridade e respeito, quando se possui, e não se utiliza, o privilegio, que nos fica, de sobreviver-lhes, e infamá-los. De modo que a esses mesmos não teriamos sinão que ser reconhecidos, si soubessem obsequiar-nos até ao cabo com a soberania do seu desdem. Mas tanto lhes custava a fidalguia dessa virtude, que, afinal, á ultima hora, franqueavam os baixos de casa, contra a *Imprensa* renascente, aos moedeiros falsos da mentira. E' assim, ao rufo da calumnia, que a nossa reaparição está desde ante-hontem annunciada nesses bairros.

Nas expressões de bondade e sympathy, com que então nos distinguiu, registrando a suspensão do trabalho nesta officina como symptoma doloroso e humilhante para o estado mental da nossa nacionalidade, pôz um dos nossos eminentes collegas o dedo no mais lamentavel estigma da civilização brasileira: a mofina existencia da imprensa ainda nas mais cultas e opulentas das nossas grandes cidades. Para a subsistencia do jornalismo é de uma espessura minima a camada nutriente de humus nesta parte do globo intellectual. As mais antigas e robustas existencias dessa esphera entre nós, as que têm mais vigorosas raízes commerciaes, muito longe estão das condições de solidez e prosperidade, fruídas em paizes menos ricos e populosos que o nosso, por empresas jornalisticas de muito menos valia. Si fóra daqui se conhecesse o segredo das nossas grandes tiragens, as mais largas não nos trariam motivos para ufanía. Aos mais ditosos dentre nós, aos mais antigos, aos mais robustos, aos mais vivedoiros, aos mais festejados o mercado literario não dá para muito mais que uma vida prudente e remediada. Buenos-Aires, com dois terços da população desta metropole, assegura aos seus bons periodicos uma circulação tripla e quadrupla da dos mais bem aquinhoados no Rio de Janeiro. Não nos faltam, entretanto, pennas, talentos, vocações das mais raras, neste ramo da actividade humana. Contamos um nucleo de periodistas, cujas qualidades rivalizariam, por

todas as faces, com as do melhor pessoal nos mais adiantados centros europeus. Mas o meio não responde ás aptidões superiores desse escol; o terreno ingrato não lhe anima o desenvolvimento; e, apertada, num circulo de freguezes que mal se dilata em proporções insensíveis de geração em geração, a imprensa vae-se arrastando, entre nós, á cauda do progresso, de que devia ser a primeira manifestação e a impulsora, mais poderosa. Cerceada assim nas aspirações, constrangida aos expedientes, adstricta a todas as parcimonias da economia, vegeta na rotina, atrophia a sua missão educadora, e, não encontrando no povo esses elementos de fôrça, que a alimentam, nos paizes livres, gravita insensivelmente, naturalmente, quasi fatalmente para o poder.

Dura, tenebrosa e inelutavel consequencia de uma desgraça, que a estatistica intellectual do Brasil nos não permite occultar: somos uma nação que mal lê. Miseravel é, em nossa terra, a porcentagem dos que sabem lêr; e, dentre os que se adereçam com essa prenda, grandissimo o numero dos que, por indifferença, ou preguiça, pouco a aproveitam. De modo que as letras, entre nós, quasi que semeiam na areia. Entre as camadas populares bem poucos observantes conta o habito quotidiano dessa hygiene intellectual, que a publicidade barata do periodismo põe ao alcance de todos; e no proprio seio das classes abastadas não é grande a minoria dos que têm criado em si, pela prática, essa necessidade salutar. De cerca de um milhão de almas, que habitam a capital da União, duvidamos que cheguem a cincoenta mil as dadas á frequencia dos jornaes. Destes os mais notaveis são absorvidos pela nata dos apreciadores, roda tão gulosa do genero, quão limitada na extensão; ao passo que o resto dos curiosos, a sua maioria numerosissima, se vae saciar de preferencia nos órgãos de escandalo, bagatela e troça, cuja industria se emprega especialmente em solicitar nos seus leitores as faculdades menos nobres.

Seria preciso quebrar o circulo vicioso desta situação, abrindo, pelo magisterio da escola, as portas ao magisterio da imprensa, pondo na base de toda a politica, acima de todos os seus compromissos, como o maior dos seus deveres,

o ensino popular. Mas bem se sabe que cogitar dessa homenagem aos interesses moraes da nação fôra, entre nós, *presentemente, a mais vil das utopias*. Não ha que pensar nesses vãos para o futuro durante uma época, em que já nos cumpre dar graças á divina misericórdia, por não ter o Estado transferido ainda á industria particular as nossas instituições de ensino superior, e as mensagens presidenciaes, monumentos da grandeza contemporanea, estão muito alto, para vir a rastejar no chão onde se debatem essas exigencias do saneamento espiritual da raça. De modo que inevitavelmente nos temos de resignar a isto, enquanto a mão de Deus não baixar, só elle sabe como, sobre esta pobre familia christã destinada a *anima vilis* da casta politica, e por muito tempo os homens de bôa vontade, empenhados em fazer alguma coisa pelo porvir de nossos filhos, não terão, para se communicar com o espirito nacional, sinão essa breve superficie de contacto, onde penetra a luz e a saude pelas estreitas frestas da nossa mesquinha cultura.

Nessa região circumscripta é que se elabora entre nós aquillo a que se poderia chamar a opinião nacional; e ahí não seremos pretensiosos, dizendo que a propaganda liberal por nós entretida, com moderação e firmeza, durante dezoito mezes, suscitou adhesões consideraveis. Quando, por circunstancias de ordem interior e domestica, a que um pouco mais de experiencia nos teria deparado os meios de acudir, sem a quebra de continuidade por que acabamos de passar, tiveram de emmudecer os nossos prelos, pudemos então sentir o calor e a energia dessas affinidades, que a palavra cria sempre em torno de nós, quando sincera, bemfazeja e perseverante. E só a esses elementos, só a elles, sem associação a qualquer partido, sem dependencia de politica nenhuma, sem fineza, subsidio, ou concurso de nenhuma opinião militante, ou pretendente, deve *A Imprensa* o tornar hoje, mais independente, que nunca, mais que nunca senhora de si mesma, á sua tenda modesta e respeitada. Daqui não fala sinão sómente a inspiração, acertada ou erronea, mas livre, convencida, honesta, de um homem, cuja unica ambição hoje está em defender contra a ingratição repu-

blicana o beneficio inestimavel da liberdade e da justiça, em cujo nome a republica se estabeleceu, e fóra de cujo abrigo não se póde salvar.

Não temos, pois, agora, que debuxar programmas. Traçado está o nosso desde 5 de outubro de 1898. O periodo ora encetado continúa simplesmente o anterior. Parará o tear; mas não se romperá o fio, que a lançadeira, outra vez em movimento, continúa a desdobrar activamente. De modo que este preambulo é apenas um acto de reconhecimento e urbanidade: uma para com o publico; o outro para com os nossos benignos confrades.

Esta phase da nossa vida, que esperamos em Deus se consolidará, assegurando-nos logar definitivo no jornalismo brasileiro, está de antemão caracterizada na antecedente. Seremos o que fomos: no meio da imprensa literaria, da imprensa partidaria, da imprensa estipendiaria, da imprensa revolucionaria, da imprensa reaccionaria, da imprensa scéptica, da imprensa indifferente, um órgão rectilíneo e inflexível no direito.

Este, aos nossos olhos, não tem accepção de pessoas, interesses, ou opiniões. Na ínfima das criaturas, na mais aviltada, na mais perdida, projecta os seus raios immaculados, como o sol resplandecendo com a mesma pureza no cristal do oceano e no lodo dos charcos. Quanto mais se rebaixa o ente humano, quanto mais se alonga da sua origem, quanto mais abandonado parece do céu e da terra, mais jus tem a essa protecção da justiça, que não conhece precipícios, nem alturas, não varia dos palacios ás choupanas, dos thronos ás enxovias. Ella acompaña o réu no tribunal, o preso no carcere, o proprio condemnado no patibulo, enquanto, com o ultimo alento ainda não respirado, lhe resta a hypothese de um appello, a emergencia de um erro descoberto, o imprevisto de uma rehabilitação extrema. Aos peiores criminosos, ao infanticida, ao parricida, ao regicida, aos autores dos attentados mais subversivos, aos que conspiram contra as constituições, aos que empunham armas contra o Estado, aos que se argúem de traição á patria, estende a égide da lei contra as iras do poder, da multidão.

ou da propria humanidade revoltada. Nesse patrimonio de garantias, de fórmãs de recursos, de defesas passivas e activas contra a prepotencia do numero, da riqueza ou da autoridade, ninguém, neste mundo, tem o direito de tocar, — rei, parlamento, ou povo. Todas as soberanias param nessa barreira, como os mares impetuosos de encontro á sua. E, diante della, as minorias não valem menos que as maiorias, o individuo não é menos sagrado que a universidade. Dentro nesse perimetro inviolavel um só homem com a sua consciencia, a sua idéa e a sua palavra, arrosta as iras da fôrça com a mesma independencia que um monarcha no centro das suas prerogativas. E' por ahi sobretudo que a civilização se distingue da barbaria, o christianismo da gentildade, a ordem da servidão, as instituições estaveis das transitorias, as constituições livres das cartas de captiveiro.

E aqui está onde reside a nossa coherencia, a unidade da nossa orientação, através de um regimen que a falsa educação politica dos seus directores tem arrastado para a intollerancia, o exclusivismo, o horror á critica, a intransigencia com a censura, o odio ás opposições. De cada vez que uma opinião ameaçada se debata contra uma dictadura, de cada vez que a lei soffra num dos nossos semelhantes, estaremos invariavelmente a seu lado. Pouco nos importa o seu nome. Não temos nada com o seu passado. A sua impopularidade não nos demove. E' nosso inimigo? Pouco se nos dá. Tentou contra a nossa propria vida? Nada tem com isso o nosso dever publico. Professa convicções inconciliaveis com as nossas? Tanto melhor. Assim justamente se assinalará com eloquencia mais solenne a santidade de um principio, em cuja presença se desarmam e fraternizam as mais fundas separações pessoaes. Essa a escola, calumniada, mas impoluta, deserta, mas invencivel, que temos aberto, desde que as responsabilidades da Constituição actual impuzeram á honra do redactor desta folha a obrigação de mostrar que, si collaborára na transformação de um para o outro regimen, foi com a lisura de quem trabalha para um progresso, não com a malicia de quem arranja para os seus correligionarios o monopolio inamovivel de um partido.

Si isso não serve, é porque esse partido, com razão, não se sente satisfeito nos seus commodos. Mas quem malfaz á republica, quem a malentende, quem a malsina, quem a malquista, quem a malagoira, quem a malestreia, quem a maleduca, que a maligna, é elle, estabelecendo essa incompatibilidade intoleravel entre a republica e a discussão, entre a republica e o antagonismo vivificante das convicções, entre a republica e as lutas beneficas da palavra, entre a republica e a denúncia dos abusos, entre a republica e a responsabilidade dos oppressores, entre a republica e a dissolução das oligarchias, entre a republica e os direitos dos seus contradictores, entre a republica e o governo effectivo do povo pelo povo. Poderíamos dizer que esse partido é o verdadeiro *inimigo da republica*, si já não tivessem desacreditado e inutilizado o qualificativo, explorando-o até ao ridiculo, os republicanos de typo administrativo e carimbo official. Mas com certeza são esses adeptos do nome sem intelligencia do systema, os que lhe fazem o mais irreparavel damno, indispondo, pelas suas theorias e pelos seus actos, com o paiz, um regimen susceptivel de outros frutos, si fôsse desinteressadamente executado com a sciencia das suas difficuldades e o respeito dos seus deveres.

Por esse desideratum é que pugnámos sempre com uma congruencia, a que não temos culpa de que não saibam fazer justiça os malévolos, cujo senso moral se não eleva acima das facções e das pessoas. Si o seu proposito é de veras mostrar que a republica está irremediavelmente associada á divisão dos Brasileiros em vencedores e vencidos, em homens livres e homens lígios, sua alma sua palma. As consequências estão nas mãos daquelle, a cujo sôpro as fórmulas de governo não resistem mais que as folhas das arvores ao halito do outomno. Nós, que não queremos sinão a paz na liberdade, constituaremos a lidar por uma e outra, diligenciando convencer a republica de que, reduzida á hypocrisia das apparencias representativas, com o arbitrio, a intolerancia e a irresponsabilidade por leis, apodrecerá desfrutada pelos syndicatos politicos, onde, mudando o tempo, os mais furibundos na orthodoxia são de ordinario os primeiros na

deserção, e na conversão, depois, os mais abjectos. Reaja, e busque reconstituir-se, praticando com seriedade as instituições, que alardeia. Estado constitucional, ou Estado parlamentar, o essencial é que se aproxime do Estado juridico, isto é, de uma situação legal e real, onde o poder e a liberdade se apoiem na democracia, e se limitem pela justiça.

Eis as crenças, das quaes nos não desviaremos, por mais que a intriga nos sacuda o seu pó, e a reacção nos ensaie os seus medos. Na idade de quem escreve estas linhas, com a sua ténpera, as suas convicções, os accidentes da sua vida e o sentimento de um grande dever, já se não teme sinão a Deus. Nada queremos, nada aspiramos, nada aceitaríamos da politica, do governo, ou do povo, sinão o direito de expender com independencia as nossas opiniões, e pôr nos nossos escriptos a nossa consciencia.

Serviremos, enquanto pudermos, o mandato, que ella nos incumbe, advogando nelle:

Contra a anarchia dos abusos a reforma dos costumes;
Contra o perigo das revoluções a revisão constitucional.

A Imprensa, 2 agosto 1900.

OS INCOMMUNICAVEIS

Faltariamos grosseiramente aos mais comesinhos deveres da imprensa, quaes sempre os compreendemos, e constantemente os temos praticado, si emudecessemos deante de factos, como o contra que protestou hontem, pelas columnas de uma das nossas folhas matutinas, o dr. Isaias de Mello. Faz algum tempo que começara de murmurar a queixa aos nossos ouvidos; mas quizemos a principio suppol-a invenção de maldizentes. Ha alguns dias, porém, chegou-nos a confirmação por uma carta, com energia, precisão e certeza. Mas a propria gravidade do abuso nos levava a hesitar na iniciativa da censura, desde que sabiamos estar a causa dos offendidos confiada ao patrocínio de experimentados juristas, e haver na lei remedio contra a demasia, absolutamente injustificavel.

Eis-nos agora, pois, deante do facto, entregue á publicidade por um appello, a que ella se não póde evadir. Trata-se de tres officiaes de marinha; porquanto aos srs. Costa Mendes e Vinhaes, ali mencionados, se tem de accrescentar, ao que nos consta, o sr. Reis Junior, sobre quem pesa a mesma arbitrariedade. Pronunciados num summario de crime civil, esses tres militares estão ainda sob a vara da justiça commum. São accusados, cuja sorte pende por emquanto dos tribunaes federaes. Ultimada, como se acha, a formação da culpa, tinham que aguardar, presos, mas sem outra restricção dos seus direitos individuaes, a decisão dos recursos intentados e o andamento ulterior do processo. Não temos grande conhecimento da legislação militar; mas esta não póde revogar preceitos constitucionaes. Depois, ainda se não encetou contra esses réos a alçada militar.

Fôsse qual fôsse, porém, a que os tivesse agora sob a sua jurisdição, havia de estar sujeita á constituição renu-

blicana, que, trasladando um dos canones inaugurados, desde 1823, pela sua antecessora, estatue, no art. 72, § 16, que “aos accusados se assegurará na lei *a mais plena defesa, com todos os recursos e meios essenciaes a ella*”. Evidentemente a base, a condição mais elementar de toda a defesa é, durante as phases successivas do processo, a communicabilidade entre elles e as pessoas de sua confiança, seus amigos, sua familia, seus defensores. Esse texto, dirigindo-se nominalmente *á lei*, a que traça deveres, nem a ella mesma permite exorbitar, nas providencias cerceativas da liberdade, além do estritamente necessario á investigação do crime e á prevenção da fuga. Tudo o que transcender esses limites, os sós compativeis com o espirito e a letra de um regimen, cujo direito judiciario tem por dado fundamental a presumpção da innocencia dos accusados, aggravando-lhes a condição de presos com outra qualquer especie de coacção, physica, ou moral, será nullo, si provier do legislador, criminoso, si emanar dos juizes.

Acima dos juizes, porém, e do proprio legislador, cavalgando a Constituição, como quem ao lombo de um bom animal de sella lhe experimenta a docilidade, um poder sem cerimonia faz dessas bagatellas juridicas o mesmo uso que do rebenque os dedos de um estroina, o mesmo caso que do ventre do potro as esporas do amansador. Recolhidos á fortaleza da Ilha das Cobras desde 2 do mez passado, os tres officiaes padecem, ha quarenta dias, sequestro absoluto. Ás pessoas da sua maior intimidade, ás que lhes estão ligadas pelos mais proximos e respeitaveis laços do sangue, vedaram accesso ali ordens supremas. Paes, filhos, irmãos de balde tentaram visital-os. Regressando, foram solicitar a uma repartição competente da armada licença de ver os parentes, cuja situação extranha não compreendiam. Foi inutil. Mas ainda era pouco. Um bello dia, coincidindo com a remoção do general Piragibeb para Matto-Mrosso, com a de seu filho para o Amazonas, com a do tenente Vinhaes para o *Tamandaré*, chegaram á prisão naval novas ordens, pelas quaes a incommunicabilidade revestia caracteres de um rigor destemperado e odioso. Falamos á vista

de papeis, que a caridade para com os oprimidos nos não permite dar á estampa. Não devemos aggravar a malevolencia dos perseguidores contra os perseguidos. Limitar-nos-emos a dizer, talvez isso mesmo imprudentemente, que apenas os tem valido a honra de uma officialidade refractaria a exercer sobre os seus concidadãos, os seus camaradas, os seus semelhantes, vexames, com que a nobreza da farda e a altivez do marinheiro não pactuam.

Esperavamos contra essa anomalia a intervenção tutellar da justiça, protectora legal dos accusados. Por que não a promovem os interessados? Porque, declara o seu illustre patrono, "*estou convencido da inefficacia de providencias por parte da justiça federal, a que deixo de recorrer, por me não assistir o direito de crear uma situação de desprestigio para essa justiça, que, desobedecida, ver-se-ia na impossibilidade de fazer cumprir os seus mandados*".

Perdõe-nos o honrado signatario desse escripto. As suas allegações importam na denuncia mais tremenda contra a administração actual, que ellas suppõem capaz de negar obediencia aos actos imperativos da justiça. Quem a esse arrojo se atreve para com o poder, não é de certo por fraqueza que não dá um passo adeante, e leva o desempenho da obrigação profissional até ao cabo. Mas, si não é a coragem dessa função delicada o que lhe mingúa, a explicação articulada não satisfaz. Ainda não devemos imaginar capazes de taes extremidades os prepotentes de hoje. Si o fôsem, e estivessem resolvidos a experimentar seriamente a politica, aconselhada outr'ora de S. Paulo ao sr. Prudente de Moraes, de resistencia ao *habeas-corpus*, tanto peor para elles. O dever, quando se tem de cumprir, não cura da prevaricação alheia.

Quando, em 1893, na pujança da dictadura militar mal-sinada pelo sr. Epitacio Pessoa, o autor destas linhas requereu, pelos cincoenta e tres presos do *Jupiter*, pelo sr. almirante Wandenkolk e pelos officiaes de marinha, seus companheiros, com elle atirados pelo marechal aos calaboiços das nossas fortalezas, a restituição da liberdade, toda a gente augurava mal dessa tentativa, prognosticando uns que o

Supremo Tribunal não concederia o *habeas-cópus*, outros que o governo o não respeitaria. Os primeiros acertaram quanto aos presos militares. E, si não acertaram os segundos quanto aos paisanos, houve quem dissesse, na ocasião, ter sido unicamente graças á interferencia, que passava por certa, dos ministros estrangeiros a bem dos seus compatriotas, envolvidos com os nossos naquella aventura.

Desobrigue-se, pois, a gente do seu dever. Isso basta. O mais é secundario. Si o executivo se rebelar contra a justiça, elle é quem receberá no seu prestigio o golpe fatal. A justiça, não se intimidando com o sobrecenho do absolutismo, e exercendo calmamente a sua magistratura, crescerá cem covados acima do poder em revolta. E, si alguma coisa, depois desse attentado anarchico, salvar a ordem republicana, será simplesmente a majestade dessa instituição desobedecida pela força.

A Imprensa, 12 agosto, 1900.

DISSIMULAÇÃO E CONFISSÃO

Bem sabemos que a republica não gosta de comparações. Mas vá ouvindo, por menos que lhe saibam, já que sua é a culpa de que tanto lhe doam. Relatou-nos o caso um conhecido jurista do nosso fôro, com quem occorrera. Era no ministerio Zacarias, e o nosso informante occupava um cargo de confiança policial, ao mesmo tempo que outro collega seu, hoje conhecido banqueiro nesta praça. Tinha-se descoberto um crime de moeda falsa, e a autoridade, a quem alludimos, sob a pressão de circumstancias mui urgentes, conseguindo prender o indiciado, prohibira que se communicasse fôsse com quem fôsse. Parecia-lhe que, dada a natureza especial do delicto, não lograria de outro modo colher-lhe os fios da trama. Ao cabo de quarenta e oito horas, porém, ainda não obtivera da sequestração o proveito esperado. Sentiu-se então entre duas responsabilidades; mas, não ousando optar, na delicadeza da especie, foi ter, nem mais nem menos, com o presidente do conselho, expondo-lhe os motivos de sua esperança no expediente, e mostrando-lhe que dos esforços policiaes, sem elle, era menos que problematico o resultado. Sabem a resposta? — “Pois, senhor delegado, ainda com risco de mallograr a diligencia, alivie a incommunicabilidade”.

Entretanto, o homem de cujos labios sahia sem hesitação essa linguagem, era o austero conservador, que todos conhecemos, educado nos mais severos principios da autoridade. Mas a autoridade, na escola constitucional, não é a autoridade na escola demagogica, onde aprendem os discipulos de Danton, gente que, nos nossos dias, apenas dissimula sob ténue casquinha de americanismo o velho espirito francez, adquirido na admiração do Terror republicano. Da justiça esses homens não sabem sinão o necessario, para a

desnaturar, enfraquecer e perseguir. Seu ideal inconfessado, mas transparente, o que lhes está no sangue, seria o do Tribunal Revolucionario, abastecido de victimas pela suspeita, orientado pela delação, nullificado na defesa. Os nossos Guizots prescreviam a incommunicabilidade. Os nossos Dantons ostentosamente a praticam.

Aos 12 do corrente clamámos desta columna contra a crueldade do supplicio novo, da odiosa tortura moral, imposta pelo governo a tres officiaes de marinha, com o mais solenne desprezo dos textos constitucionaes, que asseguram a defesa aos accusados. Perdemos o tempo. Durante oito dias nem uma nota se articulou siquer, para cohonestar essa demasia. Não era preciso. O governo tinha razão de encoller os hombros, e rir de nós. Que lhe poderíamos fazer, que o inquietasse? Do alto do seu throno o presidente da republica, atarefado com a pintura dos vasos de guerra, onde vae brilhar no Prata, mostrar aos Argentinos, como já mostrou á Europa, que o Brasil não é um paiz de macacos, muito bem faz em não dar a menor importancia ao nosso brado. Faz muito bem, reflectiamos nós, porque está certo de que não tem razão; e isso é justamente o que se quer, para que a subserviencia dos seus sustentadores cresça em merito aos olhos do sustentado. Faz muito bem; porque muito bem sabe que dez annos deste regimen, adulterado pelos seus exploradores, puderam, gangrenando o caracter nacional, o que não tinham podido sessenta annos de monarchia, e que os appêllos de hoje áquelles sentimentos generosos, cujas vibrações em 1889, inflammaram a nossa atmospheria, viriam encontrar agora, louvado Deus, o ambiente de uma idade glaciaria. Faz muito bem; porque uma publicidade complacente com os seus erros e os seus excessos tem para com o delírio do seu poderio a solicitude piedosa dos bons filhos de Noé. E, como, por isso, por tudo isso, bem sabe que em torno da nossa voz se estende ao longe o vazio e a congelação, faz muito bem, mandando responder ás nossas accusações com o silencio pertinaz da consciencia do crime resolvido á impenitencia e seguro da impunidade.

Mas, afinal, *decorridos bons nove dias*, surde, nas *Va-*

rias da folha a que pertence essa designação editorial, um solenne desmentido á *Imprensa*, nestes termos:

“Estamos autorizados a declarar que os presos politicos recolhidos aos navios de guerra e estabelecimentos de marinha *não se acham incommunicaveis nem impedidos de conferenciar com os seus advogados*. Sendo os logares da prisão praças de guerra, de conformidade com os regulamentos, nenhuma pessoa extranha á marinha póde nellas penetrar, sem licença do chefe do Estado-maior-general. *Essa autoridade têm concedido licença a todas as pessoas que lh’a têm pedido para falar aos presos*”.

Pois bem: os que autorizaram esse jornal a declarar, e o que elle pela sua fé implicita no governo se apressou em fazer objecto dessa declaração, é um duplo falso testemunho. Não é verdade que os tres officiaes de marinha em questão não estejam incommunicaveis. Não é verdade que o chefe do Estado-maior-general da armada tenha concedido licença a todas as pessoas, que lh’a têm solicitado, para falar aos presos.

Quando, no dia 12 deste mez, publicavamos o nosso primeiro editorial acerca dos incommunicaveis, não firmavamos a nossa increpação tão sómente no protesto do dr. Isaías, patrono daquelles militares, estampado á vespera nessa mesma folha. Aliás aquella attestação devia bastar; porque ninguem mais competente que o advogado, nem mais fidedigno, para certificar a impossibilidade, que affirma, de communicar-se com o cliente. Por duas vezes, depois aquelle honrado profissional tornava á carga, secundado afinal uma e outra vez pelo dr. Pedro Moacyr, contra o insulamento dos tres officiaes, privados rigorosamente de qualquer comunicação com os amigos, os parentes e os defensores judiciais da sua causa. Mas nós, além desse, nos estribavamos noutros fundamentos, para articular aquelle agravo. Tinhamos visto no estado mais miseravel de ansiedade e terror pessoas ligadas áquelles nossos infelizes conterraneos pelos mais santos laços do coração, e possuíamos, como possuímos, da realidade arguida contra os autores desse abuso documentos escriptos, que infelizmente a condi-

ção das victimas indefesas nos não permite agora dar a lume.

Mas, si deslisamos da verdade, si ella nos chega adulterada por artificios dos interessados, confunda-os o governo com a só contradita, que poderia elucidar o caso a nosso favor. Permitta que se nos lavre certidão autentica do que, pelos livros de quarto, na Ilha das Cobras, e no *Primeiro de Março*, a esse respeito constar. Não o fará: porque nesses registros se acha consignada explicitamente a ordem peremptoria de incommunicabilidade transmittida, contra os tres officiaes áquella repartição naval e áquelle vaso de guerra. Por causa das duvidas as autoridades militares adoptaram ali essa precaução, e já se está vendo com que acerto.

Não necessitamos de outros elementos para calcular a veracidade das informações officiaes no outro ponto. Mas sempre accrescentaremos, no tocante á allegada benignidade com que o chefe do Estado-maior-general tem facilitado communicação com os presos a quantos lh'a requereram, que dispomos dos testemunhos mais concludentes, para negar redondamente credito a essa affirmativa. Os escriptos que nos estão, neste momento, ante os olhos, não pôdem incorrer em falsia. Tem o cunho desses estados d'alma, em que só mentem os infames. Não poderíamos crer que as declarações daquella folha emanem da autoridade naval ali indigitada; porquanto o seu proceder tem sido exactamente o contrario do que ali se lhe attribue. O pae do tenente Reis Junior, os filhos e a filha do capitão-tenente Costa Mendes, os innocentes filhinhos do tenente Vinhaes, com outros amigos dos presos, não tendo obtido accesso aos detidos nas suas prisões, foram bater á repartição do ajudante-general, e nada alcançaram, não conseguindo, siquer, a honra da audiencia, que impetravam.

Faltava, porém, á prova da incommunicabilidade a confissão official. Esta, afinal, a tivemos no escripto dado agora a lume sob o seu illustre nome pelo almirante Wandenolk. Segundo as declarações formaes de s. ex. está sabido hoje que, em observancia de certas provisões regu-

lamentares, effectivamente os tres officiaes de marinha envolvidos no processo de conspiração *não se pôdem commu-
nicar com pessoa alguma sinão mediante prévia licença do
chefe do Estado-maior-general da armada.*

E' pena que o nobre almirante não acabasse de esclarecer o publico, e amordaçasse de uma vez os desconfiados, transcrevendo o texto dessas disposições regulamentares.

Pena é, outrosim, não podermos saber que razões de Estado, ou que segredos legislativos põem a marinha em plano tão inferior ao exercito, que, presos officiaes deste e daquella sob a mesma imputação e no mesmo processo, uns, os officiaes de terra, tenham abertas as portas do carcere a todas as visitas, enquanto os outros, os marinheiros, não pôdem receber nem a dos seus advogados.

Rélevemos, porém, ao honrado almirante essas duas falhas no seu valioso depoimento, uma vez que elle nos elucida o ponto essencial da controversia com o clarão da verdade, confessada ainda que involuntariamente, em termos cabaes. Rejeita s. ex. o nome de *incommunicabilidade*, mas dá testemunho categorico da coisa. Incommunicabilidade não é sinão isso mesmo: *a interdicção posta ao preso de receber visitas sem prévio consento da autoridade que lh'a determinou.*

Não ha, nunca houve outra especie de incommunicabilidade. A possibilidade eventual de levantar a sequestração temporariamente, a favor de certas e determinadas visitas, permittidas ou recusadas pelo funcionario que a estabeleceu, não altera a situação do incommunicavel: *antes acaba de caracterizá-la.* O poder, que ordena a incommunicabilidade, ha-de necessariamente reservar-se o direito de suspê-la, ou interrompê-la. Não ha incommunicaveis de outra natureza.

Portanto, *reum confitentem habemus.*

A Imprensa, 26 agosto, 1900.

VISÕES DO MAR

Daqui a algumas horas terá o sr. Campos Salles encetado o "*périple*" anunciado ante-hontem entre accentos de prazer e orgulho pelo chronista do *Jornal*. A vestidura classica do nome grego exprime num traço de pincel a magnificencia da acção. Tambem nós quizeramos secundar no jubilo o biógrapho da augusta comitiva. Parece que estamos diante dos galeões de Colombo a desaferrarem, com a prévia intuição, nos espectadores, das surpresas que o novo Mundo Novo reserva á expedição gloriosa. Mas, quando o satisfeito expedicionario transpuzer as aguas brasileiras, quando se despedir destas costas esbatidas e apagadas ao longe, quando a immensidade o envolver do mar glauco ao céu azul, a hora da meditação, nos longos silencios do oceano, ha de levar-lhe ao espirito o sentimento de que tinhamos razão os que nos não pudemos alegrar. Porque, afinal, deste paiz incalculavelmente vasto, cujas praias dentro em breve perderá de vista, não ha outro pedaço feliz que o desses tres fragmentos fluctuantes, esses tres vasos de guerra, portadores do contentamento official, apartados, por um acto de cortesia e fraternidade entre as duas nações, para conduzirem á vizinha as nossas homenagens na pessoa do egregio viajante.

Do bojo das naus gregas o alvoroço do marinheiro namorado das ondas sorridentes da Jonia se exhalava em gritos de paixão e triumpho, quando as prôas se faziam ao largo, saudando exultantes o mar livre: Thálassa! Thálassa! Provavelmente o Argonauta do Cattete não passará pelas mesmas impressões, quando entestar com o infinito das vagas. Os cuidados povôam, para o animo do homem de Estado, a superficie do pélagos deserto. Na esteira dos seus navios a divisão branca ha de ver surgir muitas vezes

a imagem da patria inquieta e descontente, ha de vê-la crescer para os braços do Cruzeiro, ha de vê-la estender para o Norte, nas fimbrias do seu manto, a esmola do carinho materno ás regiões assoladas, ha de vê-la procurar em vão na fronte descorada os signaes da sua antiga majestade.

Si os fantasmas das coisas revivem, pela consciencia e pela memoria, em tórno do homem, quando o lume do firmamento, nas noites estrelladas, cintillar pela cauda espumosa do monstro, a cuja guarda se vae entregar a fortuna do nosso primeiro magistrado, os seus olhos, os olhos da sua reminiscencia enxergarão alguma coisa mais á tona do abysmo retincto. Um poder maior que o dos soberanos e o dos dictadores, já teve a seu serviço essas correntes, esses ventos, essas profundezas. Era a liberdade, que vinha do septentrião, perlongando as nossas costas, com a carga dos seus mártýres e dos seus heroes. Toda uma esquadra lhe obedecia no tráfego da salvação de uma raça e da regeneração de outra; mas uma esquadra sem canhões, sem fogos, sem galas, minuscua nos seus barcos, furtiva nas suas manobras, perseguida no seu commercio, mas innumeravel nas suas unidades, impalpavel nos seus estratagemas, invencivel na sua destemidez, tão obscura quão gloriosa, tão fragil quão tenaz, tão dissimulada quanto santa: a esquadra dos jangadeiros cearenses, a sublime complice do oceano na redempção dos captivos. Com a victoria da idéa divina os intrepidos aventureiros do bem volveram ao desconhecido, como, ao raiar do dia, se apagam os contornos sideraes no fundo do infinito. Mas a realidade tem os seus momentos de mysterio e imaginação, em que os mortos se reanimam, em que os extinctos ressurgem. Ai dos que não reconhecem essas evocações, ou as desprezam. Quando a frota festiva singrar a deshoras o Atlantico solitario, talvez, das amuradas do *Riachuelo*, não se engane o instincto da marinha-gem, vendo multiplicar-se o sequito naval do presidente com o enxame desses perfis de velas alvejantes em revoada, como um bando de gaivotas do equador, caminho do sul agitado e marulhoso.

Outrora foi-lhes dado varar o bloqueio do captiveiro. Não sabemos si romperão hoje o dos corações lapidificados numa politica sem ideal, avara ás exigencias da bondade, e pródiga ás da corrupção. Mais de quatrocentos e setenta mil contos dissiparam os nossos governos na voragem de um banco arruinado. A esse gôlfão atiram agora mais cento e cincoenta mil. São seiscentos e vinte mil contos de réis consumidos em illudir uma situação perdida. Agora, porém, o Ceará estende as mãos, estorcendo-se agonizante. Era sessenta e duas vezes menos, dez mil contos, o que lhe concediam, para alívio á sua fome. Mas o governo, que devia ser o protector dessa medida, em nome do christianismo, em nome da justiça, em nome dos interesses nacionaes, lava as mãos. E o remedio, que se offerece ultimamente á pobre terra da luz é o seu despovoamento a beneficio do sul. Taes as despedidas, que nos deixa o sr. Campos Salles na sua excursão transplatina. As festas argentinas e o cartão de oiro boliviano sirvam-lhe de talismã, para afujentar do périplo memoravel o pesadêlo cearense.

A Imprensa, 19 outubro, 1900.

ALLIANÇAS

Na literatura de hypérboles, utopias e novellas, em que nadámos na semana das festas, uma das curiosidades, que mais merecem registradas, é a da assimilação entre a viagem presidencial de 1900 e a viagem czárea de 1896. Escreveu-se no Prata, e aqui se repetiu por telegrammas, que assim como a visita de Nicolau II a Paris aquietou o mundo europeu, assim a do sr. Campos Salles a Buenos-Aires tranquillizou o hemispherio sul-americano. Ora reflectamos, a ver si nos volta o juizo.

Bem antigas raízes, quasi seculares, tinham, entre a França e a Russia, as sympathias, que culminaram na alliança de 1897. Apesar do incendio de Moscou, mal vingado pelo de Paris, foi Alexandre I quem se oppôz, em 1815, á mutilação da França, e se empenhou em lhe assegurar então as fronteiras de 1790. Em 1870 Alexandre II facilitava o triumpho prussiano, embargando á Austria a desforra de Sadowa. Mas si a guerra não se renovou em 1875, é porque elle conteve os impulsos de Bismarck. Tres annos depois do incidente da Bulgaria, evidenciando a opposição da Allemanha aos interesses russos, decidia no espirito de Alexandre III a alliança franceza. A politica russa tem o seu campo no Oriente; e o Oriente aproximava a Russia da França, apartando-a da Inglaterra. Na França tinha o governo moscovita o mercado de Paris, que, em 1888, em 1889, em 1891, cobriu com enthusiasmo os emprestimos russos proporcionando, em poucos annos, ao thesouro do czar, quatro milhares de milhões de francos, ao mesmo tempo que o governo francez era o freio á Grã-Bretanha no Mediterraneo, e a inquietava, pelo Egypto, por Madagascar, pela Indo-China, no caminho da India, do Cabo, do Extremo-Oriente.

De outro lado, para equilibrar a Triplice Alliança, não se deparava á França outro apoio fidedigno. Entre a Rússia e a Inglaterra não era possível hesitar. A Inglaterra animava, em Argel, a resistencia de Abd-El-Kader, recompuzera, em 1840, a alliança da Europa continental contra Luiz Filipe, reprovava a annexação da Saboia e Nice, em 1860, e, ás aggressões como ás ameaças da Allemanha, nunca se mexera. Ao encontro do povo francez, quasi insulado na Europa, hostilizado pelos governos europeus nas exposições de 1878 e 1889, repetidas vezes provocado na fronteira dos Vosges e na dos Alpes, se dirigia, pelo contrario, a grande potencia eslava, sem nenhum interesse hostile aos da França e em communhão com esta no interesse anti-germanico e no interesse anti-inglez. Esses vinculos estiveram quasi firmados sob Carlos X. As duas esquadras pelejaram unidas em Navarino. Chateaubriand sonhara na amizade russa á margem esquerda do Rheno. O rompimento commercial com a Italia em 1887 e as provocações allemãs desse anno urgiam, emfim, pela conclusão desse pacto, a que a grande republica européa era a requestada.

Entretanto, não se operou de improviso, mas sobrepen-sadamente, passo a passo, a poder de approximações reiteradas e progressivas. Em março de 1891 o tsarevitch, hoje no throno, circumnavegando o globo, detem-se em Saigon, as-soalhando o seu contentamento por descansar em sólo francez. Em maio Alexandre III visita a exposição franceza de Moscou. Em julho, a esquadra franceza, sob o commando do almirante Gervais, recebe nas aguas de Cronstadt uma acolheita que impressiona a Europa. No anno immediato, o grão-duque Constantino, primo do imperador, é hospedado por Carnot em Nancy, quasi nos confins da Lorena. Toulon e Paris agasalham, em 1893, os marinheiros russos do almirante Avellane; e o entusiasmo allucina as populações francezar até o fundo da campanha. A morte quasi simultanea de Carnot e Alexandre III, em 1894, envolve, por assim dizer, no mesmo lucto, as duas nações, imprimindo ás sympathias crescentes entre ellas uma especie de sello sagrado. Dá-se, com o anno de 1894, a inauguração, pelos Allemães, do canal

do mar do Norte, e os vasos francezes entram no porto de Kiel, bordo a bordo com os russos. Afinal, em 1896, o czar e a czarina entram Paris em triumpho, e, no anno immediato, Felix Faure, retribuindo, em S. Petersburgo, a visita imperial, declara officialmente, de um vaso de guerra, a intima união das "duas nações amigas e alliadas".

Eis ahi a evolução natural dessa alliança, para com a qual as recepções triumphaes de 1896 e 1897 na metrópole do Sena e na do Neva, foram apenas a solennidade consagratória de um grande accordo nacional previamente consummado na consciencia dos dois povos e na historia dos dois Estados. Graças a este tratado de clausulas provavelmente articuladas, mas occultas, consegue a França, ha alguns annos, descansar dos receios do pacto entre os governos de Roma, Vienna e Berlim, lucrando a Europã, em consequencia, a paz, sustentada pelo mutuo respeito dos dois grupos estupidamente armados.

Mas, conquanto se possa dizer que o auspicioso consorcio ainda não vingou a lua de mel, não seria exacto supor que já não tenham passado por severos descontos e hajam correspondido a todas as illusões da republica franceza os seus esponsaes com o grande imperio semi-asiatico, semi-pagão. Em 1822, os christãos eram trucidados em Chio e na Moréa. Mas a Europa christã se revoltava, e o sultão expiava duramente o seu crime. De 1894 a 1896, o extermínio premeditado e frio de duzentos mil armenios ás mãos do despota de Constantinopla não moveu a civilização européa. Nessa cumplicidade infame do occidente com a barbaria oriental, o papel decisivo coube á França e á Russia. A Russia teme na autonomia da Armenia um obstaculo á expansão do eslavismo para o sul. "Não queremos outra Bulgaria", disse textualmente Lobanof, chanceller imperial. E, por não contrariar a poderosa alliada, a França, connivente, emmudeceu perante "o grande assassino", matando o seu prestigio entre os christãos do Oriente, e despindo-se dos seus direitos seculares ao protectorado religioso no Levante. Mais. O predominio russo estende-se hoje, amplamente, pela Asia Menor. A Syria não está longe, e na Syria tem a

França os privilegios que a Russia lhe disputava de 1850 a 1853, que a expedição franceza de 1860 lhe assegurou, mas se não sabe si estarão seguros com a vizinhança moscovita. Ainda. A França, no Egypto, é uma sentinella contra a Inglaterra, na estrada das Indias. E de que serviu, em 1898, á França, contra a Inglaterra, em Fachoda, a alliança russa?

Não se imagine, entretanto, que essa associação, de tão extranho hybridismo entre o maior elemento revolucionario e a maior força autoritaria da Europa, tenha sido esteril de frutos para a ambição franceza. A França tem tido na diplomacia russa o mais assiduo e leal dos auxiliares. Por toda a parte ella lhe advoga as aspirações. Apoia, na Indo-China, o desenvolvimento da França para o Sião. Assegura, na exploração da China, uma situação de primeira ordem á cobiça franceza. Dá aos interesses francezes na Abyssinia e reforço da grande influencia de S. Petersburgo. Habilita-os, no Cairo, a contrariarem a perpetuidade da occupação ingleza. Favorece-os no Mediterraneo, onde nunca exerceram autoridade tamanha, como depois da alliança russa. A ella deve a França a sua seguridade actual, a certeza do amanhã, a liberdade de acção politica, a restituição do seu lugar no concurso europeu. Ao lado da grande republica, inquieta pela parte da Mancha e ameaçada pela do Rheno, põe a mais solida corôa e a maior fôrça militar do continente.

Mas a que deve essa alliança a existencia? A' fraternidade material dos interesses entre os dois paizes. Quando Napoleão e Alexandre I, em 1807, contraíram, afinal, em Tilsitt, pela primeira vez, essa alliança franco-russa, já sonhada por Pedro o Grande, ambos tinham os olhos na Inglaterra. Quando Nicolau II e Felix Faure a renovaram em 1897, era na Inglaterra e na Allemanha que pensavam. Sendo communs os seus adversarios e não sendo antagonicas as suas pretensões, a alliança estava feita pela natureza. Mas á indicação da natureza accrescia a imposição da necessidade, uma vez que a Triplice-Alliança desquietava a ambas essas nações, insufficientes cada uma de per si para lhe resistirem, mas efficazes para a conterem, si juntassem a sua influencia e o seu poder.

Si este, portanto, não existisse, real, vigoroso, immenso, traduzido na fôrça militar de mar e terra, o acto diplomatico de 1897 nunca se teria effectuado. A Russia não procuraria, não requestaria, como procurou, como resquestou a França, si esta não pudesse entrar no contracto com valores de acção, com elementos de victoria, capazes de se medirem com os do outro contrahente. "Foi a intelligencia, ou o instincto *dos interesses communs*", diz um publicista francez, "o que determinou as sympathias manifestadas estes ultimos annos entre Francezes e Russos. A alliança franco-russa é um acontecimento mui natural, mui explicavel; porque se tornara *mui necessaria* aos interesses das duas nações". Mas, si essa necessidade se verificava, é porque ambas ellas concorriam ao acervo da associação projectada com energias, capacidades e instrumentos de lucta, ou defesa, equivalentes. Não são, nesse caso, os valores moraes; a intellectualidade, o character, as relações, nem tambem a riqueza nativa, o commercio, a posição geographica, o que constitue a razão decisiva. Esta reside no dote em meios defensivos e offensivos com que cada uma das partes contribue para a importancia commun. A França era uma potencia naval. Ligada a outra potencia naval, como a Russia, formavam um poder maritimo capaz de contrabalançar o da Triplice-Alliança, ou o da Inglaterra. Nos campos de batalha igualmente os francezes tinham com que compensar os serviços dos russos. O famoso livro russo de João de Boch sobre a *Guerra*, dá-nos as melhores estatisticas a ella relativas; e ahi encontramos, a par da Triplice-Alliança com 5.135.000 homens armados, a Duplice-Alliança com 5.354.000, dos quaes á Russia tocam 2.800.000 e 2.554.000 á França.

Entre Estados poderosos e Estados inermes haverá protectorados: não póde haver allianças. Nem estas são uteis, sinão nas hypotheses de absoluta *necessidade*. Mas, para que ella se estabeleça, é mistér: *primeiro*, que não haja entre os alliados interesses antagonicos; *segundo*, que os seus grandes interesses internacionaes se combinem e coopecem; *terceiro*, que uma exigencia de actualidade, ou de futuro mais ou menos imminente, reúna num ponto de inter-

secção manifesto a politica das duas nacionalidades. Ainda verificadas, porém, todas essas condições de aproximação internacional, a união seria inexequível, si um dos dois contrahentes se apresentasse de mãos vacias para os conflictos de occurrencia natural no destino da alliança, na defesa da causa a ella vinculada.

Ora, para a alliança, de que ultimamente se tem falado em relação á America do Sul, não divisamos nenhum desses requisitos. Essa alliança teria de ser necessariamente uma alliança de suspeita e prevenção contra o Chile. Mas nós não temos nenhum interesse opposto aos da grande republica transandina. No Pacifico a Republica Argentina está com a Bolivia; e a Bolivia, pomo de discordia com o Chile, nos é antipathica actualmente, por motivos analogos aos que a põe em contenda com o gabinete de Santiago. Não temos, neste continente, questões de fronteira, sinão com a Bolivia e o Perú, justamente os dois Estados em desavença renhida com o do Chile. Este não alimenta, nem póde alimentar aspirações no Atlantico, onde a Providencia situou os nossos interesses, nem nos contornos do nosso territorio, onde só poderíamos ter litigios com as nações que os têm com a republica ultrandina. Da parte desta, pois, não haveria ambição, proveito, ou calculo, que a induzisse a perder o sentimento do valor da nossa amizade. O Paraguay é um paiz exausto. O Uruguay, uma nação pobre e desarmada. Na America do Sul não existem sinão dois governos capazes de entrar seriamente em guerra: o Chile e a Argentina. Destes o primeiro não é, nem poderia ser nosso inimigo. Sempre nos foi affeioado, e na subsistencia dessa affeição só conta vantagens. Em circumstancias taes, annunciarmos uma predilecção pelo outro, seria pormo-nos á mercê d'elle, alienando-nos ás tontas de nós o primeiro, sem causa, nem pretexto imaginavel.

Perderíamos dest'arte uma velha amizade, e ficaríamos na subalternidade irremediavel de outra. Para manter em relação a esta, com effeito, a nossa independencia, seria mistér, ao menos, que estivessemos em condições de virilidade sufficientes, para competir com a do nosso alliado, que

entrassemos na liga erectos e confiados em nós mesmos, que tivéssemos, em summa, poder militar. Ora, ao passo que a Republica Argentina o possui, e se ensoberbece de possuí-lo, nós totalmente o perdemos. A revolta, em 1893, e Canudos, em 1897, deram ao estrangeiro a medida mais sensível do valor das nossas forças em terra. Do da nossa marinha não falemos. Vendo a *Divisão Branca*, os Argentinos viram pouco menos que tudo, e nesse quasi tudo apreciaram o nosso nada. Pouco nos falta para estarmos como Portugal em 1679, quando o padre Vieira escrevia, numa das suas cartas: "A nossa armada, isto é, as nossas tres fragatas..." Na viagem do general Rocca ao Rio de Janeiro foi por navios mercantes que se trouxeram os seus animaes. O sr. Campos Salles, porém, de lá voltou, conduzindo cavalgadas, touros e carneiros nos nossos vasos de guerra. Não qualificaremos de justo o contraste; mas quem o estabeleceu, dando-nos, sob uma expressão familiar, a imagem do nosso desrespeito por nós mesmos, foi o presidente da Republica, o chefe supremo das nossas forças.

A verdade é que por ellas não estamos aparelhados sinão para uma coisa: para ser batidos, em todo commetimento militar, em que entremos, para ser desautorados e ludibriados em qualquer caso critico, onde nos virmos.

Reduzidos a isto, arvorarmo-nos agora em juizes de paz entre as nações sul-americanas, seria ridiculo, perfilar-mos em alliança ao lado de uma potencia continental como a Republica Argentina, seria collocarmo-nos entre os seus clientes, entre os seus protegidos, na linha da Bolivia e do Paraguay. Quando uma nação baixa ao a que baixámos, si ainda lhe resta a intuição do seu decoro, o que elle lhe aconselha, é cortir a sua humilhação com dignidade, evitando ensenações fantasmagoricas de uma autoridade, que se perdeu, e não se recompõe com aventuras diplomaticas, phra-seologias pretensiosas, ou declarações imprudentes.

O CRIME POLITICO E A EXTRADIÇÃO

Servo da penna, a que espontaneamente se submetteu, pujando dia a dia na insana tarefa, em cuja lida absorvente se nos vae o melhor da intelligencia e da vida, sente-se, de vez em quando, atrahido o espirito do jornalista para uma dessas clareiras, em que se lhe rasga, a certas noticias do exterior, o vasto horizonte da civilização. Lá lhe vão irresistivelmente os olhos o facto, que o seduz. Esquece a faina quotidiana. Abstrae do circulo local, onde se debate. E, num capricho literario, numa digressão juridica, numa corrida pelas questões internacionaes, desavista a região, que o circunda, para se perder ao longe, nas idéas geraes e desinteressadas, no espaço universal por onde a humanidade percorre a sua órbita indefinida.

E' uma dessas fugidas ao remerrão diario da imprensa o que nos arreda, esta manhã, do governo, do congresso, da republica, do orçamento, de todas essas quisilias habituaes, para nos extraviar, com os leitores menos apressados, por um episodio curioso do direito das gentes. Despertou-nos para elle a attenção um telegramma de hontem, na *Gazeta de Noticias*, annunciando que o governo da Suissa vae conceder ao da Italia a extradição de Jaffey, o cumplice de Besci (1). Vindo, como vem, da Confederação Helvetica, assume a maior importancia esse acto. Com elle parece cahirem definitivamente as ultimas difficuldades, que obscureciam o problema do regicidio ante a justiça internacional.

"*Não matei um homem*", dizia Besci, glorificando a bala, que varára o coração de Humberto I, "*matei o rei*". Estas palavras não descobrem sómente a ausencia absoluta da noção de humanidade, que caracteriza as truculencias do

(1) Angelo Besci, assassino de Humberto I, rei da Italia.

anarchismo homicida. Ellas põem, ainda, com uma nitidez atroz, a questão da excusa *politica* nesses crimes, perante o direito internacional. Si o homicidio se consummasse contra um particular, era um delicto *commum*, e os delictos communs, nomeadamente o homicidio, são contemplados sempre nos convenios de extradição. Mas, como tirou a vida á mais alta personificação da autoridade no seio de uma nação organizada, tanto bastaria, para aspirar ao beneficio da excepção, com que esses tractados subtraem os crimes politicos ás leis da reciprocidade repressiva entre os governos.

Condescender com esta evasiva seria explorar, em proveito da barbaria, uma das mais altas conquistas da civilização. Nunca se traduziu melhor o sentimento dessa reforma nos costumes internacionaes do que sob a pena de Paradol, escrevendo, ha trinta e quatro annos, sobre o tractado entre a França e a Grã-Bretanha. "As fronteiras, que mantêm entre os povos uma independencia e uma diversidade salutaes", dizia elle, "estarão arrazadas ante o espirito de perseguição e vingança, si os poderes humanos lograrem alcançar em qualquer parte os seus inimigos e as suas victimas, como os centuriões de Cesar empolgavam sem esforço, na extremidade do mundo então conhecido, homens, que eram o derradeiro exemplo e a ultima honra da patria degenerada". Essas lutas de opinião, muitas vezes ensopadas em sangue, devem necessariamente expirar nos confins do Estado, onde se agitam. Além delles não pode haver contra as revoluções e os golpes de Estado outra sanção, que a do fóro meramente moral do genero humano. A delinquencia, em taes attentados, reveste o character de relatividade territorial. Nenhum governo tem o direito de intervir nos conflictos dos outros governos com os seus jurisdicionados. As republicas não podem guardar as monarchias contra a opinião republicana, nem as monarchias defender as republicas das reivindicações monarchicas. Perante as nações extranhas os refugidos politicos não são criminosos: são vencidos; e de infamia se cobriria aquelle, que entregasse os vencidos á lei do vencedor.

Mas, si ao abrigo desse principio o regicidio escapasse á sorte geral do homicidio, o resultado seria reduzir os chefes de Estado a uma terrivel condição de inferioridade perante os canones universaes de protecção da vida humana, tirar á existencia dos soberanos as defesas asseguradas á de todos os cidadãos. Assim raciocinava lord Stanley, depois conde Derby, falando á camara dos commons em agosto de 1866: "A mim me parece que, si, de um lado, nos empenhamos em conservar illeso o direito de subtrair á captura os delinquentes politicos, será, por outro lado, monstruoso sustentar que, assassinado um particular, supponhamos, em Paris, o assassino, fugindo, para a Inglaterra, poderá ser castigado, ao passo que, si a victima se achar investida de um caracter politico, em politico se transforma o delicto, e a lei ingleza o não entregaria á justiça. Esta affirmacão se me antolha extremamente insustentavel".

Certo que o era. Nessa doutrina irradia a evidencia em sua plenitude. Durante os primeiros cincoenta annos deste seculo, contudo, a teoria opposta, si não foi explicitamente consagrada nas convenções de extradicação, teve frequentemente em sua ajuda pelo menos a autoridade tática de factos, attitudes e resoluções officiaes. Ainda em 1870 uma consulta memoravel, assignada por numerozo concurso de advogados parisienses, a proposito do caso Ledru Rollin, e adoptada pelo proprio Governo imperial em um relatorio de Emilio Olivier, com que a corôa se conformou, e que o Dalloz periodico archiva nos seus volumes, classificava entre os delictos politicos a conspiração contra a vida dos soberanos. O governo francez, em 1856 e em 1868, forcejou por obter da Confederação Helvetica o assentimento á regra de solidariedade humana, que submette á extradicação os crimes de sangue contra a pessoa dos chefes de Estado. Mas, por mensagem de 29 de novembro de 1869, o conselho federal recusou annuir. Onze annos mais tarde, por occasião do attentado Solovief, suscitou a Russia, por sua vez, a questão perante o governo suisso. Mas a resistencia foi a mesma; de maneira que o *Jornal de S. Petersburgo*, num artigo attribuido ao barão de Jomini, conselheiro privado do czar, in-

crepava a confederação de uma tolerancia odiosa para com os regicidas. A estes assistia, pois, ainda em 1880, o *jus receptum* na Suissa.

Com a Belgica occorrera, em 1854, difficuldade semelhante, provocada por uma reclamação das Tulherias; e foi dahi propriamente que se originou o movimento, a cujo triumpho parece estarmos tocando. Tratava-se do attentado Jacquin, nome do protagonista no episodio da machina infernal posta no caminho de ferro entre Lille e Calais, para destruir, com o imperador, o trem, que o levava. Evadidos para além da fronteira os cumplices, o governo de Napoleão III solicitou do de Bruxellas a extradição, a que a justiça belga accedeu por uma sentença da côrte de cassação e outra do tribunal de Liége. Não teve solução final o incidente; porque o gabinete francez, impaciente dos vagares judiciais, desistiu do pedido. Mas o governo belga subscreveu solennemente a doutrina da requisição franceza, submettendo para logo ás camaras um projecto, que excluia da classificação politica os attentados contra a pessoa dos chefes de governos estrangeiros, ou os membros de suas familias; e o principio então adoptado pelo poder legislativo naquella paiz foi o que um relatorio parlamentar exprimia nestas palavras: "Cumprê indubitavelmente que d'ora avante, na Belgica, se considere homicidio o regicidio. A vida do soberano estrangeiro gozará da mesma protecção, nem mais nem menos, que a de todos os demais estrangeiros, sem accepção de classe".

Votada a lei, onde pela primeira vez se estabelecia esse discrimine contra a confusão entre os crimes revolucionarios e os do terror anti-social, a norma ali consignada entrou immediatamente em actividade no tractado de 22 de setembro de 1856 entre a Belgica e a França. E dahi em diante uma série de tractados de extradição, em 14 de novembro de 1856, em 18 de março de 1857, em 19 de julho de 1859, em 11 de abril e 2 de agosto de 1860, em 19 de novembro de 1862, em 19 de abril de 1867, em 29 de abril, 4 de junho e 29 de novembro de 1869, em 23 de setembro de 1872, em 3 de outubro e 24 de dezembro de 1874, firmou regimen identico.

entre a França, a Belgica, a Austria, a Hungria, os Estados Pontificios, o grão-ducado de Parma, o Chile, a Suecia, a Noruega, a Baviera, o imperio allemão, a Hollanda e o Montenegro.

Uma das americanas teve a honra de ser a primeira entre as republicas, onde o privilegio natural da immuniidade concernente aos delictos politicos passou por essa imprescindivel resalva num documento internacional. A quatro annos apenas de distancia do tractado franco-belga, que abria em 1856 a iniciativa preservadora, o tratado franco-chileno de 11 de abril de 1860 estipulava que as tentativas de assassinio "contra o chefe de um governo estranho não se reputarão crimes politicos para os effeitos da extradição".

Do que nos Estados-Unidos a tal respeito se pensa temos o meio de saber no procedimento do seu governo depois do assassinio de Lincoln. Cuidando-se que Booth se refugiara em Inglaterra, a legação americana em Londres, então representada por mr. Adams, immediatamente reclamou a prisão do criminoso. Um dos cumplices no attentado, John H. Surratt, fugira para Roma, onde se alistara no exercito papal. Mr. King, ministro americano na capital pontificia, teve para logo uma entrevista com o cardeal Antonelli, de quem requisitou e obteve a captura. Mas, como o delinquente escapasse ás mãos dos guardas, acolhendo-se a territorio italiano, mr. Marsh, ministro americano junto a Victor Emanuel, solicitou da corôa da Italia a entrega do réu, que afinal alcançou, em Alexandria, do khediva, para cujos dominios se evadira, mediante requisição de mr. Hale, sul americano naquella cidade. Essa quadrupla reclamação do gabinete de Washington aos governos de Londres, Roma, Florença e Cairo define o sentimento americano, alistando-o manifestamente a par dos que não categorizam entre os criminosos politicos os matadores de chefes de Estado.

Na historia desses esforços, empregados pelos representantes da republica americana entre as côrtes europeas, em 1865 e 1866, uma das circunstancias que chamam a attenção, é a aquiescencia do governo italiano á pretensão dos Estados-Unidos. Na Italia, realmente o que tem prevalecido, ou

prevalecia, pelo menos, ainda até ha cinco annos, é a recusa da extradição, não só para os crimes politicos, sinão tambem para os a elles connexos, bem que já no projecto da commissão nomeada por Mancini, em 1881, para projectar uma lei de extradição, o art. 3.º excluísse de ambas essas categorias "*o homicidio voluntario*, salvo quando commettido com fim politico, em acto de insurreição, ou guerra civil". Mas esse projecto não chegou a ter fôrça legislativa, e Fiore, justificando a tardança da jurisprudência italiana em esposar a clausula belga, dá-lhe por motivo a circumstancia de incluir o codigo penal italiano entre os crimes politicos o attentado contra o soberano. A explicação, porém, não era cabal; visto que outras nações, com igual classificação nos seus codigos, têm adoptado, não obstante, a mesma estipulação em actos internacionaes. Mas, afinal, esse mesmo Estado veio a ceder, aceitando-a no convenio de extradição italo-tunisianio de 28 de setembro de 1896, art. 5.º, onde se prescreve: "Não se reputará delicto politico, ou facto a elle connexo, o attentado contra a pessoa do chefe de um Estado estrangeiro ou contra a dos membros de sua familia, quando consistir em homicidio, assassinio, ou envenenamento.

De bem longe, entretanto, vem essa noção, hoje felizmente quasi de todo em todo victoriosa. Oito annos antes do tractado franco-belga, em torno de cujo principio se reuniram, nas camaras legislativas, ambas as opiniões oppostas, dizendo a opposição, por boca de Frére-Orban: "Que se não possa taxar de crime politico o homicidio, o assassinio, o envenenamento, é o que todos queremos", já a autoridade de Dupin tinha, em França, uma linguagem, onde se delineia, com a prophécia do anarchismo, a intuição da lei restrictiva mais tarde adoptada entre os governos mais liberaes da terra: "Não caíamos em admittir a doutrina de que a mescla do character politico subtrae á pena de morte crimes de natureza totalmente diversa. Proclamemos, pelo contrario, que, com a accessão destes factos odiosos, nos quaes se traduzem os delictos communs, o delicto politico decae do seu character excepcional. Sinão, adverti nas consequencias: todos os crimes seriam licitos á sombra do movimento po-

litico de uma insurreição. A bandeira da revolta, como o pavilhão que cobre a carga, protegeria o amalgame de todos os crimes accessorios, de todas as atrocidades, as vinganças particulares, as matanças de prisioneiros, os homicidios, as torturas, as mutilações, tudo. Si um partido houvesse declarado guerra á sociedade, si, pelas suas tendencias e pela natureza do seu programma, não pudesse mexer-se nem descer á arena, sem ter por auxiliares todos os malfeitores, todos os evadidos á justiça, estes, mettendo-se por entre os homens politicos, poderiam juntar ao fuzil do insurgente o punhal do assassino, sem ter que recear assim o freio do castigo. Dest'arte, em nome da politica tudo se legitimaria".

Mas á Inglaterra, onde a immuniidade internacional dos crimes politicos tivera a sua primeira enunciação, em 1816, no discurso de Mackintosh, a sua primeira fórmula, em 1825, no despacho de Carming, a sua defesa mais soberba, em 1849, na celebre nota de Palmerston, estava reservado, ao que parece, oppôr aos abusos da norma geral a sua definição mais abalizada. Ella já transluzia na facilidade, com que, em 1865, o gabinete de Saint-James auxiliou os esforços do ministro americano em Londres pela captura do assassino de Lincolñ. Elle teria sido entregue aos Estados-Unidos, si se encontrasse em territorio inglez. Sua extradição, dizia, em 1876, o jurisconsulto Westlake á Associação Britannica, "teria sido um dos nossos primeiros deveres nacionaes". Treze annos após aquelle facto a questão era examinada, na Inglaterra, por uma commissão especial, de que fazia parte Stuart Mill com Stansfeld, o amigo de Mazzini; e um dos votos exprimidos, em 1868, no seu relatorio era o de que o acto do parlamento, relativo á extradição, lhe abrisse accesso aos réus de assassinio, ou tentativa d'elle, ainda quando com a evasiva politica se lhes quizesse promover a impunidade. Os tribunaes, porém, é que deviam estabelecer a jurisprudencia; e felizmente os seus arestos, no assumpto, são decisivos, tanto mais quanto um delles encara especialmente as façanhas do anarchismo.

Aos 11 de setembro de 1890 era morto em Bellinzona, no cantão suisso do Tessino, em um movimento sedicioso, o

conselheiro de Estado Rossi. O indiciado, Angelo Castioni, homisiara-se em Inglaterra, ao governo da qual o helvético se deu pressa em requerer a extradição. Evidentemente o debate juridico de parte a parte então suscitado havia de assumir interesse excepcional, travando-se entre os dois governos mais assignalados pelo seu culto ao direito de asylo. O acto de 1870, que regula, no Reino-Unido, a extradição, determina que ella se não extenderá aos delictos de character politico, e o tratado de 1874 entre a Suissa e a Grã-Bretanha estatue, no art. 11, que o delinquente não pôde ser extraditado, si character politico apresentar a infracção. Pois bem. Da longa e proficiente discussão agitada nos tribunaes inglezes resultou a conclusão de que, para constituir o crime politico, não basta o character politico do movel, nem a coincidencia do facto com um movimento politico: é mistér simultaneamente que o crime se dê no curso de um movimento politico, e que *delle seja elemento ou parte integrante*. Esta regra exclue evidentemente da immuniidade á extradição todos os crimes commettidos em nosso tempo contra os chefes de Estado e todas as bravuras do anarchismo.

D'ahi a quatro annos tinha a magistratura ingleza que se pronunciar outra vez sobre o assumpto. Era então a proposito da extradição de Meunier, o autor das explosões no quartel de Loban e no café Véry, pelas quaes os tribunaes francezes o haviam condemnado á morte. O anarchista, preso em Londres, e reclamado pelo governo de Paris, impetrava *habeas-corpus* á Alta Côrte da Justiça, secção do Banco da Rainha, allegando a natureza politica do seu crime. Mas em vão. O tribunal denegou-lh'o pelas razões que o juiz Cave desenvolveu nestes termos: "Pretende-se que o attentado anarchico era movido contra o governo; porque tinha em mira derruir os quarteis, onde as tropas do governo residem. Parece, porém, que, para haver delicto de character politico, é necessario existirem, quando menos, duas parcialidades, uma das quaes busque impor á outra o governo de sua predilecção. Disso nada houve no caso vertente; porquanto o partido, com o qual se identificava o accusado,

o partido anarchista, professa inimizada a todos os governos, e os seus crimes são expressamente dirigidos contra todos os cidadãos.”

O consenso unanime, portanto, dos povos mais livres, sem exceptuar a propria Suissa, alistada neste numero pela sua convenção com a Austria em 17 de novembro de 1888 e pela sua lei federal de 22 de janeiro de 1892, sanciona o criterio discriminativo adoptado para a caracterização dos delictos politicos em direito das gentes pelo Instituto de Direito Internacional na sessão de Oxford: não basta o intento politico dos auctores, para eximir da extradição os attentados de sangue. Necessario será sempre que o crime, perpetrado com esse intuito, se opere sob uma commoção popular, ou na corrente de uma revolução. Mas, ainda assim, cumpre acrescentar, ainda consummado entre as agitações de uma luta civil, não lhe será embaraço á extradição a excusa politica, si o desatino assumir uma dessas formas barbaras, com que não transigem os usos da guerra moderna.

Taes as noções actualmente consagradas, agora até com o assenso, ao que parece definitivo, da jurisprudencia suissa, no caso do cumplice de Bresci.

A Imprensa, 12 dezembro, 1900.

ESTADO SELVAGEM

O caso policial, de que hontem se occupou com assombro toda a imprensa matutina e vespertina, é um quadro de costumes de paiz barbaro. Só num paiz onde a lei e o crime se trocaram os papeis, seria possivel aquella scena de selvageria official, que instantaneamente, na phrase de uma das testemunhas, converteu um dos mais transitados largos desta cidade em campo de guerra, e deu aos transeúntes o espectáculo de um homem lutando contra uma esquadra de galfarros, como um nobre animal das selvas contra uma sanguinaria matilha de cães. A tela daquelle episodio poderia dar ao estrangeiro, daria aos nossos descendentes, em momentanea photographia, a imagem de uma época onde a alma nos pena, disputada entre a melancolia, o nojo e o terror, de uma terra, onde se não vive, sinão para expiar a vida, onde não se reside, sinão pela sorte do nascimento, da familia, ou da necessidade, onde os racionaes, que ainda não perderam a qualidade humana de viver pelos seus semelhantes, olhar para o futuro, e estremecer pela posteridade, não encontram na cerração do horizonte, sinão sombras, ameaças e desenganos.

Será esta provavelmente a linguagem da nosomania, que um critico literario diagnosticava, pouco ha, na camara dos deputados, aos tristes do nosso tempo. Appellemos da competencia das manias indifferentes e das manias alegres, para apreciarem a lucidez na severidade. Não lucrava nada o publico, si lhe dissessemos tambem o nome grego da enfermidade, em que se perde o senso moral. Ociosa seria a classificação technica, diante da realidade unanimemente confessada, quando as convenções da posição, da tribuna, ou do meio não demudam, ao sair dos labios, a verdade em hypocrisia. A consciencia nacional está embotada. Per-

dêmos a audição da voz interior, que nos indicava o bem, e nos insurgia contra o mal. Uma especie de odiosa anosmia tirou-nos, até, o olfacto da putrefacção ambiente. Os maiores escandalos, as mais cynicas immoralidades, as alarvarias mais crueis deixam-nos tranquillos, distrahidos, confortados. Aqui ha mezes, um telegramma de Uruguayana para o *Jornal do Commercio* relatava que se tinham encontrado no rio oito cadaveres decapitados. Dois ou tres dias depois, outro despacho, da mesma procedencia, com o mesmo destino, contava que, tendo-se amotinado os guardas aduaneiros, João Francisco punira alguns, e degolara outros. Pois ninguem de tal falou. Apenas uma secção humoristica, já não nos lembra em que jornal, assignalou zombeteiramente no facto o inicio manifesto de que o trucificador passava bem de saúde. Nós mesmos já não encontramos n'alma a indignação antiga para essas truculencias, para esses horrores; porque ha coisa peor que todos elles: a impassibilidade geral, que os sanciona. Um povo, que se não inflamma ao aspecto de taes crimes, está na esphera delles: não vale mais que os seus autores.

Mas ao rugir de uma ferocidade, como a que ensanguentou ante-hontem a rua do Ouvidor, o resto de humanidade, que ainda não acabou de mirrar em nós, se cobre de pejo, se apodera de colera, se transforma em desprezo, em odio, em revolta contra esse simulacro de organização da autoridade publica, onde a nossa barbarização encontra os seus piores exemplos e os seus mais tremendos factores. São os periodicos mais insuspeitos os que esboçaram mais negramente essa correria de bororós. *Assassinato legal* chamou-lhe a *Gazeta*. *Fuzilamento*, appellidou-a *O Paiz*. Testifica a *Noticia* que “de todos os lados se ouviam gritos de protesto dos transeuntes e moradores”, que os circumstantes “assistiam indignados ao tristissimo facto”. Narra ella, com o depoimento de muitas testemunhas, que o perseguido “gritava não o matassem, pois estava disposto a se render”. Mas os soldados, espadeirando-o, vozeavam: “*Mata! mata!*”

Eram dezoito praças, contra o individuo que as enfuriava. Foi preciso que elle tropeçasse, e cahisse, para o subjugarem. Então o desarmaram. Mas, em vez de proteger o vencido, o rendido, o inerme entraram a zupá-lo, e golpeá-lo, como si provassem o ferro numa alimaria morta. No lombo lhe "cantaram as laminas das espadas policiaes". Afinal um relampago passou por aquella alma brava, e a um movimento seu voaram dispersos os que o prendiam. Foi então a scena heroica, admiravel da creatura transfigurada pelo sentimento de seu direito, ou pelo impulso de seu brio, em legião. Entre "uma chuva de projectis", diz a *Gazeta*, elle se batia sempre, até ir cair de bruços na calçada, com a cabeça á soalheira de uma porta. "*Ahi uma praça de policia avançou sobre aquelle corpo caído, e, gritando — Morre, ladrão! — descarregou-lhe na cabeça o revólver, cuja bala lhe atravessou o craneo, e varou a porta da casa*". Eis ahi a infamia homicida, com todos os seus traços de poltronaria, carniçaria e villania.

Tende-la assim, debuxada por si mesma, a policia do Rio de Janeiro, essa policia que apavora, alta noite, nas ruas o viandante solitario, policia de incapacidade, aggressão e sangue.

Si a ignominia e a crueza do caso nos permittissem levantar, sobre os despojos mortaes do assassinado, outra questão que não a da responsabilidade immediata dos criminosos, a de todo esse mecanismo que os cria, os educa, os protege, sobre tudo a dessa policia civil, que devia ser a escola, o freio, a disciplina da policia miltar, e é a sua principal corruptora, diriamos ao chefe, ao ministro, ao presidente, que acaba de reforçar com um quasi batalhão novo esse exercito do crime: Vêde as consequencias do systema da policia armada. Em vez de um instrumento de pacificação e tranquillidade, é um botafogo de anarchia, uma agencia de conflictos, um órgão de morte.

Leiam as *Memorias* de Rossignol, que acabam de ter a sua quarta edição. Foi a maior celebridade policial de Paris, onde exerceu dezenas de annos a inspectoría suprema da segurança. Pois bem: sua consumada experiencia o con-

venceu, afinal, de que a policia não deve usar armas homicidas. “Eu não queria”, diz elle, “que os meus agentes possuissem revólveres; e tinha razão. Existe, aliás, no serviço da segurança, uma ordem do dia, que veda aos agentes o uso de armas. Tal medida tem seu fundamento: quando se commette aos agentes a prisão de um individuo, não é para que o tragam morto. O telhador cae do beirado, onde trabalha, despenha-se o pedreiro do seu andaime. Semelhantemente, entendo eu que o agente ha de receber os tiros, que lhe desfecham, *sem se utilizar jamais de uma arma, ainda quando se ache em caso de legitima defesa*. Tendo por si a lei, o policial é duplamente forte: cumpre que, para se defender, lhe bastem os pés e as mãos. Si não tem a coragem de fazer o sacrificio da propria pelle, vá empunhar o hyssope de agua benta e não se metta a agente de segurança”.

A lição não podia vir de maior autoridade. Mas ha de ser recebida com desdem e galhofa. Continuaremos a tremer sob o regimen dos *Nagants*. Que fazer? Resignarmos-nos, como nos resignamos a tudo, e aconselhar ao sr. Enéas, ao sr. Epitacio, ao sr. Campos Salles que confisquem ao morto, para uso de suas familias, os breves, orações e santos, a cuja virtude a victima confiara a sua preservação.

A Imprensa, 20 dezembro, 1900.

SOLON, CARLOS MAGNO E ENÉAS

Na viagem, que lhe grangeou durante a travessia as honras de almirante, como após a chegada as de financeiro, um dos achados, que encantaram o sr. Campos Salles, foi o desse judicioso e solido publicista francez, que se chama Yves Guyot. Não era novidade esse nome, no Brasil, para os estudiosos de letras politicas e questões sociaes. Mas ninguem, talvez, entre nós concebera pelo merecimento do laborioso escriptor europeu o entusiasmo, que se apossou do illustre viajante, a julgarmos das suas opiniões, como se costuma dos altos personagens, a cuja eminencia é defesa a escripta, pela sua imagem autorizada nos reflectores que os acompanham. Parece, entretanto, que esflorando as obras do autor de tantos livros preciosos, dellas não colheu o açodado excursionista mais que a impressão das suas affinidades apparentes com o principio economico, a que no começo inculcava filiar-se a nova politica financeira, para depois o renegar com o escandalo das ultimas apostasias no reformismo murtinheano. Felizes seriamos nós, si o honrado presidente da republica tivesse a coragem de refazer a sua educação de estadista, embebendo-se no bom senso e no espirito liberal, que emanam daquelles volumes, escriptos sob a inspiração de uma escola, que não é a do liberalismo gaulez.

Si s. ex. os leu, teria sido com a pressa dos carnivoros, não com a paciencia dos ruminantes. Porque, para ler com proveito, necessario é digerir a quatro estomagos, remoendo, e remascando. Bastava-nos que s. ex. se houvesse dado ao trabalho de ler *A Policia* e *A Prostituição*, dois pequenos volumes do seu predilecto. Não estariamos assistindo á policia do sr. Enéas, nem á repressão do porneio, com que este magistrado vae conseguindo envolvê-lo em uma atmospha

de atenção e um nimbo de piedade, que certamente não estavam nos virtuosos designios do seu programma. Mas ainda será tempo de uma intervenção presidencial, que nos forre ás vergonhas de um regimen, cuja imbecilidade, a pretexto de moralizar, opprime, atropella, corrompe, enxovailha, e assassina.

Não se dedigne o sr. Campos Salles de um bom movimento neste sentido. O Christo interveio em defesa da adúltera, e não se teve por maculado ao contacto de Magdalena. Abra s. ex. *A Policia* de Yves Guyot, e logo ás primeiras paginas se lhe deparará este ensinamento magistral: "Uma mulher é prostituta. Trata-se de saber si, por isso, já não existem, para ella, as leis. Oiço ás vezes queixas de reclamantes, que me veem dizer: "A policia prendeu-me, e maltratou-me. Ainda si eu fôsse uma perdida. Mas sou mulher honesta!" E' o que me não importa. A policia, a não haver delicto, não tem mais direito de prender a messalina que a matrona. Não lhe assiste mais direito de maltratar a uma rameira que a uma senhora. Nosso direito politico declara a lei igual para todos: não estabelece uma para as mulheres casadas, outra para as cortezãs". Eis a doutrina, a verdade, o evangelho. Eis o nosso direito, a nossa constituição, a nossa legalidade.

Si os nossos administradores, os nossos magistrados, os nossos jornalistas ainda se não elevaram á modestissima altura dessa idéa, estamos, com effeito, entre gente, a quem não faziam injustiça os assovios e os epithetos de monos, com que, em certa fronteira, outr'ora se rendiam as honras da vizinhança aos brasileiros. Si o sr. Campos Salles não se quer levantar, não quer levantar os seus agentes á vulgaridade dessa noção, o seu republicanismo não vale a borralheira das queimas do sr. ministro da Fazenda. Creiamos o honrado presidente da republica. Amanhã estaremos, por este delicto de hoje, entre os dentes dos podengos da rua do Lavradio, e seremos diplomados em *defensores da prostituição* na chancellaria onde os bordeleiros se nomeiam exterminadores da libidinagem. Mas fique s. ex. certo de uma coisa: Muito mais nos honra advogar pela miseria de

uma hetaira cobardemente perseguida, que lutar pela violência de um governo odiosamente perseguidor. Na defesa das victimas da luxuria humana contra a brutalidade policial ha uma causa para os homens de bem, ha um papel para os paes de familia, ha um assumpto, até, para a influencia civilizadora da mulher.

Não leve o sr. Enéas as mãos á cabeça. Não erga o sr. Campos Salles a dextra oratoria. Ha, na Europa, uma *Federação*, cujo objecto consiste precisamente nessa advocacia, e o seu secretario geral era uma senhora, madama Josefina Butler, a quem Yves Guyot dedica o seu livro da *Prostituição*. Já vê o sr. Campos Salles que, apesar da má cara, a obra lhe póde entrar em casa, e que o sr. Enéas póde compulsá-la sem desvirtude. Ficam sabendo, outrosim, presidente e chefe que o estrampalho de advogados da prostituição apenas nos reuniria a uma associação de senhoras, a madama Josefina Butler, e ao respeitavel sr. Yves Guyot.

Antes de Enéas a humanidade já procreara Solon, que iniciou, com alta sabedoria, a *policia dos costumes*. "O' Solon!" exclamava o poeta Philemon, "tu foste realmente o bemfeitor do genero humano, pois se diz foste tu quem pensou uma coisa bem proveitosa ao povo, ou antes, á salvação publica. Com razão o digo, ao considerar nesta cidade nossa, cheia de moços de temperamento borbulhante, que, em consequencia, se dariam a excessos intolerantes. Ahi está porque fizeste provisão de cachopas, e as agregaste em sitios, onde, suppridas de todo o necessario, se entregam em commum a quantos as buscam".

De modo que Enéas hoje poderia levar a ascendencia do seu systema até á Grecia mais remota. Não militam com elle unicamente as *Capitulares* de Carlos Magno. Estão a seu lado as instituições do velho legislador de Salamina. Data, pois, de sete seculos antes da nossa éra a velleidade de regular, tutelar, e organizar policialmente a prostituição. Porque de extingui-la, de limitá-la muito ha que desesperaram os mais severos moralistas. Mas quer ver o sr. presidente da republica o juízo contemporaneo das consciencias mais rectas e das intelligencias mais luminosas acerca da

política depurativa de Solon, Carlos Magno e Enéas? Volva os olhos ao livro de Guyot, e veja, logo no capítulo primeiro, como a sua penna de philosopho, administrador e jurista qualifica a arregimentação do vicio sexual.

Não nos pouparemos a transcrevê-lo: "Pretendendo que a prostituição é um mal, posto que necessario, essa administração só tem um alvo: manipular "vis prostitutas", a quem não caiba ser nunca mais sinão prostitutas, condemnadas á prostituição perpetuamente. De boa mãe que é, a sociedade se obstina em constituir uma classe de mulheres, fadadas a um mistér de vilipendio; e, para o conseguir, instituiu um systema, o "systema francez", como diz, no seu ignorante orgulho, o sr. Lecour, de cujo ideal o objecto consiste em fazer, com a maior presteza e na maior escala possível, da mulher em mancebía a mulher publica e da mulher publica a mulher de conventilho. Ha de ser certamente por antiphrase que este systema se denomina *policia dos costumes*".

Ora, imaginemos que o *systema francez* cahisse, semente perdida, entre o Congo e o Cunene, em terra de bambas e bundos, e que um xeque ou kilamba, acceso em frenesins de zelo tropical pela regeneração da moral publica, empreendesse africanizá-lo. E' o que está succedendo com a policia da prostituição no Rio de Janeiro, cuja estupidez, cuja torpeza, cujo selvagismo acaba de tocar logicamente o auge no caso doloroso e fúnebre de Ida Maria. (1)

A Imprensa, 21 dezembro, 1900.

(1) Veja o artigo a seguir: *Por onde rebenta a corda.*

POR ONDE REBENTA A CORDA

Ida Maria fechou com o seu triste nome o nosso editorial de hontem, e abre o de hoje. Ahi estão os resultados, com que o pudor official vae conseguindo afastar a prostituição dos olhos da sociedade. A cortina, destinada a separar e encobrir, transformou-se na tela de um cinematographo, onde a publicidade quotidianamente projecta as scenas odiosas da mashorca branca, organizada para o uso das relações entre a policia e o lupanar. Não ha dia, em que um, dois, tres episodios famosos da mais vil brutalidade, exercida por homens sobre mulheres, por criminosos sobre infelizes, por exploradores sobre exploradas, por mandões sobre desvalidas, não abra aos olhos das nossas familias o theatro desse mundo maldicto, não lhes solicite a curiosidade para os seus segredos, não lhes accorde a sympathia pelos seus infortunios, e não leve as almas honestas, por um confronto inevitavel, amiserando-se dessa classe abandonada e indefesa, a olhar com desprezo os instrumentos da autoridade, que se cevam na aggravação inutil daquella desgraça.

Dantes, para a avistar, era mistér passar-lhe pelas ruas, que ella povôa, ir buscar-lhe o despejo das exhibições, nos sitios que ella cobre da sua lepra. Hoje a hypocrisia da moralidade, o abuso da força, a cobardia da bruteza, a associação dos instinctos mais baixos da escoria social num systema perverso contra essa miseranda parte do genero humano, fizeram o assumpto escuso e vedado um dos topicos impostos á attenção do publico e á penna dos jornalistas. A celebridade actual dessa pobre anonyma, a notoriedade postuma da sua vergonha e da sua infelicidade esboçam, em um caso particular, a expressão geral de uma situação, um es-

tado, um meio, onde a razão entra em duvida sobre qual das duas é a mais detestavel: si a corrupção prostibular, ou a corrupção official.

O *Jornal do Commercio*, deixando a palheta montecôr do seu estilo habitual, para escrever o que escreveu, em tom de alta indignação, na sua gazetilha de ante-hontem, é o barometro da pressão, que a nefanda atrocidade logrou desenvolver na atmospherá glacial, cuja densidade nos abafa. Reunindo esse assassinio de xadrez ao homicidio militar, que assignalou a mesma data na chronica da policia fluminense, a folha governista lavrou attestado solenne de que os dois crimes, ambos policiaes, despertaram na população o mais profundo movimento de horror. "O horror desses factos", diz elle, "sobe no povo com a idéa de que elles podem repetir-se; com a suspeita de que não ha poder superior ao poder discricionario das autoridades e agentes subalternos da policia, que lidam mais de perto com as massas populares; de que a vida, os bens, a liberdade de qualquer transeunte estar á mercê delles, *dos seus caprichos, dos seus vicios, da sua rapacidade*; de que resistir pela lei ao arbitrio delles é correr á morte". Muitos desses agentes, prosegue o insuspeito censor, "*acrescentam ao arbitrio a exploração dos seus justicados, e recentemente das mulheres, para as quaes inventaram uma lei especial de prostituição, de marca que só elles conhecem, e só elles descriminam. A morta de ante-hontem era uma das marcadas. Puzeram-na fóra da lei; impuzeram-na em taxas, que, por serem clândestinas, não são menos rendosas, tornaram pessoas, reconhecidas taes pelas leis vigentes, gado tosavel e tosado á porfia pelos novos reis das novas ribaldas. As que não pagam o canto, são arrastadas sem culpa, nem delicto, para os xadrezes, e amontoadas até á asfixia, como aconteceu ante-hontem*".

Ida Maria morreu, portanto, de asfixia policial. E' o que attesta o *Jornal do Commercio*. E' o que repetem quasi todos os outros. E' o que positivamente declarou o medico legista policial ao nosso reporter. E' o de que manifestamente reza a autópsé, capitulando em *causa mortis* a "hemorragia pulmonar, consecutiva a esforços de respiração". Está

verificado assim o assassinio, com todas as agravantes da mais execranda crueldade. A desafortunada "procedia bem, era humilde, obedecia ás ordens da autoridade, mantinha certa compostura rara entre as infelizes de sua classe". São depoimentos da mesma origem. Mas *estava marcada*. Tinha sido posta *fóra da lei*. Recebera a imposição de *taxas*, usufruidas pelos depositarios da honestidade policial. Mas *não pagava o canto*. Por isso, *sem delicto, nem culpa*, foi lançada, em montão, com outras, *na enxovia, onde a sufocaram*. Daqui, destes dados irrefragaveis, resulta inelutavelmente que o que está constituido, sob o nome de repressão do vicio, é uma vasta machina de *chantage* privilegiada para converter a prostituição em ganhança policial. Nunca se imaginou tartufaria comparavel á dessa industria, á desse negocio, á dessa trampolinice, composta de extorsão, lubricidade, homicidio, e envaidecida, e campeante, e elogiada como um serviço, um progresso, uma conquista da nossa moralidade.

Mas concluir dahi pela responsabilidade exclusivamente dos inspectores, agentes, delegados, e appellar, na expectativa dessa responsabilidade, satisfeito com ella, para os chefes, é, perdõem-nos, é pôr de lado a evidencia, raciocinar contra a equidade, contra a verdade: é principiar brilhando, e acabar desacertando. Ao caso de Ida Maria preludiou uma infinidade de casos analogos, differentes daquelle apenas em não terem acabado, como podiam acabar, em morte. Nem é só a morte o que insurge as consciencias contra esse indigno abuso do poder. Ella abalou o nosso torpor, que, si não fôsse de profunda lethargia, muito ha que teria cessado ante a escravidão nova, de que o sr. Epitacio e o sr. Enéas se podem gabar de ter sido os fundadores. Cada uma dessas abandonadas vale hoje tanto ás mãos de qualquer beleguim, de qualquer praça boçal de policia, de qualquer desses assassinos de fraque, ou de farda, quando outr'ora uma captiva ás do feitor, armado pelo proprietario cruel de carta branca e irresponsabilidade absoluta. Dispensou-se o chicote, por anachronico. Mas o que o substitue, é peor que o relho dos antigos verdugos ruraes. Ainda terça-feira assistia, na

Gloria, o senador Vicente Machado a uma dessas scenas ignobeis. Ali, num dos bairros mais bem frequentados da cidade, á vista de quantos passavam, uma pobre mulher via invadida a sua casa, e della era, sem motivo nenhum, violentamente arrebatada por malsins. A desgraçada carga humana seguiu aos tombos para o xadrez, deixando escancaradas as portas da vivenda ao saque dos larapios, ou talvez, ás explorações de uma autoridade igual a elles nos costumes, peor que elles no aviltamento.

Dia a dia esfervilhavam essas demasias ignobeis. Dia a dia as registrava a imprensa. Mas quanto mais se levantava o clamor publico, mais ellas pullulavam. Dizia-se extranha a taes baixezas a administração superior. Mas aos olhos della os attentados, cada vez mais insolentes, iam crescendo tranquillos, impunes, triumphaes. Era, portanto, um jogo de empurra, maliciosamente armado, para ludibriar a censura, proteger os delinquentes, acoroçoar a pratica dos excessos. O que se acaba de fazer, portanto, exonerando subalternos, é, por parte do governo, ainda uma evasiva, um acto de pusillaniedade, a confissão de sua connivencia com os principaes criminosos. Si se quizesse realmente dar uma satisfação ao paiz, desaggravar a nossa moralidade administrativa, assegurar-nos contra a reproducção futura destas proezas, a sancção teria subido até o chefe de policia e ao ministro da Justiça. Esses os protagonistas do drama. Sobre elles é que recae a culpa, a mancha do homicidio administrativo, resultado logico do seu systema, da sua surdez, da sua indifferença á opinião, da sua insensibilidade á hypocrisia, á tyrannia, á ribaldaria do mecanismo, que estabeleceram. Os mais, os demittidos não eram moralmente responsaveis sinão em segundo e terceiro gráu. De sorte que o engenho malfazejo ficou. Ficaram os inventores. Apenas se mudam os serviçaes. Outros braços, sob as mesmas cabeças.

A corda rebentou pelo mais fraco, dirá o povo, cada vez mais desilludido. E não terá razão?

O SISO A' TOLEIMA

Para que Enéas responda a Enéas, transcrevemos em seguida o nosso editorial de 12 de dezembro de 1899 (1), com que a imbecilidade official, sob o titulo de *Ruy respondendo a Ruy*, mandou revidar hontem, estropiando-o, no lugar do costume, aos nossos artigos destes dias, a proposito do assassinio policial de Ida Maria.

Si este publico, habituado aos prodigios da futilidade, que sobre nós reina, governa e administra, ainda necessitasse de provas, para se confirmar na certeza de que vamos caminhando rumo de Calino, esta exhibição dispensaria o resto dos autos. Os criados do sr. ministro da Fazenda, cuja administração, principiando pela *Philosophia synthetica* de Herbert Spencer, logo depois se precipitou na medicina dos bruxos, curandeiros e benzedores contra a especulação, essa domesticidade adestrada nas variações do mais barato fregolismo, deu agora para cavaquear com as contradicções alheias, que anda furoando, e seria capaz de aventar, si lhe conviesse, no proprio disco do sol. Focinho de fossador, a cada canto lhe cheira ao lameiro. Fez o Criador o dia claro e a noite tenebrosa? Inconsequencia. Deu-nos a natureza o vomito e o appetite? Incoherencia. Ardemos ao sol, e ensopamo-nos á chuva? Incongruencia. Falou, em occasiões diversas, um homem linguagem differente? Lá se contradisse, ainda que os casos, as situações, os objectos fossem tão dispaes, quanto o seu juizo. Mas, de quantas parvoidades têm parvoamente parvoeirado os parvajolas da parvonía actual, nenhuma se caracterizou em mais párvoa par-

(1) *Porneia.*

vulez que a desta ultima pavoíce, tão distante das anteriores como o parvoeirão do parvoínho.

Que é o que a *Imprensa* descrevera e estigmatizara no escripto agora contra ella aproveitado? Uma giga de me-retrizes offerecida, ao meio-dia, em espectaculo ao Supremo Tribunal Federal. Varandas abertas á luz meridiana, o bordel afrontou rasgadamente a mansão da justiça. As hervoeiras em camisas cancanavam com os rufiões em menores. Um pouco mais e o zorongo teria acabado francamente no commercio carnal, aos olhos da multidão e da toga. Então nos indignámos. Assombrámo-nos de que zoinas e zornões pudessem gandaiar num baile publico, ao pino do sol, tendo por galeria a magistratura e o fôro. Revoltámo-nos contra a barganteria inaudita. Dissemos que, "*numa cidade onde o lupanar desafia os tribunaes, e as Phry-nêas de sargeta retoçam despidas á fimbria da toga, não sabemos quanto faltará, para que a moral dos homens inveje a dos cães*". E, terminando, fustigámos o rosto aos responsaveis com estas palavras: "*Essa policia, que deixa a ralé venérea afrontar com a devassidão nua a mais alta magistratura do paiz, é a mesma, cujos delegados rompem á baioneta mandados judiciais*".

Isso dissemos, dizemos, diremos. E onde está ahi, ainda nesse ultimo trecho, mandado estampar a versalete pelos bolonios da verba secreta, uma syllaba, que houvessemos de retirar hoje, em presença do que hontem escrevemos? Acaso acudiu a policia ao nosso reclamo daquelle dia? Não nos consta que o bordel, onde zangurrara aquelle escandalo, fôsse promptamente obrigado a desabelhar para outras paragens. Ter-se-ia renovado agora o mesmo facto, ou succedido episodio semelhante, a que a policia se oppuzesse, e nós, contravindo ao que o anno passado escreveramos, pretendessemos hoje innocentar? Parece que não. Que sustentavamos nós em 1899? Que as orgias do prostibulo se devem celebrar a venezianas cerradas. Pugnando por esse rudimento de policia e moralidade, não criavamos um regimen de excepção e perseguição contra as messalinas. Pediamos simplesmente a applicação a ellas das mesmas nor-

mas de decoro, a que são obrigados os casaes. Si estes expuzessem aos olhos dos vizinhos, ou dos transeuntes, as intimidades de alcova, a decencia teria o direito de reclamar, e ir bater á porta das autoridades em busca da repressão.

E' a isso que está provendo Enéas? Acaso nos levantámos nós, porque elle constrangesse a prostituição a occultar os seus mysterios de portas a dentro? Acaso pretendemos nós que a incontinencia saracoteie esgargalada pelas ruas, que as heteras commerciem das sacadas para a praça, que as zabaneiras escandalizem com espectaculos torpes os viandantes, que estes, ao passar, estejam expostos ao croque das gandaieiras da luxuria, que a casaria de certos bairros se converta, para a população honesta, em museu de pornographia viva? E' a esses indecoros, a essas desvergonhas, a esses delictos que a policia está oppondo embargos? Limita-se ella a impedir que a franjosca imprudente se descomponha semi-núa ao peitoril das janelas? que entenda com os transeuntes? que assoalhe, das salas abertas, scenas de lascivia? que de portas a fóra proceda ignobilmente? Si nessas raias se circunscrevesse, e nós lhe fossemos ás mãos, contradictorios seriamos.

Mas: que é o que faz, que é o que está faendo? Barafusta por uma série de medidas, cada qual mais indiscreta, cada qual mais ridicula, cada qual mais illegitima, cada qual mais odiosa, cada qual mais absurda.

Começa por estabelecer para uma classe inteira de viventes humanos, livres, abrigados á mesma lei moral e ás mesmas leis positivas que nós, uma especie de sequestração intoleravel. Uma chegada á janela é, para o mulherio airado, uma aldravada á porta do xadrez. Basta muitas vezes a presença na sala da frente, para justificar a invasão da casa pela força. Sua liberdade individual vale tanto como a dos perros sem dono, que o primeiro serviçal da policia empolga arrasta, e estrangula. E' positivamente o caso de Ida Maria, cuja compostura, cuja enfermidade, cuja innocencia a não preservaram de ser agadanhada, rojada, tafulhada com outras numa enxovia, e ahi assassinada. E tudo isso porque? Ao menos por um tresvario de zelo? por uma exageração de

pudor? por um requinte de austeridade? Não: por uma inspiração *da rapacidade*. Não fomos nós quem o denunciou. Foi o *Jornal do Commercio*, a quem, longe de pedir contas, mandou a policia, agradecida, o mimo de uma publicação paga. Foi elle quem nos descobriu essa rapinagem, que lhe escancarou a organização financeira, o regimen tributario, o cruciário systema de expiação. A prostituição averga sob fintas clandestinas. A contribuinte retardataria é *marcada*. A refractaria *ao canto* apanha, muda-se para os covis da repressão policial, e morre. Marralhice, mentira, e mascarada. Não poderemos nós clamar outra vez, como em dezembro do anno passado: “Sangue e fezes de bacchanal?”

Seria essa a aspiração, que nos animava, ao debuxarmos o quadro lubrico do porneio celebrado á beira do pretorio? Qual foi ali a nossa conclusão? “Havia outrora *sancções escriptas*, que asseguravam o *respeito das coisas santas*, o *decoro dos lugares publicos*, o *pudor*, ao menos, dos *recintos officiaes*. Ignoramos si se aboliram. Parece que sim. Aboliram-se por obra da irresponsabilidade universal, unico *di-direito destes tempos*”. Eis que agora, porém, essa irresponsabilidade culmina. De indifferente ao alcoice variou para alcoiceira. Especula hoje com os lupanares, de que então não se occupava. Funda a onzena prostitutar, armada de prisão e pena capital contra as suas tributadas. Sua despresível impostura passa por todas as viltas da exposição, em que ultimamente a flagellou a imprensa inteira. E ainda se atreve, por cumulo, a converter em defesa o açoite, que a enxovalha. Onde está a *sancção escripta*, que a autoriza a praticar o que pratica? Onde a legislação, que a habilita a pôr fóra das leis a mulher perdida? Onde o *respeito das coisas santas*, nesse desdem pela vida humana? Onde o *decoro dos lugares publicos*, nesta barbarização da policia das ruas? Onde o *pudor dos recintos officiaes*, na conversão das prisões em matadouro?

Appellavamos para a lei. Folheie Enéas o codigo penal. Lá lhe deparará o art. 282 este preceito: “*Offender os bons costumes com exhibições impudicas, actos ou gestos obscenos, attentatorios do pudor, praticados em lugar publico, ou frequentado pelo publico, e que, sem offensa á honestidade*

individual de pessoa, ultrajam e escandalizam a sociedade: pena de prisão cellutar por um a seis mezes". Era esse o texto violado pelo dansarás de conventilho sob a visiva do Supremo Tribunal Federal. Dessa prescrição legislativa é que se olvidara a policia. Essa prescrição é que ella agora ultrapassa. Ultrapassa, prendendo sem causa. Ultrapassa, prendendo por interesse. Ultrapassa, prendendo, para não processar. Ultrapassa, prendendo, para usufruir, seciviar, deter, e matar. Em dezembro de 1899 transgredia o direito unicamente por ommissão. Agora o infringe multiplamente, com abuso de autoridade, violencia á liberdade pessoal, violencia á inviolabilidade domiciliar, violencia á vida, e, si não mente a *gazetilha* do *Jornal*, com suborno, concussão e lenocinio. De qual desses artigos a excusa a nossa carga á porneia da travessa da Relação?

Entenda-nos por uma vez o homonymo do heroe virgiliano. Esta folha resume a sua doutrina, a todos os respeitos, em tres palavras: *Omnia sub lege*. Tudo e todos sob a lei. Ao rei diriamos : *Rex sub lege*. Ao povo: *Populus sub lege*. A' justiça: *Judex sub lege*. Diremos, pois, ao sr. chefe de policia: *Sub lege* *Enéas*. A lei é como a tenda azulada do firmamento, com o mesmo rosto e a mesma luz para os grandes e os pequenos, os bons e os maus. Nós, a policia, os ministros e os presidentes de republica não temos direito maior á legalidade que a ultima das peccadoras. Dentro em cada uma dellas, através do seu villipendio, ha um coração, uma alma, um destino eterno, um resquicio da imagem divina, e, sob a sua profanação, uma immensa miseria, um infortunio immenso. E sempre, ainda no infimo grau da escala humana, o soffrimento, a desgraça impuzeram aos homens de bem respeito, brandura, piedade.

Definamo-nos, pois, com Enéas.

Enéas não tem mais direito de esparecer á janella que nós. Nós mais direito não temos de aspirar das janellas o ar que a mais degradada rascôa. De onde se conclue que o direito desta ás suas janelas é identico ao de Enéas. Mas, si Enéas, perdendo a razão, assomasse á sacada em trajos do paraíso, tinha o inspector que lhe trupar á porta, para o

chamar á ordem. E' por essa mesma lei que a rameira se não pôde mostrar ao parapeito, sinão decentemente vestida.

Tem a horizontal apparelho respiratorio identico ao dos srs. delegados. Seus tecidos organicos reclamam do sangue o oxygenio. O sangue vae buscá-lo nos pulmões. Os pulmões extraem-no do ar, que decompõem. Si esse movimento se embaraça, si a ventilação pulmonar cessa, si, conseguintemente, se tolhe a respiração muscular, o resultado, para todos nós, é o termo da vida. Em Ida Maria fique certo Enéas de que todos esses phenomenos se produziã com a mesma regularidade que num czar russo, ou num chefe de policia brasileiro. Mas a pobre foi mettida num ergástulo inhabitavel. A respiração, essa necessidade universal das cellulas vivas no animal e na planta, impoz as suas condições. Mas em vão. Faltava ali o ambiente. E a desgraçada expirou, em consequencia, como expiraria qualquer ministro da justiça em circumstancias semelhantes. Ora queira Enéas rever o seu codigo penal, e diga-nos si elle, no capitulo do homicidio, cota com penalidades maiores a vida dos ministros que a da mais baixa das michelas. Não cota. Logo, perante a lei e os seus órgãos, tanto vale uma como a outra.

Sendo, pois, os mesmos nos improbos que nos probos todos os phenomenos animaes, assim de nutrição, como de excitação, dependendo todos identicamente, para a existencia, do ar, da luz, da temperatura, tolher a uma classe de criaturas a hygiene, o accesso á atmosphera livre, condemná-las, durante a invernã, ao desabrigo, ou, durante a canicula, ao abafo, é fraudá-las, é roubá-las, é lastimá-las, é exterminá-las. Ora, de taes faculdades não dispõe nem o proprio filho de Anchises, ainda vestindo garnacha, e, com escandalo de Homero, acossando Venus transviada ás portas do seculo vinte.

Passando agora das leis que entendem com a vida ás que nos enlaçam com a sociedade, chamaremos a attenção de Enéas para o art. 72 da Constituição, onde se declaram os nossos direitos, e esperamos ver a homerica autoridade confessar que elle não estabelece distincção entre o mundo grave, o mundo elegante, o mundo equivoco e o frascario

mundo, por onde s. ex. hoje conduz arrepanhada a majestade da sua beca. De onde forçosamente concluiremos que todas aquellas garantias contra a violação da casa, a prisão arbitrária, a condemnação illegal, se extendem indifferentemente a todos os sexos, e, em cada um delles, a todas as condições; que para a gente dissoluta, como para a honesta, se extinguiu o captiveiro, se aboliu a pena de morte, se assegurou a propriedade, se instituíram os tribunaes, se restringiu a prepotencia, e se consolidou o *habeas-corpus*.

Estabelecidas estas premissas, concluiremos:

1.º Não tem a policia, contra a prostituição, outros poderes, além dos que lhe conferirem as leis, ou os regulamentos legaes.

2.º Não póde a policia, portanto, coarctar ás pessoas dessa classe, como ás demais, a liberdade, sinão quanto estritamente o exigirem os bons costumes.

3.º Não lhe será dado, logo, inhibi-las de apparecer e circular, desde que não falem á compostura propria do sexo.

4.º Guardada essa clausula, não lhe é licito privá-las de estarem á janela, seja qual fôr a hora do dia, ou da noite.

5.º Não lhe assiste o arbitrio de invadir-lhes as casas, sinão nos casos em que o direito o permite.

6.º Não lhe compete prendê-las, sinão nas hypotheses legaes de prisão.

7.º Não as póde levar á prisão, nem conservar nella, sinão respeitadas as reservas constitucionaes.

8.º Não lhes póde entregar as casas, abertas, ao saque dos gatunos.

9.º Não lhes póde confiscar os objectos de seu uso e propriedade.

10.º Não lhes póde impôr domicilio, ou despejá-las do que elegeram.

11.º Não as póde taxar, fintar, ou explorar.

12.º Não as póde aferrolhar em calaboiços inhabitaveis.

13.º Não as póde condemnar á dieta de ar respiravel.

14.º Não as póde abandonar á boçalidade, á salacidade, á voracidade e á brutalidade dos seus infimos serviçaes.

15.º Não as póde matar.

Eis ahi os pontos da nossa dissidencia com os personagens da *Eneida*. Estarão satisfeitos? Si não, volvendo ao assumpto, embora nos enoje, teriamos de estudar a materia da prostituição em nossos dias, como ella o merece, do alto, num raio de sol, até ao fundo da verdade.

Vão agora os leitores percorrer o nosso exhumado editorial, e verificarão que os seus transcriptores devem ter em deliquescencia o miolo. Só assim não perceberiam a condemnação da actualidade policial no libello ali traçado contra a impostura dos que, "*para sanear os muladares de Sete de Setembro e Senhor dos Passos, quizeram promover, com desprezo das garantias judicarias, uma larga emigração de meretrizes, desviar linhas de bondes, ou tributar com impostos inoportaveis os donos de predios habitados por gente da vida airada*".

A Imprensa, 24 de dezembro, 1900.

INDICE

<i>Dois de Julho</i>	1
<i>Cabala coroada</i>	5
<i>1 7 8 9</i>	13
<i>Plano contra a patria</i>	19
<i>Boas-Vindas</i>	27
<i>A vida na Inglaterra</i>	35
<i>A oração do paranymphe</i>	41
<i>A missão Nabuco</i>	49
<i>Entre velhos amigos</i>	55
<i>Danton em Ouro-Preto</i>	59
<i>O fim dos audazes</i>	65
<i>Herões do medo</i>	71
<i>Chinas americanas</i>	77
<i>A mensagem</i>	81
<i>A convenção fatal</i>	89
<i>A convenção fatal: Desinfecção preliminar</i>	99
<i>Uma "reputação esfarrapada"</i>	107
<i>Quintino Bocayuva</i>	115
<i>Porneia</i>	119
<i>Agora eu</i>	123
<i>Como quizerem</i>	133
<i>A situação</i>	143
<i>Palavras de um descrente</i>	149
<i>Um homem</i>	161
<i>Conspiração das consciências</i>	167
<i>Um caso de moral</i>	173
<i>Mais tolerancia</i>	181
<i>Continuando</i>	185
<i>Os incommunicaveis</i>	193
<i>Dissimulação e confissão</i>	197

<i>Visões do mar</i>	203
<i>Allianças</i>	207
<i>O crime politico e a extradição</i>	215
<i>Estado selvagem</i>	225
<i>Solon, Carlos Magno e Enéas</i>	229
<i>Por onde rebenta a corda</i>	233
<i>O siso á toleima</i>	237